

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA

RAYANE SILVA GUEDES

QUEM SÃO ELAS?

Transgressões formativas de mulheres em partidos políticos

BELO HORIZONTE

2023

RAYANE SILVA GUEDES

QUEM SÃO ELAS?

Transgressões formativas de mulheres em partidos políticos

Trabalho desenvolvido para a defesa no Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana da Universidade do Estado de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Educação.

Orientadora: Prof. Dra. Daniela Oliveira Ramos dos Passos

Linha de pesquisa: Trabalho, História da Educação e Políticas Educacionais.

BELO HORIZONTE
2023

Guedes, Rayane Silva

QUEM SÃO ELAS? Transgressões formativas de mulheres em partidos políticos [Manuscrito]/ Rayane Silva Guedes. – 2023.

218 f. il., fot., color

Orientadora: Daniela Oliveira Ramos dos Passos

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana, MG, 2023

Referências: 207-215.

1. partidos 2. gênero 3. processos formativos 4. educação não formal 5. escrituras. I. Passos, Daniela Oliveira Ramos dos. II. Título.

RAYANE SILVA GUEDES

QUEM SÃO ELAS?

Transgressões formativas de mulheres em partidos políticos

Trabalho desenvolvido para a defesa no Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana da Universidade do Estado de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Educação.

Linha de pesquisa:

Orientadora: Prof. Dra. Daniela Oliveira Ramos dos Passos

Linha de pesquisa: Trabalho, História da Educação e Políticas Educacionais.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Daniela Oliveira Ramos dos Passos (Orientadora)

Universidade do Estado de Minas Gerais

Prof. Dr. Paulo Henrique de Queiroz Nogueira

Universidade Federal de Minas Gerais

Profa. Dra. Cirlene Cristina de Souza

Universidade do Estado de Minas Gerais

Profa. Dra. Mariana Cavaca Alves do Valle (Suplente)

Centro Universitário Estácio de Belo Horizonte

Profa. Dra. Renata Garcia Campos Duarte (Suplente)

Universidade do Estado de Minas Gerais

QUEM SÃO ELAS? Transgressões formativas de mulheres em partidos políticos¹

RESUMO

Esta pesquisa objetiva compreender, primordialmente, como ocorrem os processos formativos e educacionais entre mulheres militantes dos partidos políticos de esquerda, sendo eles: Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Unidade Popular (UP). Para alcançar tal objetivo, pautaremos-nos, primeiramente, em investigações realizadas por autoras, como por exemplo, Nilma Gomes (2018), Shirley Miranda (2008) e Isabella Silveira (2019), que deixam claro que nem todos os conhecimentos obtidos durante a vida estão vinculados à formação escolar. Além disso, vale acrescentar que, segundo Carmen Cavaco (2009), das experiências vividas podemos desenvolver uma formação experiencial, o que se faz primordial para compreender a intenção deste estudo. Para refletir sobre a questão da mulher, a qual focamos nesta pesquisa, os textos de Amanda Castro; Rita Machado (2016), Michelle Perrot (2007) e Fernanda Rocha (2017) auxiliam a compreender os impasses entre a origem da opressão e a luta pela garantia de direitos desse grupo. Ainda, em relação à visão do que é ser adulto, tanto Paulo Freire (1996) quanto Boaventura Santos (2019) evidenciam que, apesar da ideia do adulto como um ser acabado ser recorrente, é preciso contrariá-la e percebê-lo como um sujeito capaz de mudanças e de transformações. Baseando-nos nos referenciais citados e com o interesse de alcançar nossos objetivos, utilizamos a metodologia de tipo qualitativa, por meio da Escrivivência, uma vez que ela, no campo da pesquisa autobiográfica, demonstra ser uma importante ferramenta que permite realizar análises mais amplas. Dessa forma, por meio da coleta dos dados, foi possível compreender que os processos formativos de mulheres participantes dos partidos políticos aqui analisados ocorre, especialmente a partir da política de gênero, e, também, pela rede de mulheres que é desenvolvida em múltiplos espaços, onde ocorre a produção/compartilhamento dos saberes.

Palavras-chave: partidos; gênero; processos formativos; educação não formal; escritivências.

¹ Pesquisa com financiamento do Programa de Bolsas Institucionais de Pós-Graduação Institucionais de Pós-Graduação (ProBPG-UEMG).

CARTA ÀS PARTICIPANTES

Primeiramente, gostaria de agradecer a participação nesta pesquisa e dizer que reconheço que este processo foi construído coletivamente por muitas mãos. Confesso que isso acaba por me fazer sentir ainda mais responsabilidade em relação ao andamento e à "conclusão" desta escrita. Em alguns momentos, esse sentimento me paralisou, mas segui firme na tarefa que juntas nos propusemos realizar.

Entendo que o caminho que iniciamos aqui não se encerra, apenas se modifica, já que espero que a escrevivência faça parte da vida de vocês, assim como reconheço que tem feito parte da minha vida. Escrever nos permite ressignificar emoções, experiências e escrever novas histórias. É claro que não é um processo fácil, é doloroso e cansativo. E eu pude ver como foi complexo para cada uma. Para mim, cheguei à conclusão de que esta etapa foi prescrição, uma forma de tratamento ou ao menos uma tentativa de compreender a força dos acontecimentos e o impacto que tiveram em minha trajetória.

Não é fácil ser mulher e buscar construir um mundo melhor, ou mesmo sonhar com ele, por isso desejo que a força de todas nós juntas possa ser maior que os desafios que se mostram cotidianamente. De alguma forma, vocês transformaram a minha trajetória, aquilo que penso e como me penso. Espero que o encontro comigo e com a escrita vivenciada nesta pesquisa possa ter fortalecido vocês, assim como me fortaleceu.

Tenho certeza que continuaremos seguindo, cada uma a seu modo, buscando um caminho de liberdade.

AGRADECIMENTOS

*Gracias a la vida, que me ha dado tanto
Me ha dado el sonido y el abecedario
Con él, las palabras que pienso y declaro
Madre, amigo, hermano, y luz alumbrando
La ruta del alma del que estoy amando*

(Violeta Parra)

Seria impossível, neste pequeno texto, agradecer a cada pessoa que contribuiu para minha trajetória pessoal e acadêmica. Foram muitas, mas especialmente e primeiramente, dedico este trabalho à minha família, minha mãe Graça, meu irmão Túlio e meu pai Renato, que tanto me incentivam a ser sempre melhor e, também, acreditam dia a dia no meu potencial. A eles reconheço cada vitória como sendo nossas vitórias. E que bom poder partilhar alegrias e ter certeza de que nos momentos mais difíceis ainda estamos aqui juntos. Agradeço também a meu namorado Luan, que tem compartilhado tanto comigo. As noites em claro, as inseguranças, os medos, mas também o aconchego, o afeto e a dedicação. Obrigada, também, às amigas que sempre estão ao meu lado Carla, Marcela e Mariana. Vocês são um brilho e alento em minha jornada. Desejo que ainda possamos seguir trilhando caminhos juntas.

À minha orientadora, Daniela, que foi parceira em tantos projetos nestes dois anos de mestrado. Esse trajeto não teria sido o mesmo sem ela, que me fortaleceu em cada passo. Vejo a força dela e como tem inspirado muitas mulheres na vida pessoal e também na docência.

Meus professores e professoras das disciplinas, que realizei ao longo do curso, também foram fundamentais para o meu crescimento pessoal e profissional. Por isso, obrigada, professores Laurici, Miguel, José Eustáquio, Francisco, Zanetti e professoras Ana, Juliana, Vera, Cirlene e, novamente, Daniela minha orientadora. Aprendi muito durante esse período com vocês, agradeço a dedicação nas aulas, que mesmo online, foram tantas vezes acolhedoras e aconchegantes.

Além disso, sou grata à banca, Paulo, Cirlene, Mariana e Renata, pelo aceite ao convite e pelas contribuições realizadas durante o diálogo com esta pesquisa. A participação de vocês foi muito especial e enriquecedora.

Também preciso evidenciar como a minha turma XIII foi importante neste caminho.

A nossa união e a disposição em colaborar uns com os outros é o que mais me admirou. Muitos eu não conheço pessoalmente, mas guardo com carinho as conversas e todo o companheirismo.

Por fim, dedico a todas as mulheres que têm buscado “a seu modo o caminho para a liberdade”. Militantes ou não, coletivamente temos resistido a tanto tempo. Que possamos ainda sonhar e um dia alcançar um mundo sem opressões!

Aquí se respira lucha

(Vamos caminando)

Yo canto porque se escucha

*(Vamos dibujando el camino) vozes de um só
coração*

(Vamos caminando) aquí estamos de pie

¡Que viva la América!

(Calle 13)

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Levantamento bibliográfico	29
Quadro 2 – Referências utilizadas para embasamento da metodologia das pesquisas	35
Quadro 3 – Participantes que responderam o formulário	42
Quadro 4 – Pesquisa nos endereços eletrônicos	54

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Palavras-chave mais encontradas.....	31
Gráfico 2 – Idade.....	43
Gráfico 3 – Gênero.....	44
Gráfico 4 – Formação escolar.....	45
Gráfico 5 – Frequência de participação.....	46
Gráfico 6 – Tempo da militância.....	46

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Material de divulgação do formulário	41
Figura 2 – Envio do convite	42
Figura 3 – Mensagem de contato no Whatsapp	49
Figura 4 – Cadernos distribuídos	50
Figura 5 – Presença no 8 de Março de 2022	64
Figura 6 – Mosquitinho distribuído no ato.....	65
Figura 7 – Chamado à plenária UP	65
Figura 8 – Panfleto Resistência frente.....	66
Figura 9 – Panfleto Resistência verso	67
Figura 10 – Panfleto PSTU frente	68
Figura 11 – Panfleto PSTU verso.....	69
Figura 12 – Panfleto Olga Benário frente	70
Figura 13 – Panfleto Olga Benário verso	71
Figura 14 – Cartaz de convite ao debate Polo Socialista Revolucionário.....	72
Figura 15 – Evento “Abre a roda no Santo Boteco”	73
Figura 16 – Ensaio da bateria do Oito de Março Unificado.....	74
Figura 17 – Plenária “Juntas”	75
Figura 18 – Faixa do coletivo Afronte	77
Figura 19 – Cartaz MES-PSOL.....	78
Figura 20 – Cartaz Olga Benário.....	78
Figura 21 – Cartaz PSTU	79
Figura 22 – Faixa PCB	79
Figura 23 – Campanha “Um lenço, uma revolução”.....	80
Figura 24 – Capa e primeira orelha do livro “Quem São Elas?”	87
Figura 25 – Quarta capa e segunda orelha livro “Quem São Elas?”.....	87
Figura 26 – Fala em ato da Educação em 2012.....	92
Figura 27 – Presença em uma manifestação das universidades em Brasília, 2012.....	93
Figura 28 – Cartaz de divulgação do I Encontro Nacional do MML (2013) na “IX caminhada da visibilidade lésbica, bi e trans: pelo direito de existir e amar!” em BH	94
Figura 29 – Presença na Marcha das Vadias em 2014	100
Figura 30 – Participação em um ato/ Megafone.....	102
Figura 31 – Recorte “Opnião Socialista” nº 511, 2016.....	106

Figura 32 – trecho do jornal Opinião Socialista.....	107
Figura 33 – Envio do termo de consentimento livre e esclarecido	112
Figura 34 – Caderno de Olga foto 1	113
Figura 35 – Caderno de Olga foto 2	115
Figura 36 – Caderno de Olga foto 3	116
Figura 37 – Caderno de Olga foto 4	116
Figura 38 – Cardeno de Olga foto 5	117
Figura 39 – Caderno de Olga foto 6	118
Figura 40 – Caderno de Olga foto 7	118
Figura 41 – Caderno de Olga foto 8	119

LISTA DE SIGLAS

ANEL	Assembleia Nacional dos Estudantes Livres
BB	Banco do Brasil
CA	Centro Acadêmico
CEAS	Conselho Estadual de Assistência Social
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CBTU	Companhia Brasileira de Trens Urbanos
CMAS	Conselho Municipal Assistência Social
CONTRAF	Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DA	Diretório Acadêmico
DCE	Diretório Central dos Estudantes
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EUA	Estados Unidos da América
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FMTM	Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro
FUVEST	Fundação Universitária para o Vestibular
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICP	Instituto Caio Prado Jr.
IPU	Inter-Parliamentary Union
LGBTQIAP+	Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, queer, intersexo e assexuais, pansexuais dentre outros
LIT-QI	Liga Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional
MAIS	Movimento por uma Alternativa Independente e Socialista
MBL	Movimento Brasil Livre
MES	Movimento Esquerda Socialista
MNU	Movimento Negro Unificado
MML	Movimento de Mulheres em Luta
MSE	Movimento dos Sem Educação

PCB	Partido Comunista Brasileiro
Pcdob	Partido Comunista do Brasil
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNAIC	Plano Nacional de Alfabetização na Idade Certa
ProBPG-UEMG	Programa de Bolsas Institucionais de Pós-Graduação Institucionais de Pós-Graduação
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PUC	Pontifícia Universidade Católica
PT	Partido dos Trabalhadores
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UP	Unidade Popular
WSPU	Women's Social and Political Union

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
1 PESQUISA: a luta nas escritas científicas	27
1.1 A metodologia	34
1.2 O questionário	40
2 PARTIDOS DE ESQUERDA: bandeiras, bordões e posições	53
2.1 O corpo no espaço público - experiências na rede e nas ruas	63
3 EXPERIÊNCIAS MILITANTES: escritas individuais, memórias coletivas	85
3.1 Rayane - A pesquisadora	85
3.1.1 “Me gustan los estudiantes”	90
3.2 Olga	112
3.3 Ketellen	123
3.4 Luiza	155
3.5 Simone	169
3.6 Rosa	175
3.7 Alexandra	183
4 AS CATEGORIAS: socialização e individuação em diálogo	191
4.1 Mulheres	191
4.2 Espaços	194
4.3 Saberes	197
4.4 Escrevivências	201
CONSIDERAÇÕES FINAIS	203
REFERÊNCIAS	207
ANEXOS	216

INTRODUÇÃO

O presente estudo almejou observar como espaços de educação não formal², tomando, neste caso específico, os partidos políticos como um exemplo desses ambientes, também podem ser compreendidos como lugares educativos, que promovem encontros de pessoas com objetivos em comum, que podem resultar em processo de aprendizagem e de formação. Tal compreensão se dá, principalmente, se eles forem vistos não apenas pelo viés da ação parlamentar, mas da militância³ de diferentes sujeitos, mediante a ação coletiva, das manifestações, das reuniões, dos cursos e das discussões políticas. Assim, devemos enxergá-los em suas movimentações, como os múltiplos encontros dos partidos, seus congressos, das atividades oficiais à “mesa de bar” e, ainda, das confraternizações, como parte das experiências conjuntas que possibilitam reflexões sobre a própria realidade e o confronto entre o que se sabe e a construção de um novo saber.

Convém salientar, ainda, que, levando em consideração a delimitação do objeto da pesquisa, buscamos analisar a trajetória de mulheres. Isso se deve pelo fato de que elas têm demonstrado um grande potencial no interior dos movimentos sociais, mas também na luta por representação política, considerando que a permanência desse grupo nos espaços políticos tem sido demarcada por desigualdades e por diversos enfrentamentos. Por isso, torna-se imprescindível refletir sobre os impactos da participação, nos partidos políticos e, conseqüentemente, na trajetória de vida dessas mulheres. Logo, tratando-se de organização feminina, é possível inferir que o impacto da participação desse grupo tenha especificidades que merecem ser compreendidas, visto que, historicamente, os espaços de poder, no âmbito público, sempre foram, para elas, de difícil acesso, devido à desigualdade de gênero⁴.

Tal constatação pode ser justificada, porque, de acordo com o *Inter-Parliamentary*

² Entendemos por educação não formal a formação que ocorre no cotidiano, por meio das experiências sociais coletivas, conforme Maria da Glória Gohn (2006) conceitua. Salientamos que esse conceito será aprofundado ao longo do trabalho.

³ Maria da Glória Gohn (2019) diferencia o que é a militância do ativismo. “O militante tem filiações e compromissos coletivos com grupos, movimentos, partidos etc. O ativista não, pois atua em função de causas, muitas vezes de forma individual, não tem pertencimentos fixos, participa mais em coletivos do que em movimentos já consolidados.” (p. 110).

⁴ Compreendemos o termo gênero para além do binômio homem e mulher, ou do dualismo sexo *versus* gênero, apesar do termo “questões de gênero” muitas vezes ser utilizado como correlato à “questão da mulher”, como evidencia Joan Scott, compreendemos que, “na sua utilização recente mais simples, 'gênero' é sinônimo de 'mulheres'.” (1995, p. 75). Isso ocorre, pois discutir gênero implica em reconhecer que há uma multiplicidade de identidades, de corpos e de singularidades presentes nos sujeitos.

Union (IPU) Parline⁵ (2019), na classificação mundial de mulheres no parlamento, até a eleição de 2018, o Brasil encontrava-se na posição 133º dentre os países, haja vista que possuía apenas 15% de mulheres na Câmara e 14,8% no Senado. Esses dados demonstram que, apesar do crescimento e do desenvolvimento do movimento feminista, os espaços de poder e de representatividade coletiva ainda são majoritariamente masculinos. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD (IBGE, 2019), é importante ressaltar que, em 2018, as mulheres, mesmo empregadas, destinavam oito horas a mais do que os homens ao trabalho, já que eram as responsáveis pelas tarefas domésticas. Em contrapartida, as mulheres que não realizavam uma atividade remunerada trabalhavam 11,8 horas a mais do que os pertencentes ao sexo masculino. Tal questão evidencia que, apesar da crescente inserção da mulher no mercado de trabalho, ainda há uma divisão que estabelece o espaço privado como de responsabilidade feminina e o espaço público como destinado, majoritariamente, aos homens.

É importante ressaltar, também, que, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD (IBGE, 2019)⁶, apesar das mulheres de 25 anos ou mais apresentarem uma taxa maior (9,6 anos) de anos de estudo do que os homens (9,2 anos), quando analisados os dados de evasão escolar, podemos perceber a influência de questões de gênero nesses resultados. Como exemplo, podemos citar que, 11,5% das mulheres de 14 a 29 anos, que haviam evadido das instituições de ensino, informaram que saíram da escola para cuidar de afazeres domésticos; já para os homens, a taxa para essa resposta foi inexpressiva. Além disso, o índice de evasão de mulheres de 14 a 29 anos por motivo de gravidez foi de 23,8%, o que ressalta que os marcadores de gênero influenciam de forma contundente na trajetória escolar do sexo feminino.

Nesse sentido, fica claro que, além da problemática da violência doméstica, há muitos outros desafios no campo das questões de gênero. E, mesmo que a ideia de que as desigualdades de gênero já foram superadas seja constantemente difundida, Luis Miguel (2014) afirma que esse é apenas um discurso midiático que não reflete a realidade e a complexidade que representa o machismo em nossa sociedade. No entanto, é preciso reconhecer que as organizações de mulheres têm crescido e que a presença feminina nas disputas políticas, sejam elas partidárias ou não, tem se multiplicado. Isso se justifica, pois até

⁵ Inter-Parliamentary Union é uma organização mundial que procura fomentar a democracia e a paz através dos parlamentos e dos parlamentares. Ela possui uma base de dados na plataforma Parline, sobre os parlamentos nacionais. Já o nome da plataforma Parline vem de Par (parlamento) e line (on-line). Link de acesso à organização: <https://www.ipu.org/>

⁶ Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em: 07 nov.2021.

a eleição de 2014, o percentual de mulheres no Congresso era de 9 % na Câmara de deputados e 13,6% no Senado, contrastando com os dados atuais de 2019, que mostram, respectivamente, 15% e 14,8%, de acordo com o IPU Parline (2015, 2019). Os dados mostrados revelam a permanência dessas mulheres nas organizações e em experiências que acabam por confrontar estereótipos e expor para a sociedade, em geral, a necessidade de reflexões sobre a questão.

Então, fica claro que as experiências advindas da ação política dessas mulheres podem gerar processos formativos e refletir em mudanças nas trajetórias de vida. Diante dessa questão, é importante ressaltar que, levando em consideração a necessidade de reflexão a respeito dessa temática, algumas perguntas se enunciaram e configuraram o problema desta pesquisa, que gerou a seguinte questão: **como ocorre o processo de formação por meio das experiências de mulheres em partidos políticos?**

Dessa forma, tendo em vista as exposições acima, a intenção deste estudo é investigar as possibilidades de formação de mulheres em partidos políticos e compreender como tal experiência pode contribuir para entendermos quais aprendizagens são possíveis por meio da presença feminina nos espaços públicos. Além disso, faz-se importante percebermos a extensão da contribuição dos lugares de formação na trajetória de vida e na educação não formal de adultos. Neste contexto, este estudo objetivou compreender como ocorrem os processos formativos e educacionais entre mulheres militantes dos partidos políticos de esquerda, a saber, Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Unidade Popular (UP). Ademais, pautamos-nos, especificamente, em averiguar quais conhecimentos e saberes são compartilhados e adquiridos por mulheres em partidos políticos; investigar como os saberes e os conhecimentos, frutos da socialização de mulheres militantes nos diversos espaços compartilhados, por meio dos partidos que fazem parte, influem em suas individualidades e, ainda, analisar quais os impactos dos processos formativos na trajetória de vida das mulheres ativas e atuantes em tais espaços.

Por meio de diferentes leituras que pudessem orientar este trabalho, foi possível identificar conceitos fundamentais para embasar uma análise sobre a formação das mulheres no espaço dos partidos políticos. Nesse sentido, apresentamos três categorias, a priori: **as mulheres, os saberes e os espaços**. Para Graham Gibbs (2009), a categorização e a codificação baseada em conceitos possibilita uma análise estruturada dos temas que se mostram mais relevantes nas leituras que o pesquisador(a) desenvolver, sem que seja necessário utilizá-las previamente para a análise de dados. Isso permite que possamos realizar

um levantamento de temas importantes a partir da revisão bibliográfica, como um ponto de partida para a codificação e para a categorização, como ressalta Graham Gibbs (2009), o qual afirma que, ao longo da leitura de dados, os códigos vão se alterando e se modificando. Assim, a partir das categorias elencadas, compreendemos a importância de entendermos de que mulher se fala, qual a sua história, assim como quais as contradições e os impasses que se colocam na trajetória de cada uma delas. Também, percebemos como é relevante observar quais tipos de saberes poderiam nortear a busca por entender os processos formativos, e, conseqüentemente, em quais espaços estes poderiam se dar. Essas categorias foram apontadas, então, a partir de uma revisão de literatura que nos mostrou a importância de compreendermos os sujeitos na perspectiva da coletividade de suas experiências sociais, bem como os saberes que são fruto dessas vivências sempre em um local determinado, o qual permite processos de socialização.

Investigar a participação das mulheres nos partidos políticos se justifica, além dos dados apresentados anteriormente, por ser uma questão ainda pouco abordada. A partir da revisão teórica proposta, foi possível concluirmos que há uma produção maior de estudos voltados aos movimentos sociais do que aos partidos políticos, mas que há muitas semelhanças compartilhadas nas experiências e nos sujeitos participantes dos espaços. Por isso, no referencial teórico, muitas vezes, expressa-se a relação entre as produções sobre os movimentos sociais e os resultados que são esperados com o desenvolvimento deste trabalho, o qual envolve, especificamente, os partidos. Sendo assim, os trabalhos contribuem para um panorama das possibilidades de pesquisas que relacionem as questões das organizações partidárias e a educação.

Além disso, é importante citar como as minhas trajetórias pessoal e profissional⁷ influenciaram na escolha do tema desta pesquisa. Assim, confirmo que a minha anterior participação em dois partidos políticos, por pouco mais de cinco anos, contribuiu para uma melhor percepção das possibilidades de formação neste tema. A partir de minha vivência nas organizações, modifiquei minha trajetória de vida, envolvendo-me, especialmente nas pautas feministas, elemento que acabou favorecendo o interesse pelo tema da pesquisa. Ademais, minha formação acadêmica, no curso de Pedagogia, no Centro Universitário Estácio de Belo Horizonte, favoreceu, sobretudo, a vontade de entender mais sobre os processos formativos, por meio da experiência, no diálogo com a área da Educação de Jovens e Adultos e os

⁷ É importante pontuar que, durante o texto, aparecerá o uso da primeira pessoa do singular, nos momentos em que eu, como pesquisadora, apresentar, especificamente, relatos sobre as minhas trajetórias pessoal e profissional, as quais acredito que são primordiais para o embasamento e o enriquecimento deste estudo.

diferentes atravessamentos que as mulheres enfrentam neste espaço. A partir da compreensão da EJA como uma possibilidade de “formação ao longo da vida”, percebi que há uma potencialidade nas trajetórias das mulheres nessa modalidade escolar. De modo que seus percursos permitem questionar a ideia de uma EJA que apenas “repõe” conteúdos não aprendidos em “idade certa”⁸ e mostram a beleza da educação escolar que reconhece a integralidade dessas sujeitas.

Ainda, reconheço que o meu encantamento pela poesia e pela escrita feminina, desde a juventude, aproximaram-me das propostas realizadas neste trabalho. A escrita e a publicação do livro de minha autoria “Quem São Elas?” me permitiu, assim como a minha formação em Pedagogia, afirmar que todas nós podemos nos reconhecer como escritoras. Isso pode ser confirmado quando contamos nossas próprias histórias, as histórias de outras pessoas ou, também, quando criamos histórias e memórias, por meio das nossas vivências, pois escrevemos e reescrevemos essa árdua autoria do que é ser mulher. E, por isso, as Escrevivências têm feito parte da minha vida e do meu olhar para enxergar olhares resistentes.

Metodologicamente, realizamos esta pesquisa com mulheres participantes de partidos de esquerda⁹. Para a seleção, foi aplicado um questionário¹⁰ a fim de realizar uma análise prévia, envolvendo as militantes dos partidos: Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Unidade Popular (UP). Tais organizações foram selecionadas pelo fato de, anteriormente, a pesquisadora já ter tido contato com elas através da militância e, por isso, ter o acesso facilitado a essas possíveis Participantes da pesquisa. Além disso, esses partidos possuem políticas voltadas à questão de gênero, que promovem espaços de atuação que podem potencializar a participação de mulheres, bem como atividades que podem indicar potenciais processos formativos. A prática de tais partidos inclui atividades como manifestações, panfletagens, rodas de conversa, dentre outros, como o exercício do estudo coletivo, por meio de cursos e de grupos de leitura, o que deixa evidente a preocupação dos grupos partidários com a formação pela experiência e teórica dos militantes. E, ainda, cabe destacar que os

⁸ Questionamos o termo “idade certa”, tão usado em programas como o *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa* (PNAIC), pois ele delimita que aquelas pessoas que não adquiriram determinados conhecimentos escolares estão atrasadas, ou mesmo, estão na idade errada para aprender.

⁹ A concepção de Esquerda e Direita usualmente é utilizada para se referir a perspectivas opostas no que tange à ação política, não apenas no âmbito dos discursos, como afirma Norberto Bobbio (1995). Para o autor, a esquerda está relacionada à defesa da coletivização dos bens materiais pela humanidade em busca de igualdade, a qual se incumbe uma tarefa histórica. Já a direita, como forma de oposição, estaria vinculada a uma perspectiva que reforça as desigualdades. No entanto, as diferenças entre direita e esquerda são ainda mais profundas, de acordo com Gabriela Tarouco e Rafael Madeira (2013), e dependem também dos contextos nacionais.

¹⁰ Questionário apresentado no ANEXO.

partidos listados possuem uma preocupação com a preparação de lideranças femininas e o combate ao machismo, o que é possível que beneficie o envolvimento das mulheres nas organizações. Ao longo da pesquisa, portanto, buscamos evidenciar se tais considerações se confirmavam ou não.

O questionário que aplicamos pelo aplicativo Google Forms¹¹ possibilitou investigar a idade, a raça ou a etnia, a formação escolar, o tempo de atuação, os motivos do engajamento, a frequência do envolvimento, assim como informações de contato das mulheres; dados importantes para a seleção das participantes que integrariam a pesquisa. Os critérios utilizados para tal escolha consideraram a diversidade e a pluralidade dessas mulheres, visto que buscamos ter um grupo heterogêneo que proporcionasse ouvir pessoas em lugares distintos de atuação política, de acordo com as perguntas elaboradas. A seleção de nove integrantes possibilitou que outras informações pudessem ser coletadas, mediante o recurso da “Escrevivência”, como forma de potencializar a voz das escolhidas.

Convém salientar que, para alcançar nossos objetivos com este estudo, utilizamos a metodologia de tipo qualitativa, mediante a ferramenta “Escrevivências”, dentro da perspectiva das pesquisas de tipo autobiográficas. “Escrevivências” é um termo concebido pela escritora Conceição Evaristo¹², do ponto de vista literário, para denominar a escrita de resistência, em especial das mulheres negras, que, ao escreverem, falam das suas experiências de vida e do cotidiano de suas lutas. Contudo, o termo também tem sido utilizado como ferramenta metodológica e tem ganhado espaço nas produções acadêmicas recentes.

Nos capítulos seguintes que compõe o estudo, serão apresentados, então, as discussões teórico-metodológicas e os resultados da pesquisa. No primeiro deles, intitulado “Pesquisa: a luta nas escritas científicas”, apresentamos como se deu a revisão de literatura, as escolhas metodológicas e as informações coletadas por meio do questionário. O segundo capítulo, “Partidos de esquerda: bandeiras, bordões e posições” está estruturado de forma a abordar o ser militante, a partir dos dados levantados por meio das pesquisas em *sites*, nas redes sociais dos partidos, e dos materiais distribuídos, em especial, em uma coleta realizada em 08 de março de 2022.

Seguindo pela terceira seção, “Experiências militantes: escritas individuais, memórias

¹¹ Google Forms é um aplicativo de elaboração de formulários on-line, no qual é possível realizar coleta de informações, questionários e formulários de registro. Disponível em: <https://docs.google.com/forms/u/0/>. Acesso em: 15 de ago. 2021.

¹² Conceição Evaristo é romancista, poetisa e linguista, nasceu em 1946 em Belo Horizonte/MG. É autora de referências da literatura brasileira, como "Olhos D'água" e "Insubmissas lágrimas de mulheres", obras que trazem mulheres negras como protagonistas e que permitem reconhecer as trajetórias e as resistências das personagens e da própria escritora.

coletivas”, trazemos os relatos, de forma integral, de cada participante da pesquisa, além de uma narrativa feita pela pesquisadora. Assim, ao final de cada escrita, apresentamos conceitos importantes, debates e reflexões que contribuem para uma leitura aguçada e uma maior compreensão acerca das Escrevivências. No quarto capítulo, que é intitulado “As categorias: socialização e individuação em diálogo”, são dispostos alguns cruzamentos possíveis, a partir da leitura dos relatos projetados, por meio das categorias pré-delimitadas e das análises que até mesmo extrapolam a previsão feita. Ao final, tecemos as considerações finais, que integram o andamento do trabalho e os objetivos previstos.

Salientamos, por fim, que a pesquisa possui financiamento pelo Programa de Bolsas Institucionais de Pós-Graduação Institucionais de Pós-Graduação (ProBPG-UEMG).

1 PESQUISA: a luta nas escritas científicas

*Saqueo, pisoteo, colonización, mil veces
venceremos
Del cielo al suelo y del suelo al cielo vamos, za
za za
Canto blanco vuelve pa' tu pueblo
No te tenemos miedo, tenemos vida y fuego
Fuego en nuestros manos, fuego en nuestros ojos
Tenemos tanta vida y esta fuerza color rojo
La niña María no quiere tu castigo
se va a liberar con el suelo palestino
Somos africanos, latinoamericanos
Somos este sur y juntamos nuestras manos
Todos los callados, todos los sometidos, todos los
invisibles*

(Ana Tijoux)

Pesquisar sobre a trajetória das mulheres militantes de partidos políticos de esquerda se mostra fundamental, especialmente frente aos debates sobre a violência política de gênero que vêm se ampliando, sobretudo pela atuação do grupo feminino no parlamento, mesmo que esse espaço apresente ainda pouca representatividade de mulheres. Ademais, algumas poucas políticas direcionadas ao aumento da participação feminina nesses ambientes institucionais mostram-se ainda pouco efetivas, para uma ampliação real, como por exemplo, a cota mínima de candidaturas por partido no período eleitoral, uma vez que, embora as mulheres adentrem esses espaços, elas ainda enfrentam diversas barreiras.

Então, surge a necessidade de compreender quais medidas possibilitam efetivamente a participação das mulheres nessas organizações, reconhecendo, portanto, que múltiplos espaços poderiam favorecer o engajamento militante e, ainda, que ser mulher compreende uma multiplicidade de experiências e de subjetividades. Tais questões impactaram nas delimitações e escolhas da revisão de literatura que fizemos, no sentido de que foram privilegiadas pesquisas e até mesmo pesquisadoras(es) que abordassem essas dimensões da

atuação política, sendo elas a questão de gênero, as experiências e os múltiplos espaços não escolares de militância, de debate político e de educação popular.

Realizamos, de forma a alcançar nosso objetivo com a proposta deste estudo, uma revisão de literatura, a partir de pesquisas no Google Acadêmico¹³, nos Anais das Reuniões Nacionais da Anped¹⁴, e nas publicações da Série Cadernos da Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais¹⁵. Este trabalho de revisão, desenvolvido em um primeiro momento para a disciplina “Metodologia de Pesquisa em Educação”, ministrada pelo professor José Eustáquio de Brito, do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado em Educação, da Faculdade de Educação/ UEMG, favoreceu as escolhas teóricas-metodológicas e a delimitação das categorias de análise. As pesquisas apresentadas no quadro 1 foram encontradas, através de exploração pelo *site* da ANPED, na categoria “Reuniões Nacionais”. Utilizamos para este estudo as três últimas reuniões, por meio dos trabalhos dos GT’s¹⁶ 03 “Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos” e 23 “Gênero, Sexualidade e Educação”. Assim, foi feito um trabalho de exploração das reuniões 39ª “Educação Pública e Pesquisa: ataques, lutas e resistências.” (2019)¹⁷, 38ª “Democracia em Risco - a pesquisa e a pós-graduação em contexto de resistência” (2017) e 37ª “Plano Nacional de Educação: tensões e perspectivas para a educação pública brasileira”.

Também foi possível, mediante o contato com o *site*, ter acesso a outros trabalhos de autores/as que têm contribuído de forma significativa para a área em questão, bem como foi realizado um levantamento nos Cadernos FLACSO¹⁸. Dessa forma, foram selecionados 12 artigos, duas teses, duas dissertações e um livro fruto de um pós-doutorado, os quais são analisados no decorrer deste trabalho. A maioria dos estudos foram escolhidos por contemplarem um espaço não escolar, por mostrarem como resultado saberes provenientes da ação conjunta e, especialmente, por promoverem questões da educação popular e do envolvimento político¹⁹ dos sujeitos. No quadro 1, disposto a seguir, apresentamos a relação das pesquisas levantadas, elencando o ano de publicação, o tipo de produção acadêmica e os (as) autores(as) trabalhados:

¹³ Disponível em: <https://scholar.google.com.br/?hl=pt>. Acesso em: 16 de ago. 2021.

¹⁴ Disponível em: <https://www.anped.org.br/reunioes-cientificas/nacional>. Acesso em: 16 de ago. 2021.

¹⁵ Disponível em: http://flacso.org.br/?page_id=63. Acesso em: 16 de ago. 2021.

¹⁶ Disponível em: <https://www.anped.org.br/grupos-de-trabalho>. Acesso em: 13 de set. 2021.

¹⁷ Os anais da 39ª Reunião da ANPED não se encontram na categoria “reuniões nacionais” no *site*. Estão disponíveis em: <http://anais.anped.org.br/39reuniao>. Acesso em: 5 de ago. 2021.

¹⁸ Disponível em: http://flacso.org.br/?page_id=63. Acesso em: 10 de ago. 2021.

¹⁹ Compreende-se o político como parte da vida, das escolhas, das motivações e do envolvimento social. Não apenas do sentido parlamentar ao qual o termo é com maior frequência associado.

Quadro 1 – Levantamento bibliográfico²⁰

Título dos trabalhos	Ano	Tipo	Autores (as)
Articulações do feminino em narrativas de mulheres dirigentes sindicais: saber-poder e gênero.	2008	Tese	Shirley Aparecida de Miranda
Militância de jovens em partidos políticos: um estudo de caso com universitários	2011	Tese	Ana Karina Brenner
Trajetórias de mulheres da educação de jovens e adultos em um assentamento de reforma agrária: entre a luta pela terra e pela leitura da pela palavra.	2015	Artigo	Evely Cristine Pereira de Aquino; José Eustáquio de Brito; Vânia Aparecida Costa
Pesquisas sobre gênero e sindicalismo docente: o que dizem a respeito da participação sindical das mulheres?	2015	Artigo	Márcia Cristiane Völz Klumb Coronel
Transversalidade nos modos de socialização e individuação: uma jovem negra em movimento.	2015	Artigo	Juarez Dayrell; Juliana Batista dos Reis
As sensibilidades dos saberes. Ou as condições do sensível na formulação e expressão de nossos saberes.	2013	Artigo	Cynthia Farina
Educação popular como resistência e emancipação humana.	2015	Artigo	Conceição Paludo
Experiências de participação social de jovens e sentidos atribuídos às suas vidas.	2015	Artigo	Maurício Perondi
Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.	2017	Pós-Doutorado (Livro)	Nilma Lino Gomes

²⁰ A pesquisa selecionada “Lute como uma menina”, através do banco de dados das reuniões da ANPEd, foi escolhida por apresentar o trabalho de dissertação que a pesquisadora Isabella Silveira (2019) desenvolveu, pois acreditamos ser relevante conhecer mais sobre o desenvolvimento da análise exibida. Também, se faz necessário sinalizar que a pesquisa “As sensibilidades dos saberes. Ou, as condições do sensível na formulação e expressão de nossos saberes”, de Cynthia Farina (2013), foi submetida ao 36ª Reunião da ANPEd, no GT 24 “Educação e Arte”. Entretanto, por abordar as políticas do sensível e os saberes na formação docente, avaliou-se que seria de grande contribuição compreender como a questão dos saberes se conecta com outras áreas. Dessa forma, foi demonstrado que essa temática não pode ser vista apenas sob a ótica das elaborações coletivas, mas também pelas subjetividades dos indivíduos.

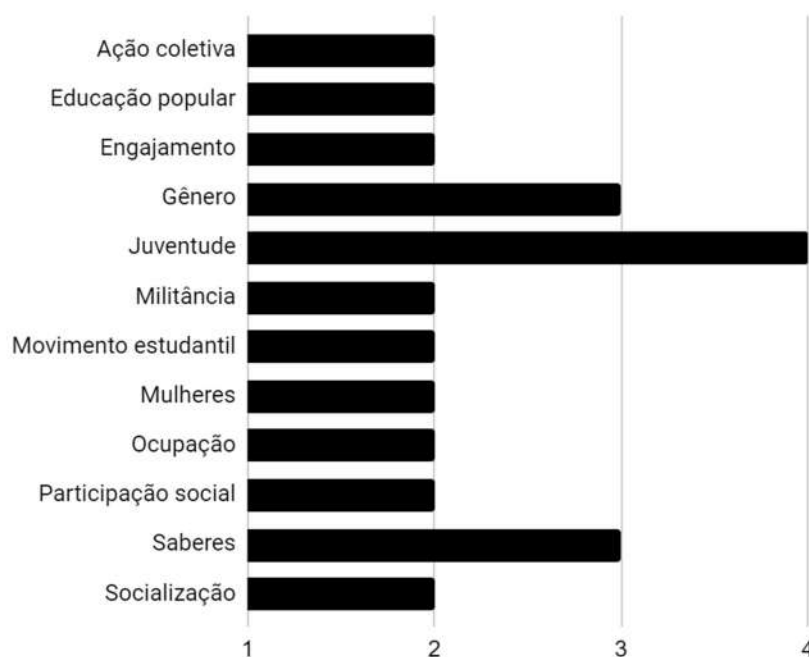
Ação coletiva e formação política: os coletivos juvenis e a ocupação de uma universidade no sul de Minas Gerais.	2017	Artigo	Luís Antonio Groppo
O corpo “fala” politicamente: as performatividades das/nas ocupações secundaristas do paraná.	2017	Artigo	Marcielly Cristina Moresco
Topias, utopias e projeções de futuro de jovens participantes de coletivos sociais.	2017	Artigo	Maurício Perondi
Quarta onda do movimento feminista: o fenômeno do ativismo digital	2017	Dissertação	Fernanda de Brito Mota Rocha
Recontextualizando a educação popular: possibilidades teórico-conceituais para uma pedagogia situada.	2019	Artigo	Thiago Ingrassia Pereira
"Lute como uma menina": gênero e processos de formação na experiência das ocupações secundaristas.	2019	Dissertação	Isabella Batista Silveira
Trabalhadoras rurais e empoderamento: relações conjugais e convívio familiar – mulheres líderes de sindicato.	2020	Artigo	Telma Regina Batista Nascimento
Jovens, participação política e engajamentos: experiências e significados.	2021	Artigo	Marilia Pontes Sposito; Felipe De Souza Tarábola; Flávia. Jovens Ginzal

Fonte: Levantamento produzido para a pesquisa.

O levantamento bibliográfico realizado contribui para conhecermos as produções que discutem e refletem sobre a temática, bem como percebermos como as pesquisas têm avançado. Desse modo, esse trabalho evidenciou a possibilidade de revisar pesquisas empíricas (LUNA, 2011) e compreender como os conceitos são abordados e quais as metodologias utilizadas ressaltam o poder de comunicação e mesmo de divulgação da pesquisa científica através de tal tipo de ferramenta de investigação. Por isso, identificar as palavras-chave e os resumos também contribuíram para verificar previamente se os textos estavam de acordo com o tema que nos interessou analisar. Dessa forma, no Gráfico 1, apresentamos as palavras-chave mais encontradas, a fim de demonstrar uma confluência de objetos de pesquisa e, apesar da multiplicidade de palavras encontradas, observamos que os

assuntos envolvem, primordialmente, questões como movimentos sociais, juventude, gênero e saberes. Das 54 palavras-chave, 13 se destacaram por serem utilizadas mais de uma vez.

Gráfico 1 – Palavras-chave mais encontradas



Fonte: Elaboração própria da autora com base nas palavras-chave de cada artigo.²¹

Tal revisão confirmou que, apesar dos partidos políticos, as mulheres e, mesmo os saberes, já integram o tema de investigações desenvolvidas ou em desenvolvimento, a congruência desses assuntos é pouco encontrada na literatura. Isso é expresso pela autora Ana Brenner (2011), em sua tese de doutorado “*Militância de jovens em partidos políticos: um estudo de caso com universitários*”, na qual ela salienta que

foi justamente a percepção de que cresciam as pesquisas sobre os grupos culturais juvenis e inexistiam estudos sobre o engajamento de jovens em partidos políticos, que motivou a realização desta tese de doutorado sobre jovens militantes em partidos políticos. (BRENNER, 2011, p.17).

²¹ É importante sinalizar que os textos das pesquisadoras Cynthia Farina (2013) e Nilma Gomes (2017) não possuem palavras-chave, então, para que a organização das palavras fosse realizada como em todos os trabalhos, foi feita a seleção de uma palavra-chave para cada uma delas, de acordo com o que o texto apresentava. Assim, para o título “Movimento negro educador” (GOMES, 2017) escolhemos: movimento negro, saberes e ação coletiva. Já para o trabalho “As sensibilidades dos saberes, ou, as condições do sensível na formulação e expressão de nossos saberes” (FARINA, 2013), selecionamos: saberes, escola, pré-escola.

Além disso, é fundamental compreender que, com o avanço das discussões sobre gênero, como abordam Robert Bogdan e Sari Biklen (1994), Guacira Louro (2003) e Uwe Flick (2009), as transformações na pesquisa científica permitem que saberes e sujeitos que antes não eram tema de investigação possam estar presentes nas elaborações acadêmicas. Em um contexto de pouca representatividade de mulheres na política e de necessário avanço dos debates sobre a situação da mulher, a investigação pode possibilitar novas perspectivas.

Essas interrogações, então, mostram-se cada vez mais necessárias à medida em que se acirram os debates em torno da escola, em um momento que exige entendermos qual educação possibilitará que a nossa sociedade supere o abismo das desigualdades e encare as mudanças necessárias à própria manutenção da vida, frente aos problemas ambientais e de nossa relação com a natureza. Além disso, cabe refletirmos, também, sobre os projetos econômicos, bélicos, sociais, que, em sua desumanidade, permanecem apagando, de diferentes formas, povos negros, povos originários, mulheres, pessoas do grupo LGBTQIAP+, imigrantes, dentre outros grupos marginalizados politicamente e que ainda resistem em prol da garantia do direito à história, à produção de saberes e ao reconhecimento. Ainda, como defende Neidson Rodrigues (2001), torna-se necessário considerarmos as polarizações sociais e a urgência que temos de pensar uma educação que possibilite o sujeito ético.

Ademais, esta pesquisa buscou contribuir para refletir sobre os processos de educação não formal como parte da formação de jovens e adultos. Para isso, faz-se necessário repensar os percursos metodológicos que possibilitam essa abordagem. As discussões desenvolvidas durante a revisão de literatura revelam, dentre outras questões, a viabilidade do desenvolvimento da pesquisa com as escolhas feitas para o campo teórico metodológico.

Desse modo, no sentido de compreendermos como têm se desenvolvido as pesquisas na área investigada, buscamos realizar um levantamento de alguns trabalhos que evidenciam as possibilidades de produção de saberes em outros espaços, que vão além dos escolares. A proposta foi, então, estabelecer um diálogo com o que já se tem elaborado, com o intuito de avançar e trazer novas contribuições à área. Isso é importante, pois analisar metodologias e direcionamentos de outras pesquisas, segundo Alda Alves (2012), pode favorecer o encontro de lacunas ainda não respondidas ou de questões que ainda carecem de mais aprofundamento. Além disso, as pesquisas foram levantadas com o intuito de colaborar com a elaboração de categorias de análise que auxiliem o manejo da nossa pesquisa e da coleta de dados.

Os estudos analisados por meio de revisão bibliográfica ressaltam a relevância da pesquisa sobre os espaços não formais como possibilidade de processos de formação e de

produção de saberes. Tal questão indica que a socialização e mesmo a individuação, bem como a construção de subjetividades, pela participação social e pelo engajamento político, têm grande impacto não somente nas trajetórias dos indivíduos, mas também nos direcionamentos da educação, da política e nos contextos nacionais.

Outro elemento importante que observamos é a existência de um campo que carece de mais investimento em pesquisa, pela importância do desenvolvimento e do reconhecimento dos espaços como formas de resistência coletiva e de contestação ao avanço do conservadorismo no país. Esse fato se estabelece, principalmente, como uma forma de resposta à condição de marginalização a que diferentes grupos estão submetidos. Tal condição exige dos sujeitos estabelecer estratégias e saberes na tentativa de superar as dificuldades e contrapontos, não apenas no âmbito coletivo, mas também das suas próprias expectativas de vida. Para isso, mostrou-se necessário elaborar concepções de mobilização coletiva que dessem conta dos desafios das experiências vivenciadas.

Portanto, a pesquisa dessa área investigada evidencia a necessidade de reconhecer a não neutralidade da ciência e do posicionamento que os investigadores/as declaram ao privilegiar alguns estudos em detrimento de outros. Então, a possibilidade de que mais pesquisas na área se desenvolvam também passa por uma sensibilização dos pesquisadores/as com outros saberes que, muitas vezes, por não serem reconhecidos na academia, acabam sendo minorizados. Salientamos, por fim, que essa também é uma escolha política que ainda necessita ser melhor compreendida. As pesquisas levantadas foram utilizadas como aporte teórico ao longo da análise de dados, já que contribuem para a compreensão das categorias delimitadas.

Assim, mesmo que as pesquisas selecionadas sejam relacionadas a outros espaços de militância, é importante avaliar que os partidos políticos, de certa forma, estão presentes em todas essas ambiências mediante a ação de seus militantes, já que estes, apesar das mudanças nas formas de organização, continuam se interessando pelo formato mais “tradicional” de representação e de engajamento político (BRENNER, 2011). Isso se dá, principalmente, se considerarmos os partidos não somente pelo ponto de vista do parlamentarismo, mas da atuação social. Isso deve ocorrer, pois os grupos partidários não apenas modificam o contexto de inserção a que estão submetidos; mas, sim, mudam a si mesmos durante o processo.

De igual modo, faz-se necessário ressaltar que muitos trabalhos apontam para mudanças na forma de participação, especialmente dos jovens, nas ações social e política. Tal questão não se destaca apenas em relação aos espaços das mídias sociais que tomaram outra proporção, na última década, mas também na maneira como performam e se expressam

individualmente ou coletivamente. Vale ressaltar, ainda, que o impacto nacional das mobilizações de junho de 2013²² e outras novas organizações da juventude pobre e periférica, modificaram a forma de intervenção na “esfera pública”, mesmo que a forma tradicional de ação nos sindicatos, nos partidos e nas associações ainda desperte interesse nos juvenis, conforme discute a pesquisa de Marília Sposito, Felipe Tarábola e Flávia Ginzel (2021).

Constatamos, também, que, apesar da maioria dos trabalhos não abordarem os espaços investigados, conceitualmente, a partir do termo educação não escolar, a forma como esses lugares são descritos nos estudos acaba por caracterizá-los como ambientes não escolares de formação. Isso ocorre, porque, nesses trabalhos, busca-se relacionar a experiência vivida pelos sujeitos nos ambientes em que se dá a educação não escolar, ou seja, as mudanças, as permanências e, até mesmo, os conflitos nas trajetórias. Assim, tais sujeitos acabam tendo experiências em comum, a partir dessa troca e da atuação nos mesmos espaços, ou mesmo frente a conflitos e a produções em comum, como por exemplo, na produção de saberes. Além disso, individualização é um conceito que, para Juarez Dayrell e Juliana Reis (2015), relaciona-se a uma construção pessoal de uma trajetória e perspectiva particular, que, apesar de ser individualizada, a partir das subjetividades dos indivíduos, tem relação também com os suportes de socialização que possuem, ou seja, “[...] a consistência dos ambientes que nos envolvem” (DAYRELL; REIS, 2015, p. 6).

1.1 A metodologia

A nossa escrevivência não pode ser lida como história de ninar os da casa-grande, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos.

(Conceição Evaristo)

A partir da revisão de literatura realizada, observamos que a maioria dos estudos investigados utilizou de metodologia de tipo qualitativa, por meio da análise biográfica, ouvindo os sujeitos Participantes por meio de relatos orais. O quadro que se apresenta,

²² Conhecida como as “jornadas de junho”, as manifestações ocorridas em junho de 2013 foram multitudinárias, englobaram multidões e envolveram atividades em todas as capitais dos estados do país e inúmeras cidades. Um movimento que teve o seu estopim com o aumento das passagens de ônibus, mas que logo se tornou algo maior e trouxe outros debates como o descontentamento com o governo e a desproporção de gastos sociais e eventos, tais como o que acontecia no momento, a Copa das Confederações.

adiante, busca apresentar algumas das escolhas de alguns dos/as pesquisadores/as e, também, parcialmente o arcabouço teórico utilizado neste estudo.

Todos os trabalhos investigados dispuseram da metodologia de tipo qualitativa, uma vez que tal escolha possibilita análises mais aprofundadas dos objetos de pesquisa, assim como ajuda a abarcar, dentro de uma mesma pesquisa, diferentes recursos. Além disso, dos 17 trabalhos selecionados, 10 utilizaram metodologia de tipo autobiográfica ou baseada nos aspectos biográficos, além de história oral e narrativa, por meio de entrevistas estruturadas ou semi-estruturadas, na percepção das trajetórias dos sujeitos Participantes. Tal tipo de metodologia permite aos pesquisadores/as potencializar as vozes dos sujeitos, promovendo, inclusive, um processo de autorreflexão crítica, já que, quando se narra o vivido ou experienciado, podemos encontrar as fluências e as influências com que os indivíduos debatem por meio de seus próprios discursos. Assim, nenhuma narrativa é linear, pois é feita nos conflitos, dúvidas, memórias e esquecimentos daqueles que falam. Desse modo, pelo dito e por aquilo omitido, desenham-se as perspectivas únicas, mesmo que sejam referentes a uma experiência muito próxima.

Quadro 2 – Referências utilizadas para embasamento da metodologia das pesquisas

Referencial	Tipo de pesquisa
BARDIN, L. <i>Análise de Conteúdo</i> . Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2008.	Análise de conteúdo das comunicações
BERTAUX, D. <i>Mobilité sociale biographique. Une critique de l'approche transversale</i> . <i>Revue française de sociologie</i> . Volume 15, Numéro 3, 1974. p. 329 – 362.	Biográfica
DEMAZIÈRE, D.; DUBAR, C. <i>Analyser les entretiens biographiques. L'exemple des récits d'insertion</i> . Quebec: Les Presses de l'Université Laval, 2004	Biográfica
GOMES, Alberto. Estudos de caso: planejamento e métodos. <i>Nuances: estudos sobre Educação</i> . Presidente Prudente, SP, ano XIV, v. 15, n. 16, p. 215-221, jan./dez. 2008.	Estudo de caso
HATCHUEL, Françoise. <i>Savoir, apprendre, transmettre: une approche psychanalytique du rapport au savoir</i> . Paris: La Découverte, 2005.	Pesquisa clínica – psicanalítica
KAUFMANN, J. C. <i>L'entretien compréhensif</i> . Paris: Nathan, 1996.	História de vida - Sociologia compreensiva
LAPASSADE, George. <i>Les microsociologies</i> . Paris: Desclée de Brouwer, 1996.	Teorias microssociológicas e da etnometodologia
LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. <i>Revista</i>	Pesquisa bibliográfica

Katálysis. Florianópolis v. 10 n. esp., p. 37-45, 2007.

MARTUCCELLI, D; SINGLY, F. Las sociologías del individuo. Santiago: LOM Ediciones, 2012. Sociologia do indivíduo

MEIHY, José C. S. B; HOLANDA, Fabíola. História Oral: como fazer, como pensar. 2a ed. São Paulo: Contexto, 2011. História oral

SILVA, Andressa; FOSSÀ, Maria Ivete. Análise de Conteúdo: Exemplo de Aplicação da Técnica para Análise de Dados Qualitativos. IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração. Brasília, 2013. Análise de conteúdo

TURATO, Egberto Ribeiro. Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas. Petrópolis: Vozes, 2003. Pesquisa clínico-qualitativa

Fonte: Produzido pela autora por meio das pesquisas analisadas.

Isso nos possibilita observar a relevância dessa metodologia para a área, pois permite fortalecer a voz das sujeitas da pesquisa e, ao escutá-las, reconhecer suas trajetórias nesses espaços de formação. Por isso, para o desenvolvimento, estamos utilizando a metodologia de tipo qualitativa, mediante a pesquisa autobiográfica, por meio do recurso da “Escrevivência”, termo criado pela escritora Conceição Evaristo. Assim, essa ferramenta é constituída pelos relatos escritos e/ou orais²³, que possibilitam verificar o percurso de vida de mulheres. Isso é importante, pois esperamos analisar trajetórias de vida de sujeitas de diferentes idades e formações escolares, para que se tenha uma abrangência maior em relação às possibilidades de experiências. Além disso, almejamos proporcionar, a partir dos relatos, que essas mulheres possam expressar suas vozes e contar suas histórias, como um processo de valorização e de reconhecimento do potencial que elas possuem.

A palavra ou mesmo a prática da Escrevivência é concebida por Conceição Evaristo, em sua escrita literária, como uma escrita cotidiana que está ligada à trajetória de vida, especialmente das mulheres negras. E, ela, como mulher negra, escreve por si, sobre si e em memória de suas ancestrais. Em *Becos da Memória*, como aponta Conceição Evaristo (2018), é possível já perceber a escrita das vivências da autora. Assim, mesmo sendo um texto ficcional, muito se assemelha com a vida cotidiana, com uma narrativa intensa e dramática,

²³ Consideramos que o uso da Escrevivência como metodologia de pesquisa também pode contemplar relatos orais, principalmente quando percebemos esse recurso com uma possibilidade de ouvir as trajetórias de mulheres. Isso é importante, pois, no grupo de integrantes do estudo, pode haver, a exemplo, Participantes com baixa visão, ou mesmo, mulheres que tiveram seu direito à aquisição da escrita e da leitura negado, por isso, reafirmamos que a Escrevivência vai além da escrita.

que revela a transposição para a escrita não apenas das situações de violência, mas também dos sujeitos e de suas perspectivas.

Contudo, apesar do termo estar ligado à produção literária da escritora, recentemente, tem sido utilizado na escrita acadêmica como uma forma de mudança epistemológica, de superação da hegemonia branca e masculina nas produções, bem como uma forma de repensar o fazer de pesquisadores. Dessa forma, de acordo com Fernanda Felisberto da Silva (2020):

[...] a escrevivência vem a cada dia ganhando múltiplos sentidos dentro da academia, colocando a autora em diálogo com diferentes intelectuais que têm a experiência do racismo como eixo central de suas produções, seja no campo historiográfico-literário ou sociológico, entre outros, imbricado com as diferentes formas de opressão interseccional e de dominação, para refletir a prática em torno da escrita de mulheres negras, e mulheres oriundas de camadas populares, e o impacto desse fazer em suas produções/vidas. (SILVA, 2020, p.166).

O Escrever como forma de produção acadêmica pode ser comparado, portanto, ao processo que Conceição afirma acontecer em sua escrita, em *Becos da Memória*, dizendo que “insinuo, apenas, que a literatura marcada por uma Escrevivência pode con(fundir) a identidade da personagem narradora com a identidade da autora. Esta con(fusão) não me constrange” (BRITO, 2018, p.11). Por isso, Escrever exige repensar a visão da(o) pesquisadora(o) como alguém que está totalmente distante do objeto de estudo e que age de forma neutra, pois a própria escolha dessa metodologia já indica uma posição, não apenas científica, mas política. Isso é relevante no sentido de que essa forma de pesquisa é produzida a partir da necessidade de potencializar a voz daquelas que, muitas vezes, são silenciadas. Tal questão se justifica, pois “a obra em prosa de Conceição Evaristo é habitada, sobretudo, por excluídos sociais, dentre eles favelados, meninos e meninas de rua, mendigos, desempregados, beberrões, prostitutas, "vadios" etc.[...]” (OLIVEIRA, 2009, p. 1). Logo, isso reflete a possibilidade de mudança, nas ciências sociais e humanas, do ponto de vista do deslocamento epistemológico, da produção dos saberes e do lugar social que ocupam pesquisadores e sujeitos de pesquisa.

Como Boaventura Santos (2018) afirma, “a ecologia dos saberes se opõe à lógica da monocultura do conhecimento e do rigor científicos e identifica outros saberes e critérios de rigor e de validade que operam de forma crível em práticas sociais que a razão metonímica declara não existentes” (BOAVENTURA SANTOS, 2018, p. 223). Sua afirmação, então, reverbera a finalidade de reconhecer não somente o conhecimento, mas os sujeitos que os

produzem, não apenas de forma individual, porém conscientes de uma identidade coletiva. Isso pode ser observado, nas reflexões de Arroyo (2017), sobre estudantes da Educação de Jovens e Adultos, ao dizer que esses sujeitos “voltam à educação como membros de coletivos, não como indivíduos sem classe, sem raça. Nem seus percursos humanos e sociais nem seus percursos escolares são de indivíduos, mas da classe, da raça, do gênero a que pertencem” (ARROYO, 2017, p. 116). Sendo assim, é na perspectiva dos sujeitos e das identidades coletivas que se pensa a escrita das narrativas. Ela se dá, também, pela defesa de uma educação popular que desenvolva outras leituras de mundo, por meio da autonomia dos indivíduos, da aprendizagem e da produção de saberes da experiência na luta e na construção coletiva.

Nesse sentido, a “Escrevivência”, como parte das pesquisas autobiográficas, possibilita que a sujeita possa, ao relatar suas experiências e suas vivências, realizar um processo de reflexão de si e do mundo (PINEAU, 1985). Desse modo, a biografia como ferramenta de investigação pode se configurar também como processo formador (DOMINICÉ, 1985). Nesse sentido, assim como afirma António Nóvoa (1988), a formação somente se dá por intermédio do processo de reflexão crítica em que o sujeito tenha a oportunidade de repensar a experiência prática.

Ademais, Guacira Louro (2003) afirma que, por volta da década de 1960, as grandes manifestações, os movimentos populares e as organizações feministas que surgiram influenciaram o desenvolvimento de pesquisas sobre gênero no meio acadêmico, a partir do trabalho de militantes feministas no interior das universidades. Os estudos pretendiam dar visibilidade às mulheres, principalmente para que fossem enxergadas como sujeitas, o que fez com que influenciassem a grandes mudanças no campo das pesquisas acadêmicas.

Como afirmam Robert Bogdan e Sari Biklen (1994), os estudos feministas trouxeram diversas modificações na abordagem qualitativa, nos instrumentos, como o uso da história oral de vida, e em outras ferramentas metodológicas que possibilitam perceber as sujeitas por meio de suas subjetividades. Dessa forma,

as investigadoras feministas nas ciências sociais foram atraídas pelos métodos qualitativos porque estes possibilitavam que as interpretações das mulheres assumissem uma posição central. Em segundo lugar, o feminismo afetou igualmente as questões metodológicas. (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p.44-45).

Por isso, a Escrevivência, bem como os estudos e as pesquisas autobiográficas têm grande potencial de alavancar o modo de fazer pesquisa tanto na área da ciência da educação

quanto nas ciências sociais e políticas. E, nesta pesquisa, ela se mostra como importante ferramenta de investigação que poderá contribuir com uma percepção ampla da trajetória de vida dessas mulheres.

Ademais, considerando essas mudanças da pesquisa qualitativa, conseguimos depreender que esta proporciona a possibilidade de análises mais amplas do objeto de estudo, já que se dá como uma forma de diálogo entre quem investiga e os sujeitos investigados. Por isso, esse tipo de estudo proporciona a capacidade de abarcar uma diversidade de instrumentos e diferentes direcionamentos, mas, mesmo assim, possui características em comum que nos auxiliam a definir essa pesquisa neste campo.

É importante ressaltar, ainda, que a pesquisa qualitativa deve levar em conta o contexto em que está inserido o sujeito, percebendo as influências do ambiente. Assim, o investigador utilizará de dados descritivos para produzir as análises, procurando ser sempre sensível aos detalhes que podem revelar aquilo que não foi verbalizado ou nitidamente percebido. Além disso, não há uma preocupação exclusiva com o resultado, mas principalmente com o processo da pesquisa que também é parte dela. Da mesma forma, os resultados só podem ser totalmente perceptíveis ao final deste processo, pois não é possível traçar previamente uma resposta ao problema de pesquisa. Por fim, na abordagem qualitativa, tem-se um rigor e cuidado com os significados que produzem, por exemplo, em uma entrevista (BOGDAN; BIKLEN, 1994). Partimos, portanto, da concepção de que é importante ouvir as sujeitas de pesquisa e confirmar como suas histórias são reais e valorosas. Isso é evidenciado no movimento feito por Conceição Evaristo ao escrever, já que a autora é

[...] interpelada a assumir uma posição-sujeito que denuncia a situação vivida pela população negra brasileira em condição de miséria. Denuncia não somente porque a observa e a descreve, mas porque, sobretudo, soma-se à condição dessa população e lhe empresta a voz em diferentes movimentos, com a esperança que esse gesto ecoe e seja sentido pelos seus leitores, certamente pessoas que vivem em condição diferente. (REMENCHE; SIPPEL, 2019, p. 46).

Portanto, adotar essa metodologia faz parte de nos assumirmos como também escrevintes e nos concebermos como escritoras do cotidiano, a partir da reflexão de que o problema de pesquisa aqui discutido também faz parte das escritas de nossas vidas. Isso deve acontecer pelo reconhecimento de que a escrita acadêmica ocorre em meio a um contexto de ações culturais e históricas e deve ser compreendida, como discute Barbara Kamler e Pat Thomson (2015), como prática social discursiva. As autoras também acrescentam que ela

pode ser percebida como dialógica, no sentido que estabelece um diálogo com um leitor e um público a que se destina a comunicação e a divulgação. Além disso, deve ser enxergada como identitária, de modo que, em alguma medida, representa, é constituída e constituinte da identidade de quem é o “estudiosos(a)”.

Porém, para que haja rigor metodológico, é preciso adotar certos parâmetros que direcionem a investigação, pelo menos inicialmente, por isso serão utilizadas três categorias de análise, que poderão ser alteradas no decorrer da pesquisa, já que a própria coleta pode apresentar outras informações que provoquem as mudanças. Por meio da análise qualitativa de conteúdo, Uwe Flick (2009) afirma que é possível estabelecer previamente pela teoria e, então, “[...] as categorias são levadas para o material empírico e não necessariamente desenvolvidas a partir deste, embora sejam reiteradamente avaliadas em contraposição a esse material e, se necessário, modificadas” (FLICK, 2009, p.291). Graham Gibbs (2009) também pontua que a codificação, a partir dos conceitos, permite que, na análise da coleta de dados, modifiquem-se tais códigos e categorias.

A primeira **categoria aqui apresentada é a dos saberes**, na perspectiva abordada por Carmen Cavaco (2009), da formação experiencial, que ocorre à medida em que os conhecimentos aprendidos podem ser posteriormente utilizados e reconhecidos. É relevante ressaltar que possuímos consciência de que essa não é uma perspectiva única sobre como a aprendizagem através da experiência ocorre, mas que serve como ponto de partida para identificar os saberes produzidos, a partir da militância dessas mulheres, já que nem todas as aprendizagens podem ser quantificadas ou mesmo qualificadas. **Outra categoria, então, que emerge como necessária são os espaços**, ou seja, reconhecer os espaços nos quais os saberes são produzidos e/ou compartilhados. Também, **há as mudanças na trajetória de vida dessas mulheres**, pontos de confluência, de conflito, ou mesmo de superação, a fim de sinalizar, de forma explícita, alterações que aconteceram devido a suas participações nos partidos.

Desse modo, o seu desenvolvimento se apresentou como uma possibilidade de investigar sobre a participação das mulheres na política especialmente em um momento em que, apesar de crescente a inserção delas, ainda há grandes desafios e estigmas que afetam essas trajetórias de vida. Assim, as questões abordadas instigam-nos a adentrar na tarefa a que se compromete a pesquisa.

1.2 O questionário

O questionário foi aplicado com o intuito de realizar o levantamento das mulheres interessadas em participar da pesquisa. Para ampliar a divulgação, utilizamos cartaz, divulgado na rede social *Instagram*, como forma de compartilhamento e acesso a mais pessoas. Fruto dessa movimentação, Olga²⁴, participante da pesquisa, alegou ter tido contato com a pesquisa a partir dessa divulgação.

Figura 1 – Material de divulgação do formulário

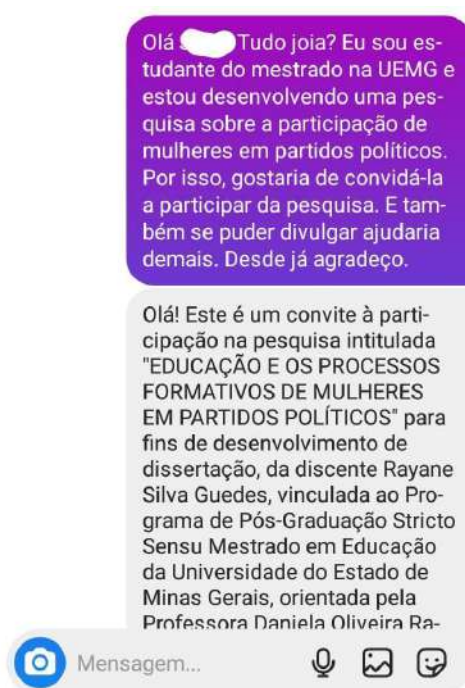


Fonte: Perfil do Instagram @rayanesilvaguedes.

Houve também a divulgação nos grupos de *Whatsapp* de pesquisadoras dos quais somos membros. E, de forma direta, o convite para responder o questionário foi enviado a 28 militantes e ex- militantes das organizações propostas. E, também, para sete perfis do *Instagram*, sendo eles: Coletivo Feminista Classista “Ana Montenegro BH”, Coletivo “Juntas! Minas Gerais”, Movimento “Olga Benário”, a organização do “8 de Março Unificado - RMBH”, “PCB Minas Gerais”, “Unidade Popular MG” e “PSTU Belo Horizonte”.

²⁴ Olga, 36 anos, é militante em Uberaba há 5 anos pelo PCB. Respondeu ao questionário no dia 26 junho de 2022.

Figura 2 – Envio do convite



Fonte: Arquivo próprio.

Por meio do formulário²⁵, foram coletadas 18 respostas, destas, duas são integrantes do PT, oito do PSOL, uma independente e ex-militante do PCB, duas ex-militantes do PSTU, duas militantes do PSTU, duas do PCB e duas do UP. Seis delas se declararam brancas, oito negras/pretas, três pardas e uma preferiu não se autodeclarar. Os gráficos abaixo apresentam uma síntese dos dados levantados e apontam especificidades das mulheres que responderam ao formulário. A maioria delas tem entre 30 e 39 anos.

Quadro 3 – Participantes que responderam o formulário

PARTICIPANTE	IDADE	RAÇA OU ETNIA	GÊNERO	FORMAÇÃO ESCOLAR	PARTIDO	TEMPO	PARTICIPAÇÃO
Simone	42	Negra	Hétero	Ensino médio completo	PSOL	3 anos	Todo mês
Rosa	33	Branca	Feminino	Superior completo	PSOL	13 anos	Todo mês
Olga	36	Branca	Feminino	Mestrado	PCB	5 anos	Toda semana
Luíza	40	Branca	Feminino	Superior completo	Fui do PSTU	11 anos	Toda semana
Ketellen	38	Negra	Feminino	Superior completo	PSOL	20 anos	Todo mês
Alexandra	28	Não desejo	Feminino	Ensino superior completo	PSTU/PSOL	7 anos	Nunca

²⁵ Disponível em: <https://forms.gle/vRLLauzmgBRzRRG4A>. Acesso em: 08 jun. 2022.

		declarar					
18	23	Negra	Feminino	Superior Completo	PT	4 anos + 3 sem filiação	Toda semana
17	59	Negra	Feminino	Doutorado	PSOL	45 no movimento social	Toda semana
16	52	Preta	Mulher trans	Superior incompleto	PSTU	6 anos	Toda semana
15	22	Parda	Feminino	2º grau completo	UP	3 anos	Toda semana
14	34	Parda	Feminino	Mestre	PSOL	15 anos	Toda semana
13	36	Parda	Mulher cis	Superior completo	PSOL	15 anos	Toda semana
12	62	Negra	Feminino	Pós graduação	PSOL	4 anos	Toda semana
11	44	Branca	Não binarie	Especialista em Comunicação	PSOL	2 anos (PSOL). No total 31 anos	Toda semana
10	68	Negra	Cis	Superior incompleto	PT	22 anos	Às vezes
9	24	Negra	Feminino	Superior incompleto	UP	9 anos	Toda semana
8	34	Branca	Feminino	Superior completo	PSTU	20 anos	Toda semana
7	29	Branca	Feminino	Estudante de mestrado	Independente	Desde 2014	Às vezes

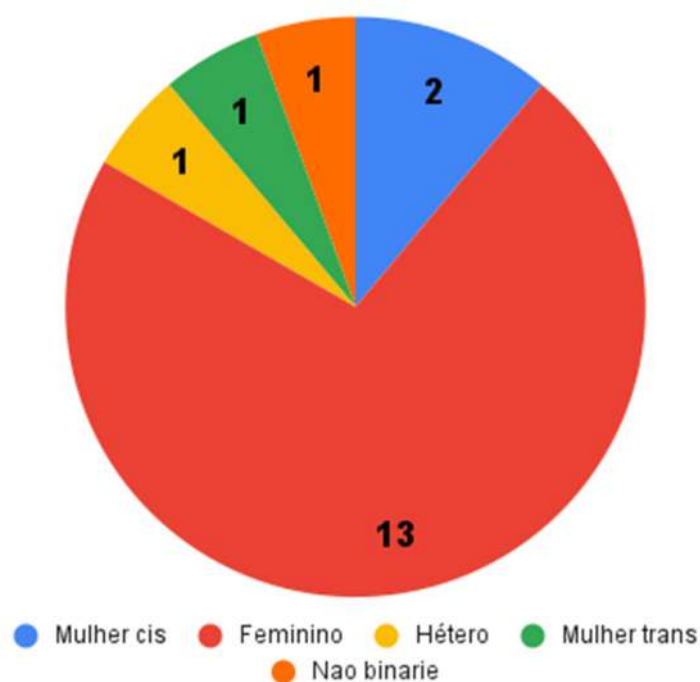
Gráfico 2 – Idade



Fonte: Arquivo próprio.

Houve uma resposta de uma mulher trans (52 anos, negra) e um não binarie (44 anos, branca)²⁶, 70,6% se declararam do gênero feminino e uma hétero. Tais dados indicam que a compreensão do que é a identidade de gênero e a orientação sexual pode ser, muitas vezes, confundida.

Gráfico 3 – Gênero



Fonte: Própria

²⁶ Trans/transsexual, conceito ligado à identidade de gênero, se refere às pessoas que se identificam com o gênero diferente do que foi designado no nascimento. Travesti é uma identidade feminina de quem tem expressões de gênero que contrariam o que a sociedade designou para elas. Identidades não cisgêneras são as identificações que não se enquadram no “binômio sexo-gênero”

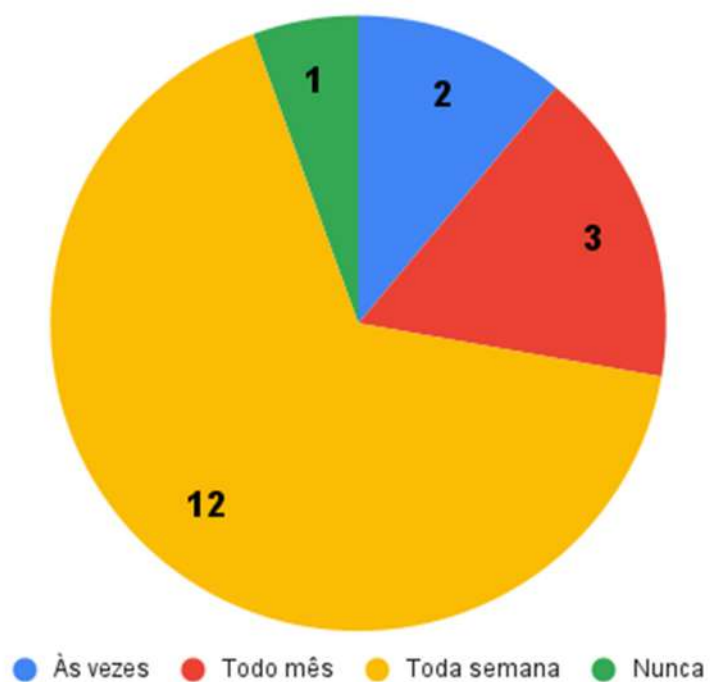
Gráfico 4 – Formação escolar



Fonte: própria

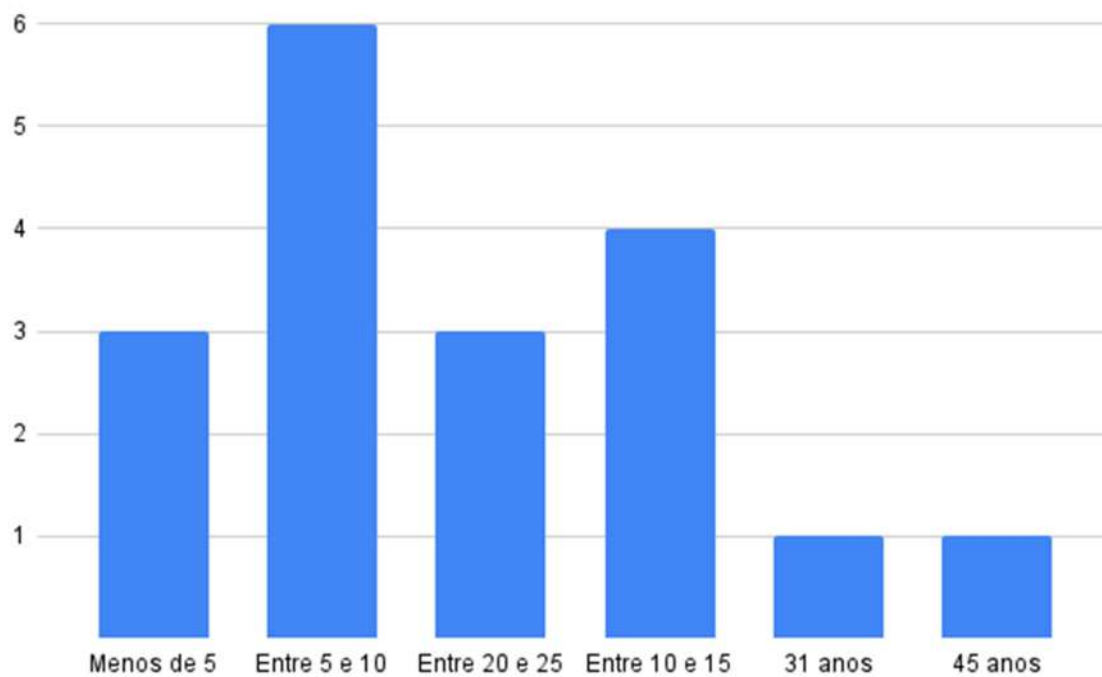
64,7% registraram que exercem a militância toda semana, mas é interessante observar que, mesmo entre quem não está organizada mais em partido, houve quem indicasse que milita toda semana, ou que às vezes milita, o que pode demonstrar que, apesar da saída da organização, continuaram com suas atividades militantes. Ainda, a quantidade de mulheres que responderam que acessaram o ensino superior é relevante, somados 89,9%, o que indica que o próprio acesso à educação e ao espaço das universidades pode contribuir para o envolvimento nos partidos. Por outro lado, a participante 9 relatou em conversa, na entrega do caderno, que ingressou à universidade, por meio de sua atuação no partido, já que foi mediante a militância que percebeu ser possível acessar uma universidade pública.

Gráfico 5 – Frequência de participação



Fonte: Arquivo Próprio.

Gráfico 6 – Tempo da militância



Fonte: Arquivo Próprio.

É interessante ainda sinalizar como a última pergunta nos auxilia a entender, inclusive, o caráter da experiência desenvolvida nos partidos. Quando perguntadas sobre o motivo de terem começado a militar, as repostas foram²⁷:

"Desejo de contribuir com a mudança social." (Rosa);

"Pra que a política pública chegue a quem realmente precisa" (Simone);

"Ruptura com o PT" (Ketellen);

"Eu sempre fui uma pessoa muito revoltada com a vida e eu me identificava com algumas ideias de esquerda. Vim pra BH e entrei no CEFET e comecei a ter contato com pessoas do PSTU e com os movimentos e fui chamada a participar." (Alexandra);

"Acordo programático, indignação com problemas sociais, amigos militantes" (Luíza);

"Identificação com as bandeiras de luta e necessidade de se organizar" (Olga);

"Acreditar que a organização partidária é um importante instrumento da classe trabalhadora" (Participante 7);

"Para mudar a sociedade capitalista" (Participante 8);

"Iniciei a militância no movimento estudantil, sem intenção de me filiar a um partido. Anos depois, convencida da necessidade, ajudei na construção do partido." (Participante 9);

"Pela redemocratização do país, após 20 anos de ditadura militar." (Participante 10);

"Alinhamento com as pautas" (Participante 11);

"Pra lutar mais intensamente contra Bolsonaro." (Participante 12);

²⁷ Ressaltamos que todas as escritas das participantes da pesquisa foram apresentadas na sua integralidade, exatamente da forma como escreveram, sem alterações de qualquer cunho.

"Por entender a necessidade de organização para construção de uma nova sociedade, livre da exploração." (Participante 13);

"Luta contra preço da passagem" (Participante 14);

"pq acredito no programa do partido, mas principalmente por ter visto sua atuação prática junto a classe trabalhadora, construindo de fato as condições pra concretizar o projeto do partido." (Participante 15);

"Combater o capitalismo e as opressões de forma orgânica e centralizada." (Participante 16);

"Ajudei na construção do PSOL desde o início para ser uma ferramenta de construção da revolução brasileira" (Participante 17);

"Antes de entrar no partido eu já militava pelo movimento estudantil na defesa da educação pública, gratuita e de qualidade. Vi no partido uma abertura para a construção junto aos movimentos sociais da cidade e do estado e um contato próximo com a discussão de construção de políticas públicas, através dos mandatos. Além disso, também me inseri na luta pelos direitos das mulheres e tive contato com outros movimentos sociais que pautavam a agroecologia e o bem viver." (Participante 18).

As respostas que explicam o motivo de participação nos partidos podem ser entendidas como um reflexo das ações realizadas nos espaços das organizações, que buscam transformar diretamente a realidade concreta, elemento que apareceu em muitas falas. Tais ações não são simples atividades, mas se configuram como práxis. Isso pode ser compreendido por Vásquez (2007), ao definir que a 'práxis social' não apenas representa a atuação dos indivíduos no que concerne a si mesmos, mas, vai além do que todas as ações humanas possuem, mostrando que elas devem ter a perspectiva de transformação da sociedade, a partir de mudanças materiais.

Após o recebimento das respostas e considerando sua pluralidade, foi realizada uma seleção de quem continuaria participando do estudo. Entretanto, encontramos dificuldades no contato com algumas interessadas, seja pela falta de tempo, a distância, ou mesmo ausência

de retorno aos nossos contatos. Uma das interessadas selecionadas não pôde participar devido ao período eleitoral, uma vez que ela respondeu que é militante profissional²⁸ e não teria tempo, nos meses seguintes, para escrever. Por isso, apesar da relevância de priorizar trajetórias diferentes na pesquisa, como indicado anteriormente, também tivemos que lidar com algumas limitações. Por exemplo, havíamos selecionado para dar continuidade à pesquisa uma mulher trans e um não binarie, no entanto, não foi possível dar prosseguimento às escritas delus.

A partir disso, o contato foi realizado, por meio de uma mensagem no aplicativo *Whatsapp*, a fim de que as participantes selecionadas conhecessem mais da pesquisa. Juntamente à mensagem, enviamos um vídeo, que explicava a importância de um encontro presencial para a entrega dos materiais e explicação das dinâmicas da metodologia.

Figura 3 – Mensagem de contato no Whatsapp



Fonte: Arquivo Próprio.

No contato com as nove Participantes, foi entregue um caderno sem pauta, uma caneta e duas cópias do termo de compromisso. O caderno sem pauta foi escolhido para que as mulheres pudessem escrever de forma livre, não apenas no conteúdo, mas também no formato, inserindo, caso fosse do interesse das sujeitas, uma poesia, foto, desenho, etc. Houve diferentes respostas à possibilidade de escrita livre; ao mesmo tempo em que a participante Ketellen disse ter gostado bastante da proposta, as demais demonstraram um certo

²⁸ Militante profissional é uma pessoa que trabalha integralmente para o partido e recebe um salário para auxiliar na construção da organização, para demandas diversas, administrativas, jurídicas, de comunicação, etc.

desconforto, por não terem um direcionamento sobre o conteúdo ou o formato da escrita. Algumas relataram que haviam entendido que seria apenas o formulário da pesquisa a ser respondido, ou que uma entrevista ocorreria, e, até mesmo, que um vídeo seria gravado. Logo, essas questões acabaram deixando em aberto que não ficou bem explícito, na descrição do formulário, como ocorreria a continuidade da investigação. Apesar de ter essa questão expressa no texto, com cada uma foi combinado que a primeira escrita seria realizada dentro dos próximos 30 dias e, então, seria feita a troca do termo de consentimento livre e esclarecido.

Figura 4 – Cadernos distribuídos



Fonte: Arquivo Próprio.

Convém salientar que a escolha de falar sobre o contato com as mulheres, juntamente com suas escritas, objetiva facilitar a localização das informações e uma melhor visualização do processo com cada uma. Por isso, neste momento, buscamos relatar sobre o contato com as três participantes que não entregaram os cadernos e, posteriormente, as demais Participantes serão apresentadas.

A participante sete²⁹ encontrou-me, na Universidade Federal de Minas Gerais, no dia 01 de agosto de 2022. Ela é estudante de Mestrado, atualmente independente³⁰, ex-militante do PCB, milita desde 2014, possui 29 anos e declarou-se branca. Demonstrou interesse em escrever também como forma de revisitar questões de seu engajamento e de sua trajetória no

²⁹ A numeração objetivou, em um primeiro momento, preservar a identidade das participantes e organizar as informações coletadas.

³⁰ Nomeia-se independente a pessoa que milita sem estar organizada no partido, ou que, em partido com diferentes correntes, milita sem estar vinculada a nenhuma vertente.

partido. Ela afirmou que entrou para a militância por “acreditar que a organização partidária é um importante instrumento da classe trabalhadora”. No dia 24 de novembro, fui ao encontro dela para pegar o caderno, porém ela me informou que não tinha conseguido escrever quase nada. Havia escrito, passado a “limpo”, apagado e novamente tentado escrever. Percebi que a escrita estava lhe causando angústia e, conseqüentemente, a Participante demonstrava estar insegura e culpada por não dar conta de contribuir com a pesquisa. Busquei tranquilizá-la quanto às questões que levantou, considerando que o intuito era justamente fortalecê-la e não fragilizá-la. Combinamos uma nova data, mas não ocorreu a entrega do caderno.

Encontrei-me com a participante número oito, no dia 08 de agosto de 2022, no centro de Belo Horizonte. Ela tem 34 anos, declarou-se branca, é formada no ensino superior e milita há 20 anos no PSTU. Informou que ficou em dúvida em participar, por conta da demanda de escrita, mas depois achou que seria interessante escrever sobre a militância. Segundo ela, “para mudar a sociedade capitalista”, adentrou nas fileiras do partido. No dia 16 de outubro, a mulher comentou que não estava conseguindo escrever, pois estava fazendo muitas matérias na faculdade e estava preocupada com os prazos. No dia 09 de novembro foi realizada a última tentativa de entrega do caderno, mas a participante não respondeu mais às mensagens.

No dia 19 de agosto de 2022, deu-se a entrega do caderno à Participante nove, militante do Unidade Popular, na Casa Tina Martins. O local de referência à luta por espaços de acolhimento a mulheres em situação de violência doméstica é parte dos lugares de atuação dela, que informou estar empolgada para escrever como uma possibilidade de rememorar sua trajetória. Ela nos informou que era a primeira vez que se tornava candidata à Deputada Estadual, e que essa oportunidade de escrita também a ajudou a refletir sobre os caminhos na política. Ela possui 24 anos, é negra, estuda no ensino superior, milita há 9 anos. No questionário, afirmou: “inicieei a militância no movimento estudantil, sem intenção de me filiar a um partido. Anos depois, convencida da necessidade, ajudei na construção do partido”. O último contato com ela foi realizado no dia 09 de novembro e não tivemos mais retorno.

As três últimas mulheres selecionadas não finalizaram a escrita do caderno e poderíamos levantar diversas hipóteses sobre o motivo. A quantidade de demandas cotidianas, as eleições durante o ano de 2022, as dificuldades no exercício de dizer sobre si mesmas, mas também há um fator relevante, que vivenciei ao longo da construção partidária, o receio em falar sobre o partido para qualquer pessoa que não o integrasse. E, mesmo dentro dele, as informações circulavam de acordo com os grupos. Lembro-me de que, mesmo em consulta com a psicóloga, era difícil saber o que poderia dizer sobre a minha atuação

militante, pois o medo da repressão e da perseguição política era algo que sempre nos preocupava, especialmente em determinados contextos. Isso se deu, principalmente, pois ouvíamos e sabíamos de casos de casas de militantes invadidas e de sedes do partido que foram atacadas. Além disso, a memória viva dos horrores da ditadura militar e de um frágil processo de redemocratização em que muitos elementos permaneceram acabavam nos deixando em estado de alerta. Os documentos políticos do partido, a exemplo, não eram guardados, materiais internos exigiam sigilo, não somente frente à repressão, mas também perante as disputas políticas e grupos externos à organização.

Também, no atual período, o crescimento de grupos conservadores expõe novamente mais um alerta em relação à segurança das militantes. Valerio Arcary (2022), historiador e militante, defende que “precisamos refletir sobre os problemas de segurança na esquerda. Temos muito a aprender com o que aconteceu a partir de 2013, sobretudo depois do assassinato de Marielle Franco” (ARCARY, 2022, p.69). Por isso, compreendo que são múltiplos os motivos que podem desencorajar a participação. Sem contar, que o processo de escrita da forma como foi planejada pode expor para nós mesmas as questões que muitas vezes “escolhemos” silenciar. Porém, reconheço e agradeço a participação delas até onde puderam contribuir, pois toda pesquisa tem seus percalços e, mesmo sem terem feito a entrega dos cadernos, conseguiram colaborar com esta investigação.

O questionário utilizado representou uma importante ferramenta para o contato inicial com as Participantes, e as informações obtidas por ele já indicam uma pluralidade de sujeitas, da forma como objetivamos em um primeiro momento. Esta pesquisa foi aprovada no Comitê de Ética, parecer nº5.471.723, e os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido foram assinados juntamente com o recebimento dos cadernos.

2 PARTIDOS DE ESQUERDA: bandeiras, bordões e posições

*Companheira me ajuda que eu não posso andar
só
Eu sozinha ando bem, mas com você ando
melhor*

(Sem autoria conhecida)

Conhecer os partidos dos quais estamos falando é relevante, pois compreendemos que nem todos possuem a mesma estrutura, muito menos os mesmos objetivos e, por isso, a experiência dentro deles pode se dar de forma distinta. Além disso, a pesquisa de Gabriela Tarouco e Rafael Madeira (2013), *Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil*, observa que, muitas vezes, os partidos são classificados de acordo com a sua atuação no legislativo. No entanto, para classificá-los de forma mais coerente é necessário realizar uma análise do programa de cada um, com o objetivo de perceber que “[...] nossas especificidades históricas justificam uma revisão dos elementos a serem considerados na classificação ideológica, para além da dicotomia intervenção estatal x livre mercado” (TAROUCO; MADEIRA, 2013, p. 149). Dessa forma, a distinção entre direita e esquerda exige um olhar mais aprofundado, principalmente considerando o Brasil como um país que é ex-colônia e que passou por vários períodos de ruptura da ordem democrática institucional. Após a ditadura civil-militar (1964-1985), por exemplo, no período de redemocratização, o número de partidos teve um potencial aumento. A partir disso, foi possível propor algumas categorias de classificação de organizações de esquerda, levando em conta que outros fatores, como o comportamento real, além da ideologia que defendem, também são importantes. Nesse contexto, Norberto Bobbio (1995) afirma que

"Esquerda" e "direita" indicam programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política, contrastes não só de idéias, mas também de interesses e de valorações [valutazioni] a respeito da direção a ser seguida pela sociedade, contrastes que existem em toda sociedade e que não vejo como possam simplesmente desaparecer. (BOBBIO, 1995, p. 33).

Levando essas ideias em consideração, Gabriela Tarouco e Rafael Madeira (2013) apresentam os seguintes elementos para definir os partidos de esquerda, como por exemplo, regulação do mercado, planejamento econômico, economia marxista, expansão do Welfare

State³¹ e classes trabalhadoras (TAROUCO; MADEIRA, 2013). Todavia, é importante ressaltar que essa é uma questão a ser aprofundada, no que se refere às mudanças e às características próprias do país. Ainda considerando o contexto da necropolítica, Achille Mbembe (2018) mostra-nos que é possível inferir que os partidos de esquerda também são aqueles que, de alguma forma, trabalham para por fim a tal política. Além disso, eles contestam o extermínio de tais sujeitos, organizando-os para o seu fortalecimento e resistência.

Essa perspectiva pode ser observada nos grupos que pesquisamos, principalmente, ao observarmos a centralidade que a classe trabalhadora assume em seus programas, materiais e propostas. Assim, a partir da busca nos *sites* das organizações, é possível perceber que as questões de gênero, de raça, de sexualidade, de identidade de gênero, da juventude e dos movimentos sindicais se encontram presentes. Ademais, há, ainda, a oposição ao capitalismo e à desigualdade social. Nesse sentido, constatamos, também, que, apesar do UP não possuir, em seu *site* oficial, um material direcionado especificamente à juventude, o partido compõe a União da Juventude Rebelião (UJR), o que evidencia, desse modo, uma preocupação com esse grupo.

Quadro 4 – Pesquisa nos endereços eletrônicos

Tema	Partido	Citação
Raça	PSTU ³²	Seção do <i>site</i>
	PSOL ³³	Parte do programa “14) Combate ao racismo e contra a opressão dos negros”.
	UP ³⁴	Parte do programa “13) [...] fim do racismo e da discriminação dos negros”.
	PCB ³⁵	Seção do <i>site</i>
Gênero	PSTU	Seção do <i>site</i>
	PSOL	Parte do programa “15) Em defesa dos direitos das mulheres.

³¹ Welfare State é o Estado de Bem-estar Social, no qual o estado possui um caráter assistencialista e que promove intervenções para garantia de direitos e qualidade de vida à população.

³² *Site* do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/>. Acesso em: 05 ago. 2022.

³³ Programa do Partido Socialismo e Liberdade. Disponível em: <https://psol50.org.br/partido/programa/>. Acesso em: 05 ago. 2022.

³⁴ Programa do Partido Unidade Popular. Disponível em: <https://www.unidadepopular.org.br/programa/>. Acesso em: 05 ago. 2022.

³⁵ *Site* do Partido Comunista Brasileiro. Disponível em: <https://pcb.org.br>. Acesso em: 05 ago. 2022.

		Pela emancipação das mulheres”.
	UP	Parte do programa “13) Fim da discriminação das mulheres; direitos iguais; [...] firme combate à exploração sexual de mulheres e crianças; pela descriminalização e legalização do aborto”.
	PCB	Seção do <i>site</i>
LGBTQIAP+	PSTU	Seção do <i>site</i>
	PSOL	Parte do programa “19) Pela livre expressão sexual”.
	UP	Parte do programa “13) [...] lutar contra todas as manifestações lgbtfóbicas; firme punição aos infratores”.
	PCB ³⁶	Categoria do <i>site</i>
Juventude	PSTU	Seção do <i>site</i>
	PSOL	Parte do programa “16) A luta da juventude é, no presente, a luta pelo futuro”.
	PCB	Seção do <i>site</i>
Sindicato	PSTU	Seção “Movimento” do <i>site</i>
	PSOL	Parte do programa “10) Contrar as burocracias sindicais. Democracia nos sindicatos e nos movimentos sociais”.
	UP	Parte do programa: “Ampla liberdade de expressão e organização para os trabalhadores e o povo”.
	PCB	Seção do <i>site</i>
Capitalismo	PSTU	No texto da seção “Conheça o PSTU” - “Não é possível reformar o sistema capitalista”.
	PSOL	Parte do programa “1) Socialismo com democracia, como princípio estratégico na superação da ordem capitalista”.
	UP	Parte do programa “1) Controle social de todos os monopólios e consórcios capitalistas e dos meios de produção nos setores estratégicos da economia”.
	PCB ³⁷	No texto “Manual de organização Partidária” - “Os novos camaradas entram no Partido como militantes que se destacaram nas lutas sociais, compreenderam a necessidade de

³⁶ Categoria LGBT no *site* do Partido Comunista Brasileiro. Disponível em: <https://pcb.org.br/porta2/category/s6-movimentos/lgbt>. Acesso em: 05 ago. 2022.

³⁷ Manual de organização partidária do Partido Comunista Brasileiro. Disponível em: <https://pcb.org.br/porta/docs/manual.html>. Acesso em: 05 ago. 2022.

		superação do capitalismo [...]”
Desigualdades sociais	PSTU	No texto da seção “Conheça o PSTU” - “uma sociedade que, ao colocar fim na desigualdade e na injustiça que caracteriza o capitalismo vai criar as condições para acabar também com toda forma de discriminação e opressão contra negros e negras, indígenas e povos da Floresta, as mulheres, as pessoas LGBT, a xenofobia, as desigualdades regionais”.
	PSOL	Parte do programa “Parte II – Bases de análise e caracterizações 1) Aumenta a exploração do Brasil e da América Latina”.
	UP	Parte do programa “1) [...] planificação da economia para atender às necessidades da população e acabar com as desigualdades regionais e sociais”.
	PCB	No texto “Manual de organização Partidária” - “[...] ou despertaram para a necessidade da luta contra a desigualdade, por justiça e por melhores condições de vida para os trabalhadores, a juventude e a população em geral”.

Fonte: Levantamento produzido para a pesquisa.

A própria ideia do que é a democracia e a construção dessa perspectiva destoam até mesmo entre os partidos de esquerda. De acordo com Ricardo Mendonça e Letícia Birchal (2022), as diferentes concepções do que é essa construção têm seus efeitos e são muitos os que podem ser antidemocráticos, mesmo quando anunciam a defesa dessa forma de governo. Em se tratando dos partidos aqui estudados, alguns deles levantam a questão da democracia e da necessidade de defesa do "Estado democrático de direito". Já o PSTU, por exemplo, questiona que tipo de democracia se tem instaurado e expõe, em seu material de apresentação, o que denominam como “democracia dos ricos”. O partido deixa claro que, nesse exemplo de forma de governar, não é possível realizar transformações e, por isso, chamam à construção de uma verdadeira democracia, na qual os trabalhadores possam se organizar a partir de alguns instrumentos como conselhos ou “comitês populares”.³⁸

Em minha experiência, observei que essas perspectivas são fundamentais e impactam na concretude do que significa participar dessas organizações. Se a estratégia “final” desses partidos para a obtenção dos seus objetivos é a revolução, a exemplo, pode-se negligenciar a potencialidade do que representa um processo eleitoral, do diálogo e frentes de atuação. O isolamento e a inexpressividade de representação de algumas organizações no legislativo pode, portanto, indicar um descolamento do uso de certas estratégias. É evidente que as

³⁸ Disponível em: <https://www.pstu.org.br/conheca/>. Acesso em: 04 jun. 2022.

próprias posições políticas não hegemônicas acabam por repercutir no real poder de atuação e alcance, quando esses partidos se localizam com setores que possuem menos representação eleitoral. Entretanto, as escolhas de vertentes e táticas de ação podem contribuir para o fortalecimento ou enfraquecimento. Nesse caso, apesar dos partidos terem elementos próximos e pautas semelhantes, eles se distinguem não somente no campo teórico, mas também em sua forma de estruturação.

No livro *Três modelos normativos de democracia* (1995), Jürgen Habermas compreende três tipos de política, sendo elas, a liberal, a republicana e elabora a ideia de democracia deliberativa. Na democracia liberal, para ele, o Estado está voltado aos interesses privados, e a política seria uma forma de mediar a relação entre a administração pública e os aspectos coletivos da vontade das pessoas. A sociedade estaria, então, voltada ao mercado econômico, aos direitos dos cidadãos relacionados aos interesses individuais e ao Estado como garantidor do exercício de tais vontades próprias.

Ainda, o autor expõe que, na democracia republicana, a política é reconhecida "[...] como uma forma de reflexão de um complexo de vida ético (no sentido de Hegel)" (HABERMAS, 1995, p. 40). E, por isso, há uma organização pelo bem comum frente à solidariedade e ao reconhecimento da dependência coletiva. Desse modo, nesse exemplo de política, as decisões coletivas dependem da instituição de valores éticos pelos cidadãos, já que "a sociedade centra-se no Estado; pois na prática da autodeterminação política dos cidadãos a comunidade torna-se consciente de si como totalidade e, mediante a vontade coletiva dos cidadãos, age sobre si mesma" (HABERMAS, 1995, p.46). Entretanto, para ele, os dois modelos - republicano e liberal - possuem limitações em relação ao processo democrático. Sobre isso, o autor revela que

no primeiro caso a cidadania é considerada como um ator coletivo, que reflete o todo e age por ele; no segundo caso, os atores agem como variáveis independentes em processos de poder que se desenvolvem de forma cega, porque para além dos atos de escolha individual não podem existir decisões coletivas tomadas de forma consciente, exceto em um sentido meramente metafórico. (HABERMAS, 1995, p.48).

E, no intento de formular uma proposta de democracia deliberativa, além do já disposto, Habermas (1995) também disserta sobre o “agir comunicativo”, que possibilitaria a expressão de diferentes discursos. A partir dessa proposta, seria possível concatenar ambos os tipos de política, por intermédio das decisões tomadas de forma discursiva e racional, uma vez que

as implicações normativas saltam à vista: a força da integração social que tem a solidariedade social, não obstante não mais poder ser extraída somente das fontes de ação comunicativa, deve poder desenvolver-se com base em amplamente diversificados espaços públicos autônomos e em procedimentos de formação democrática da opinião e da vontade políticas, institucionalizadas em termos de Estado de Direito; e, com base no meio do Direito, deve ser capaz de afirmar-se também contra os outros dois poderes - o dinheiro e o poder administrativo. (HABERMAS, 1995, p.48).

Contudo, Luis Felipe Miguel (2014) alerta-nos para um perigo de aproximação entre o deliberacionismo que possui um “amplo espectro” e o pluralismo liberal. Isso pode ser explicado, pois, nas primeiras produções de Habermas, o autor expõe que “é possível trilhar um caminho que substitui a busca da imparcialidade pela inclusão das múltiplas posições sociais” (MIGUEL, 2014, p.20), mas que, a exemplo, em Rawls já não há o reconhecimento dessa possibilidade. Para ilustrar a questão, ele também realiza uma crítica a Axel Honneth, escritor do livro *Luta pelo reconhecimento: para uma gramática moral dos conflitos sociais*³⁹, ao afirmar que Honneth entende o conflito como sintoma, e tal consensualismo poderia indicar uma “justificativa da ordem liberal”, assim como se vê também no livro “Direito e democracia” de Habermas.

Em contrapartida, Ricardo Mendonça (2013) identifica “diálogos instáveis” entre os deliberacionistas e a teoria crítica Frankfurtiana, negando que a tradição deliberacionista tenha se aproximado completamente da liberal. E, ainda, indica a necessidade de um fortalecimento das relações com a teoria crítica. Sobre isso, a autor afirma que

interesse e poder são conceitos úteis à matriz deliberacionista, ajudando a descortinar práticas opressivas e a refletir sobre a possibilidade de superação delas. Aliás, o foco no debate argumentativo implica o reconhecimento de que os jogos de força existentes não devem ditar o rumo das decisões, o que ocorre, por definição, nas barganhas do liberalismo pluralista. (MENDONÇA, 2013, p.58).

Compreender as tramas dessas definições se mostra importante, especialmente nos países do Sul Global. Em relação a isso, Boaventura de Souza Santos, no livro que organizou e é intitulado *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa* (2002), por meio do artigo *Para ampliar o cânone democrático*, defende, juntamente com Leonardo Avritzer (2002), que Habermas permite que a discussão sobre “procedimentalismo social e

³⁹ HONNETH, Axel. **Luta pelo reconhecimento**: para uma gramática moral dos conflitos sociais. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

participativo” retorne sob a ótica de uma pluralidade de formas de existir. Um exemplo dessa atuação social, que não é assentida pelo governo, mas trata de impor diferentes atores políticos, seria o orçamento participativo no Brasil. Por essa perspectiva, “as ações em público dos indivíduos permitem-lhes questionar a sua exclusão de arranjos políticos através de um princípio de deliberação societária [...]” (SANTOS; AVRITZER, 2002, p. 52) e pela esfera política, do ponto de vista de Habermas, seria possível que mulheres, negros, trabalhadores e demais pertencentes aos grupos marginalizados no país, pudessem discutir os problemas do privado. No entanto, no Brasil e nos países do Sul Global, principalmente na América Latina, esse debate só aconteceu por volta da década de 1980, a partir do processo de redemocratização, momento em que a forte atuação dos movimentos sociais implicou em debater o procedimento e a participação. Portanto, "o que a democratização fez foi, ao inserir novos atores na cena política, instaurar uma disputa pelo significado da democracia e pela constituição de uma nova gramática social"(SANTOS; AVRITZER, 2002, p. 54). Além disso, ela se preocupou em exigir uma reelaboração sobre a relação entre o Estado e a participação social. Dessa forma, tanto o Estado quanto a sociedade civil podem ser entendidas de diferentes modos a depender da perspectiva e do tipo de sociedade que se almeja. Nesse sentido, a função a que cabe ao Estado, o que se entende por democracia, a leitura que se faz de povo e, mesmo a compreensão de direitos, serão afetadas pelos fundamentos teóricos e estratégicos de cada partido.

A partir das considerações expressas anteriormente, é importante ressaltar que o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU)⁴⁰, fundado em 1994, a partir de um rompimento com o Partido dos Trabalhadores (PT), de acordo com as informações de apresentação em seu *site* oficial, “é revolucionário e objetiva a construção de uma sociedade socialista”. Isso se dá com o objetivo de acabar com a opressão e a exploração a que os trabalhadores estão submetidos no atual sistema capitalista. Assim, há a oposição aos demais partidos reformistas, a partir da defesa de que os trabalhadores assumam o poder e o controle político do país, em uma perspectiva internacionalista.

Já o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)⁴¹, em seu programa, argumenta a favor do desenvolvimento do “socialismo com democracia”, de forma internacional, contra o imperialismo. O grupo também ressalta a necessidade de uma reforma agrária e uma reforma urbana. A defesa da democracia aparece, para eles, de forma central, já que exigem reformas populares em favor dos trabalhadores e das “minorias nacionais”. É importante pontuar,

⁴⁰ Disponível em: <https://www.pstu.org.br/conheca/>. Acesso em: 15 dez. 2021.

⁴¹ Disponível em: <https://psol50.org.br/partido/programa/>. Acesso em: 15 dez. 2021.

ainda, que o partido foi fundado no ano de 2004, em meio a uma série de divergências de um grupo do Partido dos Trabalhadores (PT). É crucial apontar, também, que o Unidade Popular (UP)⁴² surge, a partir do Partido Comunista Revolucionário (PCR), existente desde 1996, fruto de um rompimento com o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), em 2016, e é registrado em 2019. Em seu programa, há 25 pontos que apontam a importância do povo assumir o controle financeiro, social e cultural nacional, por meio da estatização e da democratização dos meios de comunicação, assim como da educação. O Partido Comunista Brasileiro (PCB)⁴³, por fim, foi criado em 1922 e possui uma longa trajetória na política brasileira. O PCB objetiva a transformação social e o poder dos trabalhadores, bem como prioriza o trabalho com o “movimento de massas” e os sindicatos.

Faz-se importante ressaltar, ainda, que todos os partidos apontados possuem pressupostos teóricos que orientam a prática partidária. Nos *sites* oficiais de cada grupo, há a indicação dessa formação, da forma de organização, dos congressos, dos jornais e da filiação. Além disso, essas organizações se postulam como uma estratégia, que representa que sua própria construção seria um caminho para as mudanças na sociedade. É considerável apontar que outras organizações se apresentam a partir desses partidos, tais como coletivos de mulheres, grupos de juventude, de luta por moradia, dentre outros.

É relevante apontar que há no Brasil um considerável número de partidos e que eles possuem características ou mesmo formas de estruturação diferenciadas. Mesmo em face dessa diversidade, é possível verificar algumas semelhanças, especialmente quando pensamos naqueles que se apresentam como parte do mesmo campo de movimentação política. Dessa forma, se considerarmos os partidos de esquerda, há elementos em comum que contribuem para que algumas vivências nessas organizações possam ser próximas, mesmo que cada experiência militante tenha, em alguma medida, trajetórias particulares.

Um exemplo da questão anteriormente citada é a própria estrutura dos partidos. Enquanto o PSOL possui várias correntes e organizações internas, os outros partidos PSTU, PCB e UP adotam o modelo de centralismo democrático⁴⁴. Essa estruturação pode ser encontrada no Manual de Organização Partidária do PCB⁴⁵, na Resolução Política do UP do

⁴² Disponível em: <https://unidadepopular.org.br/programa/>. Acesso em: 15 dez. 2021.

⁴³ Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/658/para-conhecer-o-pcb/>. Acesso em: 15 dez. 2021.

⁴⁴ O centralismo democrático pode ser compreendido como uma forma de agir conjuntamente, a partir da discussão ampla no partido antes da decisão e ação unitária, que pode se dar por meio de votação, ou pela própria estrutura hierárquica, mas na qual os “núcleos” de base também fazem parte das decisões.

⁴⁵ Disponível em: <https://pcb.org.br/portal/docs/manual.html>. Acesso em: 29 mar. 2022.

Congresso de 2019⁴⁶, e na Apostila Seminário de Quadros de 2017 do PSTU⁴⁷. Entretanto, há similaridades entre essas organizações, especialmente quando se tratam dos setores e dos grupos em que elas buscam atuar, assim como nas pautas que levantam e nos espaços que circulam na cidade. Ademais, podemos citar, também, a presença nos sindicatos, a ação conjunta nas manifestações, a participação em ocupações urbanas ou rurais, em coletivos de periferia, grupos estudantis, e, até mesmo, as propostas de candidaturas em frentes únicas.

Convém salientar, ainda, que cada partido possui uma frente de atuação coletiva que engloba o tema das mulheres. No PSTU, por exemplo, há o *Movimento Mulheres em Luta*; no PCB, o *Coletivo Classista Ana Montenegro* e, no UP, o *Movimento de Mulheres Olga Benário*. No PSOL, especificamente, é possível encontrar vários exemplos nas correntes⁴⁸, como o *Resistência*, que possui a *Resistência Feminista*, o *Movimento Esquerda Socialista* (MES), que tem o *Juntas*. Esses grupos ainda promovem encontros de mulheres, como por exemplo, o Encontro Nacional⁴⁹ com 500 mulheres, realizado pelo PSOL, em 2019. Já o PSTU, em 2021, promoveu o I Encontro Nacional de Mulheres Negras (I ENMN)⁵⁰. Da mesma forma, o PCB, em 2022, desenvolveu a I Conferência Nacional de Organização do Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro⁵¹ e, ainda, o UP, em 2021, a partir do Movimento Olga Benário, realizou o 2º Encontro Nacional em BH⁵².

Tais atividades deixam claro que há uma promoção de espaços e de experiências voltadas às questões de gênero, ampliando, assim, as vivências em diversas perspectivas. Esse fato é um indício de que por esses encontros e demais ações há processos de formação educacional, seja por meio de educação intencional e planejada dessas militantes, ou pelas experiências e ressignificações que se dão nesses coletivos. Além disso, nos programas e materiais das organizações, é possível perceber uma preocupação com a formação teórica que dê conta dos debates e dos posicionamentos desses grupos, indicando, assim, uma relação entre a sua atuação prática e aquilo que fundamenta o pensamento político. É possível,

⁴⁶ Disponível em: https://unidadepopular.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Res_Politica_UP-2.pdf. Acesso em: 29 mar. 2022.

⁴⁷ Disponível em: <https://www.pstu.org.br/wp-content/uploads/2020/05/01-Apostila-Concep%C3%A7%C3%A3o-e-Regime-de-Partido.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2022.

⁴⁸ Corrente partidária é um agrupamento estruturado dentro dos partidos. Possuem formas de organização distintas e geralmente atuam dentro das instituições, disputando-as com posições diferentes.

⁴⁹ Disponível em: <https://psol50.net.br/mulheres/2019/09/27/mulheres-do-psol-fazem-maior-encontro-nacional-da-sua-historia/>. Acesso em: 05 abr. 2022.

⁵⁰ Disponível em: <https://www.pstu.org.br/pstu-realiza-i-encontro-nacional-de-mulheres-negras/>. Acesso em: 05 abr. 2022.

⁵¹ Disponível em: <http://anamontenegro.org/cfcam/2022/02/27/declaracao-politica-da-i-conferencia-nacional-de-organizacao-do-coletivo-feminista-classista-ana-montenegro/>. Acesso em: 05 abril. 2022

⁵² Disponível em: <https://averdade.org.br/2021/09/movimento-olga-benario-realizara-2o-encontro-nacional-em-bh/>. Acesso em: 05 abr. 2022.

ademais, estabelecer vínculo com os apontamentos dos teóricos que descrevem as mudanças, nas práticas políticas das organizações, em face às alterações no mundo do trabalho e da nova constituição dos movimentos sociais. Essa visão pode ser explicada por Giussep Cocco, na introdução do livro *Trabalho Imaterial*, organizado por Maurizio Lazzarato e Antonio Negri (2001). Ao abordar a corrente teórica do operáismo, o autor ressalta que

a urgência não era mais a de submeter as novas figuras operárias às diretivas político-sindicais para conscientizá-las. Muito pelo contrário, tratava-se de subordinar os dispositivos político-sindicais às novas configurações da subjetividade operária. O operariado, suas dimensões técnicas e políticas, era afirmado como cerne da análise. A análise era operária ou não. Eis o **operáismo**. (COCCO, 2001, p. 18).

Dessa forma, questões, como por exemplo, a precarização do trabalho e as novas relações que se estabelecem modificam também a composição dessas organizações, as quais mesmo formadas por desempregados (as), autônomos e trabalhadores informais se reconhecem como classe. Isso se faz relevante, já que a classe operária "[...] existe porque luta, se forma nos concretos acontecimentos nos quais ela se nega como força de trabalho e afirma sua autonomia" (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p.17). E, ainda, ela se direciona pelas questões que atravessam esses sujeitos, tais como a questão das mulheres. Por isso, podemos apontar que a questão de gênero, por exemplo, alcança uma centralidade importante, considerando até mesmo o avanço das organizações feministas.

Entretanto mudanças tais como apontam Maurizio Lazzarato e Antonio Negri exige das organizações mudanças e transformações frente a novas configurações sociais e políticas. Em relação a isso, os autores, em *Trabalho imaterial: forma de vida e produção de subjetividades* (2001), alertam para o surgimento de uma nova subjetividade, a partir da produção do trabalho imaterial⁵³. Assim, segundo os pesquisadores, da forma como ocorre a exploração dessa subjetividade, no capitalismo, seria difícil separar tempo de trabalho e tempo de lazer. Nesse sentido, cabe compreendermos que, por meio da “subjetivação do trabalho”, estabelece-se uma “[...] independência da atividade produtiva em face à

⁵³ O trabalho imaterial se mostra evidente, segundo Lazzarato e Negri (2001), especialmente a partir da década de 1970. Isso se dá a partir de uma reestruturação capitalista, pós-fordista, em que o trabalho exige tomada de decisões, responsabilidades e capacidades que implicam que o que é comandado na fábrica é a subjetividade do operário. Assim sendo, se define por ser uma atividade produtiva desempenhada por meio das ações abstratas ligadas aos processos de subjetivação dos trabalhadores. Ricardo Antunes (2018, s.p.) defende, nesse sentido, que apesar de não ser dominante em relação ao trabalho material, o imaterial tem se tornado importante na conformação do valor, sendo “[...] espaço por excelência dos serviços que foram privatizados durante a longa fase de vigência do neoliberalismo.” (ANTUNES, 2018, s.p.). Intelectualidade de massa, para Lazzarato e Negri(2001), está vinculada ao “processo de subjetivação do trabalho”.

organização capitalista da produção e o processo de constituição de uma subjetividade autônoma ao redor do que chamamos de "intelectualidade de massa"(LAZZARATO; NEGRI, 2001, p.31). Desse modo, fica fácil reconhecer a produção de novas formas de subjetivação, ligadas às novas formas de trabalho.

Eric Hobsbawm (2000), no texto *Deveriam os pobres se organizar?*, no livro *Mundos do trabalho*, ao apresentar o trabalho de Fox Piven e Richard A. Cloward, na obra *Poor People's Movements: why they succeed*, elenca algumas mudanças que também influenciam no engajamento e na própria estratégia de organizações de esquerda. Entre elas, destacam-se os processos revolucionários do século XX que não culminaram, ao final, em uma mudança do sistema capitalista. E, também, as críticas aos processos de burocratização e ao totalitarismo em organizações políticas e/ou sindicais no mesmo período; e ao movimento de aliciamento e institucionalização da liderança de algumas das organizações de protesto que surgiram na história. Cabe destacar, ainda, o fato de que criar organizações de massa de forma *permanente*, como grupos de desempregados, mulheres e negros, têm se mostrado praticamente impossível, já que eles possuem características diferentes dos trabalhadores(as) fabris ou daqueles(as) trabalhadores(as) sindicalizados(as). Nesse sentido, é importante deixar claro que "[...] é por vezes verdadeiro que movimentos organizados e solidamente estruturados são menos eficazes na mobilização da insatisfação coletiva do que movimentos soltos e sem estruturação." (Hobsbawm, 2000, p.411). Todavia, Hobsbawm (2000) afirma que são imprescindíveis as organizações de esquerda, pois são elas que podem e farão planos para a população mais pobre e, caso seja possível, são elas que os efetuarão.

2.1 O corpo no espaço público - experiências na rede e nas ruas

Devido à representatividade do dia 8 de março, data que concentra muitas das ações anuais das organizações para a questão das mulheres, realizamos um levantamento da participação e da atuação dos partidos tanto na manifestação unitária na cidade quanto nas redes sociais, dos materiais e dos eventos divulgados nesta data, no ano de 2022. A ida ao ato representou também uma possibilidade de sensibilização/reaproximação com figuras que poderiam contribuir para o desenvolvimento da pesquisa.

Figura 5 – Presença no 8 de Março de 2022



Fonte: Arquivo próprio.

Neste dia, materiais foram coletados e, em alguns, foram apresentadas, ao longo da caminhada realizada da Praça da Liberdade até a Praça da Estação, as discussões propostas pelos grupos. Foi possível obter os panfletos distribuídos pela organização do ato 8M unificado RMBH, pela corrente do PSOL, Resistência, pelo PSTU e pelo Coletivo da UP Olga Benário.

Figura 6 – Mosquitinho distribuído no ato



Fonte: Coletado pela pesquisadora. Produzido por 8M Unificado RMBH 2022

Figura 7 – Chamado à plenária UP




Fonte: Coletado pela pesquisadora. Produzido pelo Movimento de Mulheres Olga Benário.

Figura 8 – Panfleto Resistência frente

MARÉ FEMINISTA PELO FORA BOLSONARO
desafios de 2022

QUEM SOMOS?

Nós mulheres, em toda nossa diversidade, reunimos a indignação e esperança de diferentes gerações, de negras, brancas, indígenas. Trans, travestis, lésbicas e bissexuais. Trabalhadoras, [des] empregadas, e subempregadas. De diferentes religiões e sem religião. Adversárias de primeira hora do neofacismo, protagonizamos o Ele Não, e desde então fomos parte de todas as lutas para encerrar o governo de ódio de Jair Bolsonaro.



DERROTAR BOLSONARO É A TAREFA MAIS IMPORTANTE.

Nós mulheres fomos duramente afetadas pelos 3 anos de governo. Somos as que mais sofrem com toda as tragédias que atingiram o país: fome, desemprego, violências.

1. Ao longo de toda a pandemia, o governo Bolsonaro minimizou a COVID, boicotando a vacinação, pondo em risco a vida de adultos e crianças; As mulheres na linha de frente do enfrentamento ao vírus colocam suas vidas em risco, acumulando jornadas simultâneas, enquanto o presidente faz campanha negacionista.
2. 30 anos em 3. Essa é a taxa de diminuição de empregabilidade das mulheres, demonstrando que na crise foram as mulheres as primeiras na fila do desemprego. A reforma trabalhista e a Lei de Terceirizações só trouxeram efeitos negativos para nós.
3. Sem emprego, ou em empregos precários, a fome atinge hoje 74% dos lares chefiados por mulheres.
4. Apesar da explosão de casos de violência doméstica, não existiu nenhum projeto para salvar a vida das mulheres. Até mesmo o (insuficiente) disque 100 foi colocado a serviço de anti-vacinas.
5. O Ministério da Mulher, comandado por Damareis, se transformou no centro do ódio, orientando políticas anti-gênero, fundamentalistas e conservadoras, e extinguindo as já insuficientes políticas públicas, fechando serviços de aborto legal e perseguindo crianças, por exemplo.
6. Os assassinatos de pessoas negras em suas comunidades, no trabalho, e mesmo em supermercados, demonstram o crescimento dos crimes de ódio incentivados pelas declarações racistas do presidente.

Fonte: Coletado pela pesquisadora. Produzido pela corrente Resistência.

Figura 9 – Panfleto Resistência verso

A CANDIDATURA LULA E A TRINCHEIRA FEMINISTA

O ex-presidente Lula, nesse momento, concentra nossa esperança de retirar Bolsonaro do Palácio do Planalto. Não será tarefa fácil. Ainda há aqueles que, movidos pelo ressentimento, estão dispostos à aventuras golpistas. Não temos dúvidas de que o BM, ao unificar o movimento feminista de norte a sul do país, é o primeiro passo para a derrota da extrema direita. Desde já, estamos dispostas a retomar a experiência do vira voto para por nas ruas uma forte campanha contra Bolsonaro e seu discurso machista, racista e LGBTfóbico.

Contudo, nos causa preocupação as negociações de Lula com Geraldo Alckmin, para o cargo de vice-presidente. Alckmin foi parte ativa da arquitetura do golpe que retirou Dilma da presidência, abrindo caminho para a aprovação das reformas de Temer e a presidência de Bolsonaro. O mesmo Alckmin que ordenou a truculenta desocupação do Pinheirinho, que machucou mulheres e crianças. Ele que zombou do assédio nos transportes, veiculando na propaganda oficial do governo que "trem lotado é bom pra xavecá a mulherada", é o melhor para derrotar Bolsonaro?




Sendo assim, como podemos esperar que as pautas feministas não sejam usadas como moeda de troca? Como podemos ficar tranquilas e acreditar que o debate de gênero será feito? Que a legalização do aborto não será mais uma vez negociada em troca de votos no Congresso? Que, em nome do orçamento, as verbas para combate à violência não serão cortadas?


Queremos estar com Lula, mas para enterrar o legado do golpe precisamos enfrentar seus pilares de sustentação. Não podemos abrir mão de nossas lutas e nossas bandeiras. Devemos, enfim, por em movimento a luta pela vida, e enfrentar os conservadores. Que forma melhor de demonstrar esse compromisso com uma VICE-PRESIDENTE MULHER NEGRA, ativista dos movimento feminista anti-racista?! Olhemos para o exemplo do Chile e a forte parceria entre Boric e as feministas.

POR UM BRASIL FEMINISTA!

- Pela legalização do aborto! Garantia de acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva.
- Revogação da reforma Trabalhista e de todo legado do golpe.
- Pagamento de salário integral e estabilidade no emprego para as mulheres durante a pandemia.
- Pelo fim do genocídio negro! Desmilitarização das PMs.
- Construção de restaurantes populares para aliviar a carga de trabalho doméstico. Distribuição de refeições nas escolas de todo país.
- Equiparação da licença maternidade-paternidade.
- Pelo debate de gênero e educação sexual nas escolas para combater a violência sexista.
- Implementação da política do aluguel-social para as mulheres em situação de violência doméstica em caráter emergencial, rumo a construção de casas-abrigo em todos os Estados. Dispensa da exigência de boletim de ocorrência para solicitação das medidas protetivas de urgência.
- Expansão da rede de creche. Abertura de espaços de recreação noturnos.
- Passe livre nos transportes para desempregadas e desempregados.
- Punição para o mandante do assassinato de Marielle Franco.
- Salário igual para trabalho igual.


Vem construir com a gente a Resistência Feminista!

 @resistfeminista
 @rfeminista
 @resistfeminist


feminista

Fonte: Coletado pela pesquisadora. Produzido pela corrente Resistência.

Figura 10 – Panfleto PSTU frente

	PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO	BOLETIM 8 MAR 2022
 www.pstu.org.br	 PSTU Nacional	 @PSTU  (11) 9.4101-1917


Construindo o  **POLO SOCIALISTA REVOLUCIONÁRIO**

CHEGA DE MACHISMO E CAPITALISMO!

Trabalhadoras contra a violência e a fome...

▶▶ 08 de Março

A pandemia aprofundou as desigualdades do capitalismo. Os bilionários do mundo ficaram 60% mais ricos, 99% da população viu sua renda cair. Para as trabalhadoras, a pandemia e a crise representaram um legado de:




VIOLÊNCIA>> No mundo, 1 em cada 2 mulheres sofreu violência na pandemia. No Brasil, os feminicídios aumentaram 22%, os transfeminicídios 43% e 01 denúncia de violência doméstica foi registrada por minuto em 2020. Meninas pretas têm 3x mais risco de sofrer violência; 66% dos feminicídios são de mulheres pretas.



DESEMPREGO>> 54% dos empregos perdidos no mundo eram de mulheres. Das 480 mil vagas de trabalho formal fechadas no Brasil em 2020, 96% foram mulheres. O desemprego feminino é 46,7% maior que o masculino, entre as negras é mais que o dobro; 93,1% das resgatadas do trabalho escravo no país são imigrantes.



FOME>> 23 milhões de mulheres foram adicionadas à pobreza na América Latina e no Caribe em 2020. O percentual de famílias chefiadas por mulheres passando fome no Brasil é 44% mais alto que a chefiadas por homens.



DUPLA JORNADA E SOBRECARGA >> As mulheres assumiram até 39% mais tempo de trabalho extra em casa, principalmente as mais pobres. Metade das mulheres brasileiras passou a cuidar de alguém na pandemia.

>>>

Fonte: Coletado pela pesquisadora. Produzido pelo PSTU.

Figura 11 – Panfleto PSTU verso

...por emprego, direitos e respeito!

Basta desse sistema de opressão e exploração, que utiliza o machismo para dividir nossa classe e superexplorar as mulheres trabalhadoras.

- >> Não à violência, aos feminicídios e à cultura do estupro!
- >> Por emprego, salário e direitos! Igualdade de oportunidades, salário igual para trabalho igual!
- >> Pela autonomia dos nossos corpos e nosso direito de decidir. Chega de mortes maternas! Educação sexual para prevenir, contraceptivo para não engravidar, aborto legal e seguro para não morrer!
- >> Socialização do trabalho doméstico: creches e escolas em tempo integral para nossos filhos. Lavadeiras públicas e restaurantes comunitários. Responsabilidade igual entre homens e mulheres na educação das crianças e no cuidado com a casa!



No 8 de março, lembramos Clara Zetkin, que em 1910 propôs um Dia Internacional das Mulheres Trabalhadoras para lutar contra a opressão e a desigualdade, contra o capitalismo e pelo socialismo.

FORA BOLSONARO, MOURÃO E DAMARES JÁ!

Bolsonaro defende e impulsiona a opressão. Junto com a ministra Damares, destrói as políticas das mulheres e quer proibir totalmente o aborto. Aplica um projeto de pilhagem das nossas riquezas e de destruição da natureza, garantindo o lucro das multinacionais e os interesses do imperialismo. Ele quer uma ditadura no país. Seu governo é uma ameaça às nossas vidas e nossos direitos.

>>Derrotar Bolsonaro e manter a independência de classe

Devemos nos unir contra Bolsonaro. Mas não vamos resolver os problemas das mulheres trabalhadoras junto com os burgueses “progressistas”, como faz o PT. Luiza Trajano, Katia Abreu, Simone Tebet, etc. não são nossas aliadas.

Defendem a reforma trabalhista, as privatizações, o fim do serviço público e o marco temporal. Enquanto elas pregam políticas “inclusivas”, enriquecem às custas da superexploração, assédio e violação de direitos das trabalhadoras. Também não admitimos que a luta seja atrelada ao governo Dilma/PT, que em troca do apoio de conservadores deixou a legalização do aborto e o combate ao racismo e à LGBTIfobia paralisados. Isso permitiu a ultradireita chegar ao poder.

Construindo o Polo Socialista e Revolucionário

Queremos o fim do capitalismo. Estamos construindo um polo que coloque a perspectiva real de mudança para as trabalhadoras, contra a violência e o machismo, o desemprego, a fome, a desigualdade e a falta de direitos, o racismo, a xenofobia e a LGBTIfobia. Quanto mais trabalhadoras nesse projeto maior será nossa força. Nesse 8 de março, fortaleça o bloco classista e o polo socialista e revolucionário nos atos.



Fonte: Coletado pela pesquisadora. Produzido pelo PSTU.

Figura 12 – Panfleto Olga Benário frente

MOVIMENTO DE MULHERES OLGA BENARIO

8 DE MARÇO – MULHERES NAS RUAS CONTRA O FASCISMO! FORA BOLSONARO!

Neste 8 de março de 2022, mulheres do mundo inteiro irão às ruas contra as políticas neoliberais do sistema capitalista que vêm esmagando a classe trabalhadora e que estão se fortalecendo com a pandemia da Covid-19. No Brasil não será diferente. Estaremos em luta contra os ataques do governo genocida de Bolsonaro.

É importante lembrar que o dia 8 de março se tornou um dia de luta a partir dos debates realizados na II Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, em Copenhague-Dinamarca, quando Clara Zetkin destacou a importância de haver um marco da luta das mulheres contra a exploração capitalista.

Desde então, organizações, movimentos sociais de mulheres e feministas de todo mundo se manifestam neste dia para exigir seus direitos e lutar por emancipação. Neste ano, o Movimento de Mulheres Olga Benário ressalta a situação precária que as mulheres



brasileiras têm enfrentado, com o aumento do desemprego, do preço dos alimentos e da violência de gênero.

Dados mais recentes do IBGE mostram que no fim do terceiro trimestre de 2021, 13,5 milhões de brasileiros estavam desempregados. No Brasil, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que 14 milhões de pessoas devem ficar sem emprego ao longo de 2022, atingindo em especial mulheres e jovens.

A alta do desemprego torna a situação extremamente preocupante, já que o preço dos alimentos aumentou 12,54% no ano de 2021.

ATO 8 DE MARÇO - BELO HORIZONTE: concentração às 16h30 na Praça da Liberdade

CHEGA DE GOVERNO FASCISTA! CHEGA DE UMA POLÍTICA DE MORTE E DE MISÉRIA!

VIVA A LUTA DAS MULHERES! VIVA O 8 DE MARÇO!

ABAIXO O FASCISMO! VIVA O SOCIALISMO!

@movimentoolga mg @unidadepopular mg (31) 97596-8888 (31) 99892-4148

Movimento de Mulheres
Olga Benário



Fonte: Coletado pela pesquisadora. Produzido pelo Movimento de Mulheres Olga Benário.


Figura 13 – Panfleto Olga Benário verso

MOVIMENTO DE MULHERES OLGA BENARIO

Aumentaram também os preços do botijão de gás (34,67%); energia elétrica (28,82%); gás encanado (20,36%); artigos de limpeza (6,36%) e aluguel (5,42%), fazendo com que o Brasil voltasse a ter altos índices de insegurança alimentar: mais de 19 milhões de brasileiros passam fome, o equivalente a 1 em cada 9 pessoas. Já a violência contra as mulheres vem aumentando ano após ano, batendo níveis recordes com a pandemia. Devido à necessidade de isolamento e alta do desemprego, muitas mulheres foram obrigadas a conviver mais com os abusadores.

Ao longo de 2021, 86% das mulheres brasileiras perceberam o aumento da violência (DataSenado, 2021). Mesmo assim, o governo fascista de Bolsonaro, que tem à frente da pasta das mulheres a ministra Damareis Alves, reduziu o investimento em políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero. Esta é a resposta que o Estado tem dado às mulheres: omissão e violência. Para o capitalismo, as mulheres são apenas reprodutoras de trabalhadores, embora sejamos a metade da população mundial. Nós, mulheres proletárias, somos parte da classe que produz tudo que existe

na sociedade, mas que não têm acesso a essa produção. Por isso, estaremos nas ruas erguendo com firmeza a bandeira do FORA BOLSONARO! Não aguentaremos mais nenhum dia de um governo que prega a morte dos pobres, mulheres, negros, indígenas, LGBTQs, e que aplica uma política de aumento dos preços de todos os itens de necessidade básica para a vida humana.



Lutamos pelo fim da naturalização da violência contra as mulheres, seja ela pelo machismo, pelo racismo ou pela fome. Sabemos que somente através da luta organizada das mulheres que poderemos superar o capitalismo e construir uma sociedade com planejamento econômico, com saúde e educação gratuitas e de qualidade e sem miséria: a sociedade socialista.

ATO 8 DE MARÇO - BELO HORIZONTE: concentração às 16h30 na Praça da Liberdade

LUTE COM O MOVIMENTO DE MULHERES OLGA BENARIO!

CONHEÇA A UNIDADE POPULAR PELO SOCIALISMO!

@movimentoolga.mg @unidadepopular.mg (31) 97596-8888 (31) 99892-4148 Movimento de Mulheres Olga Benário UP

Fonte: Coletado pela pesquisadora. Produzido pelo Movimento de Mulheres Olga Benário.

O PSTU, em Belo Horizonte, participou de um debate intitulado "A luta das mulheres trabalhadoras e a revolução", atividade desenvolvida pelo Polo Socialista Revolucionário. Em um *post* no Instagram⁵⁴, o partido defendeu a necessidade de haver uma sociedade socialista para que, assim, a questão das opressões pudesse ser solucionada. Desse modo, a atuação, neste evento, evidencia as possibilidades de expressão política e de voz que as mulheres encontram em tais experiências por meio da organização.

Figura 14 – Cartaz de convite ao debate Polo Socialista Revolucionário



Fonte: Perfil do Instagram @pstu.bh

Ainda, o UP esteve presente em uma escola estadual localizada na cidade, para discutir sobre a violência contra a mulher e a violência doméstica e, na ocasião, apresentou a Casa Tina Martins⁵⁵; fato que estabeleceu um importante diálogo com a comunidade. O partido também esteve na ação “8M na quebrada”, organizado pelo Coletivo Mulheres na Quebrada, para discutir sobre o feminicídio e a violência contra a mulher. E, ainda,

⁵⁴ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CalDtFdLLXc/>. Acesso em: 05 de abr. 2022.

⁵⁵ A Casa de Referência da Mulher Tina Martins teve início com uma ocupação de mulheres em 2016 e se tornou uma casa abrigo de referência para mulheres em situação de violência doméstica. Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/politica-urbana/2018/planejamento-urbano/vcmptu/iniciativas/13.CASA_TINA_MARTINS.pdf. Acesso em: 05 abr. 2022.

participaram do evento "Abre a Roda no Santo Boteco"⁵⁶, preparado pelo @abrearodamulheresnochoro e @santobotecobh , o que possibilitou que as militantes ocupassem e se apropriassem de espaços que são, inclusive, vistos como masculinos.

Figura 15 – Evento “Abre a roda no Santo Boteco”



Fonte: Perfil do Instagram @movimentoolga.mg e @casatinamartins.

Também, o PCB, por meio do Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro, esteve presente no ensaio da bateria⁵⁷ do 8M unificado, com instrumentos de percussão, tais como tamborins, tambores, xequerês e caixas. A organização também ficou responsável pela preparação do ato unificado, distribuindo panfletos e divulgando as atividades. Na ocasião, eles produziram vídeos de convite à marcha, o que ressalta a possibilidade de envolvimento com a cultura, a musicalidade, a arte e o desenvolvimento de diferentes habilidades mediante um espaço de construção coletiva.

⁵⁶ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Ca5mPZkDHAs/>. Acesso em: 05 abr. 2022.

⁵⁷ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CavaOIPruJW/>. Acesso em: 05 de abr. 2022.

Figura 16 – Ensaio da bateria do Oito de Março Unificado



Fonte: Perfil do Instagram @anamontenegrobh.

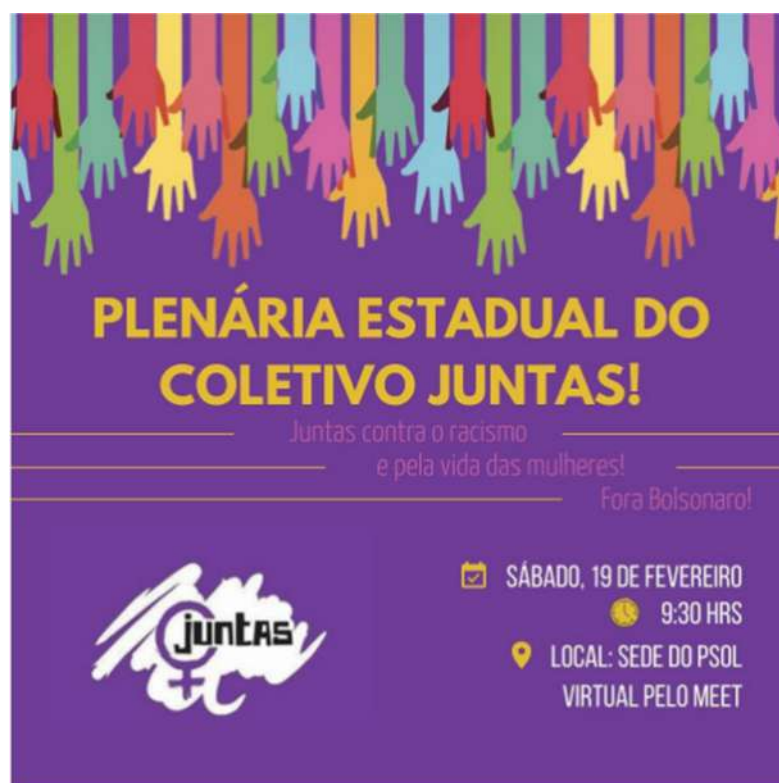
Em relação ao PSOL, o MES, a partir da atuação do coletivo Juntas, realizou uma plenária estadual de discussão sobre a sua participação no ato⁵⁸ e produziu divulgação sobre a caminhada. O coletivo do movimento estudantil, Afronte, que faz parte da Resistência, juntamente com o Resistência Feminista, lançou nacionalmente uma cartilha intitulada "Por um feminismo antirracista e ecosocialista"⁵⁹. Além disso, o grupo Flores de Resistência⁶⁰, que atua pela dignidade menstrual, na periferia de Belo Horizonte, realizou uma plenária com as mulheres para a preparação da participação no ato.

⁵⁸ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CZ7Zc4wFpCC/>. Acesso em 05 abr. 2022.

⁵⁹ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Ca2YuXFuRtV/>. Acesso em 05 abr. 2022.

⁶⁰ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cau-7GxupiQ/>. Acesso em 05 abr. 2022.

Figura 17 – Plenária “Juntas”



Fonte: Perfil do Instagram @juntasmg.

A atuação nos debates feministas, a título de exemplo, demonstra as possibilidades de expressão política e de voz que se encontram em tais experiências por meio da organização. Esses eventos possibilitam que as militantes ocupem e se apropriem de espaços que são, muitas vezes, reconhecidos como masculinos. Esses processos de socialização se mostram, então, relevantes para as trajetórias de vida, como aponta Virginia Woolf, ao refletir sobre a diferença entre a educação de mulheres e homens em seu contexto, expondo que

[...] a educação de vocês não provinha apenas da cultura livresca: os jogos educavam-lhes o corpo; os amigos ensinavam mais que os livros ou jogos. Conversar com eles alargava sua perspectiva e enriquecia sua mente. Nas férias vocês viajavam; adquiriam o gosto pela arte; certo conhecimento da política de outros países. (WOOLF, 2019, p.11).

Nessas ações, é possível perceber que o engajamento militante proporciona experiências múltiplas, com processos formativos intencionais, sejam eles ocorridos por atividades planejadas ou por situações que aconteceram nos locais e nas condições de atuação. Tais experiências são demarcadas por um protagonismo de sujeitos e de sujeitas, que atuam socialmente mediante as organizações. Assim, fica evidente que essas atividades promovem vivências e socializações relevantes para as trajetórias de vida e impactam nos processos de

subjetivação dos indivíduos. Essa relação é explicitada por Marx e Engels, no livro *A ideologia Alemã*, ao afirmarem que

[...] está claro que a verdadeira riqueza intelectual do indivíduo depende inteiramente da riqueza de suas relações reais. [...] As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens parecem aqui ainda como a emanção direta de seu comportamento material. (MARX; ENGELS, 2001, p. 34 e 18).

Essas ‘relações reais’ localizam-se dentro de uma defesa dos direitos a favor de uma sociedade que inclua as classes desfavorecidas e atue contra as formas de opressão. Tal defesa exige que a própria composição dos partidos seja plural e que, mesmo com desafios, as mulheres, nesse caso, ocupem os lugares que a elas têm sido negados historicamente. Por isso, o corpo na rua e no espaço público, que tem voz e é ouvido, por si só, já sinaliza uma transformação que tanto se dá no plano coletivo, mas também no individual.

No capítulo *Educação e participação comunitária*, do livro *Política e educação*, Paulo Freire (2001) reafirma o caráter histórico e social dos seres humanos, que permeia as práticas educativas como experiência fundamental do que seria em sua compreensão uma essência humana. Além disso, a ‘experiência feito’⁶¹ evidencia uma dimensão formadora e educadora da experiência, na perspectiva de uma não hierarquização de saberes e no reconhecimento de diferentes espaços educativos, tais como a participação popular. Tal exemplo de participação é aquela que o autor considera fundamental para enxergar os educandos enquanto sujeitos e não apenas objetos de suas vivências.

No ato unificado, os cartazes apontam para as elaborações dos grupos, as representações e, também, para os símbolos adotados. Exemplo disso, o Coletivo Afronte e o Coletivo Flores de Resistência, juntamente com o grupo Resistência, do PSOL, levou estandartes verdes⁶² com o desenho de um cabide, sinalizando a luta pela descriminalização e pela legalização do aborto, bem como pelos direitos reprodutivos. Em sua faixa, é possível ler “Mulheres negras vão derrubar Bolsonaro, justiça por Marielle Franco”. Em folhas de papel, diziam “Eu acredito na força das mulheres”. Frases que expressam as vozes ali reunidas, as lutas e as subjetividades das militantes que ali se encontravam.

⁶¹ Experiência feito, para Paulo Freire (2001), são as vivências que resultam em um saber de senso comum, a partir da curiosidade ingênua, que os indivíduos possuem e que pode se transformar em curiosidade crítica.

⁶² Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Ca5uZSnpR1P/>. Acesso em: 06 de abr. 2022.

Figura 18 – Faixa do coletivo Afronte



Fonte: Perfil do Instagram @afrontemg @floresderesistencia.

Já o grupo Juntas, do MES- PSOL, carregou uma faixa, na qual se pode ler “JUNTAS! Contra o racismo e pela vida das mulheres, fora Bolsonaro”⁶³, palavras estampadas em um fundo branco e com as cores nas letras roxo e amarelo. Havia, ainda, uma caixa escrito “Lata do lixo da história”, em que se encontravam reproduções impressas de rostos de figuras, como Paulo Guedes⁶⁴, Bolsonaro⁶⁵ e Arthur do Val⁶⁶.

⁶³ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Ca26mxMJQhT/>. Acesso em: 06 abr. 2022.

⁶⁴ Paulo Guedes é um economista brasileiro, nomeado ministro da economia em 2019. A política econômica por ele desenvolvida, especialmente durante a pandemia, tem sido associada ao aumento da fome no país. Carlos Porto-Gonçalves (2020), ao analisar uma fala do ministro, no Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, avalia que ele se mostra despreparado e que responsabiliza os pobres pelo problema do meio ambiente e da fome.

⁶⁵ Jair Messias Bolsonaro, político brasileiro, eleito em 2018 para a presidência brasileira. Implementou políticas como a ampliação do acesso a armas de fogo e suas declarações possuem caráter excludente.

⁶⁶ Arthur do Val é ex-deputado estadual de São Paulo, teve seu mandato cassado e está inelegível por oito anos, por quebra de decoro ao serem expostos áudios sexistas em que ele expunha mulheres em situação de guerra na Ucrânia.

Figura 19 – Cartaz MES-PSOL



Fonte: Perfil do Instagram @juntasmg.

O grupo Olga Benário, do UP, apresentou, no ato, uma faixa com a frase⁶⁷ “Mulheres contra a fome e a carestia, fora Bolsonaro”. Ela foi produzida em um material branco e as letras foram grafadas em vermelho. Levaram também outra com os seguintes dizeres: “Tina Martins, 6 anos, resistência e luta”, escrita em fundo branco e com letras roxo e amarelo.

Figura 20 – Cartaz Olga Benário



Fonte: Perfil do Instagram @casatinamartins e @movimentoolga.mg.

⁶⁷ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Ca5Ht25O2vT/>. Acesso em: 06 abr. 2022.

O bloco do PSTU, junto com os coletivos e as ocupações que organizam, apresentou a faixa “Mulheres em luta por moradia e contra a opressão do capital, fora Bolsonaro e Zema, Ocupações Prof. Fábio Alves e Willian Rosa, Luta Popular/CSP Conlutas”⁶⁸, grafada em letras vermelhas e exposta em um tecido branco. Além disso, havia outra com a seguinte manifestação: “chega de machismo e capitalismo, trabalhadores contra a violência e a fome, por emprego, direitos e respeito, fora Bolsonaro, Mourão e Damares, já!”⁶⁹ estampada em um fundo roxo.

Figura 21 – Cartaz PSTU



Fonte: Perfil do Instagram @pstuh.

Por fim, o PCB, pelo Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro, disse, em uma faixa branca com letras vermelhas: “Se nossas vidas não importam, produzam sem nós”.

Figura 22 – Faixa PCB



Fonte: Perfil do Instagram @anamontenegrobh.

⁶⁸ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Ca26ctaFOEJ/>. Acesso em: 06 abr. 2022.

⁶⁹ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Ca3DQNmA-b7/>. Acesso em: 06 abr. 2022.

Nas imagens, é possível observar a presença massiva das mulheres, mas também a participação de homens membros das organizações, o que demonstra que a experiência no ato acaba sendo compartilhada em todo partido, o que favorece a ampliação dos debates. As cores em toda a manifestação se unificam, em especial o roxo, o verde e o vermelho, assim como os símbolos do feminismo e da luta pelos direitos reprodutivos. A própria organização do movimento unificado indicou que o uso das cores representaria as pautas levantadas, com a campanha “Um lenço, uma revolução”⁷⁰.

Figura 23 – Campanha “Um lenço, uma revolução”



Fonte: Perfil do Instagram @legalizamg e @8municadormbh.

Essa questão também revela uma unidade - nacional e internacional- das lutas das mulheres, uma vez que o lenço verde faz parte da campanha pela legalização do aborto em vários países, como a Argentina, o México e a Colômbia. O símbolo do cabide, tal como utiliza a Amnistia Internacional⁷¹, é utilizado internacionalmente, por fazer referência às práticas clandestinas e às mortes de mulheres que não tiveram o seu direito garantido. Ainda nessa perspectiva, um dos conceitos utilizados por Nilma Lino Gomes (2017) é o das “Epistemologias do Sul”, desenvolvido por Boaventura de Sousa Santos (2018), o qual centraliza aquelas regiões subalternizadas pelo Norte, como a Latinoamérica e a África, assim

⁷⁰ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Ca2IvBtOEIa/>. Acesso em: 06 de abril. 2022.

⁷¹ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CaVEAJ7uIdT/>. Acesso em: 06 de abr. 2022.

como os países intitulados de “terceiro mundo”. Por isso, se a opressão ocorre de modo internacional pelos países considerados “desenvolvidos”, os espaços de resistência de algum modo também procuram se articular internacionalmente, mesmo frente às dificuldades, o que, conseqüentemente, implica em um diálogo. Dessa forma, Maria Gohn (2011) afirma que “na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet”(GOHN, 2011, p. 336).

No livro *A psicologia das cores: como as cores afetam a emoção e a razão* (2013), Eva Eller afirma que, em 1908, a sufragista Emmeline Pethick-Lawrence, tesoureira do Women's Social and Political Union (WSPU), instaurou as cores violeta, verde e branco como forma de manifestação pública de apoio à causa, por homens e mulheres. Violeta era a cor dos soberanos e significava o “sangue real” presente em cada uma das sufragistas; o verde representava a esperança; e o branco a pureza e a honestidade. A autora explicita que era necessário que as mulheres tivessem em suas roupas do cotidiano, três cores, assim, desde a Revolução Francesa, os movimentos por libertação passaram a utilizar esse número de cores. Entretanto, a partir da década de 1970, a cor violeta passou a ser utilizada como símbolo do feminismo. No subtítulo *O vermelho político: a cor da liberdade, dos trabalhadores, do socialismo*, Eller (2013) evidencia que, em 1792, os Jacobinos usaram o vermelho em sua bandeira, também em 1834, na cidade de Lion, França, o movimento operário insurgente fez uso dessa mesma cor. O vermelho também foi destaque, no movimento socialista/comunista, durante a Revolução Russa, tal como expõe Eva Eller (2013):

Vermelho é a cor política do marxismo-leninismo, pois em russo “vermelho” significa bem mais que uma cor. “Krasnij” – vermelho em russo – pertence à mesma família de palavras de “bonito”, “cordial”, “bom” (kasiwej). “Os vermelhos” significa também “os bons” e “exército vermelho” significa “Glorioso Exército”. (ELLER, 2013, p.124).

É importante ressaltar, ainda, que usar o microfone, falar em público, articular as atividades unificadas, preparar o bloco da organização, divulgar os conteúdos, escrever cartazes, entoar palavras de ordem e até balançar as bandeiras foram ações e saberes encontrados no evento. Da mesma forma, na troca de vivências, no ouvir sujeitas diferentes e trajetórias múltiplas, ao poder expressar suas convicções e questionar tradições, dão-se os processos de subjetivação, já que essas socializações refletem-se nas individuações das militantes. Desse modo, na coletividade, ao contraporem as hegemonias vigentes, reconhecerem e validarem outros corpos e saberes, as sujeitas também o fazem em suas

individações. Nesse sentido, Edward Thompson⁷² afirma que as experiências fazem parte da vida e deixa claro que

a experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas estão famintas: seus sobreviventes têm novos modos de pensar em relação ao mercado. Pessoas são presas: na prisão pensam de modo diverso sobre as leis. Frente a essas experiências, velhos sistemas conceituais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença. (THOMPSON, 1981, p. 17).

Todavia, é importante questionar a perspectiva de liberdade individual e, até mesmo, de autonomia, nessas experiências, elementos, os quais, em geral, aparecem nos debates feministas. Flávia Biroli (2014) evidencia a questão, afirmando que, muitas vezes, o feminismo, inclusive, pode ser considerado como descendente do liberalismo, uma vez que, em vários momentos, apresentam pontos convergentes na defesa de determinadas questões. Em contrapartida, o feminismo tem se colocado em oposição aos ideais liberais. Isso é evidente, especialmente, quando o movimento trata de questionar o fato de que, na perspectiva liberal, a ideia de que todos são iguais e possuem as mesmas condições individuais acaba por desconsiderar as desigualdades e opressões, como as de gênero, por exemplo. Nesse sentido, Habermas (2002) também afirma que é : “[...] fato de que os cidadãos só podem fazer um uso adequado de sua autonomia pública quando são independentes o bastante, em razão de uma autonomia privada que esteja *equanimemente assegurada*.” (2002, p.293-294)(grifo nosso). Ele inclusive avalia que, por outro lado, esses sujeitos somente conseguem um consenso coletivo para estabelecer regulamentação por meio do exercício da autonomia pública.

Flávia Biroli (2014), por sua vez, delimita que “as formas de vida assumidas pelos indivíduos, assim como suas preferências e suas identidades, são socialmente produzidas, mas individualmente vividas” (BIROLI, 2014, p. 72). Apesar disso, a autora reitera a importância da discussão da autonomia, já que autônomo não seria quem age por contra própria, mas esse debate permite avançar além dos limites das concepções liberais. Habermas (2002), ao delimitar a existência de uma autonomia privada e uma pública, evidencia a indissociabilidade entre ambas. No excerto intitulado *O exemplo das políticas feministas de equiparação*, do livro *A inclusão do outro - estudos de teoria política* (2002), discute os meandros da defesa dos direitos das mulheres e defende que

⁷² O historiador inglês desenvolveu essa perspectiva em suas obras e colaborou para compreender em seu contexto o impacto das trajetórias de trabalhadores ingleses.

[...] os direitos subjetivos, cuja tarefa é garantir às mulheres um delineamento autônomo e privado para suas próprias vidas, não podem ser formulados de modo adequado sem que os próprios envolvidos articulem e fundamentem os aspectos considerados relevantes para tratamento igual ou desigual em casos típicos. Só se pode assegurar autonomia privada de cidadãos em igualdade de direito quando isso se dá em conjunto com a intensificação de sua autonomia civil no âmbito do Estado. (HABERMAS, 2002, p. 297).

Assim, a atuação militante encontra-se dentro desse espectro, de fazer parte da vida, com todas as suas contradições, conflitos e enfrentamentos. É recorrente, por exemplo, que situações de silenciamento político de mulheres apareçam em denúncias na internet e nas “redes”. Além disso, é pertinente ressaltar que as condições de vida, no contexto da necropolítica, podem implicar em sujeitamentos, exploração e opressão, por isso são diferentes as questões que atravessam os sujeitos analisados. No entanto, fica evidente a capacidade de transformação social das experiências militantes dos partidos aqui descritos.

Fernanda de Brito Mota Rocha (2017), em sua dissertação, desenvolveu o trabalho *A quarta onda do movimento feminista: o fenômeno do ativismo digital*, em que discute o novo cenário dos movimentos feministas e a influência do desenvolvimento tecnológico para as mulheres. Rocha (2017) reflete, ainda, sobre os enfrentamentos que elas tiveram para ter acesso aos espaços na internet e, também, discorre sobre as desigualdades existentes no alcance desses ambientes, considerando, por exemplo, questões como as de classe, avaliando, dessa forma, a potencialidade dos movimentos feministas no contexto do ciberativismo. Para ela, o próprio âmbito virtual exige que as pautas, as demandas e os discursos se adequem ao modo de agir das redes sociais, fazendo com que as mulheres participantes de movimentos sociais tenham que traçar estratégias de uso dos recursos de mobilização. A pesquisadora defende, ainda, que a quarta onda do feminismo se concretiza no contexto do ativismo digital, uma vez que as mulheres tiveram também que lutar por espaço no mundo tecnológico.

Com a apropriação pelo grupo feminino deste lugar no ambiente on-line, foi possível que o espaço da internet se tornasse mais democrático e propiciasse a criação de uma rede, na qual as mulheres pudessem se apoiar e avançar nas discussões sobre o feminismo. Dessa forma, no âmbito cibernético, elas se organizam, manifestam e também aprendem saberes relacionados ao ambiente digital, criando estratégias coletivas para ganhar visibilidade e ampliar a rede de apoio de elaboração e de participação política que elas constroem; tal questão fica evidente também na análise dos perfis dos coletivos, dos partidos e dos movimentos.

É importante ressaltar que o espaço em rede ocupado é disputado cotidianamente. Para isso, faz-se necessário um levantamento de saberes próprios da ação na internet tais como: **a escolha e a produção de materiais**, de cartazes, de vídeos, de **noções de design, de arte gráfica e digital, o engajamento e a aproximação do público-alvo, a criação de campanhas de participação, as campanhas financeiras, as medidas de segurança e de resposta** a possíveis ataques nas redes, assim como **a compreensão da própria dinâmica das redes sociais**.

Isabella Silveira (2019), em *Lute como uma menina*, defende que há um declínio das ações internacionais, nos sindicatos e nas organizações tradicionais. Então, devido a tal fato, a juventude e também os secundaristas (Secundarista é uma expressão utilizada geralmente para se referir ao estudante do Ensino Médio) utilizam ferramentas como as redes sociais e as diferentes mídias para ampliar o alcance de suas ações. Nesse contexto, a autora evidencia que “estas e estes jovens trabalhadoras e trabalhadores criam novas formas de colaboração entre a classe em tempos de precarização dos direitos trabalhistas e avanço de políticas neoliberais” (SILVEIRA, 2019, p. 38).

Cabe ressaltar, ainda, que as Experiências diversificam-se com as mudanças na organização social e, até mesmo, com o desenvolvimento da tecnologia. Se antes as atividades dos partidos, por exemplo, limitavam-se a atividades presenciais, manifestações, cursos e reuniões; hoje, faz-se necessário estar presente na “rede”, na internet e no mundo virtual, e, portanto, produzir diferentes recursos, não apenas como forma de propaganda, mas principalmente como uma possibilidade de existência. Ademais, isso serve, também, para acompanhar as mudanças do perfil de militância, inclusive nos movimentos sociais, com o avanço da quarta onda feminista, dentre outras alterações que impactam a forma como esses grupos se organizam e são vistos na sociedade. Esses elementos se mostram relevantes também para as vivências e as trajetórias de militantes.

3 EXPERIÊNCIAS MILITANTES: escritas individuais, memórias coletivas

Escrever demanda uma série de habilidades e uma delas é o acesso à memória do vivido que, especialmente na perspectiva autobiográfica, implica não somente em uma simples descrição dos fatos, mas, muitas vezes, pode exigir reviver as experiências, sejam elas positivas ou não. A partir disso, o gerenciamento das emoções e a tarefa de escolher o que contar, como contar, ou mesmo em que ordem contar, pode ser desafiador. Entretanto, esse processo permite “um olhar demorado” sobre os momentos experienciados, fazendo com que surjam novas reflexões e considerações.

Além disso, como essas experiências podem ocorrer de forma coletiva, as memórias também são um reflexo dos acúmulos e conclusões coletivas que as sujeitas fazem a partir dos processos de socialização que vivenciam. Por isso, quando escrevem não somente o fazem de um ponto de vista individual, mas também refletem os caminhos coletivos que foram traçados e dos quais elas participaram.

A escrita de mulheres, como demonstra Virgínia Woolf em *Um teto todo seu*, demanda um espaço para si, um momento particular que, muitas vezes, é negado às mulheres, especialmente pelas tarefas de cuidado e as jornadas de trabalho que lhe são impostas. Por isso, reconhecemos que essa tarefa se mostra ainda mais desafiadora se considerarmos os marcadores de gênero. E, por isso mesmo, faz-se fundamental a garantia ou mesmo, e no caso desta pesquisa, o incentivo à escrita como uma forma também de garantia de direitos, visto que o direito de escrever foi tão negado às mulheres, principalmente às pobres, pretas e periféricas.

3.1 Rayane - A pesquisadora⁷³

Nada causa mais horror à ordem que mulheres que sonham e lutam.

(José Martí)

O interesse pelo tema desta pesquisa surgiu da minha própria experiência na

⁷³ É importante destacar que, em meus relatos, optei, com a concordância de minha orientadora, por escrever de forma livre e informal, por isso, em muitos momentos, o texto aparecerá com alguns desvios gramaticais, gírias e informalidade. Acreditamos que essa forma livre de escrita se aproxima das Escrivências das Participantes.

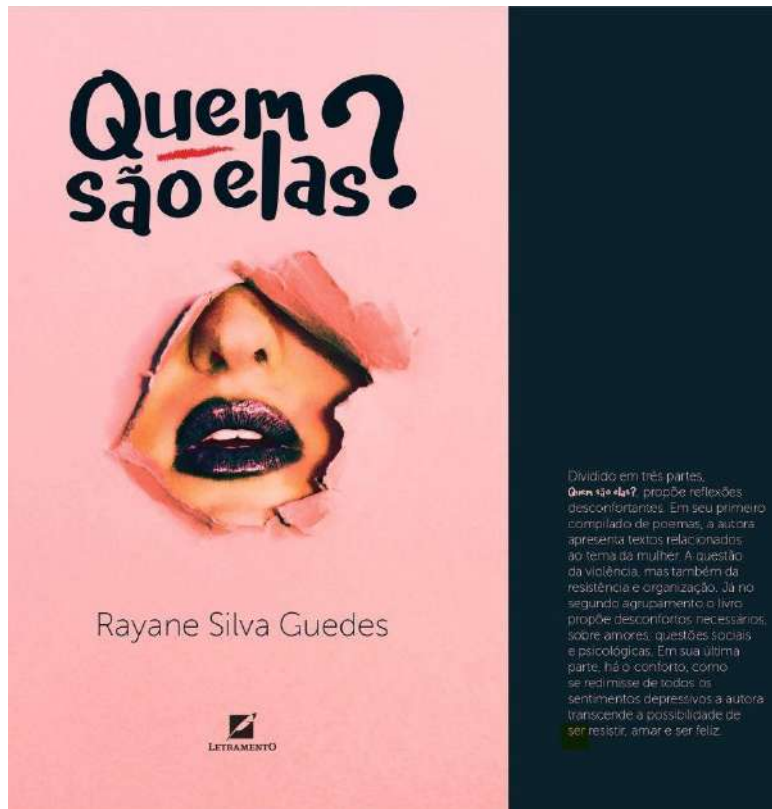
participação em dois partidos políticos de esquerda, a qual me gerou uma boa percepção do que é ser militante nos espaços partidários. Dessa forma, tanto as aprendizagens nos cursos que realizei quanto na prática coletiva influenciaram algumas decisões importantes e vivências que modificaram não apenas a minha forma de ver o mundo, mas também como eu me via, como por exemplo, meu modo de me vestir, as amizades que fiz, dentre outras questões. Ademais, até mesmo situações de machismo ou violência que enfrentei, permitiram que, no coletivo, fossem ressignificadas concepções, como empoderamento e o significado do que representa o enfrentamento ao sexismo, dentro de organizações que conheci de perto.

Além disso, minha trajetória no curso de Pedagogia, concluído no Centro Universitário Estácio de Belo Horizonte, contribuiu para que eu pudesse me aprofundar nessa temática, mesmo que de forma transversal. No trabalho de conclusão de curso, intitulado *Passageiras: trajetórias de mulheres na EJA*⁷⁴, por meio da narrativa de três mulheres, refleti sobre o impacto de ouvir sobre as trajetórias de vida e as perspectivas dessas sujeitas. Tal questão possibilitou-me compreender que há saberes adquiridos, durante a vida, que não estão vinculados necessariamente às aprendizagens escolares; percepção adquirida por meio da pesquisa, que, certamente, contribuiu para um olhar mais sensível aos processos que ocorrem na constituição contínua dos indivíduos.

Ademais, até o livro de poesias de minha autoria, de nome *Quem são elas?* revela que a escrita, como forma de escrivência e de sobrevivência, está presente em minha vida há muito tempo. Por isso, reconheço que este é um trabalho que, de alguma forma, faz-se em continuidade e, por meio da coletividade daquelas que estão ao meu lado, das que vieram antes de mim e para as que ainda virão.

⁷⁴ GUEDES, Rayane Silva. *Passageiras: trajetória de mulheres na EJA*. Trabalho de conclusão de curso, Centro Universitário Estácio de Belo Horizonte, 2020.

Figura 24 – Capa e primeira orelha do livro “Quem São Elas?”



Fonte: Editora Letramento

Figura 25 – Quarta capa e segunda orelha livro “Quem São Elas?”



Fonte: Editora Letramento

É crucial ressaltar, aqui, que bell hooks, em seu livro *Ensinando a transgredir - A educação como prática da liberdade* (2017), ao refletir sobre a importância da sala de aula ser um espaço aberto para que os/as educandos/as possam falar de suas trajetórias e anseios, afirma que não pode o/a educador/a esperar que isso ocorra se eles não estiverem dispostos a, primeiramente, falarem sobre si mesmos(as). No trecho a seguir, ela expressa algo que foi decisivo na escolha de, neste trabalho, apresentarmos um pouco da trajetória de vida e de militância da pesquisadora:

Quando a educação é a prática da liberdade, os alunos não são os únicos chamados a partilhar, a confessar. A pedagogia engajada não busca simplesmente fortalecer e capacitar os alunos. Toda sala de aula em que for aplicado um modelo holístico de aprendizado será também um local de crescimento para o professor, que será fortalecido e capacitado por esse processo. Esse fortalecimento não ocorrerá se nos recusarmos a nos abrir ao mesmo tempo que encorajamos os alunos a correr riscos. Os professores que esperam que os alunos partilhem narrativas confessionais, mas não estão eles mesmo dispostos a partilhar as suas exercem o poder de maneira potencialmente coercitiva. Nas minhas aulas, não quero que os alunos corram nenhum risco que eu mesma não vou correr, não quero que partilhem nada que eu mesma não partilharia. Quando os professores levam narrativas de sua própria experiência para a discussão em sala de aula, elimina-se a possibilidade de atuarem como inquisidores oniscientes e silenciosos. (hooks, 2017, p. 35).

Por isso, parafraseando-a: ‘não quero que essas mulheres corram nenhum risco que eu mesma não vou correr, não quero que partilhem nada que eu mesma não partilharia. Quando as/os pesquisadoras/es levam narrativas de sua própria experiência para a pesquisa, elimina-se a possibilidade de atuarem como inquisidores oniscientes e silenciosos.’ E, considerando a Escrivência como processo formativo, esperamos que, também, o exercício de registro da trajetória da própria pesquisadora contribua, não para os resultados imediatos da pesquisa, mas para a mudança do olhar para as Participantes, que não devem ser vistas como meros objetos de pesquisa, mas como escritoras atuantes na produção deste estudo.

Tal tipo de metodologia permite aos pesquisadores/as potencializar as vozes dos sujeitos, promovendo, inclusive, um processo de autorreflexão crítica, já que, quando se narra o vivido ou experienciado, podemos encontrar as fluências e as influências com que os indivíduos debatem por meio de seus próprios discursos. Assim, nenhuma narrativa é linear, pois é construída nos conflitos, nas dúvidas, nas memórias e nos esquecimentos daqueles que falam. Desse modo, pelo dito e por aquilo omitido, desenham-se perspectivas únicas, mesmo que sejam referentes a uma experiência muito próxima.

Ainda, ao realizar a revisão de literatura, pude perceber a potência da autobiografia e da narrativa com o intuito de valorizar vozes antes não ouvidas ou reconhecidas. Além disso, a memória, mesmo das individualizações das Participantes e dos pesquisadores, acaba por se mostrar uma memória coletiva. Assim, nessa perspectiva, vê-se a trajetória dos coletivos aos quais pertencem, na leitura sensível dos investigadores/as, o que também se percebe no processo de desenvolvimento de suas pesquisas, já que eles se reconhecem, muitas vezes, no objeto de estudo, nas trajetórias observadas, questão enfatizada por Boaventura Santos (2018). Essa característica dessas pesquisas rompe com a ideia de que há uma ciência afastada da realidade do que é analisado, ou seja, como se fosse possível um distanciamento total e irrestrito de quem a faz. Quando lemos o trabalho de Nilma Lino Gomes (2017), *Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*, o de Shirley Miranda (2008), que é intitulado *Articulações do feminino em narrativas de mulheres dirigentes sindicais: saber-poder e gênero*, e de muitos dos demais pesquisadores, observamos, inclusive, a necessidade de delimitar a relação que possuem com o campo investigado.

Torna-se crucial salientar, ainda, que realizar esta pesquisa me fez revisitar vários espaços e questões internas. Entre eles, destaco a minha ida a uma apresentação de candidatura da UP, espaço que não me imaginaria presente anteriormente. Nesse processo, também retomei contatos com militantes dos partidos que não via há muitos anos e participei de atividades com eles. Não é possível separar, é claro, o envolvimento pela necessidade de desenvolvimento da pesquisa e a participação pelo interesse na construção coletiva, que acredito que nunca me escapou. Porém, talvez seja possível reconhecer um movimento de reconciliação com um horizonte que nunca saiu de vista.

Confesso que a minha escrita foi estruturada à mão, em caderno igual ao que entreguei às participantes, mas não foi possível colocar tudo nele e, por isso, segui escrevendo no computador. A escrita à mão me exigiu um gerenciamento de emoções e de organização mental que o momento não permitia, a escolha do que colocar também foi desafiadora. O limite entre o que quero contar, o que posso contar, o que vai me expor demais ou a outras pessoas é algo que dificultou minha escrita; tal ponto também foi crucial na escrita de algumas das participantes, questão que me foi relatada por elas em conversas que tivemos.

No partido, todo mundo sabia de tudo que estava acontecendo, éramos um “livro aberto” com quem chegasse. Esse processo e o fato de ter de contar muitas vezes minha história também me ensinaram que é preciso escolher. Esse limite preferi não ultrapassar e busquei com que as participantes também o respeitassem, para que, de fato, esse processo pudesse servir de fortalecimento.

3.1.1 “Me gustan los estudiantes”

*Me gustan los estudiantes
Que rugen como los vientos
Cuando les meten al oído
Sotanas y regimientos
Pajarillos libertarios
Igual que los elementos
Caramba y zamba la cosa
Qué viva lo experimento*

(Mercedes Sosa)

Em 2012 conheci o PSTU por meio do movimento estudantil. Eu me encantei desde o primeiro dia em que participei da recepção de calouros e fomos a uma ocupação. Não sei dizer com exatidão o que me empelia, mas quando me dei conta, havia sido capturada pelas atividades e pelas relações. Lembro-me que, com um texto “o que é socialismo”, fui convidada a participar do grupo, confesso que nunca havia ouvido falar no PSTU naqueles 17 anos.

Como na época cursava Educação Física, várias questões me aproximavam das lutas do partido, o combate à violência contra a mulher, o debate sobre o direito à saúde integral, entre outros. Depois outras questões apareceram. No partido, descobri-me bissexual, porque antes essa possibilidade não havia sido colocada para mim. Não era possível pensar em outras relações que não fossem as heterossexuais, principalmente, devido ao círculo religioso em que fui criada. No entanto, quando passei a conviver com outras pessoas - gays, lésbicas e trans - , pude ver que eu não precisava me encaixar naquele padrão heteronormativo; fato que o próprio feminismo me mostrou. Ao me relacionar com mulheres, fui me recordando que aquilo sempre fui eu, pois, de minha parte, já havia o desejo e a atração, mas eu sempre havia os reprimido.

Tenho saudade de muitas coisas, a sede é uma delas, das três na verdade, ou quase quatro? A verdade é que a sede era quase a minha segunda casa. A gente às vezes passava o fim de semana todo lá. Fazíamos materiais para panfletos, *posts* nas redes sociais e, também, vendíamos agendas e livros. Também era um local que nos servia de abrigo para as bombas

de gás lacrimogêneo. Recordo-me de muitos momentos felizes naquele local, de partilha do café, do lanche e, ainda, de sentimentos.

Ali também foi lugar de muitas lágrimas, até porque aquele prédio já me viu chorar bastante. Foi naquele ambiente que terminei relacionamento, vi começar outros, foi lá que tive inúmeras conversas sobre os problemas que enfrentava em casa. Já tivemos, naquele lugar, choros coletivos por casos de machismo e por morte de companheiros. Muitas também foram as discussões em plenárias, cursos e reuniões. Acho que poderia escrever muitas páginas sobre aquele chão, aquele espaço que tinha até orgulho de limpar nas faxinas semanais que dividíamos.

Falei de quatro sedes porque mudamos, e a primeira mudança, a saída da rua Paraná, foi para mim a primeira grande transformação. Parece que era ali também que mudava a minha vida. Ao longo dos anos seguintes, seriam oito em minhas casas. Vivi em muitos lugares, o primeiro deles foi em uma república com pessoas desconhecidas, eu tinha apenas 18 anos. Aliás 19, era 2013, as manifestações de junho já tinham ocorrido e eu quase não tinha participado, pois me encontrava em conflito com a minha família.

Porém, sentia-me mal de não estar presente naquele momento que tinha certeza de que ficaria para a história. Um dia quase cheguei a ir, estava até com a blusa do partido, mas tinha medo porque já sabia dos gritos “sem partido” e de que não estavam aceitando bandeiras nas manifestações. Então, liguei para minha mãe quase que como uma forma de ter um contraponto entre a vontade do partido de que eu fosse e o meu medo de estar lá. E, assim ocorreu, ela não “deixou” que eu participasse. Nesse período, eu estava em processo de mudança interna e externa. O brinco na orelha, a ida às atividades no sábado, as festas, as roupas que vestia gritavam que eu nunca mais seria a mesma pessoa. Internamente convivía com muitos conflitos, já que eu tentava mediar o que minha família esperava de mim, o que o partido esperava e o que eu realmente queria. Uma vez conversando com uma psicóloga, falei dessa dificuldade em separar o que eu realmente pensava sobre a vida e o que o partido, os/as amigos/as e a família pensavam. No entanto, hoje entendo que me fiz um pouco de cada um e uma que me acompanhou.

Mas, voltando ao ano de 2013, mesmo que eu não tenha ido às principais manifestações, aquele ano me marcou profundamente. Na verdade, desde que ingressei à universidade e comecei a militar, o que aconteceu... uma semana depois da entrada, eu vivi/senti o peso de ser uma jovem mulher que queria aproveitar todas as experiências possíveis da universidade, mas, ao mesmo tempo, havia sido educada em uma religião adventista. Então, tudo era novo, os relacionamentos e, também, a convivência diária com

tantas pessoas.

Figura 26 – Fala em ato da Educação em 2012



Fonte: Arquivo próprio.

Lembro do primeiro cartaz que fiz na praça da Assembleia, com os dizeres: “Aqui está o movimento estudantil”. Por causa das atividades do partido, conheci muitos lugares na cidade, tais como praças, sindicatos, fábricas, hospitais, ocupações, a lista é grande. Mas, também, em outras cidades

CONTAGEM: fábricas, festas, cultura.

RIO DE JANEIRO: Encontro nacional da ANEL, 2012?

BRASÍLIA: uma ou duas idas, manifestação.

CASA BRANCA: Curso de formação (machismo), festa de fim de ano.

NOVA LIMA: curso/formação

MARIANA: Encontro regional ANEL

LAGOA SANTA: fábrica/aves - Lançamento de uma revista do MML

SÃO PAULO: Fui a São Paulo em cinco ocasiões. Reunião Nacional LGBT, Reunião Nacional MML, Ato de trabalhadores, Conferência, Festa de lançamento MAIS.

A primeira vez que fui foi muito difícil. Minha ex- namorada me deixou no ônibus quase meia noite e, depois disso, tudo foi incertezas. Ter ido sem a companhia de ninguém de BH, com certeza, foi desafiador. Tive que chegar, de longe, em um lugar em que conhecia

poucas pessoas. A viagem toda foi muito desgastante. Nessas idas a gente acabava não conhecendo praticamente nada do lugar, chegávamos de ônibus, fazíamos a atividade ou reunião, seja o que for e íamos embora. Todavia, em São Paulo, tive a oportunidade de conhecer um pouco mais. Não gostei, pois toda vez que ia até aquela cidade acontecia um problema diferente, acredito que se fosse em outra oportunidade, para lazer, talvez, tivesse outra impressão da capital.

CAMPINAS: Encontro Nacional da ANEL 2015

Nesse encontro três coisas me marcaram muito: uma roda de conversa sobre a questão do aborto que explicava com detalhes como ocorrem esses procedimentos. Ali abriu-se uma certeza ainda maior sobre a necessidade dessa conquista, a legalização, para a segurança das mulheres. A outra roda de conversa me chocou bastante, uma vez que no debate uma das convidadas defendia os direitos dos homens e até falava sobre questões que a princípio faziam sentido, como por exemplo, o problema de uma educação que exige certos comportamentos dos homens. No entanto, as conclusões a que chegava eram problemáticas, a título de exemplo, podemos citar o fato de que ela comparava a opressão que as mulheres sofrem com a que os homens sofreriam. Também, nessa mesma conversa, outra militante trouxe o debate sobre a pornografia e o tanto que ela impactava na forma como as pessoas se relacionavam sexualmente, ou mesmo nas expectativas que possuíam em relação ao sexo. Nunca havia ouvido sobre isso, pois esse debate ganhou mais espaço nos círculos feministas tardiamente.

Figura 27 – Presença em uma manifestação das universidades em Brasília, 2012



Fonte: Arquivo próprio.

SARZEDO: Encontro Nacional MML, primeiro beijo em uma menina, companheira, disputas

Figura 28 – Cartaz de divulgação do I Encontro Nacional do MML (2013) na “IX caminhada da visibilidade lésbica, bi e trans: pelo direito de existir e amar!” em BH



Fonte: Arquivo próprio.

Não me recordo, especificamente, se foi nesse ato ou no ato seguinte. Acredito que tenha sido na II caminhada. Enfrentamos um debate muito tenso no movimento. Alguns grupos não queriam que as pautas das mulheres bi e trans estivessem em conjunto com as das mulheres lésbicas. Foi um processo bem doloroso de disputa. O grupo em questão tratava-nos muitas vezes como inimigas. O ápice dos problemas nesse período teve início quando, em uma atividade promovida pelo DCE da UFMG, uma mulher trans foi chamada de “macho” (algo do tipo). E, infelizmente, tivemos notícias de outras agressões deste mesmo padrão em outros espaços. Depois disso, foi difícil construir qualquer coisa com elas na cidade. Eram, na época, um grupo considerável e, mesmo no oitavo de março, fiquei muito incomodada de estar com elas ou com quem era próxima. Somado a outras questões, no último oitavo que ajudei a organizar, desanimei-me totalmente com a construção na cidade, apesar de saber que há uma rotatividade de pessoas na composição da organização, de que é unificado e da importância dessa construção para os grupos feministas naquele local.

OURO PRETO: Encontro de mulheres da Farmácia

Ir em Ouro Preto sem dinheiro para nada foi complicado. Eu só tinha a passagem de ida praticamente. Lá senti que todas procuravam um processo de cura, mas sai da cidade sentindo que aquelas ruas tinham mais sangue do que imaginava. Fizemos uma intervenção na praça da cidade enquanto “rolava” um show. Foi difícil ver as pessoas ignorarem algo que para nós significava tanto. É possível que militar represente muitas vezes estar em choque com a sociedade. As pessoas falam que vivemos em bolhas, mas é muito sofrido conviver com quem “tira sarro” daquilo que para você é fundamental. Isso (o fato de viver em uma bolha ser mais fácil) inclusive me lembra de mencionar a minha decepção com o curso de Educação Física. É claro que foram muitos motivos, porém alguns deles talvez eu nem saiba explicar.

Ser gorda. A minha relação com meu corpo sempre foi conflituosa. (talvez menos a minha e mais a dos outros). Por mais que eu me esforçasse de todas as formas para emagrecer, eu permanecia gorda. (hoje até acho que em algum momento emagreci, mas, naquela época, qualquer gordurinha a mais era enxergada por mim como obesidade). No ensino médio eu comecei a me exercitar. Fazia Jazz, natação e musculação. Era uma rotina puxada para quem tinha 16 anos, trabalhava desde os 10 anos, cuidava da casa, estava no último ano do ensino médio e enfrentava vários problemas familiares.

Então comecei, ao conversar com os professores na academia, a me interessar pelo curso. Minha blusa de formanda já dizia o que eu pretendia fazer. Aos 17 fiquei apenas fazendo cursinho pré-vestibular e trabalhava de vez em quando. Passei em terceiro lugar, e a ansiedade era tanta para estudar na UFMG que, na primeira semana de aula, tive dor de barriga, mesmo assim dei meu jeito e fui. Eu era encantada pelo curso, e a primeira vez que uma professora falou da possibilidade de atuar na extensão com aulas de natação eu me voluntariei imediatamente (e mesmo sem orientação/ documentação/certificação participei enquanto foi possível). Por isso, quando uma professora de ginástica falou as seguintes palavras, na frente de todo mundo, quando eu não conseguir realizar uma atividade: “não é só por que você é gorda que não tem que dar conta” eu me senti mal por muito tempo, pois eu sempre me esforçava bastante. É claro que aos 17/18 anos o que as pessoas me diziam impactavam muito mais e tudo era motivo de vergonha ou culpa.

Um outro episódio parecido aconteceu, mas não me lembro como.

Na turma eu me dava bem com praticamente todo mundo, no começo, depois me indispus com quase todos. Alguns elementos foram marcantes.

- Era 8 de março, uma data muito significativa para mim e tinha orgulho de estar

construindo algo na universidade. Estávamos no bandeirão do ICB com cartazes quando uns quatro ou cinco colegas da turma passaram e disseram: “nossa! Que bom essa data, assim, temos mais mulheres para olharmos”. Não foram exatamente essas as palavras, mas foi mais ou menos assim.

- Em outra ocasião, em uma disciplina, ouvi “feminina sim, feminista jamais” e todas da sala concordaram.

- MSG face - outros conflitos foram surgindo e o fato de eu estar cada vez mais envolvida na militância parecia incomodar a eles cada vez mais.*

- Liberdade sexual*

Acredito que o que incomodava era o fato de que aquilo que eles acreditavam ser algo mais importante para mim havia mudado. Quando entrei, compartilhava da mesma empolgação (com algumas esperanças a mais). Mas rapidamente vi que apenas ir à aula e ler os livros não seria o bastante para mim. Eu precisava viver a universidade em sua intensidade, mesmo que em parte isso tenha me tirado dela.

Talvez, faltar à aula para passar nas outras salas falando de uma reunião do D.A não te ajude com os colegas. No entanto, é possível que eu não fosse a mesma pessoa hoje sem essas passagens. Lembro-me de um professor de filosofia, em uma disciplina que fiz, que demonstrou não se importar com o fato de eu não estar sempre nas aulas dele. Um dia, inclusive, conversamos, e ele deu a entender que considerava mais importante o que eu estava fazendo fora de sala de aula. Eu passei nessa disciplina porque praticamente todos os debates e os textos que ele apresentou eu já conhecia pelos estudos do partido. Entretanto, achei interessante a postura dele, porque foi a primeira vez que vivenciei essa perspectiva por parte de um docente.

É claro que fazia diferença eu estar em sala de aula. Entretanto, equilibrar o empenho nas atividades acadêmicas e nas muitas tarefas do movimento/partido não era fácil, pois a gente se sentia pressionado a escolher as demandas do movimento. Em relação a isso, houve uma ocasião que ficou marcante para mim. Eu estava fazendo um ensaio para a disciplina de ginástica, e não paravam de me ligar, insistentemente. Uma das colegas do DA insistia para que eu fosse ao ICB ajudar com uma tarefa. Na época fiquei muito chateada e discutimos sobre isso, mas hoje vejo que, em outras situações, fui eu que acabei fazendo da mesma forma com outras pessoas, pois a gente aprende que é tudo urgente, tudo para ontem. Isso ocorre, pois você pensa que se não panfletar, o mundo vai acabar, ou que se você não estiver presente em uma determinada reunião, irá perder algo. Entendo que o tamanho do partido contribuía

também para que esses pensamentos fossem desencadeados com frequência, já que a falta de gente para fazer algumas coisas acabava sobrecarregando quem mais fazia. Logo, isso era algo que deixava muitas pessoas no limite e desgastava as relações, ou mesmo afastava bons ativistas de nós.

Curiosamente, em outro momento, passei no curso de Letras na UFMG, mas escolhi continuar cursando a Pedagogia, no Centro Universitário Estácio de Belo Horizonte, instituição privada que eu já estava⁷⁵. Isso se deu, pois as minhas professoras eram muito boas e eu, também tinha medo de não conseguir dar conta de equilibrar o tempo da militância com essa outra atividade. Eu queria descobrir quem eu poderia ser ou que eu poderia conseguir “sozinha”. É claro que essa expressão não me é muito útil, porque a verdade é que a militância, o que aprendi com cada pessoa e também cada dor, seguiram comigo.

Minha “primeira” diagramação

Nas atividades do DA ICB e do movimento estudantil, comecei a construir materiais para as atividades e chapas. Eles eram elaborados na própria ferramenta *Paint*, e alguns companheiros davam dicas, mostravam recursos e eu ficava fascinada com a possibilidade de criar coisas novas.

DEDICAÇÃO/ENVOLVIMENTO

Desde pré-adolescente, comecei a me envolver nas atividades da igreja, eu fazia parte da secretaria, colaborava na comissão de música, cantava, realizava reuniões. Por isso, inclusive, não poderia deixar de falar sobre a minha participação na Igreja Adventista. Geralmente, quando conto sobre esse período da minha vida, as pessoas ficam surpresas. Como eu mudei! Mas o que elas não sabem é que muitas coisas permaneceram. A dedicação e o envolvimento que tive no começo com o partido muito se assemelhavam com o meu “ânimo” com as coisas religiosas. Eu me empenhava em aprender cada vez mais sobre a fé, estudava, fazia parte de um coral, era desbravadora. Quando comecei a militar, eu sentia muita culpa por tudo. Culpa por não “guardar” o sábado e, ainda, sentia medo de realmente existir um inferno e eu estar fazendo tudo o que me levaria para lá.

Quando contei para minha mãe que estava namorando uma menina, foi muito complicado e difícil. No dia, ela falou que estava tudo bem e que me respeitaria. Porém, no dia seguinte, ela foi até onde eu morava e leu várias passagens bíblicas que diziam como eu

⁷⁵ Havia conseguido uma Bolsa de 100% por meio do ProUni (Programa Universidade para Todos).

era uma abominação. Esse período foi bem desgastante, porque fiquei alguns meses sem conversar com a minha família e, conseqüentemente, sem apoio, o que fez com que eu passasse mais dificuldades financeiras e emocionais, mesmo tendo recebido um grande suporte do partido.

Posteriormente minha relação com a minha mãe melhorou muito. Alguns comentam “a distância faz bem”, porém hoje é a proximidade que melhora nossa relação. Apesar das diferenças, nos respeitamos e aprendemos uma com a outra. É claro que ainda temos conflitos, mas de lá para cá reconheço que a minha militância não mudou somente a mim, mas também a ela. O contraponto que as minhas posições tiveram na trajetória dela, bem como os debates e as conversas que tivemos contribuíram para que fosse possível que tanto eu quanto ela tivéssemos outros pontos de vista.

Foi um longo caminho para que minha família me visse como alguém de opiniões e de decisões válidas e coerentes. Por muito tempo, enxergavam-me como alguém fora de rumo e perdida. O partido era visto, portanto, como “coisa do capeta” e as pessoas sempre me relacionavam a “um erro”. Não é fácil, logicamente, passar a vida procurando aprovação das pessoas e ter que se impor frente a aqueles que você gostaria que te admirassem.

Quando saí da casa dos meus pais em 2013, foi muito difícil. Em um primeiro momento, fiquei na casa de uma amiga, porém minha mãe me convenceu a voltar. Voltei decidida que arrumaria um emprego e consegui um em uma empresa de telemarketing. Fiquei lá poucos meses, mas assim que comecei a trabalhar avisei a minha mãe que eu estava indo embora, pois essa seria a melhor decisão para todos. Na ocasião, eu tinha 19 anos, muitas cicatrizes e a convivência com minha família piorava a cada dia, meu estilo de vida havia mudado completamente, eu realmente era outra pessoa, já que fumava, “virava a noite” em festas, falava palavrão e acreditava veementemente que ficar ali no meio do furacão, que o meu pai sempre foi, não me ajudaria em nada, nem a minha mãe e a meu irmão. No entanto, essa decisão hoje me dói, não pelo fato de ter ido, mas por não ter conseguido levá-los comigo, mesmo sabendo que isso não estava e nunca esteve ao meu alcance.

Eu sempre pude contar com os/as amigos/as do partido nesse processo. Inclusive, junto deles, tenho a lembrança de um dia muito marcante para mim, que foi um aniversário meu, que comemoramos juntos em uma festa na Letras. Eles fizeram aquele dia muito mais feliz e, na volta, foram todos juntos me levar em casa; o carinho e o afeto eram constantes. Dividíamos tudo, os choros, as alegrias, as dúvidas e, sim, elas eram muitas. Nesse período eu fui morar em uma república feminina no bairro Liberdade, dividindo quarto, mas foi horrível a experiência com a “dona” da república e, por isso, eu fiquei lá por poucos meses. Depois fui

morar com um amigo do partido no bairro São Francisco, foi ótimo e ele é uma das melhores companhias para se morar junto, aprendi muito com ele sobre partilha. Poucos meses depois, devido a questões profissionais, ele teve que se mudar para o bairro Barreiro e eu fui junto. Lá, fiquei por uns dois meses (?), na sala da casa, onde ele morava com outros dois companheiros do partido. Na transição, morei por uns seis meses no Centro em uma república com um companheiro do partido e mais duas pessoas, éramos apenas quatro, mas os conflitos por causa da organização da casa eram muitos.

Depois morei com outro homem, integrante do partido, novamente no bairro São Francisco, mas do outro lado da Antônio Carlos. No entanto, dessa vez, o problema foi o próprio partido e, também, questões de convivência. Eu gostava muito dele como amigo e tínhamos momentos de irmandade, porém, quando houve a ruptura do partido tudo mudou e ficou muito difícil estar na mesma casa. Então, fui morar sozinha por um ano no bairro Pompéia. Eu já trabalhava no IBGE nessa época e, assim, o perrengue era menor. Foi muito bom o meu silêncio e poder ter algo que era “meu espaço”.

Mas um dia senti falta de outras companhias e, então, surgiu uma oportunidade de morar no bairro Nova Gameleira, em uma casa, onde residiam duas meninas que eu havia acabado de conhecer, mas ficamos próximas e elas dividiram o local comigo. Na parte de cima dessa nova moradia, meu irmão e uma pessoa que “viu o anúncio na internet” também foram morar lá. Nós convivíamos muito bem e ali, até aquele momento, havia sido o lugar mais aconchegante em que eu havia morado. Fui muito feliz naquele espaço e todos, mesmo amigos que não moravam lá conosco, sentem saudades até hoje. Depois de mais de um ano morando lá, tivemos que sair, pois o proprietário precisou da casa. Infelizmente, estávamos com problemas financeiros naquele momento, e, por isso, não conseguimos um outro lugar em que todos pudessem continuar morando juntos. Devido a isso, em 2018, voltei à casa dos meus pais e, somente em 2022, pude ter meu cantinho novamente. Contudo, de alguma forma, sinto que a força desses acontecimentos me levou exatamente ao local onde eu deveria estar, não por destino, mas por tudo o que aprendi e pelas pessoas que convivi, pois foi exatamente isso o que me salvou e tem me salvado.

OCUPAÇÃO

A primeira “ocupação” que participei foi a da FUMP (Fundação Mendes Pimentel), que tinha o intuito de discutir a questão da assistência estudantil e o preço do bandejão para os estudantes. Era uma questão urgente, muitos discentes dependiam da alimentação a baixo custo e o bandejão havia ficado muito tempo sem aumento, pela pressão do DCE, mas com a

chegada de uma chapa alinhada mais à direita, que se dizia apartidária e era denominada “Onda”, o preço foi taxado “junto com a inflação” e, depois disso, foi só aumentando.

Após esse episódio, participei da Ocupação Willian Rosa, pertencente a um terreno em Contagem, e foi uma experiência muito significativa. Os/as ocupantes realizaram uma divisão de setores no território, a fim de se organizar. Estive lá algumas vezes; a primeira para auxiliar nas primeiras horas de ocupação e depois para um levantamento das pessoas que lá se encontravam. Conhecer de perto pessoas que participam desse tipo de atividade foi ver a realidade de moradia e enxergar, assim, a urgência da garantia desse direito. Algumas mães comentavam que tinham que escolher entre pagar o aluguel ou dar leite às crianças.

No começo da ocupação é tudo muito desconfortável. Só havia um banheiro coletivo nos primeiros dias. Depois voltamos lá em um período de chuva, a água estava entrando dentro das casas das pessoas, então, construímos uma vala para desviá-la das moradias. Em outros momentos, participei como MML e pude realizar encontros com as mulheres. Não era uma questão fácil, mas era extremamente importante ter esses momentos de reflexão e debate, nos quais incluíamos questões como: “em briga de marido e mulher se mete sim a colher”. Tais momentos eram realizados com o objetivo de que todas as mulheres ali presentes pudessem se organizar e ser um apoio umas às outras.

MARCHA DAS VADIAS

É possível que seja exatamente por reconhecimento. Muitos eram os debates sobre ir ou não à marcha das vadias. Lembro-me de um dos acontecimentos aqui em Belo Horizonte em que um grupo específico havia feito uma ação na porta de uma das igrejas da região central. O debate se tais ações que aconteciam na marcha se aproximavam ou distanciavam do público que pretendíamos atingir, mulheres trabalhadoras, era contundente. As ações que, muitas vezes, “chocavam” quem passava na rua, ou mesmo sabia da marcha, representavam para quem participava uma possibilidade de ressignificar o termo. Além disso, propiciava que essas pessoas pudessem assumir uma identidade/vivência que a nosso ver deveria ser valorizada, do direito ao corpo, contra a cultura do estupro, pelos direitos reprodutivos, pela legalização do aborto, dentro outras questões sociais muito pertinentes na contemporaneidade. Fato é que essa ação na cidade reunia um grande número de ativistas e de lideranças do movimento feminista.

Figura 29 – Presença na Marcha das Vadias em 2014



Fonte: As Expressões das Vadias⁷⁶

REPRESSÃO/ SEGURANÇA

Coração acelera, a mão sua, a primeira bomba e você já não sabe para onde ir. Fomos ensinados a arte de estar na rua manifestando. A atenção principalmente em atos era redobrada e exigia de nós, muitas vezes, agilidade e organização. Dividíamos as tarefas bem antes. Quem iria levar as bandeiras, quem faria a agitação (palavras-de-order). Geralmente havia uma pessoa de referência para que não nos perdêssemos frente a algum imprevisto.

MANIFESTAÇÃO

Microfone, bandeira, carro de som, lugar de disputa, comissões.

Lembro-me das primeiras vezes que subi em um carro de som, em manifestações em favor da educação e pelos professores. Era uma sensação muito boa de ser ouvida por outras pessoas, de poder fazê-las refletir sobre o ponto de vista que defendíamos. Ter voz nas assembleias e nas reuniões, poder usar os megafones, mobilizar pessoas e ocupar prédios me fez acreditar que, de verdade, eu poderia mudar algo.

⁷⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/marchadasvadias/photos/784024801631143>. Acesso em: 05 jan. 2022.

POLÍTICA DE MULHERES

Figura 30 – Participação em um ato/ Megafone



Fonte: Arquivo Próprio.

Logo, no começo da militância, fui convidada a participar da secretaria de mulheres do PSTU. Ao longo da participação nos movimentos, cheguei a ministrar durante três vezes o curso básico e, se não me engano, a ajudar em um curso intermediário sobre mulheres. Não me lembro de todos os (cursos) que fiz: dialética, classes, mulheres, revolução? organização do partido, história das internacionais? era um curso?

Eu era “vidrada” em conhecer mulheres de referência, mas os livros que líamos se restringiam a algumas poucas. Somente algum tempo depois, descobri que não bastava ler quem criticava o pós-modernismo, por exemplo, era importante de fato conhecer uma multiplicidade de leituras.

Acompanhamos muitos casos de machismo que foram muito dolorosos para o coletivo, o primeiro deles aconteceu com uma companheira de outro estado. O companheiro, também do partido, havia a espancado. Lembro-me de termos nos reunido, com todos os homens e mulheres, na sede para conversarmos sobre a situação. Foi muito triste e impactante e comoveu a todas e a todos nós mesmo que muitos não a conhecesse. No partido e no movimento, aprendemos que quando uma sofre uma violência todas nós sofremos. E, isso de fato demonstrava que, mesmo estando em um partido que lutava contra as opressões, não

estávamos livres delas, inclusive com pessoas tão próximas.

Posteriormente, ocorreu um caso de estupro com uma mulher jovem da nossa regional, o abusador era também um homem desse mesmo espaço, que convivia conosco e que, de fato, nunca imaginaríamos que pudesse fazer isso. Era uma pessoa que dizia ser contra as opressões e se engajava e, por isso, foi, coletivamente, um processo muito triste. No encontro nacional do MML, lembro-me de ver a companheira, aos prantos, ser amparada por outras mulheres do partido e me sentia muito impotente por não poder fazer nada. Inclusive, nunca conversamos sobre isso, acredito que foi uma escolha dela, a qual eu acolhi e respeitei. O partido, como em todos os outros casos desse âmbito, tratou o fato não somente na comissão de ética e na direção, como promoveu um debate coletivo sobre a situação.

No movimento também não era diferente, vários casos aconteciam, lembro-me que, por conta de uma manifestação contra um caso de violência física contra uma mulher, que ocorreu na UFMG, muitas pessoas foram inclusive processadas por terem denunciado o agressor. Em outra ocasião, da Ocupação da Câmara dos Vereadores em 2013, várias denúncias de agressão e de estupro surgiram. Essas situações demandavam de nós respostas que muitas vezes ainda estavam sendo elaboradas.

Não posso dizer por elas, mas em mim o sentimento de “eu sou feminista, como deixei isso acontecer comigo” foi muito doloroso. Em um primeiro momento, você não sabe por que está tão triste, já que, teoricamente, nada de errado aconteceu, mas depois conversando com uma amiga e companheira de partido percebe que aquilo não estava certo. Quando você perde o “controle” sobre o seu corpo, a sensação de impotência é enorme. As lembranças acabam marcando todos os relacionamentos futuros, e a depressão foi iminente e latente por muitos anos. Precisei “conviver” com ele (militante de outro partido) em várias ocasiões. Em todas elas, parecia que meu peito ia explodir, tudo que estava acontecendo sumia e eu só pensava na situação que tinha ocorrido.

Por alguns meses, eu tentava me convencer de que a vida seguiria e que tudo voltaria ao normal, mas não foi assim e, talvez, foi até bom que não foi assim. Quando aponte para as companheiras que estava muito mal, decidimos juntas denunciar a situação, frente a um não encaminhamento da parte do outro partido. Foram inúmeras reuniões com mulheres de outros grupos e organizações que nem me conheciam, mas eu sempre relatava em detalhes tudo que aconteceu. Hoje não sei se ter repetido em voz alta aquela sequência do momento fez com que eu me sentisse cada vez pior, mas eu queria que aquilo não acontecesse com mais ninguém, por isso, eu precisava denunciar. Não foram todas as organizações que denunciaram, dois grupos escolheram não assinar a carta. Um deles relatou que aquilo era

uma disputa política entre dois partidos e elas não se envolveriam. Outro grupo sinalizou que não participaria pelo fato dele ser negro e elas, como um grupo que priorizava a questão racial, não poderiam realizar aquela denúncia. Anos depois recebi desculpas de participantes de ambas as organizações, mas apesar da mágoa que senti naquele momento, hoje entendo que estávamos todas aprendendo a como lidar com casos como esses dentro dos movimentos. É claro que esse não foi um aprendizado livre de dor. Tempos depois da denúncia, outros inúmeros casos de violência sexual e física envolvendo esse mesmo homem surgiram. Ele foi expulso, e isso configurou um “racha” de mulheres que se dissociaram da organização, já que reconheciam a conivência do partido que o protegeu em várias situações.

Conversando com algumas das mulheres que também o denunciaram, tive a certeza de que, por mais sofrido que tenha sido, não foi em vão. Valeu a pena. E, mesmo que depois ele tenha entrado em outro partido e seguido a vida política, inclusive bem rápido, pudemos contribuir para o enfrentamento e a “superação” dessas violências de forma coletiva. Não vou me esquecer da última vez que o vi, eu estava em uma Praia da Estação e quando o visualizei no meio das pessoas foi incontrolável e o choro veio na hora. Contudo, eu não estava sozinha, nós mulheres do partido, também não estávamos, várias mulheres de outras organizações se juntaram e o expulsaram do local. O fato é certo, tecemos um caminho que só foi possível, pois foi construído na coletividade, já que eu não teria conseguido passar por tudo isso sem as mulheres que me acompanharam. Depois disso, reconhecemos como era imprescindível falar sobre o fortalecimento das mulheres, não para responsabilizá-las, nem mesmo para impedir denúncias, mas somente pelo fortalecimento e para priorizar as mulheres e quem sabe mudar aquela realidade.

ASSIBGE/MG

Em 2015 eu comecei a trabalhar no IBGE e foi uma mudança um pouco complicada no começo, mas em 2016 houve uma modificação na pesquisa que eu acompanhava e, então, me mudaram de área; do serviço externo fui para o interno. Nesse momento, tive a oportunidade de conhecer o sindicato e me envolver nas atividades que ele desenvolvia. Fazíamos muitos materiais e conversávamos com as pessoas a fim de ampliar a aproximação e a sindicalização. Fomos aos atos juntos e realizamos até um encontro muito produtivo. Ali eu “aplicava” tudo que tinha aprendido no partido e, mesmo mais distante do grupo, cometi todos os erros e os acertos que a minha educação militante permitia. É claro que aquele espaço não era como estar na universidade, o receio de muitos de serem demitidos ou sofrerem retaliações afastavam-os dos temporários. No entanto, tenho certeza de que

conseguimos nos movimentar bastante e provocar debates necessários, que antes não eram realizados pela categoria, devido a pouca presença do sindicato na base.

ROMPIMENTO

Não me lembro de todos os meandros que permearam minha saída do PSTU, quando rompemos, havia muitas questões envolvidas, especialmente as de cunho emocional, já que, ao longo dos anos, estabelecemos muitas relações e muitas pessoas ficaram extremamente ofendidas com esse rompimento. Tinha muitas dúvidas e tivemos inúmeras reuniões para discutir ,primeiramente, sobre a linha política do partido e posteriormente sobre a minha decisão de deixar de fazer parte do grupo. Os companheiros e companheiras que ficavam não aceitavam o fato de que estávamos passando por uma onda conservadora e, que, ainda, havia propostas que não concordávamos. Falavam em um avanço na consciência de classe, baseado em poucas movimentações, que a nosso ver, não representavam a realidade do conjunto da população.

A política FORA TODOS não refletia as necessidades do presente e muito menos reconhecia o golpe que estávamos sofrendo. Tampouco a “solução” de formação de conselhos populares era possível na conjuntura vivenciada. Além disso, o material e a propaganda apresentada refletiam um profundo distanciamento. Ainda, no período do processo de Impeachment mesmo que eu tivesse inúmeras críticas ao governo Dilma, não concordava em parecer estar do mesmo lado daqueles que eram machistas com a presidenta.

Figura 31 – Recorte “Opnião Socialista” nº 511, 2016

MAL MENOR?

Não precisamos escolher entre as duas faces de uma mesma moeda

As trabalhadoras não confiam mais na Dilma e no PT. O PSDB do Aécio e o PMDB do Cunha tentam se apoiar nesse sentimento para tentar voltar a controlar o país. Eles aparecem em lados opostos, mas são dois lados da mesma moeda.

Eduardo Cunha (PMDB), autor do PL5069, que ataca os direitos das mulheres ao aborto, da redução da maioridade penal e opositor número um dos setores oprimidos, até ontem era aliado de Dilma e do PT. Agora está na oposição de direita ao governo junto com o PSDB e defende um impeachment para que governe Temer, ou o próprio Cunha ou Aécio do PSDB.

As mulheres trabalhadoras e toda nossa classe não podem apoiar nem Dilma, nem Cunha, Temer ou Aécio. Também não apoiamos impeachment porque é trocar seis por meia dúzia. Todos defendem banqueiros e empresários contra a nossa classe.

Nós defendemos que a classe trabalhadora através da luta bote para fora todos eles: Dilma, Cunha, Temer, Aécio e esse Congresso!

É preciso construir nas lutas um governo dos trabalhadores, sem patrões e corruptos, baseado na organização de conselhos populares.

MAL MENOR?

O machismo beneficia o capitalismo

O sistema capitalista utiliza a discriminação para aumentar a exploração. Há duas maneiras para isso. Uma é usando a diferença entre homens e mulheres para pagar menos às mulheres e rebaixar de forma geral o salário de todos os trabalhadores, impondo a dupla jornada para desobrigar o Estado de garantir serviços públicos decentes. A outra é utilizando a opressão para dividir a classe trabalhadora, colocando homens contra mulheres.

Para acabar com o machismo é preciso acabar com o capitalismo. Para lutar contra o capitalismo precisamos unir a classe trabalhadora e, para unir a classe trabalhadora, precisamos lutar também contra o machismo. É por isso que para lutar contra o machismo não basta ser mulher. Kátia Abreu, Hillary Clinton, Ângela Merkel e Dilma não nos representam.

Precisamos construir uma sociedade sem exploração e sem opressão, uma sociedade socialista. Só assim as trabalhadoras poderão ser livres.

Fonte: Opinião Socialista nº 511, 2016.⁷⁷

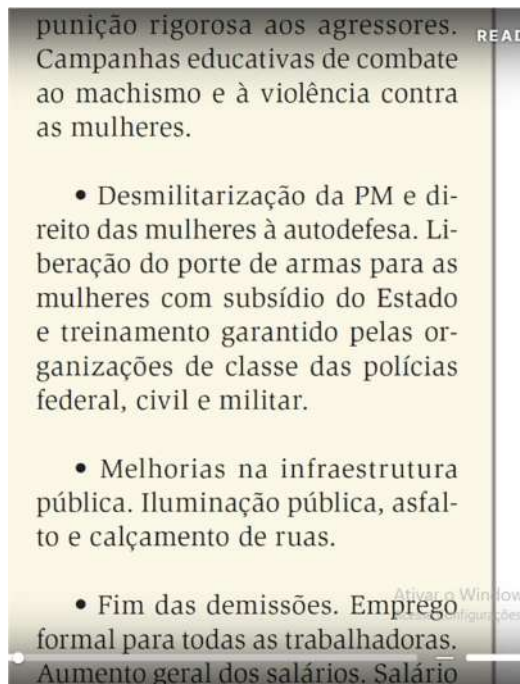
Em meio ao mar de dúvidas em que me encontrava, um acontecimento específico me fez decidir. No 8 de março de 2016, tive contato com uma cartilha sobre a questão da mulher, no jornal "Opinião Socialista", a qual defendia o armamento das mulheres com o argumento de que seria para autodefesa. Também, propunha que a formação fosse realizada pelas organizações das polícias federal, civil e militar. Para mim, tais questões refletiam uma distância da realidade e apontava para caminhos com os quais eu não concordava. A conclusão, infelizmente, das limitações da “Lei Maria da Penha”⁷⁸, como discutíamos, não era a auto-organização das mulheres ou mesmo a autodefesa. Reconhecermos o aumento da violência contra a mulher e uma precarização da vida, que gerava uma condição de mais marginalidade às mulheres trabalhadoras, não significava que as condições para uma reação a

⁷⁷ Disponível em: https://issuu.com/pstu/docs/os511_saida_c. Acesso em: 05 jan. 2023.

⁷⁸ BRASIL. **Lei n. 11.340/2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Presidência da República, 2006.

isso eram certas.⁷⁹

Figura 32 – trecho do jornal Opinião Socialista



Fonte: Opinião Socialista nº 511, 2016.⁸⁰

Será? Essa foi uma pergunta que nos fizemos após a ruptura. “Como saber se você está em uma seita”. E, não teve sequer um encontro nosso, (amigos que fiz no PSTU) em que não relembrássemos os eventos. Cinco anos depois e ainda sonho, muitas vezes, com as pessoas com as quais compartilhei tais experiências. A política para as mulheres do partido que me fez integrar esse grupo foi a mesma que me fez sair, mas eu já não era a mesma pessoa de quando entrei.

Ao escrever, pude observar com nitidez o reconhecimento da grandiosidade das relações e dos encontros que tive ao longo da vida, mesmo que, no momento em que esses encontros ocorreram, eu sentisse necessidade de me diferenciar em relação a essas pessoas. Mas, hoje, posso perceber como me construí de cada uma delas, tal como, em grande parte da obra de Paulo Freire, na qual o autor revela a riqueza das experiências que ele mesmo teve e ressalta a relação que tem com os saberes que produz. Sua obra e trajetória de vida, com certeza, não seriam as mesmas se não fossem as pessoas, os lugares e os caminhos que trilhou, como ele mesmo descreve no capítulo “Ninguém nasce feito: é experimentando-nos no

79

⁸⁰ Disponível em: https://issuu.com/pstu/docs/os511_saida_c. Acesso em: 05 jan. 2023.

mundo que nós nos fazemos”, do livro *Política e Educação* (2001). Nele, o estudioso expõe sua trajetória, dizendo:

Como não perceber, por exemplo, que de minha formação profissional faz parte bom tempo de minha adolescência em Jaboatão, perto do Recife, em que não apenas joguei futebol com meninos de córregos e de morros, meninos das chamadas classes menos afortunadas, mas também com eles aprendi o que significava comer pouco ou nada comer. Algumas opções radicais, jamais sectárias, que me movem hoje como educador, portanto, como político, começaram a se gestar naquele tempo distante. [...] A *Pedagogia do oprimido*, escrita tanto tempo depois daquelas partidas de futebol ao lado de Toinho Morango, de Reginaldo, de Gerson Macaco, de Dourado, cedo roídos pela tuberculose, tem que ver com o aprendizado jamais interrompido, que comecei a fazer naquela época – o da necessidade de transformação, da reinvenção do mundo em favor das classes oprimidas. (FREIRE, 2001, p. 40).

Corroborando as ideias de Freire, também em minha trajetória, percebo a riqueza desses encontros e como me fizeram e me construíram nessas experiências. Percebemos, então, que a subjetividade sofre impactos e, conseqüentemente, impacta as experiências vivenciadas pelos sujeitos, de acordo com o que refletem Lazzarato e Negri (2000), haja vista que a transformação dos sujeitos se dá por meio de suas produções. Essas ideias também podem ser vistas em Edward Thompson (1981), o qual reflete que

os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo - não como sujeitos autônomas, "indivíduos livres", mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida "tratam" essa experiência em sua consciência e sua cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, "relativamente autônomas") e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (THOMPSON, 1981, p. 182).

Tal questão fica evidenciada também em minha atuação no sindicato do IBGE. Ela foi afetada pela transformação da minha experiência de militância a partir da vivência no PSTU e, também, permitiu que eu “acertasse e errasse” exatamente como a relação com o que foi vivido me propiciou. Para além disso, Ana Brenner (2001), em sua pesquisa, percebeu que os jovens participantes de partidos políticos conceberam outros valores, “normas e regras que reinterpretassem a realidade social em que se inserem” (BRENNER, 2001, p. 234). Assim, em suas reflexões, a pesquisadora ressalta que isso gera mudanças nas relações interpessoais, nos vínculos afetivos e, ainda, nas expectativas de desenvolvimento pessoal. Dessa forma, o

espaço modifica a produção, a reprodução e a aquisição de diferentes conhecimentos. Entretanto, esse processo pode gerar conflitos, tais como os que tive aos 19 anos com minha família, ou mesmo na faculdade.

Inclusive, mesmo as experiências difíceis como as que enfrentei no curso de Educação Física, impactaram a forma como eu via o mundo e, por isso, o conceito de socialização se mostra tão importante, especialmente quando analisamos a organização da juventude, na medida em que está relacionado ao processo de individuação, como evidenciado na pesquisa de Juliana Reis e Juarez Dayrell (2015). Em *Transversalidade nos modos de socialização e de individuação: uma jovem negra em movimento*, os autores ressaltam como a diversidade de condições na socialização influencia na constituição do indivíduo. Nesse trabalho, constatou-se, por exemplo, que, na escola, “Cláudia” - mulher negra - vivenciou o racismo em seu processo de socialização no ambiente, questão que interferiu em sua identidade negra. A partir disso, os pesquisadores apresentam um ponto de diferenciação entre os espaços socializadores, salientando que

[...] os projetos socioeducativos são espaço/processo de socialização profundamente presente nas vivências de Cláudia, que experienciou desde a infância tais situações educativas. Em contraste com a escola, as vivências nos projetos são mais significativas em seu modo de individuação, já que viabilizaram as descobertas de suas habilidades. (REIS; DAYRELL, 2015, p. 2015).

Em comparação, algumas vezes, aquilo que eu aprendia no movimento feminista era oposto à visão de algumas colegas e contribuía, portanto, para um “desencantamento” com o que era compartilhado em sala de aula. No curso de Educação Física, por exemplo, é possível citar o fato de eu ter ouvido, enquanto participava de uma atividade da militância, a seguinte frase: “feminina sim, feminista jamais”. Nesse sentido, de acordo com Niedson Rodrigues (2001), é importante repensar quais saberes são essenciais para o desenvolvimento de um “sujeito ético”.

Assim, torna-se essencial compreendermos em que medida os saberes reproduzidos ou produzidos na instituição escolar, em um currículo tradicional, não são garantia da formação crítica e também experiencial que deve possibilitar não somente o desenvolvimento pessoal, mas ainda a construção de uma sociedade mais equitativa, na perspectiva da elaboração de outros projetos de mundo, em consonância com as demandas ambientais e sociais. Tal elemento possibilita questionar que se, em muitas vezes, a escola é vista como uma preparação para a vida social (RODRIGUES, 2001), como seria possível que tal preparação

não estivesse principalmente presente fora dela, através das experiências na vida coletiva e política? Entretanto, reconheço que não seria justa uma delimitação fixa que separasse de um lado as experiências escolares e formais, e as da educação não-escolar, inclusive por perceber como, muitas vezes, as próprias experiências escolares possibilitam um diálogo com as demais vivências, tal como sinalizo quando falo sobre o professor de filosofia que demonstrava valorizar os espaços do movimento estudantil dos quais eu fazia parte.

Além disso, é perceptível que muitos paradigmas foram rompidos em minha trajetória, especialmente por meu engajamento no feminismo. Como exemplo, posso citar dois episódios: o meu rompimento com a busca incessante por alcançar um corpo padrão, e, também, a percepção da possibilidade de não estar dentro dos padrões heteronormativos. Sobre essa questão, Luis Miguel (2012) reitera a noção das contribuições do feminismo para os debates políticos, como as teorias socialistas, em que ambas perspectivas envolvem não somente as discussões, mas também um alinhamento militante. Lélia Gonzalez (2019), grande pensadora brasileira e pioneira dos estudos sobre mulheres negras no país, também reflete sobre essa característica dos movimentos feministas, deixando claro que, “ao demonstrar, por exemplo, o caráter político do mundo privado, trazendo um debate público no qual emergiu a tematização de questões completamente novas — sexualidade, violência, direitos reprodutivos etc. —, revelando sua articulação com as relações tradicionais de dominação/submissão. Ao propor a discussão sobre sexualidade, o feminismo estimulou a conquista de espaços por homossexuais de ambos os sexos, discriminados por sua orientação sexual. O extremismo estabelecido pelo feminismo tornou irreversível a busca de um modelo alternativo de sociedade. Graças a sua produção teórica e a sua ação como movimento, o mundo não é mais o mesmo.” (GONZALEZ, 2019, p.127).

Ademais, como a questão de gênero não apenas implica em repercussões para as mulheres, mas para toda a sociedade, o feminismo colaborou para que outros problemas sociais fossem mais discutidos (MIGUEL, 2012). Assim, conforme aborda Adriana Piscitelli (2009), em se tratando do movimento feminista na América Latina, desde a década de 1980 se fortalece um posicionamento das mulheres do “terceiro mundo” (também das mulheres negras nos EUA) ao trazerem outras reivindicações, que questionam a posição política e social desse grupo, a hipersexualização, as questões nacionais e os estereótipos que recebem as mulheres do “sul do mundo”. Essas rupturas, ou mesmo segmentações a que o movimento historicamente foi cingindo, como também demonstra Davis (2013) e Crenshaw (2012), ainda se fazem presentes nos recortes dos coletivos e nas organizações atuais. Por isso, conhecer a construção do movimento feminista auxilia compreender os desafios que ainda persistem para

o avanço de um projeto social para uma sociedade sem opressão e sem exploração. Em relação a isso, é possível perceber quando menciono, em especial, a “IX caminhada da visibilidade lésbica, bi e trans”, na qual houve tensionamentos que ocorreram entre as diferentes vertentes feministas, inclusive por possuírem múltiplas análises do problema do machismo e, por isso, respostas diversas sobre como se deve dar o seu enfrentamento. Nesse sentido, é relevante citar que as pessoas transexuais, travestis ou com identidades não cisgêneras ainda seguem invisibilizadas, e as organizações de resistência dessas pessoas lutam até mesmo para a própria manutenção organizativa e encontram relutância até mesmo no movimento feminista.

Por isso, os intitulados feminismos negro, interseccional, anticapacitista, transfeminista e ecossocialista podem ser vistos como possibilidade de unidade das lutas, não independentemente de suas especificidades, mas exatamente por elas serem formas de reconhecimento da pluralidade do que é ser mulher. São muitas as possibilidades de identitarismo, o que implica, portanto, em diferentes experiências, concepções e atuações políticas. Por isso, apesar da dificuldade que tive com as disputas políticas nos diferentes espaços, tais como o oito de março na cidade e a caminhada lésbica, acredito que esses episódios tenham sido fundamentais em minha trajetória.

Nesse sentido, vale ressaltar que o diálogo e a escuta de diferentes perspectivas permitem com que possamos refletir até mesmo sobre aquilo que defendemos com afinco. A existência de múltiplos feminismos indica não apenas uma pluralidade no pensamento e nas organizações políticas, mas também a diversidade de existências e de resistências. Assim, muitos dos agrupamentos e reagrupamentos nos grupos feministas, ou que mesmo não se intitulam como tal, porém que discutem as questões de gênero, surgem fruto de ausências e de invisibilidades da pluralidade do que pode significar ser mulher. O próprio feminismo negro, por exemplo, surge como contraponto à falta de visibilidade das demandas das mulheres negras. Ele não somente representa um posicionamento político, mas se coloca como reflexo dos enfrentamentos coletivos e individuais do que representa ser negra. Além disso, as experiências sociais diversas que surgem de tal pluralidade contribuem para os processos de individuação de cada mulher.

3.2 Olga

Lutei pelo justo, pelo bom e pelo melhor do mundo.
Olga Benário

Foi realizado um encontro virtual, pela plataforma *Google Meet*, com Olga, nome fictício, no dia 08 de junho de 2022, para a apresentação da pesquisa. De Uberaba, ela é assistente social e atende mulheres vítimas de violência doméstica na cidade em que reside. Militante há cinco anos pelo PCB, possui mestrado, tem 36 anos e se declarou branca. Ela apontou, no questionário, a “identificação com as bandeiras de luta e a necessidade de se organizar” como motivos para a sua atuação. O termo de consentimento foi enviado por email conforme a imagem adiante evidencia.

No dia 16 de agosto, recebemos o caderno enviado pela participante por sedex, juntamente com o termo assinado. Logo, na primeira página, encontramos a seguinte mensagem: *“acredito que se não tivesse sido provocada pela sua pesquisa talvez nunca faria esse exercício necessário de voltar a mim mesma, escrever sobre minha própria história de vida, que no meu ver não está (nunca esteve desvinculada) da minha vida política.”*

Figura 33 – Envio do termo de consentimento livre e esclarecido



Fonte: Arquivo próprio.

Agradecimento à Pesquisadora:

Rayane, é com grande alegria que em uma tarde sossegada pego este caderno para contar um pouco da minha vida militante Comunista.

Acredito que se não tivesse sido provocada pela sua pesquisa talvez nunca faria esse exercício, necessário de voltar a mim mesma, escrever sobre minha própria história de vida, que no meu ver não está (nunca esteve desvinculada) da minha vida política.

Fico feliz em poder de alguma forma contribuir com essa pesquisa, pois em tempos de ataques e desmonte das Universidades Públicas, esse é um ato de Resistência.

Obrigada.

* Aviso:

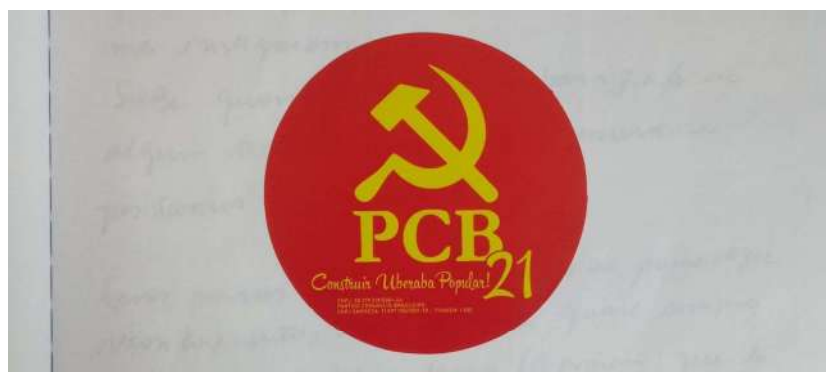
Decidi por pegar a caneta e o caderno Livrementemente, deixar o pensamento flui, exercitar o meu conhecimento (próprio): Sobre mim mesma.

E talvez por isso - por me propor a fazer algo não maquinado, a minha caligrafia possa em algum momento não ser decifrada ou entendida.

Sei que se me concentrasse em melhorá-la iria desviar minhão atenção e leveza que estou me propondo nesta escrita.

Minha história com e no Partidão:

Figura 34 – Caderno de Olga foto 1



Fonte: Caderno de Olga.

Descobri que era Comunista antes mesmo de saber o que significava; Antes mesmo de conhecer o Partido Comunista Brasileiro.

Foi no curso de graduação em Serviço Social que me aproximei de leituras que instigavam.

Sabe quando lemos um parágrafo de algum texto damos uma pausa e pensamos: “Caramba! É isso!”

Essas pausas para esse espanto ou posso dizer reconhecimento, quase sempre surgiam dos textos de Marx (o primeiro que li foi O Manifesto do Partido Comunista), de José Paulo Netto e Mauro Iasi. Algum tempo depois descobri que éramos Camaradas.

Antes da graduação conheci Jorge Amado pela obra Capitães de Areia. Também um camarada.

Só algum tempo depois que me provoquei a pensar que todos os outros que citei, por onde acessei uma teoria, um método que para mim é o que fazia (e fez sentido) são todos homens. Essa indignação me aproximou de movimentos e Organizações Feministas. Uma realidade muito diferente que vivemos hoje, há 10 anos atrás, pouco eu acessava umas informações. pouco conseguia decodificar qual o horizonte almejavam determinados grupos de mulheres.

Acredito que as redes Sociais vem cumprindo seu papel importante neste sentido.

Foi com a expansão do REUNI que a FMTM - Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro se tornou UFTM: Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

Deixando de ser uma faculdade que formava médicos e enfermeiras oriundos de caras escolas particulares da elite Uberabense para formar, graduar outras profissões com inserção na vida social, naquele momento muitos cursos de humanas e licenciatura ocupavam a Universidade.

E foi por meio da Universidade que me aproximei dos debates feministas.

Obs: me graduei anos antes do REUNI, em uma Universidade Privada da cidade.

Foi na UFTM, por meio das atividades de extensão, encontros auto organizados de Centros Acadêmicos, Diretórios Acadêmicos que me inseri nos debates de gênero e Sexualidade. Ações essas que não se restringem aos debates teóricos. Foi nesses grupos e debates que construímos a Marcha das Vadias em Uberaba. Ocupamos a principal avenida da cidade do Zebu, onde até então falar de sexo, sexualidade, gênero e violência era um tabu muito maior.

Figura 35 – Caderno de Olga foto 2



Fonte: Caderno de Olga.

Da participação na construção das Marchas das Vadias até os espaços de formação do Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro, foi um pulo.

Os espaços de formação promovidos pelo Coletivo me introduziram no debate do Feminismo Classista.

O Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro é um coletivo orgânico do PCB (Partido Comunista Brasileiro), portanto, um coletivo partidário que agrega militantes do PCB, amigos e simpatizantes do Partido.

Os coletivos do PCB são um elo de ligação do Partido tendo como objetivo ser uma interface com movimentos sociais específicos.

Grande parte do meu processo formativo militante aprendi organizada no Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro.

Coisas inclusive que de alguma forma “fogem” do aspecto teórico apenas, mas o sentido prático por exemplo de disciplina Revolucionária, Camaradagem e Centralismo Democrático.

Há reuniões formativas, onde debatemos textos que dialogam com a conjuntura e/ou com a linha política do coletivo.

E reuniões organizativas, onde organizamos atividades externas e internas e participações do Coletivo nos espaços.

Figura 36 – Caderno de Olga foto 3



Fonte: Caderno de Olga.

Um dos primeiros textos que li organizada no Coletivo, foi o livro da própria Ana Montenegro - 'Ser ou não Ser Feminista'.

Dentre outras leituras que me inspiraram e aguçaram o meu despertar da Consciência Feminista Classista.

Figura 37 – Caderno de Olga foto 4



Fonte: Caderno de Olga.

Organizada no Coletivo ocupei tarefas importantes junto à mulheres da classe trabalhadora.

Estivemos em Associação de Moradores, grupos de CRAS - Centro de Referência em Assistência Social, Sindicatos, Assentamentos de Luta pela Terra, dentre outros.

Foi e é ouvindo a história destas mulheres que tenho cada vez mais certeza da minha linha política e o projeto de sociedade que almejo e seguirei lutando.

Está nestes espaços é para mim uma ação formativa, eu aprendo com e junto das mulheres trabalhadoras.

Outro espaço importante e que tem sido fundamental na minha formação de Feminista Classista e Comunista é o ICP - Instituto Caio Prado Jr.

Foi por meio do ICP que tive acesso à um dos textos mais incríveis que li na vida até o momento.

O dia que debatemos Estado e Revolução de Lênin, foi um divisor de águas para mim.

Percebi que não seria nos espaços institucionais gestados pelo Estado que haveria de termos a Emancipação Humana, que não haveria de sair uma Revolução em um Estado Comitê da Burguesia. Me organizar em um partido Revolucionário (e o mais antigo do Brasil) vai como um caminho, um horizonte.

Figura 38 – Cardeno de Olga foto 5



Fonte: Caderno de Olga.

Cito também como um processo formativo importante em minha trajetória militante foi participar, construir por dentro do Partido a experiência de um processo eleitoral.

Comunistas não tem ilusões com a democracia Burguesa ou representativa, despertamos esse processo muito mais como uma estratégia de difundir nossas pautas juntos às nossas do que colocações em uma cadeira do legislativo ou executivo.

Esse aprendizado é para a vida.

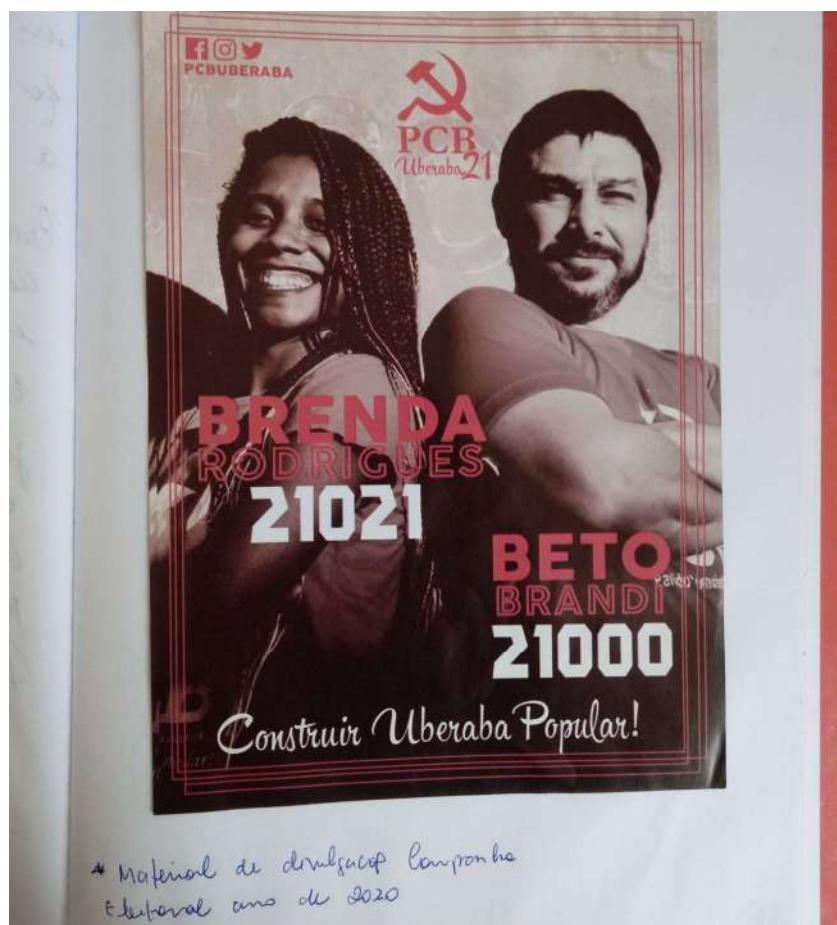
A verdadeira Revolução se faz com o Poder Popular!

Figura 39 – Caderno de Olga foto 6



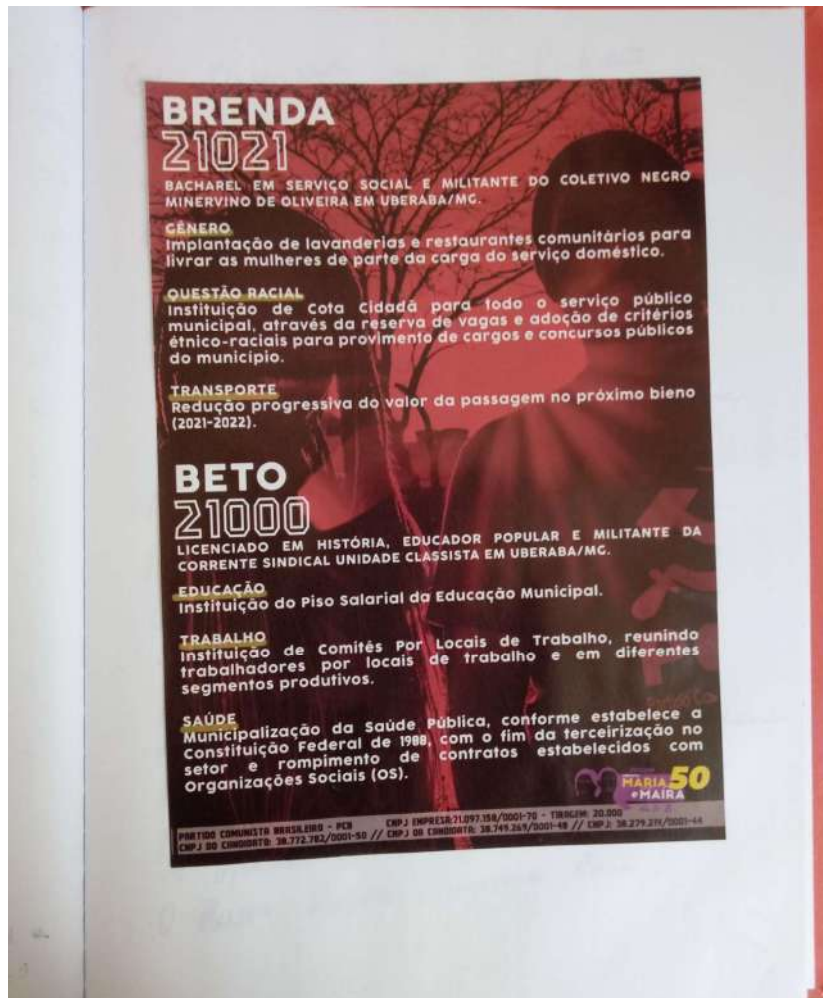
Fonte: Caderno de Olga.

Figura 40 – Caderno de Olga foto 7



Fonte: Caderno de Olga.

Figura 41 – Caderno de Olga foto 8



Fonte: Caderno de Olga.

*Está organizada hoje no Partidão
traz um sentido à minha vida.
Um local, espaço onde a indignação
Individual se torna uma força motriz Coletiva.
E a certeza que esse tipo de
Organização de Sociedade não nos
serve enquanto classe trabalhadora.*

*Tenho orgulho de ter escolhido o
Partidão e o Partidão ter me escolhido.
Única forma de Organização que vejo
de fato como uma alternativa*

*Revolucionária, sem oportunismos e
consiliação de classes.
Antes, durante e depois das eleições o Partidão
permanecerá nas ruas denunciando todas
as opressões geradas pelo Capitalismo.
O Partidão é minha casa!*

Olga nos mostra, logo no início de seu relato, que acredita que não teria refletido sobre si mesma e sobre a sua formação política se não fosse pela provocação da pesquisa. Fator que indica que, por vezes, esse olhar para os próprios processos formativos pode ocorrer em momentos distintos para os experienciados. Dessa forma, é relevante observar que esse movimento de escrever sobre sua própria trajetória, percebido como uma forma de reflexão, ou mesmo de ação, não era antes uma possibilidade para as autoras, uma vez que os relatos delas indicam a necessidade desse processo de escrita para pensar sobre a militância. Nesse sentido, Paulo Freire (1987) afirma que, quando os sujeitos tomam consciência de sua inconclusão, eles podem refletir sobre si mesmos, de forma autobiográfica, e sobre o seu desenvolvimento. Tal processo pode ser dificultado porque, na construção social do que é o adulto e de qual formação é priorizada, observamos que a valorização de alguns saberes ocorre, sistematicamente, em detrimento de outros, o que faz com que os adultos sejam entendidos, muitas vezes, como sujeitos acabados, concluídos e sem possibilidade de transformação. Entretanto, uma visão mais ampla dos processos formativos, por meio das experiências, permite-nos perceber que é possível que os indivíduos possam se formar ao longo da vida, já que sempre estão em busca de algo.

Além dessa questão da escrita, é relevante apontar que a preocupação com a caligrafia foi uma questão levantada por três participantes, inclusive por Olga. Escrever manualmente exige certa habilidade e esforço, características que são muitas vezes ressaltadas, por exemplo, na trajetória das meninas, quando crianças, como fica evidente na pesquisa desenvolvida por Marília de Carvalho (2001), no artigo *Mau aluno, boa aluna? Como as professoras avaliam meninos e meninas*. Na obra, a autora defende que há a necessidade de se investigar os processos de sociabilidade até mesmo entre pares, ou seja, as pressões que os meninos sofrem para responder a padrões de “masculinidade e heteronormatividade”. Para ela:

Do ponto de vista das professoras, os cadernos parecem materializar certas características relativas ao gênero, expressando a feminilidade através de limpeza, organização, cores, capricho, decalques e enfeites, e a masculinidade através de desleixo, desorganização, sujeira. E neste caso o bom desempenho estaria relacionado às características tidas como femininas, independentemente do sexo do dono ou dona do caderno. (CARVALHO, 2001, p. 566).

Essa reflexão demonstra que a própria caligrafia pode ser observada do ponto de vista das relações de gênero. No entanto, é preciso compreender como essa construção se deu no campo do social para entender os impactos nas formas de ser e de se ver dessas mulheres. Da mesma forma, localizar historicamente a presença das mulheres nos partidos políticos é um processo importante, levando em conta a exclusão que sempre sofreram, não apenas nessas organizações, mas de modo geral, nos espaços públicos. Para Charles Tilly (2010), a democratização possibilitou a formação de movimentos sociais, pois fortaleceu o reconhecimento de uma "soberania popular". Nesse sentido, a possibilidade de construção dos movimentos perpassa o "empoderamento dos cidadãos". Além disso, essa participação dos indivíduos não se restringe apenas às reivindicações de suas demandas, porém é também uma asserção de suas identidades (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009). Por isso, a constituição do movimento feminista não se refere apenas à defesa dos direitos das mulheres, mas ao reconhecimento de uma identidade coletiva, a partir da identificação de condições de gênero em comum. Tal identificação é perceptível na escrita de Olga que menciona que, ao participar da Marcha das Vadias, foi possível “[...]falar de sexo, sexualidade, gênero e volência [...]” questões que antes eram um tabu no espaço que foi ocupado por ela.

Além dessa identificação com as temáticas abordadas, a Participante menciona como estar no partido dá sentido a sua vida, pois a proporciona uma forma de canalizar a indignação que sente. Assim, quando ela aponta que a organização da qual faz parte é a única de fato revolucionária e que poderia denunciar a opressão e o capitalismo, isso se mostra como reflexo da teoria do feminismo classista que, ao buscar vincular a origem da opressão à mulher às bases e à estrutura capitalista, busca também encontrar as saídas para a libertação no rompimento com o sistema econômico-social-político vigente. Ellen Safiotti (1976) defende, portanto, tal ideia a fim de demonstrar a relação entre o desenvolvimento de uma nova forma de produção e o aprofundamento das desigualdades que as mulheres enfrentavam, evidenciando que “o aparecimento do capitalismo se dá, pois, em condições extremamente adversas à mulher. No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, a mulher contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível

superestrutural era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, a medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção” (SAFIOTTI, 1976, p. 66). Todavia, assim como é defendido por Olga, é preciso considerar que em tal sistema não seria possível a emancipação completa de toda a sociedade.

Além disso, é interessante perceber que, ao longo de todo o relato, é evidente a relação entre os diferentes espaços de debate político. Olga afirma, da mesma forma como é estabelecido no Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro, que “Os coletivos do PCB são um elo de ligação do Partido tendo como objetivo ser uma interface com movimentos sociais específicos.” Por isso, devemos ressaltar, ainda, que os partidos políticos podem ser considerados como espaços de educação não- formal, que realizam atividades formais, por meio das atividades planejadas, embasadas e com objetivos delimitados, os quais também possuem experiências sociais de educação em espaços informais. Isso é verídico, pois o mesmo partido que participa de manifestações e de encontros também experencia processos educativos em cursos, oficinas, estudos literários e mesmo aulas com temas específicos. Maria Gohn (2006), então, conceitua os processos de educação formal, informal e não formal, evidenciando que

[...] a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos, etc., carregada de valores e cultura própria, de pertencimento e sentimentos herdados; e a educação não formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas. (GOHN, 2006, p. 28).

E, por meio da escrita de Olga, é possível reconhecer a riqueza dessa educação não escolar que, ao mesmo tempo, em certa medida, também estabelece relações com os espaços escolares. Elas podem ser desenvolvidas por meio da atividade estudantil em DA e CA, ou mesmo, pelas provocações que os debates promovidos pelas atividades escolares permitem.

3.3 Ketellen

To Be Young, Gifted And Black
To be young, gifted and black
Oh what a lovely precious dream
To be young, gifted and black
Open your heart to what I mean

In the whole world you know
There are billion boys and girls
Who are young, gifted and black
And that's a fact!

(Nina Simone)⁸¹

O encontro com Ketellen, nome fictício escolhido pela participante (os demais nomes citados neste relato também são fictícios), ocorreu, no dia 27 de junho de 2022, em um local disposto como comitê político de uma candidata ao legislativo no bairro Santa Tereza. Ela tem 38 anos, declarou-se negra, possui ensino superior completo, milita há 20 anos e integra o PSOL. A Participante demonstrou estar bastante animada com a possibilidade de escrever sobre a sua trajetória e afirmou que nunca havia escrito sobre a militância. Na sua resposta ao formulário, indicou que a ruptura com o PT foi o motivo que a fez entrar no novo partido. Para a entrega do caderno, encontramos-nos em sua casa, no dia 10 de novembro de 2022.

“Meu deus! Como é desgastante viver em um momento histórico”

Eu usei algumas vezes essa frase durante este ano de 2022. Ela nunca fez tanto sentido e expressa que apesar da importância da nossa entrega para fazer parte e direcionar o rumo de nossas vidas, isso não deixa de ser desgastante.

E se você é uma mulher, vai ser desgastante viver em qualquer momento, seja pela sobrecarga de trabalho, seja pela expectativa de violência que todas nós vivemos pelo simples fato de sermos mulheres.

⁸¹ Canção de Nina Simone, “To Be Young, Gifted And Black”. Tradução: “Para ser jovem, talentoso e preto/ Oh, que lindo e precioso sonho/ Para ser jovem, talentoso e preto/ Abra seu coração para o que quero dizer/ Em todo o mundo que você sabe/ Há bilhões de meninos e meninas/ Que são jovens, talentosos e pretos/ E isso é um fato!” Disponível em: <https://www.letras.mus.br/nina-simone/185544/traducao.html>. Acesso em 09 jan. 2022.

É essa consciência que me traz aqui e que possibilita a vivência de dores para além do ambiente privado.

Sou de 1984. Nasci durante a ditadura em uma composição interracial. Pai branco e mãe preta, nasci com pouca melanina. Minha primeira versão da Certidão de Nascimento não tinha o nome do meu pai e eu era branca.

Papai foi casado antes da minha mãe, também com uma mulher preta e a deixou com 4 filhos pequenos. As circunstâncias dessa separação eu não tenho informações.

Virei parda por ocasião do falecimento de meu pai em 1995. Teste de DNA comprovou a paternidade e novas certidões de nascimento foram emitidas com pai, avô, avó paternos. Mesmo com esse reconhecimento tardio do meu tom de pele, com uma década de vida eu já tinha percebido que não era branca nem aqui nem na China.

Minha família era do interior de São Paulo, Vale do Ribeira, que fica no sul do Estado, quase divisa com Paraná.

Eu nasci em Pariquera-açú, cidade com nome indígena que significa algo como: “Cercado de peixes grandes”. Foi em Pariquera-açú que aconteceu o primeiro encontro nacional de pajés recentemente. Foi em 2021 ou este ano. Não me recordo direito. Esse detalhe que é importante porque serve como resgate à minha origem e ao chamado da minha ancestralidade. Mamãe vivia dizendo que a avó dela fora pego no laço. Eu sempre imaginei essa cena de forma literal e apenas na adolescência quando comecei a formação política através da militância em organizações de esquerda foi que me dei conta que era fruto de um processo de violência terrível que minha bisa e tataravós sofreram que foi o estupro. Essa descoberta encheu de angústia.

Pois fazia todo sentido quando muitas vezes em momentos de sofrimento, sobretudo na infância e adolescência eu pensava comigo mesma que eu não tinha pedido para nascer. Eu não estava errada.

Pois bem, na infância ter nascido em Pariquera-açu era algo circunstancial porque a cidade que meus pais moravam não tinha maternidade. Pariquera-açu era a cidade com hospital mais próxima de Registro. A cidade tinha esse nome porque havia um ponto de registros de mercadorias às margens do Rio Ribeira de Iguape que corta a cidade e é responsável pelo alagamento de bairros que o margeam. As enchentes fizeram parte da minha infância, era quase que tradição. Todo ano o mesmo perrengue. Na minha cabeça de criança era fácil resolver: era só não morar perto do rio.

Minha cabeça de adolescente conheceu outras causas: ausência de política pública habitacional, latifúndios, destruição ambiental...

Na minha infância tinha as ruínas do KKKK, até hoje preservadas. Uma indústria enorme feita de tijolinhos vermelhos às margens do Rio Ribeira de Iguapé na chegada da cidade. Eu tinha uma simpatia pelo nome porque tinha as iniciais do meu, ao mesmo tempo que elas juntas causavam desconforto. Mas era ver 4 letras e não 3, ufa... não pera.... Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha era o nome de uma fábrica de desenvolvimento industrial e rural de apoio aos imigrantes japones trazidas para o Brasil em 1912/1913. Sim, até onde sei não existiu algo como a KKK⁸² dos EUA no Brasil, mas as políticas de facilitação de implantação em solo nacional de empresas estrangeiras como a KKKK voltada para a colônia japonesa, fazia parte da política eugenista que buscava embranquecer⁸³ a nação. Essa política falhou. Por outro lado os ricos da cidade são descendentes de japones e os pobres bisnetos e tataranetos daquelas caçadas no laço.

Contar sobre Registro para mim é importante porque nunca me identifiquei com aquele lugar, cheia de homenagens às pessoas japonesas ricas e sua classe trabalhadora empobrecida.

Meu pai e mãe tinham estudado até a quarta série. Não avançaram porque na época deles a escola pública não era para todos. Pobre tinha direito apenas à aprender a ler e escrever. Se formar, ter profissão era querer demais. No início dos anos 1990 mamãe fez os cursos que apareceram: corte e costura e manicure e pedicure. Papai não conseguia arrumar emprego por conta de uma deficiência física. Ele mancava. Trabalhava como coletor de lixo e um dia o caminhão moeu seu pé. Não lembro mais se o esquerdo ou o direito. Ele perdeu todos os dedos desse pé. Claramente foi um acidente de trabalho. Mas ele não foi indenizado e nem aposentado. Ficou um homem inválido com 7 filhos para criar. E não conseguiu. Sua válvula de escape foi o álcool. Papai se tornou alcóolatra.

Papai era daqueles fracos para a bebida. Não se tornava violento, mas ficava caído pela sarjeta até alguém o reconhecer e conseguir nos avisar. O pouco dinheiro dos bicos que fazia como servente, ficava todo nas vendas cobrindo fiados e o que sobrava era p/ cachaça.

Certa vez, papai chegou bêbado e deu uma palmada no meu irmão mais novo, que estava no portão, para ele entrar. Meu irmão devia ter uns quatro anos. Fez aquele

⁸² KKK sigla para Ku Klux Klan, foi uma organização secreta que perseguia negros nos EUA, defende o antissemitismo e a supremacia racial branca. Foi atuante entre 1865 até o final da década de 1960, em 1970 enfraqueceu-se, porém segue com membros até hoje.

⁸³ A teoria do embranquecimento, apesar de estar presente no ideário Europeu, mesmo antes do período da ‘abolição da escravatura’ no Brasil, foi elaborada pelos pensadores do período que “[...] acreditavam que o desejado ‘enobrecimento’ das ‘raças inferiores’ podia ser atingido somente se fosse possível garantir uma predominância numérica de brancos nos intercassamentos.” (HOFBAUER, 2007, s.p). Assim, essa teoria embasou a política de Estado de imigração de brancos. (HOFBAUER, 2007, s.p.).

escândalo típico de crianças birrentas. Minha mãe se enfurteceu, discutiram e ela o atingiu com uma peixeira e saiu correndo para chamar ajuda. Eu vendo meu pai com aquela faca cravada no chão, no peito, puxei e a joguei para longe. Eu tinha 7 anos, não imaginava que era perigoso remover. Papai foi para o hospital, mamãe foi para delegacia prestar depoimento e ficamos na vizinha até ela voltar. Não tenho memórias de como foi esse retorno. A família do meu pai foi avisada e quando ele teve alta, foi para a casa da minha vó que nessa época já morava em São paulo, mais exatamente em Embú das Artes.

Vovó morava com a irmã do meu pai. Ela (tia) era viúva e estava no segundo casamento também com um alcoólatra. Eles não tinham filhos. Minha tia não podia ter. Por isso ela não tinha filhos nem do primeiro e nem do segundo casamento. Eles adotaram à moda antiga, a minha irmã mais velha. Nossa diferença de idade é de exato um ano. Ela faz aniversário no começo do mês e eu no final. Desde os três anos de idade que ela morava em São Paulo. Costumávamos passar o final de ano na casa dessa vó e eu em um dos anos minha irmã mais velha adoeceu e não dava para retornar, e foi ficando ficando. Minha vó recebia aposentadoria, minha tia idem e meu tio era funcionário público. Coletor de lixo também mas agora já com direitos trabalhistas. Eram três adultos com salário/renda e não pagavam aluguel. Fico perguntando hoje se eu e meu irmão mais novo passávamos fome por orgulho (da minha mãe e do meu pai) ou se foi por egoísmo dos familiares que diziam não saber da nossa condição.

Enquanto meu pai ficou se recuperando, o pouco de dinheiro e crédito que tínhamos nas vendas do bairro, acabaram.

Meus pais se acertaram, mas não tinha mais dinheiro para pagar o aluguel.

Fomos morar quase de favor em um bairro mais distante. Casa de taipa para escapar das enchentes, banheiro “ecológico” fora de casa e sem energia elétrica, mas o quintal tinha uma mangueira enorme e muitas goiabeiras que nos alimentavam. Papai fazia bicos em São Paulo e o víamos poucas vezes no ano. Nessas poucas vezes levava alguma grana para a minha mãe. Como a gente sobrevivia no restante do ano descobri na fase quase adulta. Se eu soubesse o que se passava quando era criança, talvez eles não teriam se separado e eu provavelmente não estaria escrevendo sobre isso aqui e hoje.

Entreguei minha mãe p/ meu pai. Ela levava homens para casa na ausência dele enquanto ele estava trabalhando em São Paulo. Mas isso garantia comida em casa.

Eu tinha 9 anos. E escolhi vir morar com meu pai em São Paulo (Embu das Artes). Era a promessa de prosperidade de viver na cidade grande.

Moramos com vó e tia até meu pai se “casar” de novo. Era uma viúva que já tinha 7 filhos adultos. Uma baiana que criou os filhos sozinhos de forma “honesto”, ou seja, o oposto da minha mãe. Tinha casa própria, uma casa de aluguel (barracão) ou seja, não era uma interesseira, até porque meu pai não tinha nada para oferecer.

Meu irmão veio morar com a gente e minha mãe ficou sozinha no interior. A adaptação não foi fácil. Meu irmão passou a fazer cocô na roupa e eu era a responsável por repreendê-lo. Escrever isso aqui é a parte mais dolorida até agora. Como eu fui cruel. Eu batia nele com ripa de cama velha quebrada. Imagino que ele deve me odiar até hoje e deve ser por isso que não somos tão próximos. Ele ser bolsonarista⁸⁴ eu acho que é só uma desculpa.

Ele acabou voltando para o interior para morar com minha mãe.

Em 1995, meu pai saiu para receber de uma empresa que tinha trabalhado e nunca mais voltou. Lembro dos últimos momentos, a roupa que estava.

Quando ele já estava três casas à frente eu subi no portão de madeira e perguntei: Pai! Que horas são? Ele respondeu com as mãos: eram 10:10.

Eu tinha 11 anos e um sentimento de culpa e abandono enorme. Fiquei morando com a madrasta até os 12 anos. Ela mudou-se para Taboão da Serra, cidade que faz divisa com Zona Sul de São Paulo, e poucos meses depois eu já estava trabalhando em casa de família, meio período pela manhã, e a tarde eu estudava. Não conhecia ninguém. O trabalho não era pesado. Era na casa de um engenheiro. Família de classe média. Ela era do lar, filha de imigrantes portugueses, ele era filho da classe trabalhadora que teve sorte e acesso aos estudos. Recém casados e tinham acabado de ter a primeira filha. Isso justificava ter alguém para ajudar com os afazeres domésticos. Eu só não lavava e não cozinhava, mas de resto era tudo: vidros, banheiros, armários, quintal, passar roupa..., a casa era impecável. Recebia meio salário mínimo por essa rotina de segunda à sexta-feira mas não tinha acesso, ficava tudo com a madrasta, que começou a ter atitudes questionáveis. Recebia cesta básica da igreja sem necessidade. Ela cuidava de um neto mais novos que eu 4 anos. E usava isso: viúva duas vezes que cuidava de duas crianças sozinhas e recebia aluguel de um barracão e ficava com o salário de uma criança.

Um dia, sem querer, quebrei um pires e recebi uma surra de mangueira de gás. Minhas costas ficaram/ficou toda marcada. A minha patroa viu as marcas. Pediu para eu parar o que estava fazendo e contar tudo. Conteí tudo isso que vocês leram até agora. E ela

⁸⁴ Bolsonarista é o termo utilizado para se referir aos seguidores e/ou votantes de Jair Messias Bolsonaro, presidente do Brasil no período de 2018 a 2022.

perguntou se eu queria ajuda. Eu disse que sim, mas que não queria voltar para o interior porque lá não teria futuro, não teria emprego e eu queria estudar na USP. Ela disse que conversaria com o marido dela e se ele tivesse acordo eu poderia morar com eles se eu quisesse e se minha mãe autorizasse.

Ela foi na casa da minha vó, conversou com elas, explicou o que estava acontecendo e pegou o endereço da minha mãe. Em uma semana minha vida tinha mudado de novo. Mas a patroa não queria estabelecer relação com a minha família. Uma vez meus irmãos foram me visitar e tive que fingir que não tinha ninguém em casa. Libertar uma criança negra tudo bem, agora libertar a família toda já era demais. Ah, o nome dela era Joana, filha de portugueses, herdeira de uns dez imóveis.

Meu salário era depositado em uma conta poupança no nome dela. E eu nunca precisei usar. Eu tinha acesso à tudo. Era a única da minha sala de escola pública que tinha computador em casa e entregava os trabalhos digitados. Conheci shoppings. Comi alimentos que nunca tinha ouvido falar como tremosso, pistache. Tive festa de aniversário surpresa, fui passar férias no litoral, fui a festas de casamentos que saia na coluna social do jornal da cidade e também aderi ao cabelo alisado por química.

Eu tinha uma relação muito boa com eles e suas famílias. E com o Senhor Ferreira. Era assim que eu o tratava. Sempre com muito respeito. A vida do Sr Ferreira era só trabalhar para manter a família. Quando eu saí de lá eles estavam esperando a terceira filha.

Morei e trabalhei para eles dos 12 até os 16 anos. Me sentia da família mesmo. Mas mesmo sem querer, estava virando uma ameaça para a paz do casal. Então passei a participar menos das atividades de família e minha válvula de escape eram as atividades da igreja católica. Me batizei, crismei, fazia parte do grupo de jovens, do Ministério da Acolhida e cheguei a dar aulas de catequese.

Eu queria começar a estudar idiomas para ajudar com pontuação no vestibular da USP. A Joana era contra. O Sr Ferreira me apoiava e isso foi uma afronta para ela. Minha relação com Sr^o Ferreira era de respeito total e ele achava que eu tinha condição porque era dedicada aos estudos. Na mesma época a irmã do Sr^o Ferreira viveu uma crise no casamento. Ela tinha uma empregada, mulher adulta, que trabalhava há anos para ela. Um dia ela pegou o marido na cama dela com a empregada. Não preciso nem dizer porque eu trazia insegurança para a Izabel. Então rompemos laços. Ela foi na casa da minha vó e escreveu para minha mãe informando.

Na época eu recebi o convite para morar com a minha madrinha de crisma. Família que conheci nos grupos da igreja. Morei com eles por um ano ou menos até. É difícil se responsabilizar por adolescente, ainda mais quando não é família de sangue.

Nessa época, com 15 anos, recebi um panfleto na porta da minha escola, denunciando o desvio de verbas da merenda de outra escola, e tínhamos suspeitas que acontecia em quase todas. Fui à reunião e lá encontrei o meu professor de história. Ele era diretor do Sindicato dos Professores. Na reunião havia mais uma professora da região e dois estudantes da escola que estavam denunciando. Fizemos uma rodada de conversas e impressões sobre o que estava acontecendo na política atualmente. Na ocasião, o prefeito da capital estava respondendo várias denúncias de corrupção, endossadas inclusive por sua ex. Discutimos que a corrupção era endêmica e que assim como os alunos mereciam prestação de contas das direções das escolas, a gente tinha de cobrar dos políticos também. Decidimos mobilizar os estudantes para manifestação chamada para a Avenida Paulista. Para isto fizemos um panfleto de denunciando os desvios de verbas da merenda e ligando isto aos grandes esquemas de corrupção nas prefeituras e chamando os estudantes para a atividade e para iniciar a construção de um grêmio na minha escola.

O diretor da escola nunca estava na escola no período da manhã, horário que eu estudava. Inocente que eu era, fui até a sala dos professores com o panfleto, dizer que eu iria passar nas salas de aula e que tínhamos conseguido um ônibus do sindicato para a manifestação. Recebi apoios declarados e também indiferenças.

No dia do ato, apenas 10 alunos tinham confirmado e a gente já se aglomerava ao redor do ônibus. Nesse dia o diretor chegou cedo e ordenou que fechassem o portão de entrada às 06:50.

Sendo que o horário de entrada era às 7h e geralmente o portão era fechado às 7h15.

Essa manobra foi clara tentativa de boicotar a saída dos estudantes e professores que iam para o ato. Ficou evidente para todos.

Eu comecei a protestar falando que ele estava sendo autoritário porque o que estávamos fazendo não era segredo para ninguém. A atitude dele deixou dentro da escola alunos que iriam para o ato e deixou fora os alunos que chegavam para a aula, inclusive do ensino fundamental. O sinal tocou, os alunos do pátio foram todos para as salas de aula e ficamos uns 10 ali querendo sair para ir ao ato. Meu professor chegou a mim discretamente e disse que eu precisava tomar a dianteira porque ele não poderia se expor mais. Outras, também discretamente me falavam: - Não recua! Deixe os 10 colegas ali no pátio e disse: - Vamos resolver isso agora!

Subi e passei em todas as salas dizendo do absurdo da situação. A gente estava dentro da escola usando o banheiro, pegando água, conversando com os indecisos e iríamos sair antes do portão fechar. O que o diretor fez foi covardia e eu estava pedindo apoio de todos para descer das salas e pressionar o diretor para liberar o portão para os 10.

Foi lindo! Todos desceram! E todos gritavam! Abaixo à repressão! Abra o portão!

Aqueles mais animados estavam balançando o portão e de repente o cadeado se abriu, nem chegou a arrebentar, se abriu mesmo e todos os estudantes foram ao delírio. Naquele dia não teve mais aula pela manhã porque quem não coube no ônibus, o episódio animou alunos para irem, voltou para casa.

Levei uma foto minha falando na concentração do ato, sobre a saga para estar ali. Ao meu redor os colegas da escola que eu nem sequer sabia o nome. Eles me escolheram para representar a escola. Estavam todos com dois riscos no rosto: um verde e um amarelo, quando esse símbolo ainda era nosso. Ocorreu tudo bem. Todo mundo voltou no horário. Ninguém usou drogas, bebeu ou morreu. Tenho certeza que a experiência da manhã ficou por muitos dias na memória dos envolvidos. Memórias boas e outras nem tanto. Uma semana depois, o diretor da nossa escola foi removido. Até hoje, não sei o motivo real, mas para todos na escola, a culpa foi minha e fiquei conhecida como aquela que derrubou o diretor.

Mais uma semana depois, minha madrinha de crisma que tinha me acolhido na casa dela achou o panfleto na minha bolsa. Aquilo foi um escândalo, principalmente porque viu meu nome no panfleto que estava organizando a baderna e veio com todo aquele papo conservador de hierarquia, que minha função na escola era só estudar e que eu estava sendo manipulada. Ela me disse ainda que os socialistas eram do mal. Sério. E que eles comiam crianças. Verdade. Eu ouvi isso da minha madrinha de crisma. Sem falar do lance da nova era, anticristos e tals. Ela me deu um ultimato! Ou renunciava ou ia pra casa da minha vó. Voltei para a casa da minha vó, em Embu das Artes. Tive de mudar de escola, mas continuei o contato com meus professores e os demais. Por indicação, comecei a trabalhar na quase de uma recém separada com dois filhos pequenos. A Alice com 5 ou 6 e o Matheus com 2 anos. Ela vinha de um relacionamento abusivo mas era apaixonada pelo ex. Me contratou porque tinha feito uma bariátrica e precisava repousar. Então além de cuidar da casa eu também buscava as crianças na escola e levava a Alice para a psicóloga. Aos finais de semana eu ia para a casa da minha vó, mas muitas vezes eu tinha de voltar no sábado à noite ou domingo para ficar com as crianças porque a mãe abusava na quantidade de comida que cabia no seu estômago e sempre que passava mal, ligava pra mim porque tinha vergonha de pedir ajuda à família.

Fiquei nessa rotina por 10 meses. No começo do ano, antes de completar 17, sou do final do mês, recebi uma ligação para uma entrevista no dia seguinte em uma escola de idiomas. Era para ser vendedora de cursos. Seria meu primeiro emprego de carteira assinada no centro da capital. Com transporte, cesta básica, plano de saúde, e todos os direitos trabalhistas, sonho de todo trabalhador. Falei com a minha patroa, marquei a entrevista para a tarde porque assim, de manhã eu deixaria a casa toda arrumada e a comida pronta. Ela apenas falou: você vai deixar a gente? Eu respondi que dependeria do meu desempenho na entrevista, mas voltaria para visitar as crianças sempre que possível. Ela teve a cara de pau de dizer que não iria torcer por mim e atrasou a minha saída o quanto pode. Inclusive não levando a mais velha para a casa da vó e saindo sem dizer onde ia. Eu pedi ajuda para a família da frente. Era uma família grande que tinham se mudado há uns 04 meses. Conversei com a Alice e ela estava super tranquila em ficar lá até eu ou a mãe dela chegar.

Cheguei 15 minutos atrasada na entrevista com roupa informal porque era o que eu tinha. Sandália rasteirinha, uma bolsa tira-colo que só cabia documento e chaves e meu cabelo crespo preso.

Expliquei brevemente o motivo do atraso e da expectativa do primeiro emprego de carteira assinada. Ela perguntou a minha idade e disse que acabei de fazer 17.

No final da entrevista, a Ana me aprovou. Nunca vou esquecer o nome. Mulher fina, parecia a branca de neve de tão cálida. Toda maquiada, cheia de jóias. Ela ainda disse: não se preocupe, para vocês nós temos uniforme.

Quando eu cheguei, fui direto na vizinha buscar a Alice. Ela ainda estava lá. Eles ficaram felizes por mim e me deram os parabéns.

Quando Alice e eu entramos em casa foi aquele susto. Ela perguntou: nossa tia, o que aconteceu aqui?

A primeira coisa que a Dona disse foi: você levou a Alice com você? Pro centro da cidade? Com autorização de quem?

Eu disse que a Alice tinha ficado na vizinha. Essa mulher começou a gritar comigo. Me chamando de irresponsável, que eu tinha colocado a filha dela em risco. Com muita calma, mas firme, eu disse que ela não tinha deixado outra opção e se fossemos mesmo dizer sobre responsabilidades a dela era zero e além de irresponsável era egoísta porque só pensava nela. Quando saí a casa estava arrumada, roupas no varal e comida pronta, na volta a pia estava cheia de louças, as roupas espalhadas pela casa toda, junto com salgadinhos e sucos. Uma baderna. O Matheus não faria tudo aquilo sozinho. Impossível. Ela fez de

propósito. Arrumei as minhas coisas e naquela noite mesmo fui para a casa da minha vó. Só me despedi da Alice, do Matheus e dos vizinhos. E falei para a patroa que os dias trabalhados do mês ela não precisaria preocupar porque agora eu ia ter um emprego de verdade.

Comecei o treinamento, o trabalho e enrolei para entregar minha carteira de trabalho até eu completar 17 anos.

A entrevista tinha sido uma indicação de uma supervisora de escola, amiga do meu professor. Quando ela viu meus documentos ela disse: nossa até que enfim porque o RH já estava me cobrando. Eu disse que estava esperando completar a idade mínima que a empresa contratava. Ela disse: nossa, você fez bem, senão teria que te dispensar, nem o treinamento você poderia ter feito.

Esse marco na minha vida, me trouxe outras responsabilidades. Eu acordava cedo, ia para a escola e de lá ia trabalhar. Saía às 22h e chegava quase meia noite em casa. Era a primeira vez que morava mais tempo na casa da minha vó e os conflitos de convivência começavam a aparecer. Minha irmã mais velha um ano, tinha repetido de ano e não trabalhava, ou seja, ficava em casa o dia todo, mas eu minha tia me achava folgada porque só ajudava a limpar a casa nos finais de semana. Para ela, eu tinha de acordar mais cedo e antes de ir para a escola, limpar a casa. Eu disse que não tinha cabimento aquilo, já que eu não ficava em casa para sujar, e chegava tarde pq eu estava trabalhando. Eu lembro bem quando ela disse que os incomodados que se mudassem, poderiam procurar outro local para morar.

Em três dias eu fui morar em uma pensão na Liberdade, 500 metros do serviço. Acordava no mesmo horário, ia para Embu estudar, pegava o contrafluxo, e voltava para o centro. Às 22h20 eu já estava na pensão. Ia dormir cedo porque eu não tinha TV e também por conta da regra de silêncio. A pensão tinha um ar de colégio de freiras. Não podia um monte de coisas, tinha mais regras que os 10 mandamentos. Não podia receber visitar quer fosse mulher e muito menos homens, mas foi a única que aceitava a minha menoridade sem autorização de pai e mãe. O que pesou favorável foi o emprego com carteira assinada. A carteira de trabalho assinada é o passaporte para a cidadania do povo pobre e preto. Nos deixa até mais brancos em muitas situações.

Nessa época, eu estava namorando um rapaz da igreja, uns quatro anos mais velho. Ele era cobiçadinho pelas novinhas da igreja. Eu era a sensação porque era a irmã mais nova da Vanessa, que parecia ser mais velha e já tinha emprego no centro da cidade. Nesse ano, teve congresso da UBES e eu fui. Lá conheci um rapaz interessante, viemos juntos na

volta, se paquerando, mas não rolou nada porque eu tinha um anel enorme de noivado no dedo. Eu não tinha celular ainda, então o e-mail era a principal forma de contato. Eu tinha um hotmail que era morenaflor, um poema de Vinícius de Moraes, eu perdi o acesso e o contato com essa pessoa depois. Ele me mandou um poema escrito por ele mesmo que era uma verdadeira declaração. Não sei se de amor, o que era. Se eu tinha quase 18, ele tinha uns 28. Eu imprimi o poema e deixei no meu fichário.

“Fui assistir a um filme de Fenile Sozinho, porque não te encontrei.

Não sei se você existe ou se pra sempre serei triste

Como pode um poeta sozinho seguir o seu caminho?

Pode um poeta sem amor ter a vida completa?

No verso escrevi uma música:

Coração na Contramão

Ai gente, que breguice... pra que vocês precisam saber disso né?

Um dia, o meu namorado foi me esperar na porta da escola e se dispôs a ficar com o meu fichário, Eu tenho quase certeza que ele viu o poema porque ele passou a me ligar todos os dias e a me esperar no ponto de ônibus na volta. A rotina de escola, trabalho me deixava muito cansada.

Nessa época já estava com quase 18 anos e a gente iria casar no ano seguinte. Então a gente já tinha alugado uma casa no bairro mesmo e ela já estava praticamente montada. Eu morava sozinha.

Depois de um dia estressante de trabalho, com chuva, ele estava me esperando no ponto. O ônibus atrasou mas foi pela questão do trânsito, combinado com chuva. Eu não estava com ninguém.

Ele perguntou o que eu tinha e respondi cansaço. Ele continuou perguntando o porque e ainda fiz esforço de responder. Tinha discutido com uma colega no serviço, foi desgastante, peguei baita trânsito pra voltar e só queria tomar um banho. Ele insistiu para eu dizer o que discuti com a colega e lembro que nessa hora eu bufei. Eu disse pra ele que não iria repetir tudo o que discutimos, que não fazia sentido, que eu só queria esquecer.

Quando chegamos em casa eu abria a porta, ele me deu um empurrão que tive que me equilibrar para não cair. Quando ele me empurrou ainda disse, entra logo então já que esta cansada. Na hora eu tive uma reação reflexa, virei e taquei minha bolsa na cara dele, que fez um corte no canto da boca e o xinguei de todos os nomes e ele se protegendo com as mãos

pedindo calma tentando se aproximar e quanto mais perto ele chegava, mais eu gritava e comecei a tacar os pratos e copos em cima dele até ele descer as escadas e ir embora. Lembro que fiquei incrédula gritando lá de casa. Depois de um dia caótica, chovendo, com trânsito, com chuva, homem ainda viria me empurrar, me maltratar? Aquela noite eu demorei para dormir e dormi com uma faca embaixo do travesseiro. Fui trabalhar no outro dia e ele voltou lá em casa para limpar e recolher as coisas quebradas. Deixou um bilhete. Uma semana depois conseguimos conversar e terminamos. Ele pediu as alianças. Eu não queria entregar porque era um modelo que eu tinha mandado fazer e tinha feito todo o pagamento. Ele ficaria com a carta de crédito que tínhamos contemplada de um consórcio de imóvel que só estava no nome dele porque eu era menor na época que decidimos comprar. Mas para não ver mais a cara dele, eu entreguei as alianças.

Tentei meses depois achar o poeta, mas sem sucesso e toquei a vida.

A partir dessa separação, a minha vida militante fluiu. Eu deixei de ir à igreja para não encontrar com o ex e estando solteira, tendo terminado o ensino médio, tinha mais tempo para militar.

Não passei no vestibular mas fui fundadora do Movimento dos Sem Educação (MSE). Nossa principal pauta era a isenção da taxa da Fuvest que impedia filhos da classe trabalhadora de tentar uma vaga. Mas a nossa pauta era universidade pública, gratuita e de qualidade para todos.

Fizemos vários debates, abaixo assinados e ocupamos o prédio da Fuvest que era na entrada da cidade universitária no campus do Butanta.

Nosso movimento foi lindo. Tinha apoio, apelo e a causa era justa. Um jornalista da cidade chegou a fazer um editorial na Folha de São Paulo, falando do perigo de movimentos como o nosso, porque em resumo poderia estimular p/ outras demandas. A Fuvest/Reitor sentou para negociar a desocupação do prédio, porque chamar a polícia para bater em estudante pobre que estava reivindicando acesso ao curso superior ia pegar muito mal. Então ele concedeu pela 1ª vez isenção na taxa de inscrição no vestibular da Fuvest. Tinha de preencher uma declaração de pobreza mas muitos conseguiram e o sonho da universidade pública estava perto. Tenho certeza que esse Movimento dos Sem Educação foi a base para a discussão de cotas, permanência, democratização do acesso ao ensino superior. Prestei o primeiro vestibular para Direito, me senti uma analfabeta. No outro ano ia prestar para sociologia porque a nota de corte era menor, mas também não deu.

Fui fazer curso técnico de secretariado e segurança do trabalho. Nesse meio tempo, participei da construção do PSOL. Era filiada ao PT em 2003 quando houve a 1ª Reforma da

Previdência dos Servidores Públicos Federais. O grupo político que eu participava era uma corrente pequena dentro do PT e no Brasil também. Chegou aqui no final da década de 1980 e perdeu toda aquela efervescência da reabertura democrática como a construção do PT, CUT, Marcha das Mulheres, MNU, etc. De fora da cúpula do partido a gente já detectava déficti democrático em relação à base do partido, além da política de conciliação de classes e o escanteio de pautas “identitárias”.

Chamamos voto crítico no Lula em 2002 e tínhamos um jornal lançado no meio do primeiro mandato que era um questionamento. Algo como: 20 anos de PT, envelhecimento precoce?

Colhemos assinaturas e fundamos o PSOL junto com os radicais, os parlamentares que votaram contra a bancada na questão da Reforma da Previdência.

Desde o começo, as mulheres reivindicavam um partido diferente, inclusive em relação às nossas pautas e protagonismo. Fazíamos reuniões paralelas às reuniões gerais do partido e assim fomos cavando e impondo nosso espaço. Eu não conhecia nada de feminismo socialista. O via como uma vertente só e longe da realidade das mulheres trabalhadoras. A minha corrente não contribuía para esse letramento. Era majoritariamente masculina e por um período só tinha homens na direção. Quando recrutamos mulheres jovens, estudantes de escola pública e universidades públicas, que se aproximavam era trabalho do MSE, as perspectivas mudaram. Foi um debate tenso dentro da organização para termos mulheres na direção e para que mulheres virasse uma frente. Eu fui contra esse debate e defendi que a classe trabalhadora era uma coisa só. Ainda bem que eu perdi esse debate e uma companheira foi incorporada na direção para este trabalho.

Ela dava muitos furos. Nunca ouvi nada contra ela diretamente, mas eu percebia olhares.

Certo dia, liguei para ela para conversar e ela foi muito grossa, me contou e disse que eu não precisava fazer o papel de direção dela, que se os outros tivessem algo para falar, que se pautasse em reunião. Na sequência eu liguei para outra colega de organização que junto com ela tinham bancado todo o debate de gênero na organização. E fui franca com ela. Olha, vocês pautaram, escreveram, debateram, votaram, venceram a demanda e a Rita simplesmente não vai às reuniões de direção e não dá satisfação sobre o que a frente de mulheres esta discutindo? Fica difícil defender, porque eu, a outra mulher na direção não tem sequer informes. Quem está se queimando são vocês e a frente de mulheres. Depois dessa ligação, as duas vieram conversar comigo. Rita pediu desculpas. Lorena agradeceu o contato, percebeu que só queria ajudar e poderia ser uma aliada.

A relação com as outras companheiras da organização melhoraram e fomos fundamentais para garantir o 1º encontro estadual das mulheres do PSOL e a maior delegação no encontro nacional de mulheres do partido. Mesmo sendo uma corrente pequena, nós tínhamos autoridade política sobre a pauta garantimos o encontro estadual não só do ponto de vista da estrutura como do ponto de vista das formulações políticas e participação de setores do partido que até então não se apropriaram da pauta.

Foi notório o quanto que essa tarefa contribuiu para a minha formação feminista socialista. Não tinha uma pessoa dentro do partido que não me conhecia e acabei me tornando referência na pauta, inclusive para compor comissão de ética dentro da organização.

Com 26 anos eu tive a minha primeira filha já morava com o pai dela, também militante na mesma organização, há 2 anos, mas desde os 19/20 que a gente ficava, porque nunca tive um pedido oficial de namoro. Nessa época eu estava trabalhando em uma multinacional francesa, como parametrizadora.

Era para ser um emprego temporário de três meses, mas acabei efetivada e tive duas promoções em 4 anos. tinha um plano de saúde ótimo e pari a Carolina na mais bem avaliada maternidade da América latina na época. Mas foi na Maternidade Santa Joana que sofri o que vim a conhecer ano depois como violência obstétrica e abandono.

Era fevereiro. Estava acontecendo a escola de verão. Uma semana de debates e imersão política com militantes da internacional da América Latina e da Europa.

Eu estava escalada para fazer a introdução sobre o trabalho de mulheres no Brasil no domingo. Carolina tinha previsão de nascer até o dia 14 de março, se passasse dessa data seria cesária.

O local do evento ficava em clube de quase abandonado em São Lourenço da Serra, com alojamento no piso superior e banheiros, salão de reuniões e refeição no piso de baixo.

A gente não tinha carro. Então eu combinei carona todos os dias para ir e voltar para casa. O pai da Carolina achava que eu estava dando trabalho para as pessoas. Mas eram companheiro lembro que falei que para eu ficar lá tinha de dormir no térreo então, porque como eu ia ficar subindo e descendo aquelas escadas no escuro para ir ao banheiro? A barriga grande pressiona a bexiga o tempo todo. Não tinha como controlar.

Pois bem, na sexta-feira 13 de fevereiro de 2009 tínhamos uma reunião do movimento feminista no sindicato dos metroviários para prepararmos o 8 de março. Eu fui representando a organização. Na volta, parei em uma lanchonete na Praça da República, comi um macarrão a bolonhesa e comprei um CD com as melhores de Ney Matogrosso na

loja ao lado. Cheguei em casa já eram quase 23h. Tomei banho e fui deitar ouvindo Ney Matogrosso no repeat. Quando eram cinco da manhã acordei com uma vontade enorme de fazer xixi e fui correndo para o banheiro. O xixi não parava, daí percebi que a bolsa tinha estourado. Muito racional, desliguei o rádio e liguei para o pai da Carolina. Ele não atendeu. Então comecei a ligar para todos que sabia que estavam lá até que um companheiro atendeu.

Quando ele pegou o telefone, eu disse:

- Fulano, a bolsa estourou!

A resposta foi a pior possível: PQP!

Eu retruquei: Puta que o pariu mesmo, você acha possível estourar bolsa de propósito?

Ele perguntou: - E agora?

Respondi: agora é ir para a maternidade né. Bolsa estourou, não tem outra opção.

Ele: Tá. Vou arrumar um carro e já vou para aí.

Fui tomar banho incrédula com aquele PQP. Como se eu tivesse feito de propósito. Não estava com contrações, então coloquei uma fralda entre as pernas e fui arrumar a mala da maternidade que não estava pronta.

Na maternidade foram ligar para o meu obstetra que já estava no litoral para passar o carnaval.

Eu fiquei das 07 da manhã até às 15h em um apartamento sozinha, sentindo as contrações virem, chorando de dor. Uma enfermeira veio me dizer que eu poderia ficar debaixo da água morna no chuveiro que isso ajudaria. Perguntou se eu não tinha acompanhante e eu disse que o pai estava cuidando da internação, mas mesmo com dor eu achava que estava demorando demais. Ela disse que não tinha nenhuma enfermeira para me acompanhar e eu teria de aguardar o médico chegar, sozinha.

Quando ele chegou para mim foi um alívio. Ele nem me perguntou nada ou deu alternativa, fui direto para o bloco cirúrgico. Na verdade ele perguntou se eu queria esperar o pai e eu disse que não sabia onde ele estava. Detalhe, o meu celular ficou com ele na bolsa, eu não tinha como falar com ninguém.

Depois da cesárea, levaram a Carolina para a UTI Neonatal, procedimento comum para prematuros. E me deixaram na maca, no corredor, sozinha até a anestesia passar e só depois fui encaminhada para um apartamento.

Eu estava tranquila porque imaginei que o pai dela estava em casa preparando as coisas, arrumando, o básico, mas que precisava ser feito. Ele apareceu só no outro dia. Tive

alta em 4 dias e fomos para casa de ônibus. Andei cheia de pontos e com dores ainda por quase dois quilômetros. Quando o ônibus chegou tive de fazer esforço para subir, eu quase chorei de dor, mas segurei.

Quando eu cheguei em casa, eu desabei a chorar. Ela estava do mesmo jeito que eu havia deixado no sábado. Desorganizada, e tudo mais. E eu achando que a ausência dele era porque estava arrumando tudo. Ele continuou a vida, a participação na escola de formação como se nada tivesse acontecido.

Para mim, o companheirismo acabou ali, até hoje eu guardo mágoas e não consigo me libertar.

Todo mundo sabia que a gente não estava bem. O meu puerpério foi isolado, sozinha. Ninguém da organização me visitou.

Eu proibi visitas no primeiro mês. Precisava me adaptar com a bebe. Mas eu fiquei em casa 5 meses. Não via a hora da licença maternidade acabar.

Decidi prestar o ENEM, já tinha aceitado que Direito seria um curso que eu faria quando me aposentasse para trabalhar por hobby, até lá eu precisava sobreviver. Ia estudar ciência da computação, queria me especializar em uma área que estava me destacando dentro da empresa, e era a chance de eu crescer de cargo. Antes de me inscrever tive o cuidado de combinar com ele para ficar com ela após a creche. Protestou né gente, mas eu bati o pé. Tinha o PROUNI, era a chance de eu estudar e sei que quanto mais tempo eu deixasse mais difícil seria. Eu queria estar com graduação concluída quando a Carol fosse iniciar no 1º ano. Era esse o cálculo que eu fazia.

Fiz o vestibular, o primeiro curso de opção, ciências da computação, não formou turma, então foi assim que parei no Direito, segunda opção.

Eu fiz o curso 50% PROUNI e 50% FIES. De outra forma, não haveria oportunidade de eu concluir.

Quando estava no 6º período, surgiu uma demanda política aqui em MG. Tínhamos trabalho no sindicato dos gráficos e os diretores precisavam de uma assessora. Vim para cá em menos de um mês depois que foi decidido em reunião. Primeiro veio eu, e depois de um mês a Carol. Com três meses, o sindicato sofreu um golpe de um setor da esquerda que demitiu eu, o motorista e o advogado do sindicato em uma trama mesquinha e oportunista para aquisição do controle do sindicato. Não só político como financeiro.

Eu não quis voltar para São Paulo. Tinha feito muitos contatos por aqui.

A organização não tinha um plano B. O pai da Carol não pagava pensão. Passamos por apuros. Fui socorrida muitas vezes pela Lorena. Detalhe: ela é preta também.

O curso de Direito que faltavam 2 anos para concluir, demorou mais 3 porque não tinha o meu período quando vim pra cá. Pedi para adiantar o TCC. Ia ficar 1 ano estudando só uma matéria, então fazer o TCC agora seria mais tranquilo e assim o fiz. O tema do meu TCC era um projeto de lei do Senado que tipificava o Femicídio. Meu orientador de penal pediu para eu mudar de tema porque feminicídio nunca iria virar lei. Bati o pé. Tinha uma limitação de laudas. Ao todo, eu só poderia entregar 25 laudas, consegui 30. Mas só de conteúdo eu já tinha acumulado quase 50 laudas.

Tinham poucas publicações no Brasil, mas peguei todas que fundamentam a justificativa do projeto de lei no Senado. Minha nota foi 9. Isso quer dizer que não foi publicado. O argumento da banca para dar 9 é que faltou mais referências jurídicas... aff.

Dois meses depois de apresentar o TCC, o Femicídio tornou-se crime no Brasil, e o meu orientador deixou de ter um artigo com menção ao seu nome dois meses antes, por burrice. O machismo é sobretudo burro. Concluí a graduação em direito em 2016. Entrei na faculdade em 2010. No último ano, eu estava desempregada. Estava morando em um barracão no Ipiranga. Não tinha dinheiro para pagar a passagem para ir estudar. A Carol estudava em uma escola municipal no final da rua. Na época tinha a escola integrada. Foi a minha salvação. Eu só tinha de me preocupar com comida aos finais de semana.

Eu tive a ideia de vender pimentinhas na porta da faculdade. Comprava um saco com 3 quilos, fazia pacotinhos e vendia por 2 reais. me dava um lucro de 100%. Então eu sobrevivi com 60 reais por semana para transporte.

No último ano de faculdade eram eleições municipais. Mesmo com todo o perrengue, morar no Ipiranga me deixava mais perto das reuniões. As vezes eu ia a pé. Quando morei no Santa Terezinha e no Santa Mônica, eu praticamente deixei de militar.

Nessa época eu me aproximei de Lara. Uma militante do partido. Negra também e também desempregada. O partido tinha locado um espaço no Edifício Central, em frente a Praça da Estação. Fluxo muito intenso Ideal para entrega de material. Ainda não tinha o Fundo Especial de Financiamento de Campanha. Era tudo na raça e no voluntariado. Manter a sede aberta foi a nossa contribuição. Dividimos marmita Lara poderia almoçar em casa, mas preferia almoçar comigo. ganhamos um microondas emprestado por uma das candidatas, mulher negra também, que foi a mais votada da cidade em 2016.

O partido elegeu duas vereadoras. As primeiras da capital.

Na formação do mandato, eu fui convidada à compor. Conversei com a direção da minha corrente e fomos deixando claro que não era um alinhamento político e eles sabiam disso. Eu ia encarar como mais um emprego.

Mas não tem como alguém com bagagem política e militante ser mais um funcionário né?

Na primeira divergência política eu me manifestei. Estava no núcleo jurídico avaliando todos os projetos de lei da legislatura passada para saber como seria a incidência dos mandatos. Avaliamos quase 2 mil projetos de lei.

Em uma reunião do núcleo jurídico para divisão de tarefas, tínhamos de elaborar um parecer sobre um projeto de lei que o atual prefeito tinha vetado. Ele escolheu uma das vereadoras para apresentar o parecer, se mantinha ou derrubava o veto. O tema era quente. Tratava-se do horário estendido para funcionamento do metrô de 23h para até 00h. Ou seja uma hora a mais de funcionamento que impactava positivamente milhares de pessoas, sobretudo estudantes. O prefeito deu uma resposta técnica. Vetava o projeto de lei porque a competência era federal. o mandato iria acompanhar o veto do prefeito e eu o fiz mudar de ideia.

Na hora de distribuição das atividades eu me coloquei para fazer esse relatório e comentei: Vamos derrubar! A coordenadora do jurídico arregalou os olhos e me corrigiu: - Não! Vamos acompanhar o prefeito, ele tem razão. Eu com muita calma, mas firme argumentei que aquele primeiro veto vindo para uma parlamentar da esquerda apoiada pelo Movimento Tarifa Zero era uma pegadinha. E que poderíamos aproveitar para politizar o debate.

Quando há interesse econômico, o prefeito consegue articular a ampliação do horário, e as ampliações mais recentes como no final do ano e no carnaval demonstrava isso, agora como a demanda era para trabalhador e estudante o prefeito faz corpo mole e diz que não é responsabilidade dele. Tínhamos de dizer que é sim, que enquanto executivo ele poderia demandar e provocar o executivo estadual e nacional. Falei mais, disse que as pessoas pegam o metrô em Belo Horizonte. Como justificar para elas questões de competência. Disse ainda que o trâmite do veto poderia transferir a responsabilidade para a comissão de veto e para o plenário, a vereadora não precisaria se indispor logo de cara, mesmo que nosso voto fosse vencido, pelo tamanho da esquerda na casa.

Gerei crise na reunião, os demais concordaram comigo e a coordenadora do jurídico levou o questionamento para a coordenação do mandato. Era segunda-feira e o prazo para apresentar o relatório era até sexta feira da mesma semana.

No dia seguinte três homens sendo dois lgbs e um hêtero, mas os três brancos representando as duas vereadoras vieram “conversar” comigo sobre a divergência na orientação política do veto.

Eu que já estava na militância há muitos anos li aquele momento como sendo tentativa de centralização. Na sala haviam mais três mulheres negras em suas mesas, duas chefes de gabinete e uma assessora direta de agenda. Mas quem dava a linha política era os omi. Elas estavam nas tarefas burocráticas. Eram 3 contra uma, no caso eu. Me senti em uma sabatina, como no roda viva, mas estava firme das minhas posições e não estava mendigando trabalho, deixei claro desde o início que eu não tinha alinhamento político. A preocupação deles era não se indispor com o prefeito logo de cara porque isso poderia fechar portar para projetos futuros que pretendíamos aprovar. Rebati que era legítimo, mas não poderíamos operar no toma lá da cá, porque isso era a velha política, o contrário do que eles haviam vendido nas eleições. Disse que eles iriam expor a vereadora e queimar relação com movimentos sociais logo na primeira ação dela enquanto parlamentar.

E daí propus uma solução. Porquê a gente não convoca uma reunião com representantes dos movimentos sociais, apresentamos a demanda e ele dizem o que fazer?

Chamamos para o dia seguinte. Todos compareceram, inclusive o sindicato dos trabalhadores do metrô e a associação dos usuários de transporte. Além da coordenadora do jurídico, os três omi também participaram da reunião, mas senti que eles estavam para observar se eu iria exercer influência ou não. Fiz a técnica. Apresentei qual era o momento jurídico. As opções derruba ou manter o veto, o fluxo e os prazos e me silencieei.

Primeiro foi uma rodada agradecendo o convite para ouvi-los. Porque isso demonstrava compromisso do mandato com os movimentos sociais. Dessa reunião saiu a ideia dos Grupos Fortalecedores. Passou a ser prática do mandato consultar todos os envolvidos em determinada pauta, para aproveitar o acúmulo da discussão no movimento.

Depois todos ele falaram praticamente todos os meus argumentos e no final decidiu-se por derrubar o veto. Apenas no final, eu acrescentei que o nosso parecer poderia reconhecer a competência do executivo nacional ao mesmo tempo apresentar o acúmulo na discussão da infra estrutura do metrô para além do horário de funcionamento na perspectiva de uma mobilidade urbana centrada no transporte coletivo, inclusive com plataformas que o prefeito tinha se comprometido.

Saldo: veto derrubado. Nenhum voto contrário na comissão de veto e se não me engano, nenhum voto contrário em plenário com os demais 40 vereadores da causa.

Minha moral ficou elevada e algumas práticas adotadas. Além dos grupos formadores, nenhuma conversa com outra mulher, seja do mandato ou não, seria feita só com os homens. As chefes de gabinete também participariam. Soube que essa postura foi cobrada pela três mulheres negras que presenciaram a sabatina comigo.

Elas disseram que foi uma postura arrogante e machista. Se tivesse sido com outra colega mais jovem, eles estariam encrencados. Eles se beneficiaram por conta da minha experiência e vivência partidária e por eu pensar coletivamente.

Sim, eu me orgulho desse episódio.

Eu consegui demonstrar lealdade e firmeza aos mandatos sem abrir mão da minha independência política. Meu perfil pacificador me colocou como nome ideal para presidir o partido na capital.

Meu grupo político aqui era eu mais duas pessoas. A gente não tinha votos suficiente para disputar a presidência do partido, mas o mandato articulou com as demais correntes e fui eleita a presidente por quatro anos, porque teve uma pandemia aí no meio e ficamos dois anos sem congresso.

Nesse período, me esforcei para fortalecer o Núcleo de Negras, Negros e Indígenas e conseguimos. Tive outra filha e dei o nome de Dandara. A Dandara não foi planejada. Pelo menos não conscientemente não foi. Mas hoje não vejo minha vida sem ela. A mais velha foi morar com o pai em São Paulo durante a pandemia.

Tive um parto humanizado, com doula, em maternidade pública e natural.

Mas o puerpério foi muito difícil. Dandara nasceu no meio de uma campanha eleitoral municipal onde eu estava presidente do partido e administrando vários interesses, inclusive das mulheres negras candidatas. Meu puerpério veio depois, mas nem consigo dimensionar o que foi puerpério e o que foi efeito do confinamento.

O pai da Dandara não é militante. Algumas coisas entraram em conflito. Meu salário era maior que o dele, acho que isso o incomodava. A vereadora que eu estava lotada não havia se reeleito. Comecei 2021 desempregada. A Lorena propôs a minha liberação pela organização, eram dois salários e um adicional pelas filhas, mas não dava para liberar porque não tinha finanças. Então ficou como ajuda de custo por 4 meses. Antes de terminar o prazo, Lorena, Eu e outra companheira da direção elaboramos um plano de finanças garantindo a minha liberação, mas não teve votos suficientes na direção.

Nesse ano, Lorena e eu já apresentamos divergências com a linha política adotada.

Nós defendemos que era possível apoiar Lula desde o primeiro turno e focarmos na construção do programa. Os demais colocavam Lula na mesma balança que Bolsonaro. Para nós mulheres pretas isso era não encher o quão nocivo esse governo foi para os pobres, pretos, indígenas, lgbs, para a vida.

Desde que iniciamos a construção do PSOL, a minha militância interna sempre foi com a pauta das mulheres. E por termos coletivamente nos organizado antes mesmo da

fundação oficial do partido, alguns ganhos coletivos foram importantes para nós. A primeira vitória foi votamos uma resolução política favorável à legalização do aborto. Resolução essa que vigora desde o primeiro encontro/congresso nacional do partido. Uma senadora alagoana fundadora do PSOL foi quem fez a defesa contra a resolução, e nós mulheres do PSOL a vencemos.

A setorial funcionava de forma paritária, todas as correntes poderiam indicar nomes de companheiras para a sua construção. Independentemente das posições políticas de outro caráter dentro do partido.

Algumas correntes já tinham a tradição de discussões sobre o feminismo internamente, outras não, então o espaço da setorial em si também era um espaço de formação política para todas as companheiras, antes mesmo de ter se tornado um espaço de disputa. Em nosso primeiro encontro Nacional de mulheres do PSOL, deliberamos nós mesmas iríamos fazer a gestão dos 5% do fundo partidário destinado ao processo de formação de mulheres. Esses 5% é uma determinação legal, mas a sua gestão sempre passou ao largo da autorganização das mulheres. No PSOL, nós não tínhamos acesso à conta partidária e nem queríamos, mas o que fazer com o dinheiro era decisão nossa. Fizemos seminários internacionais, nacional, produção de cartilhas sobre violência contra as mulheres, encontros regionais e representação das mulheres da setorial nas reuniões de direção partidária para acompanhamento, formulação e incidência das mulheres em todas as discussões e ganhamos muita força nesse período, inclusive impedindo que fundamentalistas religiosos contra o aborto se filiassem ao partido. Uma batalha épica ocorreu no segundo ou terceiro congresso nacional do partido que realizou-se nas quadras dos bancários ali no centro de São Paulo. Foi no meio do ano. Minha bebe mais velha tinha poucos meses de vida e estava comigo no colo o tempo todo.

Tinha uma tensão no congresso imposta por disputas internas para comando da sigla. De um lado um setor que denunciava o perigo da adaptação do partido às velhas práticas que originaram a nossa saída do PT: conciliação de classe, engessamento da direção partidária, ausência de democracia interna e do outro setor que falava em ampliação mais flexível, porém com estrutura rígida de direção. Nessa flexibilidade tinha o pedido de filiação de fundamentalistas, o que para as mulheres significa retrocesso nas nossas pautas, inclusive em relação a resolução do aborto. O setor que propunha a filiação dos Bassuma, era maioria no congresso, em relação ao número de delegados incluindo mulheres. Numericamente a senadora alagoana estava em maioria e rolou uma chantagem com o acúmulo do congresso anterior do partido. Basicamente ela colocou que se não apoiássemos a filiação dos Bassuma

no partido, ela iria pedir uma votação para o partido rever a Resolução política favorável à legalização do aborto. E legalmente poderia, porque o congresso é a instância mais soberana do partido conforme o nosso estatuto.

Quando nos demos conta da chantagem, aconteceu um dos momentos mais memoráveis da história do PSOL. As mulheres ocuparam o palco do congresso e interromperam as suas atividades. Eu estava entre elas. Começamos a subir sobre grupos de protesto, denunciando a chantagem. Mulheres das duas posições políticas representadas e em disputa no congresso se uniram de forma espontânea e ocuparam a cena para dizer que a nossa pauta não seria moeda de troca.

O congresso foi interrompido por duas horas, e quando retornou foi com a mensagem de que havia sido retirado de pauta tanto a filiação dos Bassuma quanto a revisão sobre a Resolução Política favorável ao aborto.

Vitória das mulheres do PSOL!

Sororidade define esse momento. Serviu para demonstrar o alinhamento político das mulheres com as suas demandas, independente do que seus dirigentes partidários achavam correto ou não. Ter um setorial atuante de forma partidária, nos permitia enquanto mulheres termos força coletiva, sem que internamente em nossas correntes precisássemos estar alinhadas.

A partir desse episódio, as correntes que não tinham mulheres destacadas no setorial de mulheres, tiveram que forjar nomes.

Nas correntes mais à esquerda, o efeito foi positivo. Aquelas dogmáticas que tinham discurso que a classe trabalhadora era uma coisa só, tiveram que reconhecer que essa classe tem sexo, orientação sexual, cor e suas demandas específicas.

Aquelas mais à direita, alinhadas com a senadora, também tiveram que se atualizar na pauta das mulheres e a partir de então a disputa interna dentro do partido não era mais sobre a legitimidade da autoorganização das mulheres, já havíamos dado o recado. A disputa passou a ser sobre qual feminismo iríamos disputar: se o liberal⁸⁵, se o socialista⁸⁶, se o

⁸⁵ O Feminismo Liberal surge por meio de reivindicações das mulheres, na Inglaterra e nos Estados Unidos, e representa a ideia de que é possível por meios legais garantir uma igualdade de condições entre homens e mulheres. Nesse sentido, vale pontuar que "de forma mais prática do que teórica, a simples adição das mulheres aos postos de decisão política e o alcance da igualdade representativa contribuiria para a resolução das questões relacionadas à opressão feminina." (RAUBER; et.al., 2021, s.p.).

⁸⁶ É necessário reconhecer as pluralidades dos movimentos feministas e suas diferentes perspectivas. O feminismo classista, socialista, ou mesmo marxista, por exemplo, avançou no debate em relação às questões da mulher e à luta de classes. Dessa forma, "isso significou um debate sistemático com outros movimentos políticos e correntes teóricas, numa reinterpretação da prioridade das desigualdades de gênero e dos interesses das

interseccional⁸⁷, se o negro. Não há uma só corrente dentro do partido que não foi afetada por essas ondas de mulheres.

Atualmente a setorial não funciona por representação. Por pressão das correntes majoritárias, passou a adotar a representação por votos, o que descaracterizou do projeto inicial. Hoje há encontros nacionais cuja representação são delegadas eleitas nos encontros estaduais. E a setorial nacional que tem um número determinado tem suas cadeiras decididas através da disputa de chapa adotando o critério da proporcionalidade.

Houve um racha na setorial estimulado pela disputa nacional pela condução do partido. Nas vésperas do primeiro encontro nacional de mulheres que passaria pela validação das chapas em disputa, as mulheres alinhadas com o setor mais à direita do partido operaram golpes burocráticos que impossibilitaram a logística do encontro nacional, tanto do ponto de vista financeiro, quanto do estrutural e logístico. O encontro foi remanejado mas com outros critérios definidos só por um setor, o que estava alinhado com a direção majoritária do partido. As companheiras que estavam na construção da setorial desde a fundação do partido, que eram referência nacional na pauta, denunciou a manobra, a instrumentalização da pauta e boicotaram o encontro nacional.

Fizemos um paralelo no Rio de Janeiro com recursos próprios e decidimos não compor a nova setorial que estava sendo formada no encontro do golpe. Levamos a nossa militância de forma autônoma, sem estarmos vinculadas à chancela PSOL Setorial Nacional. Éramos mulheres do PSOL.

A nova setorial formada por um setor só, não tinha experiência, não tinha as articulações que as mulheres fundacionais tinham construído. Elas sentiram a nossa saída e após 1 ano de mandato solitário, começamos as conversas de reatuação, mais precionadas pelo compromisso com a pauta e pela execução da nossa Vereadora Marielle Franco.

Votamos conjuntamente resolução nacional que determina a ocupação de no mínimo 50% de mulheres em todos os órgãos de direção em âmbito nacional, estadual e municipal e também na Fundação Lauro Campos e Mariele Franco.

Fomos inspiração para a autoorganização de outros setoriais nacionais, como o ecosocialista, que indicou Sônia Guajajara na chapa presidencial de 2018, bem como

mulheres nas estratégias políticas, nas análises e, de modo amplo, nos ideais e nos referenciais normativos que orientam os combates por justiça social.” (MIGUEL, 2014, p. 6).

⁸⁷ As questões de gênero podem interseccionar com outras opressões, considerando também as questões de raça, de classe e de identidade de gênero, que estão presentes nas sujeitas investigadas. Essa interseccionalidade é, segundo Kimberlé Crenshaw (2002), a sobreposição de “eixos de subordinação” que vão interferir na “posição relativa” dos sujeitos, ou seja, na condição de vida a que estão submetidos. Não obstante, vão também orientar as possibilidades de políticas e de ações de empoderamento.

também inspiramos o setorial nacional de negritude a apresentar e aprovar no congresso interno do partido cota de 30% para negros e LGBTs nas direções.

Ainda temos muitos desafios para avançar na formação política de base sobre as questões de gênero tanto para mulheres quanto para homens. Mas a urgência, necessidade e estímulo ao debate esta na gênese do partido e não há mais como arrancar.

Uma preocupação atual das mulheres do PSOL é como contribuir para aumentar a representação de mulheres na ocupação institucional, e que estas mulheres sejam negras, lgbs, indígenas, mães...

Temos contribuído diretamente para pautar que há sim violência política de gênero, inclusive dentro dos partidos de esquerda, e que é tarefa de todos denunciar e criar mecanismos de diminuição e responsabilização.

Vir morar e militar em BH me colocou outra responsabilidade enquanto mulher negra. Eu tive que ler Vilma Piedade e entender Dororidade para ajustar onde empenharei esforços na construção coletiva de representação das mulheres pretas.

Todo acúmulo que carrego e adquiro na construção do PSOL, principalmente pelo trabalho de mulheres, me possibilitaram acessar um reconhecimento político sobre a contribuição dessa ferramenta política, fortalecendo as demandas das mulheres e do povo preto.

Eu agradeço a todas as mulheres que compartilhei momentos nesses últimos 20 anos de militância política. Eu saí o resultado de um pouquinho de cada uma delas e sei que sou inspiração para outras que estão chegando, assim como me inspiro em várias outras que me antecederam e continuo me formando.

Que os caminhos possam ser cada vez mais leves porque a nossa caminhada é contínua.

PS. há inúmeras situações memoráveis que não dei conta de contar e provavelmente não terei oportunidades.

1) *Uma delas: o setorial de mulheres, desde a fundação do partido, exigiu que os espaços de reunião tivessem acolhimento para as crianças e esta estrutura não é paga com nosso recurso dos 5%, mas sim com o restante que o partido fica.*

2) *Quando fui presidenta estadual MG, deixei de reconhecer/registrar vários diretórios municipais que não cumpriam a cota de gênero na direção.*

3) *Tive de ouvir que não tinha mulheres suficientes no partido...*

4) *Quando a senadora alagoana que mencionei foi candidata a presidência, tivemos de soltar uma nota dizendo que ela não representava as mulheres do partido na questão do aborto.*

5) *Graças à nossa autoorganização, viajei pela primeira vez de avião para reuniões nacionais da setorial de mulheres do PSOL.*

6) *Não damos margem para candidaturas laranjas para cumprir cota eleitoral, nem ouvimos propostas.*

7) *Os omi do partido respeitam nós, mas sabemos que é por medo mesmo.*

8) *Há algumas correntes que infelizmente instrumentalizam a pauta das mulheres, ou tentam né, porque o conhecimento é libertador, por isso são organizações de rachas constantes.*

9) *O processo de ruptura com a organização que construí por mais de 20 anos, antes mesmo do PSOL, durou mais ou menos 1 ano e meio. Mesmo cansadas e sobrecarregadas, Lorena e eu fizemos questão de construir documentos internos para que nossos motivos fossem de conhecimento de todos, inclusive dos novos militantes.*

10) *Continuo na militância independente. Não existe corrente melhor que a ex.*

11) *Minha mãe era o segundo casamento do meu pai. Com a primeira ele teve 4 filhos c/ mamãe 3.*

12) *Dos que ocuparam a Fuvest comigo, todos passaram no vestibular, menos eu. A única preta, que trabalhava e estudava. Ficha caiu recentemente.*

Ketellen afirma, no início de seu relato, que “[...] se você é uma mulher, vai ser desgastante viver em qualquer momento, seja pela sobrecarga de trabalho, seja pela expectativa de violência que todas nós vivemos pelo simples fato de sermos mulheres. É essa consciência que me traz aqui e que possibilita a vivência de dores para além do ambiente privado”. Nilma Lino Gomes (2017) afirma que a atuação nos movimentos sociais pode impactar nas identidades, produzindo conhecimentos e, conseqüentemente, alterando visões sobre o mundo e sobre si mesmo, elemento que é perceptível na escrita de Ketellen. Então, é a partir desta possibilidade de formação contínua dos sujeitos que se percebe que os espaços dos partidos políticos podem contribuir para a formação de mulheres. Nesse sentido, Brenner (2011) também evidencia que a participação das mulheres em partidos, apesar das desigualdades apontadas pelos sujeitos, possibilita que elas tomem consciência da questão de gênero.

Entretanto, podemos reconhecer que uma visão mais crítica sobre o mundo já se mostrava desenvolvida na Participante desde criança, como explicitado quando ela afirma que, ao observar os problemas em sua casa refletia: “Todo ano o mesmo perrengue. Na minha cabeça de criança era fácil resolver: era só não morar perto do rio. Minha cabeça de adolescente conheceu outras causas: ausência de política pública habitacional, latifúndios, destruição ambiental”. Por isso, podemos considerar que o processo de formação experiencial ocorre de maneira individual ou coletiva pelo despertar de interesse e da necessidade dos sujeitos resolverem desafios cotidianos, tal como afirma Carmen Cavaco (2009).

Além disso, é preciso que a experiência resulte em possibilidade de ação, ou seja, se a experiência é formadora, ela possibilita que o sujeito utilize os conhecimentos adquiridos em situações posteriores. Dessa forma, uma mesma experiência pode apresentar resultados diferentes para diferentes indivíduos, servindo tanto para a aquisição e a motivação de novas aprendizagens, ou mesmo, como barreira a outras experiências. Isso ocorre, pois na experiência se expressam relações não apenas vinculadas ao ambiente e ao contexto que ocorrem, mas também em conjunto com a subjetividade de cada indivíduo (CAVACO, 2009). No relato, podemos perceber que a experiência da Participante, mesmo na infância e adolescência, já era repleta de reflexões sobre a realidade que a cercava, logo, é possível dizer que isso tenha contribuído para a participação da mulher nos movimentos e no partido.

Em outro momento da narrativa, é possível também relacionar a primeira experiência militante de Ketellen, na escola discutindo a importância de ir ao ato, às experiências anteriores que teve em sua vida. Carmen Cavaco (2009) afirma que aquilo que vivemos pode resultar em aprendizagens, entretanto, esse processo não é uma consequência direta do que se vive. É preciso mostrar, então, o resultado da relação dialética entre ensaiar um novo processo de aprendizagem para o futuro, rompendo com experiências consolidadas anteriormente e, decorrido esse processo, chegar ao resultado, podendo utilizá-lo na prática. Assim, quando Ketellen participa da ação cujo intuito é chamar outros(as) estudantes para formar um grêmio, podemos depreender que, apesar das rupturas para o novo, as experiências nunca se dão “no vazio”, mas em meio à parte das experiências anteriormente consolidadas, conforme Carmen Cavaco (2009) compreende. A pesquisadora, para definir essa “formação experiencial”, recorre a condições que seriam fundamentais para que “comprovadamente” pudesse se afirmar quando ocorre aprendizagem. Inicialmente, é preciso que a experiência seja ocasionada pelo sujeito, de forma autônoma, e em contato direto com o que se pretende apreender.

Em relação ao processo que viveu na escola, Ketellen afirma que “ocorreu tudo bem. Todo mundo voltou no horário. Ninguém usou drogas, bebeu ou morreu. Tenho certeza que a experiência da manhã ficou por muitos dias na memória dos envolvidos. Memórias boas e outras nem tanto.” É possível depreender, então, que essa experiência tenha sido mais significativa para uns do que para outros, o que se assemelha ao conceito de experiência social e se apresenta a partir da perspectiva do historiador inglês Edward Palmer Thompson, ou seja, não apenas como a vivência em si, mas também como a consciência e a reflexão do vivido. Como afirmam Liane Bertucci, Luciano Filho e Marcus de Oliveira (2010), o processo formativo é, para Thompson, uma “autoreflexão”, o desenvolvimento de uma “autoconsciência”, especialmente, se considerarmos a classe trabalhadora. Nesse sentido, “a noção de experiência implica, necessariamente, o reconhecimento dos sujeitos como reflexivos que, em suas ações, repõem continuamente o movimento da história” (BERTUCCI; FILHO; OLIVEIRA, 2010, p. 49). Tal noção, inclusive, é delimitada em muitas das produções no campo da autobiografia como uma forma de concepção sobre essas experiências. Então, Marília Sposito, Felipe Tarábola e Flávia Ginzel (2021), em *Jovens, participação política e engajamentos: experiências e significados*, trazem essa análise a partir das postulações sobre classe e experiência. Ainda, nessa perspectiva, Isabella Silveira (2019), em *Lute como uma menina: gênero e processos de formação na experiência das ocupações secundaristas*, e, ainda, Ana Brenner (2011), em *Militância de jovens em partidos políticos: um estudo de caso com universitários*, abordam reflexões voltadas a esse mesmo caminho.

Ao final da menção à situação ocorrida na escola, em sua adolescência, Ketellen conta-nos que o diretor da instituição colocou empecilhos à participação dos(as) estudantes na manifestação. Mesmo sem podermos apontar com segurança suas motivações, é possível indicar que o ato feito pelo gestor não contribuiu, naquele momento e naquele espaço, para uma ampliação das experiências estudantis que representassem as demandas e as necessidades, assim como não propiciou o reconhecimento daqueles(as) sujeitos(as). É pertinente apontar que a escola, enquanto instituição, desde a modernidade, tem se posicionado como a detentora e a produtora dos saberes, vista, em muitos casos, como único espaço de formação. Dessa forma, sua hegemonia tem separado, em grupos, aquelas pessoas que possuem conhecimento e aquelas que não têm saberes considerados válidos. Essa separação marginaliza ainda mais alguns grupos que não passaram pela escolarização, bem como os espaços que fora dela possibilitam a formação e a produção de conhecimento. No caso relatado por Ketellen, fica evidente o cerceamento do diretor da escola à participação dos(as) estudantes em outro espaço formativo, a manifestação, que poderia ser muito valiosa

para aqueles(as) sujeitos(as). Por isso, como afirma Paulo Freire (1987), o saber produzido por intermédio da “experiência feito” precisa vir a ser experiência narrada e reflexiva, e essa perspectiva também é refletida neste estudo. Nesse sentido, os conhecimentos, muitas vezes, são obtidos no âmbito do “mundo do trabalho” ou em outros espaços de encontro social.

Ainda, a reação da madrinha de crisma de Ketellen em relação à participação da jovem na manifestação nos evidencia que há todo um ideário coletivo do que representa a escola e de qual função ela deve cumprir. Quando a Escrivente narra: “Mais uma semana depois, minha madrinha de crisma que tinha me acolhido na casa dela achou o panfleto na minha bolsa. Aquilo foi um escândalo, principalmente porque viu meu nome no panfleto que estava organizando a baderna e veio com todo aquele papo conservador de hierarquia, que minha função na escola era só estudar e que eu estava sendo manipulada.”, tal função fica clara. Em relação a isso, é importante destacar que Thompson (2002) teoriza sobre a questão da experiência e a sua relação com as classes sociais. O teórico afirma, portanto, que a negação da importância da vivência tem a ver com o uso da educação como forma de controle social, voltado à classe média no pós Revolução Francesa. Dessa forma, o autor deixa claro que “[...] os trabalhadores que, por seus próprios esforços, conseguiam penetrar na cultura letrada viam-se imediatamente no mesmo lugar de tensão, onde a educação trazia consigo o perigo da rejeição por parte de seus camaradas e a autodesconfiança. Essa tensão ainda permanece” (THOMPSON, 2002, p.36). Tal fato evidencia que era necessário combater o conhecimento prático das classes mais baixas para que o acesso formal à educação possibilitasse tal controle. Carmen Cavaco (2008) também reflete sobre essa perspectiva, ao mostrar que “a forma escolar passou, tendencialmente, a ser percebida como a forma exclusiva de conceber a educação e, em consequência disso, conferiu à escola o monopólio da ação educativa, desvalorizando os saberes resultantes da experiência” (CAVACO, 2008, p.221).

Muitas vezes, os saberes produzidos por meio das experiências não são reconhecidos ou valorizados, principalmente pela demarcação histórica de uma dualidade entre teoria e prática e entre senso comum e conhecimento científico. Tal questão também é evidenciada por Ketellen ao pontuar que, no desenvolvimento de seu TCC, a banca afirmou que faltaram referências jurídicas no texto, diminuindo, por causa disso, a sua nota, e, ainda, quando o orientador da Participante foi enfático ao dizer que não acreditava que o Feminicídio fosse se tornar lei. Desse modo, Boaventura Santos (2008) evidencia que “[...] estamos de novo regressados à necessidade de perguntar pelas relações entre a ciência e a virtude, pelo valor do conhecimento dito ordinário ou vulgar que nós, sujeitos individuais ou colectivos, criamos e usamos para dar sentido às nossas práticas e que a ciência teima em considerar irrelevante,

ilusório e falso” (SANTOS, 2008, p. 18). Isso se dá, principalmente, quando a escola e a academia passam a ser reconhecidas como únicos espaços de produção de saberes. Contudo, tal questão é o que muitas vezes impede pesquisadores, professores ou outros profissionais da educação e da ciência que possam passar do próprio “saber ingênuo”, mesmo que metodológico, a um “saber crítico”, de acordo com as reflexões de Freire (1996). Então, cabe também aos sujeitos, envolvidos nos espaços escolares e científicos, respeitar e compreender outras localidades de produção/compartilhamento de saberes.

Tal “saber crítico” se mostra fundamental para pensar a escola dentro e fora de seus portões. Ketellen, mesmo antes dessa situação, demonstra como questões de raça e de gênero influenciam nas oportunidades ou não de um processo de escolarização. Ao final de seu relato, a Participante conclui: “Dos que ocuparam a Fuvest comigo, todos passaram no vestibular, menos eu. A única preta, que trabalhava e estudava. Ficha caiu recentemente”. Tendo como referência o trabalho de Amanda Castro e Rita Machado (2016), *Movimento Feminista no Brasil e América Latina: Reflexões Sobre Educação e Mulheres*, observamos que, historicamente, o acesso das mulheres à educação no Brasil e na América Latina foi fruto de lutas e de resistências. Para as pesquisadoras, tanto o feminismo quanto a educação popular são ferramentas importantes que contribuem para a geração de conhecimento através da experiência.

Como exemplo de tal contribuição, citamos Nísia Floresta⁸⁸, conhecida como a primeira mulher brasileira a lutar pelos direitos femininos e que enfrentou a legislação que impedia mulheres de frequentarem escolas avançadas. Contudo, o acesso desse grupo ao ensino superior só teve início no final do século XIX. Ademais, Guacira Louro (2004) afirma que, mesmo após a instituição das “escolas de primeiras letras”⁸⁹, em 1827, o dualismo no acesso à educação, entre meninos e meninas, seguia, pois “[...]as meninas das camadas populares estavam, desde muito cedo, envolvidas nas tarefas domésticas, no trabalho da roça, no cuidado dos irmãos menores, e que essas atribuições tinham prioridade sobre qualquer

⁸⁸ Nísia Floresta, pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto, foi educadora e escritora brasileira, viveu de 1810 a 1885, e é considerada a primeira feminista na educação. Seu primeiro livro *Direito das mulheres e injustiça dos homens* foi publicado em 1832. Nele, a autora aponta: “a virtude e a felicidade são tão indispensáveis na vida privada como na pública, e a ciência é um meio necessário para se alcançar uma e outra.” (FLORESTA, 2010, p. 94). Desse modo, ela defende que a ciência também deveria ser acessível às mulheres.

⁸⁹ As “escolas de primeiras letras” foram implementadas em 1827 por D. João, príncipe regente, que permitiu a abertura de escolas. O artigo 6º afirmava sobre a educação de *meninos*, ao dizer que “Art. 6º Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, e as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil.” (BRASIL, 1827, s.p.). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM.-15-10-1827.htm. Acesso em: 15 dez. 2021.

forma de educação escolarizada para elas”(LOURO, 2004, p. 444). No caso das crianças negras, por exemplo, estas viviam a violência e se educavam no trabalho, sendo negado a elas o acesso à escolarização.

Ainda cabe refletir que, tanto no Brasil quanto no restante dos países do “Sul Global”, as especificidades das mulheres envolvem de forma mais contundente as desigualdades não somente de gênero, assim como observamos na fala de Ketellen. Também, é importante sinalizar que os grupos de mulheres, de negras, de pobres, de lésbicas, de bissexuais, de transexuais, de pessoas com deficiência, de pertencentes a povos originários ou a outras identidades, são marginalizados e, também, exposto à situação de sobrevivência. Tais questões são refletidas significativamente nos espaços em que esses indivíduos ocupam (ou não), em especial, na arena política.

Outra questão que acreditamos ser pertinente apontar é como a própria concepção de Ketellen em relação ao feminismo vai se modificando no decorrer da relação com as mulheres do partido e pela própria política de mulheres desempenhada pela organização, que impacta inclusive em sua corrente. Tal elemento é perceptível no trecho: “Desde o começo, as mulheres reivindicavam um partido diferente, inclusive em relação às nossas pautas e protagonismo. Fazíamos reuniões paralelas às reuniões gerais do partido e assim fomos cavando e impondo nosso espaço. Eu não conhecia nada de feminismo socialista. O via como uma vertente só e longe da realidade das mulheres trabalhadoras. A minha corrente não contribuía para esse letramento”. Levando essa questão em consideração, é pertinente afirmar que Edward Thompson (1981) reconhece que, mesmo surgindo de forma espontânea no “ser social”, a experiência não existe separada do pensamento e da capacidade de formulação, característica que, além de pertencer aos filósofos, permite que os sujeitos possam se produzir e reproduzir (THOMPSON, 1981). Por isso, seria impossível pensar na materialidade da experiência dissociada do que o autor concebe como “consciência social”, possivelmente em uma relação dialética necessária como a que ele estabelece em *Os românticos* (2002).

Dessa forma, os indivíduos tanto se modificam por suas experiências, assim como transformam as experiências que vivenciam por conta de seus interesses, de suas necessidades e de suas formas de pensar. Vale pensar, então, que “[...]o que queremos dizer é que ocorrem mudanças no ser social que dão origem a experiência modificada; e essa experiência é determinante, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados” (THOMPSON, 1981, p. 16). Nesse momento do relato de Ketellen podemos observar como o contato dela com os debates do feminismo

transformaram não somente a Participante, mas toda a sua experiência com o partido. Isso pode ser visto como uma mudança de paradigma que é definida pelos processos de sociabilidade estabelecidos, a partir dos quais as demandas e as necessidades surgem. Ao final de seu relato, a militante afirma que, quando foi presidenta estadual em Minas Gerais, deixou de registrar diretórios municipais que não cumpriam a cota de gênero exigida para assumir a direção.

Em outro excerto ela também afirma que “Quando recrutamos mulheres jovens, estudantes de escola pública e universidades públicas, que se aproximavam era trabalho do MSE, as perspectivas mudaram. Foi um debate tenso dentro da organização para termos mulheres na direção e para que mulheres virasse uma frente. Eu fui contra esse debate e defendi que a classe trabalhadora era uma coisa só”. Lise Vogel (1979) aponta que a esquerda tem feito esforços para refletir e debater sobre a temática das mulheres, mas enfrenta dificuldades evidentes nesse processo. Desse modo, no que se refere aos debates classistas, a autora afirma que “políticamente, tanto el movimiento socialista como el movimiento feminista socialista se enfrentan con la difícil tarea de luchar en favor de las mujeres sin sucumbir a dos peligros igualmente insidiosos. Por una parte, deben mantenerse en guardia contra el feminismo burgués, la limitada lucha por alcanzar la, igualdad dentro del marco de la sociedad capitalista; y por otra parte, no deben permitir que concepciones simplistas o economicistas de la lucha de clases releguen a un lugar subordinado la lucha por la liberación de las mujeres” (VOGEL, 1979, p. 4). Entretanto, como reflete Luis Miguel (2014), o que se destaca é também um tensionamento, no sentido de estabelecer os limites entre os debates economicistas e a compreensão geral do que representa os debates feministas.

Indo ao encontro dessas reflexões, Livia Moraes (2020) aponta, ainda, que as críticas ao economicismo surgem, especialmente, entre as décadas de 1960 e 1970 quando a subjetividade alcança grande espaço no mundo do trabalho. Tal debate, conforme salienta Lise Vogel (1979), apesar de ainda ser frequente nas teorias marxistas, não é recente, pelo contrário, tem uma longa trajetória entre os círculos e as correntes socialistas. Essas ideias também ficam evidentes na fala de Clara Zetkin, em um discurso proferido em ocasião do congresso do Partido da Social Democracia da Alemanha, Gotha, em 16 de outubro de 1896, intitulado : “Apenas Junto Com as Mulheres Proletárias o Socialismo Será Vitorioso”. Na época, ela evidenciou que “o proletariado poderá se libertar apenas se lutar unido, sem diferenciar-se por nacionalidade ou profissão. No mesmo sentido, só se libertará sem a distinção por sexo. A incorporação de grandes massas de trabalhadoras na luta pela libertação do proletariado é um pré-requisito para a vitória do ideal socialista e para a construção da

sociedade socialista” (ZETKIN, 1986, s.p.). Sendo histórico, esse debate se mostra, ainda hoje, relevante dentro das vertentes marxistas e revela a necessidade de compreender a interrelação entre raça, classe, gênero. Tal questão é defendida, por exemplo, por teóricas como Livia de Cássia Godoi Moraes (2020).

3.4 Luiza

*Mas é preciso ter força
É preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria
Mistura a dor e a alegria
Mas é preciso ter manha
É preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania
De ter fé na vida*

(Elis Regina)

Com Luiza, pseudônimo, (os demais nomes apresentados nesta escrita também pseudônimos), a reunião aconteceu, na data 27 de junho de 2022, no centro de Belo Horizonte. Ela tem 40 anos, declarou-se branca, é formada no ensino superior, ex-militante do PSTU e possui 11 anos de engajamento. A Participante informou que nunca havia pensado em escrever sobre essas experiências, mesmo que fosse em uma biografia. Ela expressou interesse pela escrita também como uma forma de refletir sobre a trajetória no partido. Em sua resposta, apontou “acordo programático, indignação com problemas sociais, amigos militantes” como motivos de sua participação nos movimentos. Ao entregar o material, ela comentou que teve vontade de continuar a escrita, pois havia elementos que poderiam contribuir com o que ela queria dizer.

PSTU: o partido socialista revolucionário trotskista⁹⁰ e morenista⁹¹ em que eu militei durante 11 anos de 2005 a 2016. Desde que saí, ou rompi, eu nunca mais voltei àqueles

⁹⁰ O termo Trotskista se refere à concepção de Leon Trotsky, Lev Davidovich Bronstein (1879-1940), revolucionário, marxista e do partido Bolchevique que teve um papel importante na Revolução Russa em 1917. Ele também foi conhecido por sua posição que defendia uma revolução internacional e contra o processo de burocratização e perseguição política que se deu com Stalin, após a morte de Lênin.

tempos difíceis, loucos, felizes... não há saudade. O ponto final foi bem colocado como a tampa de um caixão. Esconde lá dentro tudo o que passou em mim e comigo, tampei, joguei terra em cima. Pode não ter sido o MELHOR, posso ter perdido a oportunidade de pensar mais sobre aqueles anos. Mas foi o que consegui fazer pra recomeçar, sozinha.

O fim durou muito tempo, minha saída do partido foi um processo longo. Porque se tem algo que já entendi sobre mim é que eu fico sempre até o final, até me esgotar. Foi assim em empregos cursos, foi assim no casamento. O fim, a ruptura, é sempre um passo difícil e demorado pra mim.

Há alguns anos eu já estava mentalmente esgotada, toda a direção do partido sabia disso e minhas tarefas estavam diminuídas a meu pedido. Mas minha saída só se deu quando da ruptura coletiva devido à crise política de 2016. Me senti rompendo sem querer, obrigada por uma direção bitolada, sectária e sem programa p/ responder à crise política brasileira (golpe de 2016, extrema-direita etc...). Ao tomarem o partido, eles arrancaram metade dos militantes - entre eles a já quebrada Luiza.

Acho que boa parte da crise que experimentei nos anos finais de militância tem a ver com a maternidade. Meu filho nasceu em 2009 e por muitos anos eu continuei trabalhando e militando como se nada tivesse mudado em minha vida. Comecei a construir o Mov. Mulheres em Luta (MML) - uma frente de mulheres p/ disputar com as feministas governistas do PT. Foram anos e anos de reuniões, encontros, construção de atos, reuniões partidárias, panfletos, site. Havia tbm as tarefas do partido, as ocupações urbanas, a oposição bancária etc.

Meu filho ficava às noites com o pai ou comigo nas reuniões. Ele foi comigo em ocupações, viagens a SP, manifestações, praças, dormia no ônibus voltando pra casa.

Eu era um exemplo de como era possível militar muito e ser mãe. Durante as reuniões organizavam creches p/ não me atrapalhar. Mas não sabiam que quem chegava às 11 da noite, esgotada, com filho com fome e ansioso, era eu.

Mais ou menos em 2013 e 2014 eu já estava esgotada e doente. Eram cinco anos de militância e maternidade frenética. Toda a experiência no mov. de mulheres foi um aprendizado político, social e materno intenso e bonito que vou contar mais à frente. Isso a militância política me proporcionou (eu teria sido uma ativista sem o PSTU?). Mas foi na crise que tudo se mostrou mais cruel. Ao adoecer e reduzir as tarefas, eu me senti um objeto

⁹¹ O termo Morenista indica as vertentes que compartilham da posição de Nahuel Moreno (Hugo Miguel Bressano Capacete), 1924-1987. Fundador da internacional trotskista LIT-QI. Argentino, foi um dos grandes trotskistas da América Latina.

que não servia mais. Não foi proposital, a forma de funcionamento do partido era assim. Pq toda a sociedade funciona assim. As empresas não contratam e não apostam em mulheres com filhos pequenos, porque estão menos disponíveis.

Não basta fazer, tem que fazer muito. Quantas mães perdem ou diminuem as relações sociais e a frequência a lugares porque não cabem ali. A não ser que neguem a maternidade, que continuem como se nada tivesse mudado. Aí elas são úteis e competentes, “super mulheres” quebradas psicologicamente.

No PSTU quem estava mais disponível sempre crescia e ganhava respeito e ia na direção. Na juventude, filhinhos de papai muito estudiosos e disponíveis, que não precisavam trabalhar, o que não era o meu caso. Eu me desdobrava p/ fazer tudo e me sentir reconhecida.

No meio “adulto”, fora dos colégios e universidades, também era assim, mas com outros critérios. Os homens e mulheres jovens ou sem filhos cresciam mais rápido porque assumiam mais tarefas. Numa organização pequena, isso é fundamental, precisa-se de pernas. Porém esse utilitarismo me machucou muito quando eu não dava conta mais de assumir tantas tarefas. Tudo o que eu era, havia estudado e aprendido ao longo dos anos não servia de nada. Eu me sentia cada vez mais deslocada socialmente, quase ninguém ali vivia como eu.

Esses dias sonhei com amigas muito queridas do partido. Boa parte rompeu ou já saiu. Com elas aprendi tanto e me fortaleci como mulher e militante.

Em 2008 “girei” da juventude para o movimento de mulheres. E havia a Secretaria de Mulheres do PSTU em BH, que dirigia políticas internas e externas sobre a questão de gênero. O primeiro trabalho externo era participar e orientar as reuniões de mulheres da Ocupação Camilo Torres, no Barreiro. Fiquei uns dois anos nessa tarefa, muitas vezes sozinha.

Lembro até hoje de Mariza, Aline e outras mulheres, tudo o que ouvi e aprendi com elas. Lembro de voltar de metrô e ônibus quase todas as quintas. Em 2009 tive meu filho, o levava de Sling, aos sábados. Ele dormia ou, lá pelos dois anos, brincava com crianças e cachorros da ocupação.

Por volta de 2010 comecei a me envolver também com o movimento de mulheres geral da cidade. Era o grupo da “terceira onda”⁹² feminista (ou o início dela) no Brasil e no

⁹² Na história dos movimentos de mulheres temos três grandes "ondas feministas" e já há estudos que apontam que vivemos uma quarta onda, já que muitas teóricas apontam o surgimento da Quarta Onda Feminista vinculado ao Ciberativismo e à ampliação do acesso à Internet, possibilitando o uso das Tecnologias da

mundo. Hoje as discussões estão tão avançadas, agora, olhando pra trás, parece que estávamos inventando a roda. Temas como abuso, violência sexual, estupro, aborto, para tudo, era preciso elaborar, discutir, caracterizar, disputar conceitos. O feminismo classista era minoritário, precisava ser apresentado. Eu gostava de disputa política, mas ajudar a organizar as mulheres comuns, nas ocupações e sindicatos, me deixava mais próxima da dura vida real das trabalhadoras. Afinal, eu era uma com filho pequeno, marido semi-desempregado e cheia de contas a pagar.

De certa forma, o que eu vivenciava com outras mulheres servia para o meu cotidiano, era um aprendizado contínuo. (continua depois).

É estranho como comecei a escrever contando o fim primeiro. O fim trágico da minha militância. E tbm talvez o fim de um modo de vida que tive durante 11 anos.

Eu sei que militar com outras mulheres, discutir e entender suas diferentes vivências de opressão me fez amadurecer muito. E entender tbm minhas próprias opressões. Não assim de imediato, mas aos poucos. E tbm entender que uma parte dessa opressão será sempre presente, talvez nunca se extinguirá, ao menos a longuíssimo prazo. Outra parte só pode ser vencida coletivamente, por meio de estruturas de apoio p/ que mulheres se fortaleçam para romper com elas. É o caso de relações abusivas, da maternidade solo, de assumir relações homoafetivas, etc... Em tudo isso, contar com outras mulheres nos ajuda a dar um passo p/ alguma dignidade e felicidade.

Eu tive o privilégio de ter (e ser) isso durante muitos anos. Encontrei apoio entre a maior parte das mulheres do PSTU. E encontrei respaldo e certo empoderamento nas reuniões dos movimentos de mulheres. Ajudei a dirigir alguns atos e 8M bonitos pela cidade. Ajudei a organizar e mobilizar mulheres para encontros e reuniões em BH. Lembro com muito carinho do Encontro Estadual do MML, do Nacional, etc. Estive na direção política desses encontros, fiz várias reuniões por semana p/ que eles acontecessem. E fico grata a cada mulher que confiou em mim, cada mulher que abriu um espaço em sua vida para nós, ou para si mesma.

Informação como na tentativa de “massificação” do feminismo, conforme Fernanda Rocha (2017) defende. As três ondas feministas dizem respeito ao processo de desenvolvimento e avanço das mulheres na luta por seus direitos. A primeira delimita-se entre o final do século XIX e início do XX, especialmente nos Estados Unidos da América e na Europa e foi voltada, especialmente, à reivindicação do sufrágio feminino e ao enfrentamento às condições de trabalho que as mulheres viviam no período. Já a segunda onda expandiu-se nas décadas de 1960 e 1970 e buscava questionar o machismo como algo construído socialmente, discutindo os direitos reprodutivos e a sexualidade. A terceira agitação começa no período de 1980 e 1990, no qual as mulheres, principalmente do intitulado “terceiro mundo”, avançam no debate sobre os problemas específicos que enfrentam em seus países, como o Eurocentrismo e o neoliberalismo.

Agora percebo que falei bem pouco sobre a militância partidária em si. Quer dizer, as tarefas no mov. de mulheres eram determinadas pelo partido. Mas tbm tive tarefas nos núcleos (bancária por ex), fui candidata a vereadora em 2008 e a vice-prefeita (junto com Vanessa Portugal) em 2012. Tive muito apoio e carinho nessa época. Foi uma fase em que tive muitas amigas e apoiadoras no partido, no movimento e na família. Tem uma foto linda que tiraram numa festa de apoio à candidatura, em 2012. Eu falando ao microfone e Caio meu filho, me olhando, atento.

Nesse tempo eu ainda era casada e, preciso reconhecer, meu ex-marido me apoiava bastante na militância. Talvez pq tbm fosse de esquerda. Talvez pq assim eu dava espaço a ele. Mas é fato que ele, por motivos diversos, possibilitou minha militância ficando com Caio ou cuidando da casa e da comida etc. Nem sempre era possível, pois seu trabalho como garçom ou atendente ocupava tbm as noites. Eu vivia essa loucura de agenda: que dias poderia ter reunião, que dias teria que levar o Caio, que dias meu marido ia tramar.

Esse mesmo período de muita efervescência no mov. feminista e no mov. social (início da 3ª onda, junho 2013, antes disso a marcha das vadias, muita vanguarda, feminismo radical⁹³, feminismo negro⁹⁴ etc...) também refletiu nas discussões do partido. Ao longo dos anos, e de muitas disputas políticas, a luta das mulheres foi ganhando mais peso no debate interno, político e teórico.

Faz muitos anos, e hoje, seis anos após sair do partido, eu penso que havia algumas limitações teóricas da nossa corrente, e também daquele tempo. Fenômenos sociais novos que tentávamos compreender. Para uma corrente trotskista e morenista algumas questões eram fundamentais: a luta das mulheres era secundária às lutas da classe trabalhadora?

⁹³ O Feminismo Radical alega que a origem da opressão está no patriarcado e na dominação do homem sobre a mulher. Danielli Arpino (2015), no trabalho intitulado *Desentendimentos nas práticas discursivas do feminismo radical diante da transgeneridade*, discute sobre os conflitos gerados pelo conceito de socialização de mulheres cis e trans. A autora aborda como, por ser um feminismo autoritário sem flexibilidade para diferentes compreensões do que é ser mulher, nos discursos deste feminismo, aparecem termos transfóbicos que deslegitimam a existência das mulheres trans.

⁹⁴ O feminismo negro surge de um não-lugar, já que enfrenta um processo de exclusão não apenas na sociedade em geral, mas também dentro do próprio feminismo. Como afirma Audre Lorde, em *Irmã Outsider* (2019), “mesmo dentro do movimento social das mulheres, nós tivemos que lutar, e ainda lutamos, por essa visibilidade, que é também o que nos torna mais vulneráveis - a nossa negritude. [...] E essa visibilidade [...] é também a fonte de nossa maior força.” (LORDE, 2019, p.52). Além disso, a questão de gênero aliada à de raça implica não somente em uma junção de pautas, porém em marcadores que se interseccionam e geram outros enfrentamentos. Nessa perspectiva, Audre Lorde, incorporando-se ao movimento, ressalta que “somos mulheres negras que buscamos nossas próprias definições, reconhecendo com respeito a diversidade que há entre nós.” (LORDE, 2019, p. 184). Patricia Hill Collins (2019), nesse limiar, explicita, ainda, que “as condições da economia política mais ampla moldam a subordinação das mulheres negras e, ao mesmo tempo, estimulam o ativismo. Em certo nível, os oprimidos têm, em geral, consciência disso.” (COLLINS, 2019, p.8). Em seu livro, *Pensamento Feminista Negro* (2019), a autora aborda, de forma especial, o feminismo negro americano, evidenciando que, como “teoria social crítica”, o movimento não apenas se concentra em lutar contra a opressão a que estão submetidas, mas também a outros grupos.

Havia interações ou transversalidade? A luta contra as opressões era uma luta reformista? As mulheres trabalhadoras poderiam se mover por ela? Ou é uma luta de vanguarda? Qual o papel dos homens na luta?

Qual a função do machismo dentro do capitalismo? É uma tarefa das revoluções burguesas incompletas? Ou é algo de que o capitalismo precisa p/ dominar e explorar mais? Haveria capitalismo sem patriarcado?

Até o momento em que militei havia uma ala do partido que considerava a luta das mulheres contra a opressão como uma luta reformista, que acrescentava nas lutas da classe e precisava ser apoiada, mas não poderia se tornar revolucionária pela própria base multiclassista que envolvia. Nessa concepção tbm estavam os que defendiam que as mulheres tais deviam se organizar nos fóruns da classe, e não em mov. e organizações separadas.

Sempre que, a partir da Secretaria de Mulheres Nacional, e de homens que concordavam conosco, iniciamos uma batalha interna para que a opressão fosse compreendida como algo intrínseco ao capitalismo, e que não haveria como derrotar o capitalismo sem enterrar, junto, e ao mesmo tempo, toda forma de opressão humana.

Tbm fizemos a discussão de que, na atual fase de decadência do capitalismo, as condições de exploração da parte mais empobrecida da classe eram tão ferrenhas, a desagregação e flexib. do trabalho, tão intensas, que deve-se organizar as mulheres trab. onde elas quiserem se organizar, sendo o mov. classista de mulheres uma necessidade diante do feminismo burguês, nos bairros, nos sindicatos, nos coletivos, nos condomínios populares, etc...

O básico era isso. E hoje o feminismo classista expandiu, o feminismo negro⁹⁵ tbm, e a relidade avançou tanto nessas discussões que às vezes sorrio, lembrando do quão elementares eram esses debates. Sei lá, no fundo me parecia tão simples e fácil, o contrário o que vejo hoje.

⁹⁵ Em se tratando do Brasil, há características próprias de desenvolvimento do movimento, já que “como é frequente na história brasileira, quando surgem movimentos relacionados à mobilização e à organização popular, os setores dominantes encontram formas de neutralizá-los.” (GONZALEZ, 2020, p.101). Dessa forma, Gonzalez (2020), em sua publicação *Por um feminismo afro-latino-americano*, evidencia como a “ideologia do embranquecimento”, ou seja, a ideia de democracia racial, na América Latina, dificulta até mesmo o debate e o reconhecimento da questão racial nos países, aprofundando um apagamento histórico, científico e político. [Democracia racial é o termo disseminado por teóricos, como Gilberto Freyre que, na obra *Casa-grande e Senzala* (1933), mesmo que a expressão não apareça no texto, afirma a existência de uma cultura brasileira positiva fruto da mistura de três raças. Na perspectiva da democracia racial, não havia espaço para discutir sobre as hierarquias raciais/sociais, pois a miscigenação já teria democratizado tais relações no país. Assim, “a mestiçagem cumpriria o papel de uma espécie de ‘ponte’ capaz de aplainar e superar os desajustes entre negros, brancos e índios e, dessa forma, teria viabilizado a formação da ‘nação/cultura brasileira’ (‘caráter nacional’).” (HOFBAUER, 2007, s.p.).]

Foram tantos anos discutindo política para as mulheres que, mesmo sem militar mais, continuo analisando os fatos do mundo, e tentando entendê-los sob a ótica da luta de classes e das discussões marxistas.⁹⁶

Ainda me vejo marxista e percebo como o marxismo me deu as respostas que eu buscava. Não foi o marxismo que me moldou. Foi um encontro. Uma necessidade minha.

Na pré-adolescência eu tive meu primeiro diário. Guardo até hoje. E nele eu já era feminista, já não achava justo e me indignava com as coisas que aconteciam em casa ou no colégio. Eu não sabia explicar, só me indignava.

No meu segundo diário com uns 13 anos, eu fiz anotações sobre o “Manifesto Comunista” (alguns trechos que mais me chamaram a atenção, perguntas sobre o mundo). Então eu vejo que sempre procurei respostas. Tentei um deus, na religião, na caridade, e em outras visões e espiritualidades. De fato, o marxismo me deu não respostas, mas bases para fazer as perguntas certas.

Mas reconheço que é muito difícil não ter respostas certas, ou fáceis. E até perceber que podem não existir.

Ser militante afetou muita coisa em minha vida profissional. Acho que nem comentei aqui, mas me formei em jornalismo, em 2007. E comecei a militar em 2005, no mov. estudantil. Eu trabalhava desde os 16 anos e quando entrei na universidade, aos 21 anos, continuei trabalhando meio período, passei para estágios etc. Trabalhei em projetos ótimos, fiz muita reportagem ótima, conheci lugares, entrevistei até gente famosa. ‘A medida que incorporava mais a militância no meu círculo social, minhas relações, tbm foram me levando ao jornalismo militante. Na verdade, ao jornalismo sindical.

Após me formar, meu primeiro emprego como jornalista mesmo foi em um sindicato. Aprendi muito, tinha todas as responsabilidades na área de comunicação. Mas ganhava muito pouco e com o tempo comecei a procurar outro emprego. Nesse meio tempo tbm tive meu filho.

Em 2010 troquei de emprego, fui no Palácio das Artes e fui chamada p/ trabalhar em dois sindicatos. Topei. Isso com filho bebê. A questão era o dinheiro em dobro que eu precisava pq meu marido trabalhava apenas com “bicos” como garçom e segurança. Não sei como consegui, só a empolgação da juventude pra explicar mesmo.

⁹⁶ Considera-se pensador ou corrente marxista, aqueles(as) que se localizam dentro do campo das ideias de Karl Marx e Friedrich Engels, os quais defendiam a transformação social para a superação da sociedade de classes, ao compreender, pelo materialismo histórico e dialético, como se dão os processos sociais.

Mas em agosto de 2010 eu tomei uma decisão que mudaria tudo. Eu havia feito o concurso p/ o Banco do Brasil e fui chamada. Fiz o concurso sem esperar passar, muito porque várias pessoas do partido faziam. Ao sair da universidade, a regra era tentar se empregar em uma base onde se pudesse militar: professores, bancários, servidores, concursos diversos. Alguns “giravam” pra fábrica; faziam cursos técnicos. Era a chamada “proletarização”. Quando fui chamada p/ tomar posse no BB, levei um susto. Era a escolha de largar ou não a profissão que tinha sonhado desde a adolescência. O tanto que batalhei p/ passar no vestibular trabalhando e fazendo cursinho de noite, durante 2 anos... Por outro lado, uma profissão que pagava muito pouco, em BH.

A maioria dos colegas começava a ir pra SP e Rio. Em BH, o piso era 1500,00 e a maioria dos lugares não obedecia a jornada de 5h. 7 ou 8 horas diárias era o normal.

E eu estava bem cansada do jornalismo sindical, no qual eu estava há 3 anos. Eu me cansava rápido né? Enjoava... queria mudar... o que dizer agora que estou há 11 anos no BB, trabalhando com algo tão distante de mim?

Outras duas questões que me levaram a mudar de profissão. Uma, ideológica: com o passar dos anos de militância, acho que minha cabeça não se adaptava mais a “mídia burguesa”, aos jornais tradicionais. Em BH então, super limitadas as oportunidades. Eu não tinha mais ilusões de que eu poderia fazer a diferença p/ o mundo nos veículos da grande imprensa. Hoje são muitos os veículos da mídia alternativa, canais etc. Em 2010, isso não existia ainda.

Com o currículo que eu tinha, a militância, eu tinha pouco espaço de manobra no pouco e pobre mercado da cidade.

O 2º fator de que pesou em minha decisão foi a vida familiar. Meu filho bebê, o sustento da casa, pesaram tbm na minha decisão. No banco eu trabalharia 6hs por dia, em vez de 9h ou 10h (eu fazia mta hora extra não paga). O cartão alimentação era ótimo traria uma tranquilidade tremenda. Eu teria mais tempo com meu filho e segurança financeira até que meu então marido pudesse ter uma profissão e um ganha pão melhor.

Além disso, eu poderia (por que não?) continuar fazendo frilas de comunicação e jornalismo p/ mov. e sindicatos. Tomei a decisão, entrei no BB em outubro de 2010. Agora teria estabilidade, mais tempo p/ meu filho e mais tempo e liberdade p/ militar em uma base de trabalhadores organizada.

Não aconteceu o que eu esperava. Primeiro, as decisões que tomei eram motivadas por uma boa base de ilusão e desconhecimento sobre mim mesmo. Mas isso eu só viria a saber mais tarde. Mas o sintoma maior disso tudo é que eu fui adoecendo mentalmente. Há

pouco tempo uma amiga descreveu bem: o copo encheu e entornou, e até hoje não consegui esvaziá-lo. Tá sempre na borda de entornar.

Percebo isso com o fato de que pensar ou cogitar a possibilidade de voltar a militar em alguma org. ou partido me dá um horror estranho, como se eu vivenciasse de novo a pressão daqueles tempos. Parece que, até hoje, toda pressão me desgasta, me estressa, me entorna.

Em 2010, quando eu e outra companheira entramos na categoria bancária, havia todo um espaço político a ocupar. E eu tinha outra frente de atuação. Agora eu tinha uma “base”, o que era muito valorizado por um partido formado por muitos quadros sindicais. Nos anos seguintes, iniciamos uma oposição bancária em BH (já existia em nível nacional). Eu entrei super empolgada. Sempre gostei de disputa política, de discutir e ganhar as pessoas p/ uma casa ou ação. Até hoje sou assim. Agora eu discutia não só em reuniões de movimentos e vanguarda, mas com colegas de base, cada greve e campanha salarial, assembleia e ato. Delegada sindical, chapa p/ concorrer a direção sindical (nunca conseguimos derrotar a forte burocracia bancária da CUT-CONTRAF).

O trabalho foi dando frutos, montamos um grupo de oposição com uma vanguarda nova e muito feminina. Fazíamos atividades, festas, palestras, preparavamos material e site etc. O núcleo de bancários do partido virou três. E o trabalho e as tarefas tbm se multiplicaram.

Enquanto isso, o mov. de mulheres tbm crescia, eu viajava p/ o interior, fazia reuniões e formação. havia muitas mulheres trabalhadoras que precisavam de um acompanhamento constante p/desanimarem. tinham muitos problemas em casa e eu e outras compas ajudávamos como podíamos. Pressão familiar, marido que disputava c/ a militância, filhos problemáticos, e uma grande exploração do trabalho, quando entravam em um sindicato, o machismo nas direções podia ser devastador. Muitas quebravam aí. Acho que o MML e o mov. de mulheres foram um lugar seguro p/ essas mulheres continuarem lutando e militando. Além dessas tarefas na base, uma nova onda feminista (a 3^ª) impulsionava muitas atividades e lutas e os acertos políticos do partido nos inseriam nelas. Eu tinha muitas tarefas nos movimentos e atos, era uma figura pública já.

ADOECIMENTO

Olhando p/ trás, eu não sei como eu conseguia dar conta. A militância era meu eixo de vida. Eu assumia tarefas demais, tinha dificuldade de dizer não, e não havia pessoas

suficientes p/ fazer tudo o que a realidade nos exigia. Acho que eu só dei conta porque tinha equipes muito boas, militantes em quem confiava muito. Bancários, mov. mulheres, partido, filho pequeno, casa, marido. Reconheço que casa e marido estavam em último lugar. Mentira: eu estava em último lugar.

Isso significa que os problemas se acumularam, não se resolviam, viravam crises.

Lembro que eu 2013 cheguei a um nível de estafa mental impressionante eu passava reuniões do partido chorando. As conferências, cursos e plenárias no final de semana me deixavam destruída psicologicamente. Eu levava meu filho ou ficava o final de semana todo sem vê-lo. Eu não descansava. Fazia terapia entendia o que estava acontecendo mas não conseguia mudar ou olhar a sério p/ mim. Sempre ocupada com o mundo, e com os anos, adquiri uma forma de funcionamento no ritmo mental máximo, um que o reconhecimento do meu esforço era o partido e as pessoas precisarem de mim. Quanto mais eu fazia, mais eu era necessária, mais eu me sentia reconhecida. Largado o jornalismo, meu único espaço de reconhecimento e auto-estima era o partido, os amigos tbm. Foi ali que uma vez me disseram: “Luiza, você está doente.”

Nas impressionantes jornadas de junho eu estava bem mal. Praticamente não tivera tarefas mais no mov. bancário. Mas as tarefas do mov. de mulheres eram tantas, pratic. uma segunda jornada de trabalho. Tbm comecei a não aguentar. E não admitir isso, eu me sentia muito desmoralizada e derrotada. Pra mim, era a derrota de um projeto de vida.

A crise do casamento tbm se agravava. Eu já não amava mais meu marido, por motivos e decepções que eu não vou citar aqui. Foram anos p/ eu admitir isso tbm, para perceber isso. Porque ele era um bom companheiro, um cara mais crítico e libertário. Não brigávamos, conversávamos muito, ele apoiava minha militância, quase não reclamava. Eu segurava a onda da grana nos muitos momentos em que ele ficava desempregado. Eu era o “pé no chão” quando ele viajava nos projetos e idéias mirabolantes de como ganhar dinheiro. Nunca fui ciumenta e, como eu sempre estava atarefada, ele tinha muita liberdade com amigos e c/ outras mulheres. Era um casamento de conveniência c/ amizade e cum amor muito grande pelo nosso filho. Somos muito ligados nele.

Eu cheguei a um ponto em que eu estava muito infeliz, no casamento, no banco e no partido. As equipes foram se desfazendo, e fui percebendo como eu valia apenas como mão-de-obra eficiente e em pleno funcionamento. Meus problemas não foram ignorados. A questão é que o próprio partido não dava conta de ajudar muito mais. E a lógica do voluntarismo extremo, o peso das tarefas, fazia que deixassem para trás pessoas e quadros qualificados e destruídos. Eu estava assim, mas permanecia militando, com menos tarefas.

Aos poucos fui percebendo o que não dava mais em minha vida. Comecei a tomar antidepressivos no final de 2013, quando decidi me separar. Foi a decisão correta, da qual nunca me arrependi. Mas fiquei anos vendo o sofrimento do meu filho com a separação.

Ele tinha 4 anos e não entendia direito. Ficou muito inseguro e mais nervoso. Isso tudo acontecia e fui percebendo que eu precisava voltar pra ele e pra mim, que a gente precisava se curar juntos da dor.

Fiquei então mais 2 anos assim, na corda bamba. Logo percebi que, com a separação, meu tempo livre diminuiu muito. Em casa, era eu sozinha a responsável por tudo. Nós fizemos um esquema de guarda compartilhada que funciona até hoje: alternamos os finais de semana e seg e terça c/ um, quarta e quinta c/ outro. Agora eu tinha dias fixos p/ reuniões e um ex-marido c/ pouca abertura p/ negociação. Ficar pedindo p/ mudar os dias não era bom p/ o Caio e muito humilhante p/ mim. Dependendo de um sim ou não de um ex-marido sempre foi algo difícil de suportar. Fazia o possível p/ ter menos contato e menos atrito, pra que cada um pudesse seguir em frente. O contato era só pelo Caio e por causa dele. Ao mesmo tempo, ele passou a morar sozinho e ter que ralar mais pra pagar aluguel e as contas, ter uma casa p/ o Caio. Os trampos que arrumava ocupavam quase todas as noites.

Eu me via dependente do ex, ou sempre tendo que negociar com ele o que eu precisava. Como o mov. social e político segue seu próprio ritmo, eu tinha cada vez menos tarefas e participação. Em 2014 ainda insisti um pouco, pegava o Caio na escola e ia pra reuniões inesperadas, em praças e ocupações. Mas eu não fazia compromissos. Essa dinâmica com o pai do Caio afetou minha vida por muitos anos. Hoje é que está mudando, com o Caio aos 13 anos já ficando mais independente. Mas foram 8 anos nesse desgaste infinito de agendas. Afetou meus namoros, minha vida social, e minha participação política.

Luiza, em sua narrativa, afirma que “No PSTU quem estava mais disponível sempre crescia e ganhava respeito e ia na direção. Na juventude, filhinhos de papai muito estudiosos e disponíveis, que não precisavam trabalhar, o que não era o meu caso. Eu me desdobrava p/ fazer tudo e me sentir reconhecida.” Durante o relato da Participante, observamos que as mulheres ainda enfrentam muitos desafios no que diz respeito à participação nas organizações políticas. Sobre isso, Michelle Perrot (2007) afirma que é a industrialização nos países ocidentais que evoca a discussão sobre o “trabalho das mulheres”, pois, mesmo que tal grupo sempre tenha exercido uma função no espaço doméstico, o salário e a saída do ambiente familiar possibilitavam novas oportunidades. De acordo com a autora, o “sindicalismo” também contribuiu para dar melhores condições às mulheres, já que o direito delas de se

sindicalizarem em alguns países foi possível, mesmo antes do direito ao voto, por exemplo. Além disso, apesar de muitas vezes, a permanência feminina nos espaços ocorrer de forma restrita, ainda assim, foi possível um novo olhar para o mundo e para a participação das mulheres na luta por direitos. Contudo, no espaço da política, essa entrada foi mais difícil. Na “Polis Grega”, por exemplo, as mulheres eram excluídas e foi somente com a democracia moderna que puderam, através das lutas pelo sufrágio, alcançar um pouco mais de espaço, sendo vistas, então, como indivíduos capazes e responsáveis. No entanto, as duplas e as triplas jornadas a que o sexo feminino está exposto também são fatores que dificultam ou impossibilitam a vida política e pública desse grupo. Tal fato pode ser percebido durante o relato de Luiza, que evidencia que os problemas que envolvem as questões de gênero são persistentes mesmo diante da existência de políticas voltadas à proteção e à valorização da mulher.

O trabalho *Militância de jovens em partidos políticos: um estudo de caso com universitários*, tese de doutorado da pesquisadora Ana Karina Brenner (2011), investigou jovens de diferentes partidos e suas trajetórias, fazendo, também, uma análise do contexto familiar, das influências das condições, inclusive educacionais, e da relação com a participação política dos sujeitos investigados. Ainda, Ana Brenner (2011) analisou as dificuldades que mulheres enfrentam quando participam dessas organizações. Apesar de não refletir mais o cenário político atual, o trabalho nos auxilia a perceber as transformações ocorridas na construção dos espaços, ou seja, os avanços e os retrocessos. De igual modo, Luiza nos mostra que, mesmo tendo a participação de equipes valiosas no partido, ainda assim ela não conseguia ter condições de se “colocar em primeiro lugar”, e, sobre isso, ela enfatiza: “Reconheço que casa e marido estavam em último lugar. Mentira! eu estava em último lugar”. Logo, é possível afirmar que esse fator contribuiu para o seu processo de adoecimento e, em parte, para o seu afastamento das organizações.

Essa questão também foi percebida por Luiza em relação às trajetórias de outras mulheres com quem conviveu nos sindicatos, as quais também enfrentavam “pressão familiar, marido que disputava c/ a militância, filhos problemáticos, e uma grande exploração do trabalho, quando entravam em um sindicato, o machismo nas direções podia ser devastador.” Em relação a isso, Shirley Miranda (2011), em *Articulações do feminino em narrativas de mulheres dirigentes sindicais: saber-poder e gênero*, evidencia que, dentre os desafios que mulheres dirigentes sindicais encontraram na sua militância, foi a própria atuação dentro dos movimentos que exigiu que elas desenvolvessem estratégias para enfrentá-los. Tais alternativas também foram buscadas nas políticas de gênero do próprio sindicato, que viam a

necessidade de estruturar mais oportunidades e menos impasses, produto das relações de poder e saber no ambiente. A autora ressalta, então, que, para uma mulher se tornar referência no sindicato, é preciso “[...] aprender o que se diz e a forma de dizê-lo, inserir-se nas regras dos jogos de verdade e assumir-se como participante desses jogos com as exigências que isso implica: esses são recursos da experiência de si assumidos pelas entrevistadas ao ingressarem nas direções sindicais” (MIRANDA, 2011, p.189).

É importante salientar que a questão de que as experiências podem ser consideradas formadoras permeia o campo de discussão. Nessa perspectiva, Cavaco (2009), em *Experiência e formação experiencial: a especificidade dos adquiridos experienciais*, defende que apenas as experiências que produzem saberes que, posteriormente, podem ser utilizados em alguma situação concreta podem ser vistas como formadoras. A autora também ressalta que a educação pela experiência “[...] é um processo natural e intrínseco à essência humana [...]” (CAVACO, 2009, p. 221). Por isso, é relevante considerar também quando Luiza aponta que “no meu segundo diário com uns 13 anos, eu fiz anotações sobre o “Manifesto Comunista” (alguns trechos que mais me chamaram a atenção, perguntas sobre o mundo). Então eu vejo que sempre procurei respostas. Tentei um deus, na religião, na caridade, e em outras visões e espiritualidades. De fato, o marxismo me deu não respostas, mas bases para fazer as perguntas certas.” Assim, fica evidente, em conformidade com as ideias de Paulo Freire (1996), que, mesmo antes da entrada na organização, ela já desenvolvia um saber crítico.

É relevante observar a descrição dos debates que Luiza menciona, já que ela afirma: “Tbm fizemos a discussão de que, na atual fase de decadência do capitalismo, as condições de exploração da parte mais empobrecida da classe eram tão ferrenhas, a desagregação e flexibilidade do trabalho, tão intensas, que deve-se organizar as mulheres trab. onde elas quiserem se organizar, sendo o mov. classista de mulheres uma necessidade diante do feminismo burguês, nos bairros, nos sindicatos, nos coletivos, nos condomínios populares, etc...” Nesse contexto, Lazzarato e Negri (2001) ressaltam como as transformações, no mundo do trabalho e na própria composição e formatação da classe trabalhadora, modificam a relação desses sujeitos com os sindicatos. Eles alertam ainda que, nesse caso, tais mudanças podem se estender aos partidos, que, em geral, procuram estabelecer vínculos com as organizações de classe, ou que, em face da mudança dessa composição, precisam modificar ou ajustar a sua atuação. Tais elementos também aparecem nos debates que a organização de Luiza enfrentou no processo de ruptura.

Outra questão interessante para observarmos nos dizeres da sujeita integrante da pesquisa é perceber como a formação da Participante, em uma vertente do feminismo classista, modifica a sua experiência e a sua atuação no movimento feminista. Trabalhos como o material organizado pela Editora Boitempo, que integra parte do ciclo de debates Feminismo para os 99% (elemento do curso Introdução ao Pensamento Feminista Negro), baseado no livro Introdução ao pensamento feminista negro - Por um feminismo para os 99%, traz discussões em torno das questões apresentadas no livro/manifesto Feminismo para os 99% (2019) de Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser. Além disso, é apresentada também a possibilidade de intersecção entre diferentes pautas e a necessidade de reafirmação de um campo plural no feminismo. Tal questão é reiterada já na apresentação da coleção, em que é dito que “nosso objetivo é, enfim, discutir as premissas de um feminismo incondicionalmente internacionalista e anticapitalista, que cerre fileiras com os movimentos antirracistas, ambientalistas e pelos direitos de trabalhadores e de imigrantes” (BOITEMPO, 2021, p. 5). Na coletânea de textos, é possível verificar autoras⁹⁷ de diferentes perspectivas, mas que possuem ideias que se relacionam. Sobre isso, os organizadores salientam que “as feministas liberais defendem a individualidade e o empreendedorismo e preconizam o "empoderamento" como saída para a desigualdade de gênero; as feministas radicais apostam na coletividade, porém enxergam no patriarcado a raiz de todas as opressões; e as feministas marxistas reivindicam a centralidade do trabalho e da classe na identificação da opressão e da exploração sofridas pelas mulheres no sistema capitalista. Tentaremos, nesta pequena coletânea de textos, dar indícios de cada uma dessas vertentes, de modo a estimular leitores e leitoras a tomar parte nessa necessária renovação do pensamento radical feita pelo "marxismo feminista” (BOITEMPO, 2021, p.5).

⁹⁷ Aleksandra Kollontai, Amanda Palha, Ana Flauzina, Angela Davis, Flávia Biroli, Judith Butler, Nancy Fraser, Patricia Hill Collins, Rahel Jaeggi, Sirma Bilge, Silvia Federici, Sueli Carneiro, Talíria Petrone e Tithi Bhattacharya.

3.5 Simone

Não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas.

(Audre Lorde)

Simone Maria da Penha de Oliveira, nome não ficcional (os outros nomes apresentados neste testemunho também são reais), no dia 29 de junho de 2022, recebeu o material da pesquisa, na Vila Cemig, na região do Barreiro. Negra, 42 anos, formou-se no ensino médio e milita há três anos pelo PSOL. A Participante demonstrou estar bastante empolgada com a escrita, como uma forma de contar sua história e afirmou que a sua militância ocorre “pra que a política pública chegue a quem realmente precisa”.

“Serei Existência on haver Resistência”

Minha Trajetória

Olá mim chamo Simone Maria da Penha de Oliveira. Tenho 42 anos sou mulher negra e periférica, Filha da Fatima Maria da Penha de Oliveira e do José Bispo de Oliveira (In memoria)

Sou casada com o Silvio de Souza Barbosa

Tenho 4 lindos filhos

Arilson 24 anos

Alisson 21 anos

Hyrlana 17 anos

Arthur 16 anos

Sou avó dos principes

Heitor 7 meses

Henry 2 meses

Tenho 3 irmãos por parte de Mãe e 7 irmãos por parte de Pai

Ou seja família grande, eu comecei a trabalhar com 12 anos de Idade, isso era normal na minha época.

Mas hoje em dia sei que não é normal ou seja não deveria ser normal, pois lugar de criança e na escola, no lazer no lugar de criança e não em serviço braçal... pelo menos e assim que diz o ECA

Venho de uma família muito amorosa e de diálogo

Fui sim uma criança e adolescente muito levada, mais Meus pais foram muito conciente em dialogar...

Meu querido Pai sempre foi Petista e assim nos acabamos sendo Petista de coração.

Aprendi a assistir horário Político com meu Pai que adorava. riamos muito de alguns candidatos kkk...

Quanto tive meu 1 filho ali nasceu em mim o Espírito da Solidariedade eu buscava enxovais em Centros Espiritas e dividia com amigas que não tinha a doar pro outro aquilo que eu mais sentia necessidade de guardar.

Que era útil para o próximo... depois de casada entre 2002 a 2007 eu vivi um círculo de Violência Doméstica

Então precisei de ajuda e encontrei no Programa Mediação de Conflitos e nos psicólogos na comunidade da PUC...

Ali se iniciava a rompitura dessa Violência.

Romper com esse círculo foi muito dolorido. Mais foi o momento que comecei a entender as políticas públicas principalmente da segurança pública e entendi que falta muito pra fazer para que possamos ter essa política de qualidade, igualdade e respeito pra quem dela precisa.

*Em 2018 mim Tornei a Conselheira Municipal da Assistência Social no CMAS **Conselho Municipal Assistência Social** pelo segmento usuários. Onde tenho tentado, lutando para garantir o direito do Povo Brasileiro. Em 2022 fui eleita Conselheira Estadual Assistência Social*

CEAS - Conselho Estadual Assistência Social

no Ambito Estado...

onde tenho tido mais dificuldade pois, infelizmente o governo (Zema) a política dele é contrária a tudo que for pró povo Brasileiro, principalmente nós mineiros.

Política essa que só é governada Para os Ricos.

Mais não podemos desistir Continuar Lutando, porque sem Luta nada Chega.

*Em 2020 também comecei a ser coordenadora do Coletivo **Flores de Resistência***

coletivo esse que e voltado para doação de Absorventes Ecológicos para pessoas em situação de Vulnerabilidade. Social. atuamos na Região do Barreiro principalmente nos Bairros **Vila Cemig, Conjunto Esperança Alto das Antenas** e na ocupação **Irma Dorothy**.

Hj estamos na segunda Etapa do projeto junto com costureiras do Territorio estao produzindos os absorventes e no mes de novembro faremos a doação para 20 mulheres sendo 6 absorventes para cada uma delas.

Esse coletivo e todo voluntario e de doações. precisamos demais de ajuda para manter esse projeto. em 2020 mais no final do ano eu e minha amiga **Deise** companheira de movimentos criamos o **Prosa de Mulheres** Via Zap, hoje temos 201 mulheres nele todas são periféricas. Nesse grupo falamos sobre, saúde, assistencia, violencia, cuidados, Estudos, cursos, empregos doações. Tudo que for informativo e trazido nesse coletivo.

Eu conheço a Iza Lourença desde 2018 não apoiei ela nessa época onde ela concorreu a Deputada Estadual. Mais continuamos em dialogo. Em 2020 ela mim fez o convite pra apoiar ela na Campanha para Vereadora de BH onde foi Eleita. e assim ela mim fez o convite e hoje faço Parte da Assesoria dela. e desde que comecei a trabalhar com ela dentro da **CMBH Camara Municipal Belo Horizonte** tenho visto o quanto e dificil principalmente pras mulheres a dificuldade de atuar num lugar machista e como e la na **CMBH**.

Mais entendemos que não podemos recuar, retroceder

Pois precisamos lutar para que a constituição 1988 seja garantida para quem dela precisa.

Hj mim sinto uma mulher realizada não completa pois ainda falta muito pra termos um pais de igualdade. ainda sonho de ver as mulheres vivas e não sendo mortas todos os dias porque não que submeter ao capricho machista. parar de ver os nossos filhos serem executados so porque são negros. ou pq são de periferia.

Sonho de ver as pessoas tendo garantido no minimo as 4 refeições diarias.

Que tenha garantia de Estudo para quem dela Precisa.

hoje entendo que esse sonho so sera realizado se nos juntos na para de lutar ocupar os Espaços de Políticos Ecoar as nossas Vozes.

Não podemos desistir já mais.

Essa e a minha história

Espero ter ajudado.

É preciso nos atentar, primeiramente, para o fato de que a compreensão do que é a educação e a que ela serve tem impactos importantes sobre os processos formativos e para o reconhecimento deles. Assim, como afirma Neidson Rodrigues (2001), o processo educativo “[...] trata-se da formação do sujeito Ético. Este só pode ocorrer pela aquisição do mais alto grau de consciência de responsabilidade social de cada ser humano, e se expressa na participação, na cooperação, na solidariedade e no respeito às individualidades e à diversidade” (RODRIGUES, 2001, p. 246). Tal questão pode ser considerada na narrativa de Simone, que, em sua fala sobre a maternidade, mostra-se solidária às outras mulheres e incorpora esse cuidado com o outro também nas suas relações na comunidade em que vivia. Isso pode ser verificado quando a Participante exprime: “Quanto tive meu 1 filho ali nasceu em mim o Espírito da Solidariedade eu buscava enxovais em Centros Espiritas e dividia com amigas que não tinha a doar pro outro aquilo que eu mais sentia necessidade de guardar.”

Na narrativa de Simone, é notável seu processo de transformação, ao longo das experiências vividas. Dessa forma, em um primeiro momento, ela nos conta que, no Programa Mediação de Conflitos e com os psicólogos que lhe atenderam na PUC, ela pôde começar a romper o ciclo de violência que estava vivendo. E essa possibilidade de empoderamento e enfrentamento ao machismo, posteriormente, refletiu-se, também, nos grupos, nos quais participa e se empenha, bem como no coletivo em que atua. Sobre isso, ela expõe: “Nesse grupo falamos sobre, saúde, assistência, violência, cuidados, Estudos, cursos, empregos doações. Tudo que for informativo e trazido nesse coletivo”. É possível depreender, portanto, que o coletivo se coloca como um contraponto inclusive à ausência de políticas públicas de atendimento às demandas das mulheres desses territórios. E, assim, vemos que a desse grupo atuação é fundamental para o reconhecimento das sujeitas envolvidas.

Nesse sentido, em relação ao sujeito da experiência, que reconhece vivências antes silenciadas, Eric Hobsbawm (2000) nos mostra que isso ocorreu por meio da organização, já que “num sentido mais amplo, ‘os pobres’, ou na verdade qualquer grupo subalterno, tornam-se sujeitos e não objetos da história somente através de coletividades formalizadas, não importa sob que tipo de estrutura” (HOBSBAWM, 2000, p.412). Por isso, a organização partidária também se mostra relevante no que diz respeito ao reconhecimento desses sujeitos, sejam eles negros, mulheres, do grupo LGBTQIAP+, trabalhadores(as), pessoas com deficiência, sem terra, encarcerados, quando estes se apresentam como organizadores ou coletivos desses sujeitos e, principalmente, na ação concreta que desenvolvem e nos saberes que produzem por meio de suas experiências. Tal fato se torna explícito no momento em que Simone deixa claro a amplitude da sua atuação, por meio do contato com a vereadora de

Belo Horizonte, pelo PSOL, Izabella Lourença, já que a Participante relata ter se tornado assessora da política a partir deste processo.

Ainda, já que é possível estabelecer relação entre os grupos que, comumente, são excluídos do espaço escolar, dos domínios de poder e do pertencimento a espaços não escolares pouco ou nada reconhecidos em sua potencialidade de formação. Isso evidencia, portanto, o monopólio do saber como forma de dominação (FOUCAULT, 2013). Parte desses grupos é composto por negros, mulheres, LGBTQIAP+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexo, Assexual, dentre outras identidades e sexualidades), povos originários, entre outros, que se organizam em movimentos sociais, partidos políticos, quilombos, coletivos, assentamentos e ocupações. Nesses territórios, como os bairros Vila Cemig, Conjunto Esperança, Alto das Antenas e a ocupação Irma Dorothy, o grupo tem produzido conhecimentos, fruto de resistência e de estratégias de sobrevivência, os quais podem indicar um caminho para a construção de projetos mais equânimes de sociedade.

O desenvolvimento dos movimentos de resistência e de coletividade nas periferias se mostra fundamental, especialmente frente à necropolítica⁹⁸, que impõe condições desumanas de vida, ainda mais com o aumento do desemprego, da violência e da falta de perspectiva. Essa questão é relatada por Simone quando ela diz que: “Hj mim sinto uma mulher realizada não completa pois ainda falta muito pra termos um pais de igualdade. ainda sonho de ver as mulheres vivas e não sendo mortas todos os dias porque não que submeter ao capricho machista”. Logo, fica evidente que a organização dos coletivos serve como contraposição e enfrentamento a essa política, possibilitando novas expectativas para a vida das comunidades.

Exemplo de tal potencialidade, Angela Davis (2013), em *Mulheres, raça e classe*, analisa como a participação das mulheres, no movimento abolicionista, criou possibilidades para que elas tivessem experiência política para elaborar suas próprias pautas e pensar a condição a que estavam submetidas. Isso é importante, já que a atuação feminina nos movimentos, desde o início do seu processo, enfrentou dificuldades, tanto por parte dos escravagistas quanto dos abolicionistas. Tal fato se justifica, pois, no interior do desenvolvimento do movimento abolicionista, eram nítidas algumas contradições, como por exemplo, o não reconhecimento das mulheres negras como parte integrante do movimento e, também, a não compreensão das especificidades de lutas desse grupo. Assim,

⁹⁸ Necropolítica, para Achille Mbembe (2018), autor que elaborou o conceito, é a política de morte pela qual os Estados, mediante o exercício de suas soberanias, decidem quem vive e quem morre, colocando, dessa forma, populações inteiramente marginalizadas em situação de sobrevivida.

as experiências da organização de mulheres negras podem ser encontradas na era pré guerra civil, e como as suas irmãs brancas, elas participaram em sociedades de literatura e em organizações benevolentes. Os seus maiores esforços durante esse período foram associados à causa anti-escravatura. Ao contrário das mulheres brancas, no entanto, que também massivamente entraram na campanha abolicionista, as mulheres negras foram menos motivadas pelas considerações de caridade ou por princípios morais gerais do que por exigências palpáveis de sobrevivência do seu povo. (DAVIS, 2013, p. 95).

Apesar disso, ações como elaborar recursos, discursar e construir as pautas do movimento fizeram com que essas mulheres abolicionistas aprendessem saberes que coletivamente se acumularam ao longo de anos na história da luta das mulheres e contribuíram para o desenvolvimento desses enfrentamentos. Compreender a trajetória histórica desses movimentos pode contribuir, então, para percebermos a sua dinâmica e os efeitos que produzem nos sujeitos e no curso da humanidade. Isso pode ser observado no caso do Coletivo Flores de Resistência, em que é perceptível a produção de diferentes saberes e o compartilhamento/elaboração de recursos pelas mulheres participantes, especialmente quando Simone afirma: “Esse coletivo é todo voluntário e de doações. precisamos demais de ajuda para manter esse projeto. em 2020 mais no final do ano eu e minha amiga Deise companheira de movimentos criamos o Prosa de Mulheres Via Zap, hoje temos 201 mulheres nele todas são periféricas”. A partir disso, observamos que a ação partidária e, mesmo parlamentar, favorece o desenvolvimento do projeto pela comunidade atendida.

3.6 Rosa

*Por um mundo onde sejamos socialmente iguais,
humanamente diferentes e
totalmente livres.*

(Rosa Luxemburgo)

Com Rosa, pseudônimo escolhido pela participante (todos os demais nomes apresentados neste subtítulo também são pseudônimos), encontramos-nos, no dia 29 de junho de 2022, no bairro Vila Cemig, na região do Barreiro. Ela tem 33 anos, declarou-se branca, possui ensino superior completo, milita há 13 anos, faz parte do PSOL e se interessou em saber mais sobre a metodologia da pesquisa. Segundo ela, o “desejo de contribuir com a mudança social” foi o que a incentivou a militar. No dia 07 de setembro recebemos dela o caderno, no qual ela escreveu: “considero a tarefa uma oportunidade para refletir sobre minha experiência até aqui, sendo assim auxiliada a compreender meus desejos e interesses com a tarefa militante daqui pra frente”.

Estou incumbida aqui de escrever sobre a minha vivência militante, o que pretendo fazer de forma livre, conforme permitirem os pensamentos e as lembranças. Considero a tarefa uma oportunidade para refletir sobre minha experiência até aqui, sendo assim auxiliada a compreender meus desejos e interesses com a tarefa militante daqui pra frente.

Marco o início da minha trajetória política na adolescência, creio que pela inspiração de algumas leituras, como do livro “Ramsés”, que me despertou a vontade de fazer algo importante para o mundo; mas também devido ao exemplo de atuação de liderança de minha avó e mãe na Igreja que fui levada a me responsabilizar pela concretização daquilo que acreditava.

Adolescente, eu tinha forte crença religiosa, apesar de não me fechar apenas em uma religião, estudando e frequentando diferentes crenças, como o cristianismo, budismo e paganismo. Porém frequentava e me dedicava mais aos estudos e cultos da religião de minha avó, a Seicho-no-ie. Desde criança frequentava as reuniões de crianças e antes de completar 12 anos passei a coordenar essas reuniões. Tarefa que havia sido oferecida para minha irmã e prima, dois anos mais velhas, mas como recusaram, reivindiquei a tarefa. Minha mãe e avó consideravam que eu era muito nova para assumir a responsabilidade, mas diante do meu

chateamento concordaram. De início minha mãe aparecia como a coordenadora e eu auxiliava, porém não levou muito tempo para eu estar a frente totalmente, organizando as escolas, os temas de cada reunião, pensando formação para as crianças e responsáveis de cada reunião, ligando para confirmar a presença da responsável pela reunião do dia, realizando trocas e prestando auxílio, quando necessário.

Por uns seis anos segui como coordenadora das reuniões para crianças e fui aprofundando meus estudos acerca da religião, num caminho que a ser preletora um dia.

A época do vestibular me obrigou a deixar as tarefas religiosas para dedicar aos estudos, após formar no ensino médio, aos 19 anos. A entrada para o cursinho pré-vestibular fez minhas ideias começarem a mudar, em especial com as aulas de história e geografia. Como na escola nunca havia me dedicado muito à essas disciplinas, foi no cursinho que compreendi injustiças do mundo e percebi que a história do Brasil é uma história de golpes, comemorados por uma população enganada recorrentemente. Foi então que uma indignação começou a crescer em mim e busquei por movimentos sociais que lutassem contra absurdos que enxergava, como os casos de corrupção e exigência de pagamento de impostos que não são revertidos em melhorias de serviços para a população.

Foi nesse período, o ano era 2007, que conheci meu primeiro namorado. Nos conhecemos em uma locadora de filmes, quando ele me emprestou um filme sobre a Revolução Espanhola, dizendo ser um filme difícil de se encontrar em locadoras. Gostei do filme e pelo tema imaginei e almejei que ele soubesse algo sobre movimentos sociais e me desse uma luz a respeito de como participar de algum.

Quando o encontrei novamente para entregar o filme, ele me emprestou o Manifesto Comunista⁹⁹, de Engels e Marx, e me deu um jornal Opinião Socialista do PSTU.

Filha de um antissocialista, as palavras “socialista” e “comunismo” me assustaram, mas achei toda a leitura muito interessante e o Manifesto agitou meu coração. Afeto e interesse político se confundiram e levaram ao namoro com Alef, que muito me ensinou e me apresentou aos militantes do PSTU, seus amigos e companheiros, que eu muito admirada ouvia discutirem política.

Nesse contato com o PSTU percebi que havia muita coisa para entender antes de querer mudar as injustiças do mundo.

⁹⁹ O Manifesto do Partido Comunista foi publicado em 21 de fevereiro de 1848 por Karl Marx e Friedrich Engels em Londres. O material havia sido encomendado pela “Liga dos comunistas”, primeira organização internacional marxista, fundada em 1947 por parte da “Liga dos Justos”.

Após aprovação na UFMG procurei eventos para aprender mais sobre história, geografia e política e encontrei na recepção de calouros do DCE, dirigido na época pelo PSTU, Brigadas Populares e Consulta Popular. Como uma amiga do Alef e militante do PSTU, Luiza, era da minha turma de psicologia, logo fui apresentada aos militantes do DCE e me incorporei às atividades do diretório, como o plebiscito contra o Reuni.

Decorridos alguns meses já havia decidido que desejava entrar para o PSTU e perguntei para o Alef como fazia, ao que ele orientou conversar com a Luiza. Disse a colega de turma do meu interesse, mas apenas no segundo semestre de 2008 se efetivou a entrada no partido.

Antes do primeiro núcleo do PSTU (reuniões semanais, critério de militância a participação) fui convidada para um curso de Economia Marxista, que tive muita dificuldade de compreender totalmente, mas foi quando visualizei o sistema capitalista e sua irracionalidade vista como única possibilidade para a maioria da população. Lembro de voltar para casa de ônibus impactada, olhando para a rua como se enxergasse um sistema virtual por onde passava.

Eu era muito tímida até então e dificilmente intervia nas reuniões de núcleo, ainda mais que me considerava muito ignorante e péssima oradora. Tive a sorte de estar em núcleo composto apenas por mulheres, todas incríveis, fortes, inteligentes e também demasiadamente acolhedoras e paciente; que aos poucos foram me incentivando a falar, começando com somente o que eu achava da matéria, se concordava ou discordava, discorrendo sobre o que havia entendido. Essas mulheres demonstravam interesse no que eu pensava, em me ensinar a me manifestar e compreender outros pontos não vistos ou mal-entendidos.

Foi também no início da militância partidária que fui convidada a participar da secretaria de mulheres do PSTU, que foi essencial para meu crescimento. Como a questão de gênero já me tocava desde a batalha realizada na família para haver igualdade de direitos e deveres entre filhas e filhos e era um estudo também na graduação, me sentia mais confortável para discutir a temática, e a mesma ia estabelecendo na militância de conjunto.

Algumas vezes aprendi na marra também, por exemplo, quando passava nas salas de aula para divulgar algo com a Regina e ela ficava muda, como avisado, para que eu desenvolvesse o que deveria ser dito. Depois de algumas salas já havia me acostumado e nunca mais fugiria à tarefa, encorajando nossos militantes, posteriormente.

Lucía foi outra mulher que muito me ensinou no partido, acreditando que eu podia mais. Ela considerava que eu tinha uma boa capacidade de análise da realidade e aplicação da política e conversou comigo sobre liberar mais tempo para dedicar à militância e, assim,

aprender tudo que a militância na juventude do partido tinha a ensinar. Como eu precisava trabalhar para me sustentar na universidade, peguei menos disciplinas para disponibilizar mais tempo ao partido, que era minha prioridade, o que dava sentido à minha vida. Daí passei a codirigir e, em seguida, a dirigir núcleos, fazendo parte da direção do partido.

Segui em acelerado ritmo de militância até o fim da graduação, fazendo parte de DCE, DA, CA, organizando encontros, congressos, manifestações, abaixo-assinados.

A graduação foi estendida por apenas um semestre, sendo o último quase abandonado, já que coincidiu com as grandes manifestações de 2013, que desembocaram na ocupação da Câmara Municipal, onde fiz meus últimos trabalhos e negocieei prazos e notas com professores.

Enfim formada, ainda dirigi por uns meses núcleo na juventude, até ser de fato incorporada à equipe de Contagem, conforme conversa realizada de incorporação no projeto de proletarização (projeto que visa a entrada de militantes em fábricas). Me disponibilizei para entrada no projeto, tanto por acreditar na importância do mesmo, como por precisar trabalhar em qualquer ramo após findados contratos de estágio. Porém, entreguei currículos e fiz entrevistas, mas não fui admitida em nenhuma fábrica com a facilidade que os companheiros esperavam.

Acostuma à tarefa de finanças, incumbida da mesma em Contagem e inserida na direção. Se a direção da juventude já havia sido uma experiência inovadora, com discussões mais profundas e às vezes em tom mais pesado, em Contagem foi quase começar tudo de novo, porém em um organismo com apenas duas mulheres jovens e cinco homens, alguns militantes pré-PSTU. Muitos desses homens se mostravam dispostos a explicarem questões, mas poucos pareciam escuta às mulheres, ignorando ou repetindo o mesmo já dito por elas, sem dar o crédito. Recorrentemente também demonstravam pouco confiança em delegar tarefas para nós mulheres, sem com desculpas de dificuldades e riscos, com pouquíssima vontade de ensinar e passar o bastão. Só mais tarde percebi como esse período foi me enfraquecendo e desacreditando como militante.

Sem emprego fabril fui estudar para concurso, enquanto fazia bicos em bares e festas, trabalhava na C&A, na pizzaria... Me sentia deslocada, sem local de atuação e a primeira vez que disse que sairia do partido foi antes do dia de uma prova de concurso para a qual queria rever matéria e o partido me exigiu fazer um curso que eu já havia feito outras duas ou três vezes. Acabaram entendendo o meu lado e ajudando a aceitar que o ritmo da militância universitária não era o único aceitável, pelo contrário, era viável por apenas um período.

Em 2014, trabalhei em Contagem e pude conhecer um pouco mais a cidade, panfletei em fábricas, participei de uma eleição do Sindicato dos Metalúrgicos, acompanhei mulheres do sindicato da saúde, dirigi núcleo até o dia que rompi de vez com o PSTU no Congresso do partido de 2015 junto a centenas de companheiros que então fundaram o MAIS.

A ruptura foi um momento de fortes emoções, eu que não vinha tendo grandes motivações para elaborar para o partido, me vi tomada por essa tarefa, lendo todos os documentos, estudando, preparando falas para plenárias. E foi delicioso sentir essa motivação, cheia de esperança de tornar visíveis erros que o partido vinha cometendo e mudá-lo. Porém, apesar da saída empolgada com a construção de algo novo, foi frustrante, pelo menos para mim, ver a surdez de dirigentes apegados a míseros poderes e a nossa dificuldade em crescer, nos dividindo mais uma vez.

O MAIS foi uma esperança, um novo respiro militante, mas com confiança abalada, não nos companheiros, sim nas pessoas, de modo geral e nas nossas capacidades e condições históricas em tempos que foram se tornando cada vez mais sombrios.

Decidimos entrar para o PSOL, com fusões viramos Resistência. Quando discutimos a entrada para o PSOL fui contrária, achava precipitado, considerava necessário consolidarmos nossa identidade, mas o tempo histórico não espera e ficar marginalizados já sabíamos o quão problemático é. A entrada como corrente do PSOL se mostrou acertada pelo nosso crescimento e, em 2020, número de candidatos da Resistência eleitos.

No entanto, eu não consegui acompanhar todas essas mudanças e decidi me afastar do partido em 2017, apesar de seguir militando na CBTU.

Em 2018 com a proposta de construção de um Cursinho Popular no Barreiro, local onde já estava trabalhando, decidi retornar ao partido e dar prosseguimento a esse projeto.

Ainda me vejo pouco afeita ao PSOL, mesmo tendo participado de um encontro de mulheres, de plenárias, congresso e processo eleitoral no interior, é muita coisa nova para absorver. O PSOL me parece mais um movimento social do que um partido propriamente dito. É um partido cheio de potência que agrega militantes muito valorosos, mas suas disputas internas são cheias de vaidades, repletas de vícios capitalistas e a conjuntura em nada tem favorecido para avançarmos nas ideias socialistas. Retrocedemos muito no governo Bolsonaro a ponto de nossa alegria hoje é a chance de o vencermos através da vitória de um traidor da classe operária.

Sim, as coisas vão mal, a educação popular é um alento nisso tudo, sei da importância da construção de um partido revolucionário e não questiono a necessidade de cada

resistência militante para a construção de uma sociedade mais justa; porém, no momento, ainda venho tentando me encontrar na militância partidária novamente.

É perceptível, a partir do relato anterior, que a formação religiosa de Rosa contribuiu muito para o desenvolvimento de saberes que, em um primeiro momento, destinavam-se ao espaço da religiosidade, mas que depois se converteram em conhecimentos compartilhados no partido. Tal fato confirma-se quando ela afirma que “por uns seis anos segui como coordenadora das reuniões para crianças e fui aprofundando meus estudos acerca da religião, num caminho que a ser preleitora um dia”. Observamos, a partir dos dizeres da Participante, que formar-se, então, enquanto um sujeito ético passa por valorizar diferentes saberes, seus sujeitos, seus espaços, independentemente, do arranjo que eles tenham. Por isso, não podemos limitar essa formação a um espaço social, pois “um dos riscos que necessariamente correríamos ao ultrapassar o nível meramente opinativo de conhecer, com a metodização rigorosa da curiosidade, era a tentação de supervalorizar a ciência e menosprezar o senso comum” (FREIRE, 2001, p.11). A forma como concebemos o que é “educação” é, portanto, alicerce para a gestão das práticas, das intervenções, das pesquisas e da própria relação com o mundo.

Entretanto, conforme Ana Brenner (2011) observou em seu estudo, *Militância de jovens em partidos políticos: um estudo de caso com universitários*, é preciso compreender que os partidos políticos, como espaço de socialização, são responsáveis por modificar, muitas vezes, o que foi apreendido em outros lugares, como por exemplo, a família. Todavia, o que privilegiam não é apontar um espaço em oposição ao outro, mas compreender como os processos de socialização influenciam e impactam na construção da identidade pessoal. Em relação a isso, Rosa aponta que “filha de um antissocialista, as palavras “socialista” e “comunismo” me assustaram, mas achei toda a leitura muito interessante e o Manifesto agitou meu coração”.

Então, primeiramente, consideramos o aspecto do fazer política, dos modos aos quais não apenas se reformula, mas dos quais, de alguma forma, deve-se aprender a fazer. Logo, participar de um coletivo, ir a uma assembleia, elaborar demandas e pautas exige comprometimento daqueles que os fazem e que aprendam na prática a gerenciar o seu processo de socialização e, ao mesmo tempo, o de individuação, principalmente nas primeiras experiências. Sposito, Tarábola e Ginzler (2021) ressaltam que os jovens, na experiência política, ao se reconhecerem sujeitos e atores políticos, são levados a desenvolver algumas habilidades. Esse gerenciamento dos processos que envolve o ato de militar, muitas vezes,

modifica a relação dessas sujeitas com outros projetos de vida. Essa questão se manifesta em Rosa por meio dos dizeres: “Como eu precisava trabalhar para me sustentar na universidade, peguei menos disciplinas para disponibilizar mais tempo ao partido, que era minha prioridade, o que dava sentido à minha vida”. Em relação a isso, Isabela Silveira (2019) esclarece que, “nesta reinvenção da realidade, sempre aparecem alternativas ao que estava posto anteriormente e que não respondia às expectativas de sociabilidade da juventude” (SILVEIRA, 2019, p. 31). Corroborando as ideias da autora, Maurício Perondi (2017) afirma que outros trabalhos levantados também elaboraram análises sob essa mesma ótica com o objetivo de compreender a relação entre subjetividades e sociabilidades. Em *Experiências de participação social de jovens e sentidos atribuídos às suas vidas*, o autor, baseando-se em Pais (2003), afirma que essas construções impactam inclusive nos “projetos de futuro” dos jovens.

Sposito, Tarábola e Ginzler (2021), também, em *Jovens, participação política e engajamentos: experiências e significados*, ressaltam como os limites entre subjetividade e coletividade podem, em certas circunstâncias, gerar estranhamento e mesmo afastamento dos sujeitos. Isso implica que, em algumas situações, mesmo reconhecendo o valor dos saberes obtidos com o engajamento, esses sujeitos avaliam que escolheram pelo cuidado de si frente às demandas que acreditam ser pesadas nos espaços coletivos. Isso demonstra a tensão que pode ser gerada entre a constituição dos indivíduos e a construção coletiva, mesmo que os seres demonstrem ter tomado mais consciência de si mesmos do que por meio da participação social. Essa questão é refletida por Rosa quando ela afirma que seguiu militando na CBTU em 2017, mas não conseguiu acompanhar as mudanças do partido. E, apesar de reconhecer a importância de militar e o seu crescimento, especialmente na secretaria de mulheres, demonstra tentar encontrar novamente um lugar dentro da militância.

Maria Gohn (2011), no artigo *Movimentos sociais na contemporaneidade*, também enfatiza como é recente a discussão, no meio acadêmico, sobre os debates que envolvem a educação e os movimentos sociais, por exemplo. Ainda, Nilma Gomes (2018), no livro *O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*, ressalta que alguns movimentos não ganham tanto destaque quanto outros, fazendo com que haja ausências em relação a isso nos estudos das Ciências Sociais e da Educação no país. Então, fazer presente aquilo que é negado ou desacreditado pode ser um caminho possível para transformar a educação e o fazer científico. Tal questão pode demonstrar que os espaços ainda careciam de mais atenção, inclusive se percebido que, apesar da diversidade de investigações sobre os movimentos sociais e sobre a educação popular, há elementos com pouco

investimento. De forma similar, Valério Arcary (2022) afirma ser a militância uma questão pouco discutida mesmo dentro dos partidos. No título *Ninguém disse que seria fácil*, ele aponta como sempre há uma demanda, independente de qual corrente de esquerda se esteja falando. Por isso, o relato de Rosa, no momento em que ela afirma que “Considero a tarefa uma oportunidade para refletir sobre minha experiência até aqui, sendo assim auxiliada a compreender meus desejos e interesses com a tarefa militante daqui pra frente”, revela-nos a relevância não apenas acadêmica dessas reflexões, mas também para os acúmulos individuais e/ou coletivos sobre o exercício de militância das mulheres.

3.7 Alexandra

Somente as frescas tempestades revolucionárias foram fortes o bastante para varrer velhos preconceitos contra a mulher e somente as pessoas com trabalho produtivo podem igualar e liberar completamente a mulher, construindo uma sociedade nova.

(Alexandra Kollontai)

Foi entregue o material da pesquisa, para Alexandra, pseudônimo escolhido pela participante, no dia 30 de junho de 2022, no bairro Jardim América. Ela tem 28 anos, escolheu não declarar raça/etnia, formou-se no ensino superior e foi militante do PSTU e do PSOL por sete anos. A sujeita integrante do estudo disse ter estranhado o formato livre da escrita e informou que saberia escrever de forma mais linear e em narrativa. Ao responder a pergunta sobre o porquê começou a militar, declarou: “eu sempre fui uma pessoa muito revoltada com a vida e eu me identificava com algumas ideias de esquerda. Vim pra BH e entrei no CEFET, comecei a ter contato com pessoas do PSTU e com os movimentos e fui chamada a participar”.

Recebemos a escrita dela no dia 26 de setembro e nos deparamos com o seguinte apontamento: “Rayane me ofereceu um espaço para contar minha história em partidos de esquerda e minha reflexão é bastante curiosa em relação a isso...”. Ela fez a escolha de escrever pelo computador e dispensou o uso do caderno, é notório, portanto, que a escrita à mão pode carregar dificuldades.

Rayane me ofereceu um espaço para contar minha história em partidos de esquerda e minha reflexão é bastante curiosa em relação a isso...Desde que era criança eu sentia fazer parte de algo diferente do que me era apresentado. Fui criada em uma cidade muito pequena e em uma família muito católica. Era filha única, então era tratada enquanto a “princesinha” da família. Porém, eu não era muito princesinha. Eu era meio “tomboy” e não aceitava as roupas que ela tentava me colocar e nem a maneira com que ela falava que eu deveria me comportar. Assim, já foi crescendo em mim um senso de contestação que se transformou em rebeldia. Ao mesmo tempo, via a sociedade e pensava em como as coisas estavam erradas.

Achava errado ter tanta gente com muito dinheiro enquanto outros passavam fome. Achava errado ter tantas coisas que eram “proibidas” para mulheres (minha mãe me proibiu de andar de skate e de jogar videogame com os amigos por ser menina) e também achava errado todas as injustiças com os oprimidos, sejam mulheres, negros e negras, população lgbt etc.

Apesar de todas essas ideias, ainda morava em uma cidade pequena e me sentia incapaz de desenvolvê-las e compartilhá-las com alguém, pois era algo considerado muito “esquisito”. Até que, em 2009, me mudei para Belo Horizonte e passei no CEFET. No meu primeiro dia de aula tudo era muito novo para mim, mas fui convidada pelo Grêmio Estudantil (que eu nem sabia o que era) para pular a catraca do bandeirão para protestar contra o aumento de R\$ 1,00 para R\$ 2,00 na época. Após este ato político o bandeirão manteve o preço de R\$ 1,00 e percebi que estava tendo a minha primeira vitória política. Após este fato comecei a me envolver mais com o pessoal do grêmio e a participar de manifestações pelo Passe Livre Estudantil. O Grêmio estudantil era composto pelo PSTU e eles começavam a me vender jornais e a me falar sobre o socialismo, a revolução, o combate às opressões etc. Aliás o que mais me chamou a atenção no PSTU foi o valor que eles dava ao combate às opressões, algo que eu não via ninguém falando sobre na época.

Após muitas conversas, decidi entrar no PSTU em 2011, quando estava no primeiro ano do Ensino Médio. Desde então, muita coisa mudou. Eu era oposição ativa ao Grêmio estudantil, pois a chapa do PSTU havia perdido as eleições e estava sob o comando do PCR, partido stalinista que constituía um rival do PSTU no movimento estudantil. Eu também deveria construir o partido, pagar “cota” (uma taxa mensal para construir o partido) e participar de reuniões. Comecei a me dedicar cada vez mais ao partido, o que consumiu bastante do meu tempo e fez minhas relações de amizade ocorrerem principalmente naquele espaço. Até hoje a maioria das minhas amizades são dessa época.

Em 2012 entrei na Faculdade de Letras da UFMG. O PSTU havia acabado de ganhar a eleição do Diretório Acadêmico e dizia que eu deveria entrar e assumir a direção do DA junto a outros companheiros. Na época, achei um sinal de confiança, ignorando o fato de que eu seria uma caloura e tudo naquela faculdade seria extremamente novo para mim. Logo comecei na direção do Diretório Acadêmico e também na Congregação da Faculdade. Este período foi marcado por muitos conflitos com o PCR (Partido Comunista Revolucionário, atual UP), pois eles eram a antiga gestão do Diretório e portanto oposição a nossa atual gestão. Além disso, os dois partidos são historicamente rivais, pois o PCR (UP) adere à tradição stalinista e PSTU adere a tradição stalinista.

Com o passar do tempo fui amadurecendo na militância, mas também cometi muitos erros que acreditam serem próprios a uma militante inexperiente e ingênua em muitos aspectos. O PSTU tinha uma grande expectativa em mim, principalmente pela minha militância no Ensino Médio, mas minha pouca idade e experiência na direção do Movimento Estudantil não ajudava muito. Assim, essa trajetória no Diretório Acadêmico foi marcada por muitos altos e baixos.

No ano de 2013 perdemos a direção do Diretório Acadêmico e começamos a militar na oposição. As exigências do PSTU aumentavam a cada dia. O discurso era categórico: as nossas vidas deveriam ser dedicadas à revolução socialista e nada mais. Muitas vezes eu era pressionada a matar aula e largar meus compromissos com a faculdade para poder estar na militância. Desde aquela época isso começou a me chatear e eu comecei a repensar a minha militância. Muitas vezes eu mentia dizendo estar fazendo algo muito importante para não cumprir compromissos do partido, muitas vezes no horário de aula ou no fim de semana.

O ano de 2013 também foi marcado pelas grandes manifestações. Naquele momento havia um sentimento no partido de que o Brasil finalmente havia “acordado” e a revolução estaria próxima. Acreditava-se que aquele movimento cumpriria o papel de “pavimentar” o caminho para a revolução socialista. Assim, fomos nas manifestações e lutávamos dia a dia para que o partido pudesse cumprir um papel central naquele movimento. Porém, muitas vezes recebemos a hostilidade de pessoas nas ruas. Elas nos expulsavam da manifestação com gritos de “sem partido” e fazendo gestos obscenos. Muitas vezes o clima de tensão era tão grande que foi necessário sair da manifestação para não sermos agredidos. Em alguns lugares do Brasil tais agressões de fato ocorreram.

Neste mesmo ano de 2013, acho importante ressaltar um acontecimento trágico que marcou a minha vida e também a minha condição militante. Fui estuprada por um membro do PSTU. A pessoa que cometeu essa violência era o meu amigo e eu o tinha em alta conta. O PSTU, por sua vez, me acolheu de todas as formas possíveis e afastou este membro do partido por 10 anos. Porém, eu não me dei por satisfeita e não consegui superar. Assim, foi crescendo em mim um sentimento de desânimo misturado à revolta. A partir deste momento comecei a me empolgar cada vez menos com as atividades do partido e me questionava se eu realmente queria dedicar a vida a isso. Porém, 90% das minhas amigas estavam dentro do partido e eu tinha muito medo de sair e perder essas amigas.

O ano de 2014 também foi um marco político para o país. As manifestações de 2013 continuaram e se tornaram manifestações questionando os gastos com a realização da Copa do Mundo no país. Havia muito menos gente na rua e muito mais violência policial. Além

disso, havia um clima diferente no ar, pois as manifestações que pareciam ser “contra o sistema” naquele momento pareciam estar direcionadas a atacar o governo da ex-presidenta Dilma. Essa mudança me incomodava particularmente, mas para o PSTU era algo normal, pois era o governo vigente da época e que havia “traído” os trabalhadores.

No ano de 2015 ficou claro o que havia acontecido com as manifestações de rua iniciadas em 2013. Havia multidões vestidas de verde amarelo, proferindo xingamentos machistas a ex-presidenta Dilma e as pautas eram claramente de direita. Foi nessa época que surgiu partidos e movimentos de direita como o MBL. O PSTU, felizmente, não apoiou as manifestações, mas também não criticou. As manifestações pediam o impeachment da presidente Dilma e o PSTU fazia a linha de “nem concordar e nem discordar”. Eu percebia haver um clima crescente de insatisfação do partido e essa insatisfação também era minha.

Em 2016, ano do impeachment da Dilma, havia duas principais alas no PSTU, uma que queria seguir uma certa “neutralidade” em relação ao tema e outra que achava que deveríamos defender o mandato da Dilma. Aqueles que queriam defender o mandato da Dilma eram chamados de “contrarrevolucionários”, “reformistas” e até coisas piores. Eu não sabia muito bem o que pensar, mas lembro que não liguei muito para o que estava acontecendo. Não achava que seria algo tão importante e que iria escalar uma onda antidemocrática no Brasil, como de fato ocorreu. Hoje vejo que eu estava vivendo em uma bolha, totalmente fechada para a realidade brasileira. A minha realidade se resumia a umas 30 pessoas que se reuniam semanalmente e achavam terem resposta para tudo. Hoje eu vejo que eu não podia estar mais fora da realidade e mais imersa em um mundo que simplesmente não existia.

Ainda em 2016, uma das “alas” do PSTU resolveu romper com o partido devido a posições do partido em relação ao impeachment da Dilma. O rompimento ocorreu depois de muita disputa interna que foi infrutífera. Nessa época, lembro-me muito bem dos xingamentos proferidos pela direção majoritária do PSTU em relação a este grupo que estava rompendo. Os xingamentos eram de “reformistas”, “degenerados”, “contrarrevolucionários” etc. Eu me juntei ao grupo que rompeu e fiquei muito chateada com todos os xingamentos. O PSTU fez parte de vários anos da minha vida e eu vi muitos amigos virarem as costas para mim. Assim, creio que eu comecei a ter mais desconfiança nos partidos de esquerda. Eu sentia que a qualquer momento algo que eu acreditava muito poderia simplesmente acabar, que todas as minhas convicções sobre alguém, ou até sobre um projeto de sociedade. Em resumo, aquela frase de Marx finalmente fazia sentido para mim “Tudo o que é sólido se desmancha no ar”.

Ao sair do PSTU, um novo partido foi montado, na época o nome dado foi “Mais” (atual resistência) e eu comecei a me empolgar um pouco com os novos rumos. Porém, ainda estava muito desconfiada por ter “perdido” tanto tempo da minha vida acreditando em algo que eu simplesmente não acreditava mais. Neste mesmo ano um amigo que era ex-militante do PSTU faleceu e encontrei a pessoa que me estuprou no velório dele. Daí, caiu uma ficha que não havia caído antes: as pessoas continuavam mantendo contato com uma pessoa que me estuprou. Descobri que não era apenas a pessoa que havia acabado de falecer, mas muitos militantes ainda tinham contato com ele. Falei com a direção do novo partido que tomasse uma providência em relação a isso, mas o discurso era que não tinha como impedir que os militantes tivessem contato com ele.

Além disso, tomei conhecimento de um outro caso de estupro dentro do partido e que foi colocado como uma mentira, algo que foi inventado para prejudicar aquele militante em específico. Assim, tomei a decisão de me afastar e não ser mais militante. Saí do PSTU e enfrentei todos os quatro anos de governo Bolsonaro desorganizada.

O sentimento que ficou após a minha saída foi um sentimento de fracasso. Apesar de ter ficado vários anos em uma organização de esquerda, eu sinto que era uma péssima militante. Eu ouvia que eu não me entregava o suficiente para o partido (por isso que nunca cheguei a ocupar um cargo de direção) e que deixava as “pressões pequeno-burguesas” tomarem conta da minha vida. Essas “pressões pequeno-burguesas” eram momentos que eu estava com meus amigos bebendo e não militando. Era o tempo que eu passava com outras pessoas e não me dedicando ao partido. Hoje eu entendo que eu simplesmente não conseguia conciliar. Não fazia as leituras que teriam que ser feitas, não participava de atividades suficientes e não conseguia cumprir as tarefas. Assim, apesar da frustração, creio que tomei a decisão certa.

Assim, termino aqui o meu relato.

Da possibilidade de subjetivação dos processos sociais, podemos compreender que, mesmo as experiências difíceis da infância que Alexandra alega ter sofrido, impactaram em como ela se percebia no mundo e em relação a ele, considerando que os processos de socialização podem influenciar na formulação de subjetividades. Isso pode ser justificado quando ela afirma que, apesar de todas as ideias que tinha de inconformidade com questões de classe e gênero, a exemplo, “ainda morava em uma cidade pequena e me sentia incapaz de desenvolvê-las e compartilhá-las com alguém, pois era algo considerado muito “esquisito”,

aparenta ter encontrado espaços de identificação e de reconhecimento ao se mudar para Belo Horizonte e iniciar os estudos no CEFET.

Nessa perspectiva, é perceptível que, por meio da atuação estudantil, Alexandra pôde ser ouvida em relação às ideias que antes não encontrava espaço para expressar. Isabella Silveira (2019), em *Lute como uma menina: gênero e processos de formação na experiência das ocupações secundaristas* pontua que, na escola, apesar das instâncias burocráticas do estado, o adolescente e seus pares podem desenvolver autonomia e elaborar uma realidade social própria. Assim, isso faz com que o processo socializador crie diferentes identidades, baseada na perspectiva de Luís Groppo (2016), o qual delimita que, desde a década de 1960, aflorou-se a questão da juventude, principalmente por conta dos movimentos estudantis e da contracultura. Para ele, entretanto, somente depois, foi possível que as elaborações teóricas dessem conta da “dialética das juventudes”, evidenciando que, por intermédio das coletividades, os jovens criam identidades e perspectivas diferentes das hegemônicas. Essa questão, inclusive, pode ser uma indicação do porquê grande parte das amigas de Alexandra foram formadas durante a sua experiência militante.

Apesar disso, é necessário questionar se todas as experiências de manifestação política se mostram de fato uma possibilidade de educação contra-hegemônica, e, no relato de Alexandra, temos o indicativo de resposta para esse questionamento. Desde o início da participação da sujeita no movimento estudantil, é possível perceber tensionamentos e disputas políticas nos espaços de atuação em que esteve presente, elemento que pode, em certo ponto, ser considerado como uma possibilidade de debate coletivo e contraposição de ideias, todas válidas em uma perspectiva democrática. Porém, foi nas Jornadas de Junho, que ela aponta ter participado de conflitos mais densos. Assim, ela diz que: “elas nos expulsavam da manifestação com gritos de “sem partido” e fazendo gestos obscenos. Muitas vezes o clima de tensão era tão grande que foi necessário sair da manifestação para não sermos agredidos. Em alguns lugares do Brasil tais agressões de fato ocorreram”. Vale citar que, na contemporaneidade, o avanço do conservadorismo, não apenas no Brasil, mas em outros países, como nos Estados Unidos da América (EUA), aprofundam as tensões e as polarizações políticas. Especialmente, depois de um período de “estabilidade democrática” no Brasil, a partir de Junho de 2013, as condições políticas se modificaram, uma vez que, pelos protestos que ocorreram no país, evidencia-se um processo de crise democrática.

É possível inclusive verificar que a participação em atos, por exemplo, que poderia ser reconhecida como um processo de avanço na consciência coletiva pode resultar de movimentos antidemocráticos. Nesse sentido, como explicitam Ricardo Mendonça e Letícia

Birchal (2022), os protestos são espaços de disputas em que as forças políticas atuam. No artigo *Protestos contemporâneos e a crise da democracia* (2002), os autores afirmam que “o reconhecimento de que o engajamento político da sociedade civil é central para a existência da democracia não implica, contudo, que aquele sempre promova esta. Ainda que diferentes tradições de investigação, dos neotocquevilleanos aos deliberacionistas, passando por grande parte dos estudiosos de movimentos sociais, tenham enfatizado a importância de ações críticas e de confronto para a democracia, o debate evoluiu no sentido de evidenciar as consequências ambivalentes do ativismo” (MENDONÇA; BIRCHAL, 2022, p.3).

Em outro momento da escrita, Alexandra também relata que “no ano de 2015 ficou claro o que havia acontecido com as manifestações de rua iniciadas em 2013. Havia multidões vestidas de verde amarelo, proferindo xingamentos machistas a ex-presidenta Dilma e as pautas eram claramente de direita”. Sobre essa questão, é importante ressaltar que Ricardo Mendonça e Leticia Birchal (2022) apontam quatro elementos centrais na complexa relação entre protestos multitudinários (Protestos que envolvem grandes multidões) e fraturas na democracia dos países, indicando que não há uma relação simples e direta, mas que pode fazer parte dos elementos presentes as seguintes dinâmicas: “[...] um nacionalismo impotente [...] reaparecimento de forças autoritárias [...] o aumento dos custos de tolerância a adversários [...] erosão das estruturas mediadoras e coletivas existentes [...]” (MENDONÇA, BIRCHAL, 2022, p. 7). Por isso, não é possível reconhecer apenas processos de emancipação nas individualizações e socializações, tal como as experiências e trajetórias que Shirley Miranda (2008) verificou em sua pesquisa denominada *Articulações do feminino em narrativas de mulheres dirigentes sindicais: saber-poder e gênero*, realizada com mulheres dirigentes sindicais. Em seu estudo, Miranda (2008) constatou que, para além da política de gênero implementada pelo sindicato em questão, o machismo e os enfrentamentos, que foram experienciados pelas sujeitas, também impactaram nas subjetivações das mulheres. Segundo a pesquisadora, “o aparato disciplinar, constituído pela conjunção saber-poder, produz o sujeito, mas, como consequência, introduz no discurso as condições para subvertê-lo” (MIRANDA, 2008, p.74). Para ela, haverá sempre um espaço entre a experiência, a verdade e o sujeito.

Em relação à resposta que o partido ofereceu frente à nova conjuntura política, Alexandra demonstrou não somente não estar de acordo, mas também estar decepcionada com a instituição, quando afirma que: “a minha realidade se resumia a umas 30 pessoas que se reuniam semanalmente e achavam terem resposta para tudo. Hoje eu vejo que eu não podia estar mais fora da realidade e mais imersa em um mundo que simplesmente não existia”. Em relação à organização, é possível que essa dificuldade esteja atrelada ao que Thompson (2002)

evidencia em *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser* (1981). O autor deixa claro, portanto, como a questão da experiência, ou mesmo da práxis na academia, foi negligenciada pelas vertentes e pensadores marxistas. E, ao se contrapor, apresenta sua elaboração sobre a experiência social do ponto de vista histórico. Assim, para ele,

a experiência é um termo médio necessário entre o ser social e a consciência social: é a experiência (muitas vezes a experiência de classe) que dá cor à cultura, aos valores e ao pensamento: é por meio da experiência que o modo de produção exerce uma pressão determinante sobre outras atividades: e é pela prática que a produção é mantida. (THOMPSON, 1981, p. 112).

Quando Alexandra comenta sobre esse distanciamento da realidade, é possível compreender como, em alguns momentos, as vertentes podem se agarrar à teoria e diminuir o peso das experiências. Ao final de seu relato, ela aponta que “o sentimento que ficou após a minha saída foi um sentimento de fracasso”. Vale salientar, portanto, que o caráter histórico e social das experiências e da produção de subjetividades são recorrentes entre os teóricos apresentados ao longo das análises aqui realizadas. Nessa perspectiva, Heleieth Saffioti (2004), ao falar da práxis na construção da subjetividade, denominando os processos de subjetivação-objetivação, reconhece que, na sociedade brasileira, questões como as de classe, de raça e de gênero atravessam os sujeitos no que diz respeito às ideologias e à alienação a que estão submetidos. Desse modo, a autora revela que “quando os seres humanos, seja individualmente, seja coletivamente, se apropriam do resultado de sua práxis procedem à subjetivação, tornando-se sujeitos que, por sua vez, se objetivam por meio de sua atividade” (SAFFIOTI, 2004, p. 60).

Alexandra nos relata, ainda, uma sequência de experiências dolorosas e de enfrentamentos que acabaram por fazê-la decidir não estar mais à frente de partidos políticos. É importante ressaltar, ainda, que tais situações se dão num contexto que modifica até mesmo a forma como ela se vê no mundo. Essas questões são exemplificadas quando ela afirma que “saí do PSTU e enfrentei todos os quatro anos de governo Bolsonaro desorganizada”, podemos compreender, por meio de sua fala, que a Particante acredita que a sua organização dentro do partido faria diferença, mas que a totalidade da ruptura com as ideias e concepções que antes lhe passavam confiança agora já não fazem mais sentido.

4 AS CATEGORIAS: socialização e individuação em diálogo

*Presenciei tudo isso dentro da minha família
Mulher com olho roxo, espancada todo dia
Eu tinha uns cinco anos, mas já entendia
Que mulher apanha se não fizer comida
Mulher oprimida, sem voz, obediente
Quando eu crescer, eu vou ser diferente
Eu cresci
[...]
Represento as mulheres, 100% feminista*

(MC Carol)

O levantamento das informações sobre a atuação dos partidos políticos, assim como a revisão de literatura, contribuíram de forma significativa para a percepção de quais categorias de análise poderiam favorecer com que compreendêssemos como ocorrem os processos formativos e educacionais entre mulheres militantes dos partidos políticos de esquerda, a saber, Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Unidade Popular (UP). Os conceitos e os fundamentos teóricos dispostos nas notas de rodapé permitiram com que se estabelecesse um diálogo com as histórias relatadas, sem que fosse necessário uma fragmentação das narrativas. Em relação às categorias “mulheres”, “saberes” e “espaços”, as pontuações ao longo dos textos não pretendem explicar tudo, mas indicar elementos importantes. Questões, como por exemplo, a maternidade e a relação estabelecida com os homens dos partidos aparecem de maneira constante nas escrituras e, por isso, incluímos esses debates nesta pesquisa, não como uma nova categoria, mas dentro das reflexões já iniciadas.

4.1 Mulheres

Sabemos, a partir dos relatos, que a política de mulheres se mostra fundamental para o desenvolvimento militante das Participantes. O fato de se organizarem em secretarias de mulheres e internamente nos partidos, colabora, portanto, para que possam atuar e intervir nas

pautas e demandas que lhes dizem respeito, assim como criar uma rede de colaboração. Logo, torna-se evidente que essa rede é a que garante, muitas vezes, a permanência dessas mulheres nos partidos. Assim sendo, ações, como por exemplo, exigir espaços de acolhimento para as mães e seus filhos nas atividades, lidar com casos de machismo, tentar ampliar a base de mulheres na organização e disputar espaço na direção e composição dos partidos, bem como os laços de afetividade, de companheirismo e de solidariedade que são tecidos nos encontros de pessoas tão múltiplas e com trajetórias tão diversas, mas que se permitem unir em prol de causas em comum, deixam claro como essa integração se estabelece e é importante.

A partir das Escrivivências aqui apresentadas, fica evidente que o problema de pesquisa que direcionou a nossa investigação e se configurou no questionamento de: **como ocorre o processo de formação por meio das experiências de mulheres em partidos políticos?**, encontra respostas no fato de que a formação ocorre, principalmente, a partir da política de mulheres, pelo compartilhamento de saberes entre esse grupo e pelas relações que elas estabelecem entre si. Portanto, consideramos que a problematização exposta foi respondida, primordialmente, por meio dos relatos das Participantes, os quais, alguns, são expostos a seguir.

- (1) Luiza: "Toda a experiência no mov. de mulheres foi um aprendizado político, social e materno intenso e bonito que vou contar mais à frente. [...] Lembro até hoje de Mariza, Aline e outras mulheres, tudo o que ouvi e aprendi com elas".
- (2) Olga: "Grande parte do meu processo formativo militante aprendi organizada no Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro. [...] Organizada no Coletivo ocupei tarefas importantes junto à mulheres da classe trabalhadora".
- (3) Ketellen: "Foi notório o quanto que essa tarefa contribuiu para a minha formação feminista socialista. Não tinha uma pessoa dentro do partido que não me conhecia e acabei me tornando referência na pauta, inclusive para compor comissão de ética dentro da organização".
- (4) Rosa : "Tive a sorte de estar em núcleo composto

apenas por mulheres, todas incríveis, fortes, inteligentes e também demasiadamente acolhedoras e paciente; [...] Foi também no início da militância partidária que fui convidada a participar da secretaria de mulheres do PSTU, que foi essencial para meu crescimento".

Fica claro, enfim, que todas as falas anteriormente citadas, evidenciam a relevância que a política e a auto-organização tiveram na trajetória dessas mulheres, mesmo que, em algum momento, sejam exatamente essas experiências que as levem a romper com os partidos e não se organizar mais. Essa questão pode ser justificada pela fala de Ketellen, que expõe que: “Há algumas correntes que infelizmente instrumentalizam a pauta das mulheres, ou tentam né, porque o conhecimento é libertador, por isso são organizações de rachas constantes”. No entanto, isso não significa dizer que os partidos aqui mencionados “instrumentalizam” a pauta, mas que a experiência que as mulheres têm nos partidos pode ser libertadora até mesmo para vivências nos próprios partidos.

É importante pontuar, ainda, que o trabalho aqui desenvolvido apresenta proximidade com a investigação realizada pela pesquisadora Shirley Aparecida Miranda (2008), em sua tese de doutorado, que é intitulada *Articulações do feminino em narrativas de mulheres dirigentes sindicais: saber-poder e gênero*. Tal aproximação se dá, pois a autora lança um olhar para a produção de subjetividades na participação de mulheres dirigentes de sindicatos, o que se aproxima da proposta desta pesquisa. E, ainda, a autora deixa explícito como elas se transformaram individualmente, a partir da participação política e pela política de gênero adotada pelo sindicato em questão. Assim, ela reflete sobre os enfrentamentos que essas mulheres tiveram ao longo de suas trajetórias nos diferentes espaços.

Logo, levando em consideração o que foi debatido no estudo de Shirley Miranda (2008), cabe refletirmos sobre o quanto o próprio machismo impacta nos processos de subjetivação das mulheres e como isso modifica suas vidas, inclusive, levando, como observamos em alguns casos, ao rompimento com o partido. Isso fica evidente na escrita de Alexandra, que detalha a violência sexual que sofreu e deixa claro como isso modificou a sua relação com as pessoas e, conseqüentemente, afetou a forma como via o partido. Sobre a atuação dos movimentos frente aos problemas enfrentados pelas mulheres, Luiza afirma que, muitas vezes, a própria organização do partido atuou de forma excludente ao minorizar o espaço das pessoas que não podiam se dedicar com tanta frequência, como era o caso dela, já que era mãe e precisava se dedicar ao seu filho e, também, no momento em que ela passou

por um caso de adoecimento. Rosa, assim como Ketellen, por sua vez, expõe os enfrentamentos e as dificuldades passadas por integrar um núcleo majoritariamente masculino, tal como a corrente política que Ketellen participava. Fica claro, então, que os próprios partidos tem fragilidades e desafios no que tange à questão das mulheres, mesmo que combatam o machismo inclusive dentro das organizações. Tais mudanças, necessárias, tem se colocado a partir da auto organização das mulheres nessas instituições.

4.2 Espaços

Outra questão que ficou evidente a partir da leitura das narrativas feitas pelas mulheres é que a delimitação/separação entre os espaços escolar, não-escolar e informal nem sempre contribui para entender os processos formativos. Isso se dá, porque, muitas vezes, há uma confluência de experiências que podem transitar entre essas possibilidades de educação. Tal fato que se mostra contundente quando Rosa afirma que foi no cursinho pré-vestibular que compreendeu as “[...] injustiças do mundo e percebi que a história do Brasil é uma história de golpes, comemorados por uma população enganada recorrentemente” e, a partir disso, buscou apoio nos movimentos sociais.

Outros momentos em que essa questão se mostra clara é no instante em que Alexandra expõe a importância do seu contato no CEFET com o grêmio estudantil e quando Ketellen fala que recebeu um panfleto na porta da escola, que divulgava uma reunião para discutir a questão da merenda, e afirma que, ao chegar neste local, pôde se encontrar com alguns de seus professores. Ainda, Olga se aproxima de leituras que a fazem refletir, a partir do curso de Serviço Social, e afirma que “[...] foi por meio da Universidade que me aproximei dos debates feministas”. Apesar de ser inegável os conflitos e tensões entre o processo de escolarização, são crescentes as expectativas direcionadas ao ambiente escolar e a possibilidade de ser também a escola um território catalisador desses envolvimento militantes.

Dessa forma, ainda que os termos educação formal, não formal e informal gerem, por vezes, confusões e sejam marcados por diferentes formas de categorização, Martha Marandino (2017) explicita como é relevante o uso desses ambientes. Assim, é importante compreender melhor não somente os termos da forma como eles são apresentados, assim como as práticas educativas, mesmo que elas não se encaixem nessas definições, uma vez que não há um consenso quanto a elas. Cabe pontuar, então, que o uso do termo não formal possibilita um debate político, econômico e epistemológico sobre a necessidade de transformação da educação e os espaços educativos, seja a escola, a educação popular ou as

organizações culturais (MARANDINO, 2017). Assim sendo, a autora indica alguns critérios de categorização desses espaços, como por exemplo,

[...] seus propósitos, a forma de organização do conhecimento, o tempo de desenvolvimento das ações, a estrutura com que é organizada, as formas e os agentes/sujeitos que controlam as práticas e a própria experiência e a intencionalidade que a fundamenta. (MARANDINO, 2017, p. 813).

De forma geral, Martha Marandino (2017) pontua que a perspectiva do debate já parte da ideia de uma educação contra-hegemônica, que questiona a reprodução dos sistemas de dominação pela escola. Maria Gohn (2006), também, ressalta como a construção do conceito está vinculado ao processo de busca por cidadania, a luta por ideais de igualdade e justiça social, pois “[...] os indivíduos adquirem conhecimento de sua própria prática, [...] aprendem a ler e interpretar o mundo que os cerca” (GOHN, 2006, s.p.). Dessa forma, essa educação não pode ser elaborada sem conceber a emancipação dos sujeitos nela implicados. Entretanto, apesar de não ser formal, possui objetivos, motivações e metodologias que precisam ser consideradas.

Ainda, convém ressaltar que, muitas vezes se desqualifica aquilo que está fora da escola, mas não somente os conhecimentos, bem como os próprios sujeitos. Logo, as comunidades e as suas formas de organização são deslegitimadas e monopolizadas pelas instituições, fazendo-nos desconfiar de tudo que não é aprovado ou reconhecido por elas (ILLICH, 1988). Para o autor, portanto, a escola incapacita as pessoas a terem autonomia em sua educação, uma vez que o fracasso escolar reforça a concepção de que o processo educativo é muito difícil e que poucos podem fazê-lo.

Corroborando as ideias de Thompson (2002) e Freire (2001), Cavaco (2009) reforça a questão de como a experiência tem sido desvalorizada em razão de outros conhecimentos, inclusive escolares e cientificizados. Como consequência disso, ao não se assumir o valor da experiência e os saberes que dela são produzidos, sejam eles ‘saberes ingênuos ou saberes críticos’¹⁰⁰, também se reduzem os sujeitos agentes dessas trajetórias. Por isso, essa área do conhecimento contribui para a valorização de mulheres, dos negros(as), do grupo LGBTQIAP+, dos povos originários, dentre outros grupos marginalizados e, até mesmo, das pessoas que não tiveram acesso ao processo de formação acadêmica-escolar e dos territórios e

¹⁰⁰ Saber ingênuo, para Freire (1996), está vinculado à experiência sobre qual não possui rigor metodológico, nem uma curiosidade crítica, mas que advém de uma curiosidade dos sujeitos. Por isso, ele defende que a curiosidade ingênua precisa ser superada pela curiosidade crítica, sem que se desvalorize a anterior, ou mesmo sem criar hierarquias entre os saberes.

dos espaços nos quais circulam, locais onde se dão tais experiências e os corpos nela implicados. Sobre isso, Milton Santos (2000) afirma que

o povo como sujeito é também o povo como objeto, sobretudo ao considerarmos o povo e o território como realidades indissolivelmente relacionadas. Daí a necessidade de revalorizar o dado local e revalorizar o cotidiano como categoria filosófica e sociológica, mas como uma categoria geográfica e territorial. (SANTOS, 2000, p. 121).

Milton Santos (2000) afirma que, em relação aos territórios, as pessoas não são apenas sujeitos da ação, o que se contrapõe ao que outros teóricos defendem. Dessa forma, é possível ressaltar que as experiências nos partidos são mediadas e vivenciadas a partir das concepções, dos conflitos, dos rompimentos e dos interesses das organizações, bem como dos processos de socialização que se dão nos encontros entre os sujeitos militantes.

Assim sendo, ao retornarmos à nossa pergunta inicial: **como ocorre o processo de formação por meio das experiências de mulheres em partidos políticos?**, respondemos que ele se dá por meio dos processos de socialização, que influenciam os de individualização, os quais são realizados em diferentes espaços de atuação: **os sindicatos, as festas, as ocupações, as manifestações, as reuniões, os espaços públicos, a sede dos partidos, a internet** e aqui cabe reconhecer também **as escolas**. Além disso, ele também se efetiva no momento em que as pessoas **partilham ônibus de viagem, nas reuniões do DCE, DA, CA e grêmios, e, até mesmo, nos encontros realizados nas casas dos integrantes das organizações**. Desse modo, fica claro que as militantes não ficam restritas a divisões geográficas, uma vez que viajam para outros estados e cidades, bem como conhecem outros ambientes. Ketellen, inclusive, conta-nos que viajou de São Paulo para Belo Horizonte devido a compromissos da militância, o que não é um acontecimento raro. Pessoas “giram” pelo país todo por conta de eleições e de projetos políticos. Nesses locais, as integrantes das organizações acabam estabelecendo outras relações que não somente as internas às organizações. E, conseqüentemente, compartilham saberes e conhecimentos com ativistas de outras organizações e vertentes. Ademais, a diversidade de sujeitas e de sujeitos que os espaços comportam favorece uma visão crítica que pode ir além da formação teórica e das discussões propostas nos espaços internos das instituições.

Nesse sentido, a questão da produção dos saberes se mostra relevante como um debate que ultrapassa a elaboração dos currículos e espaços escolares/acadêmicos, mas que também os engloba e preza pela compreensão de que os processos educativos sempre ocorreram na história da humanidade. Nesse contexto, Carlos Brandão (2007) ressalta que “ninguém escapa

da educação” (1981, p. 7), uma vez que todos vivenciam processos formativos por meio de suas experiências e sua relação com o mundo. Essa formação experiencial, entendida como processo educativo, atravessa todas as esferas da vida social e está presente em toda a sociedade. Isso é relevante, pois mostra que ela é parte da vida e, assim sendo, é parte inerente da vivência humana e de suas formas de fazer, de ser e de viver no coletivo.

4.3 Saberes

Dentro da perspectiva da atuação coletiva, compreendemos que é possível que as aprendizagens ocorram nas trocas e nos compartilhamentos entre os membros dos partidos e, em suas interações, de forma conjunta, com o mundo. É importante sinalizar, então, que, levando em consideração as pesquisas feitas, observamos que há mais elaborações em torno da construção dos movimentos sociais do que em relação aos partidos políticos, principalmente no que concerne à específica relação entre produção de conhecimento e o espaço coletivo. Por isso, aqui se estabelece um paralelo entre essas distintas formas de organização, quando de sua perspectiva de ação coletiva, com potencial educador e socializador, porém delimitando as distinções entre essas duas formas de organização. Isso deve ser feito de modo a compreendermos como podem os partidos ter a educação não formal como “eixo articulatório básico”, conforme estabelece Maria da Glória Gohn (2014), em relação aos movimentos sociais. Sobre isso, a autora expõe que

como exemplo de processo de aprendizagem via a educação não formal e os movimentos sociais, citamos o movimento das mulheres. [...] Cito o caso de movimentos das mulheres, mas poderia citar também outros, como o dos portadores de necessidades especiais [...]. São todos processos sociais, construções nas quais a educação não formal é o eixo articulatório básico. (GOHN, 2014, p. 45).

É importante ressaltar, também, que os movimentos sociais, o movimento feminista, o movimento negro, o estudantil e tantos outros demonstram propiciar múltiplas experiências. Levando em consideração essa perspectiva, Nilma Gomes (2017), ao realizar sua pesquisa de pós-doutorado, investigou a questão do movimento negro como uma forma educadora. Em seu livro *O movimento negro educador*, ela apresenta os resultados obtidos, os quais reverberam que o movimento negro, enquanto ator político, “[...] trouxe as discussões sobre racismo, discriminação racial, gênero, juventude, ações afirmativas, igualdade racial, africanidades [...]” (GOMES, 2017, p.17), dentre outras questões. É importante considerar, no

caso, a possibilidade de estender essa compreensão aos demais movimentos e aos “atores políticos” que influenciam na trajetória das disputas ideológicas no país, que conseguem se articular e ter impacto social. Entretanto, é necessário ter o cuidado que a autora ressalta, já que não os vê apenas sob a ótica dos ganhos que obtém, mas da mudança que provocam por meio do conhecimento que produzem.

Por isso, não significa apontar apenas acertos nas experiências com os partidos políticos, sequer esperar que sejam “templos sagrados” que produzem verdades. É preciso, portanto, reconhecê-los em suas imperfeições e nas tentativas de transformação, uma busca constante, que é percebida nas Escrevivências dessas mulheres, as quais procuram modificar os espaços que se dispõem a ocupar. Nessas experiências, elas produzem/compartilham o saber de: **negociar** e/ou **mediar** os conflitos e os interesses dentro e fora da organização; negociar horários com o marido e os espaços nos grupos políticos; receber os recursos; dividir o tempo entre militância, estar com amigos/família e para si mesmas.

Além disso, elas podem **analisar** teórica e empiricamente a realidade sob a ótica que constroem a partir do partido e, que pela intervenção delas, também se modifica, de forma dialética. Podem, ainda, **refletir** não somente sobre sua própria posição política quanto a das demais organizações e realizar análise de conjuntura, análise da situação nacional e internacional. **Compartilhar** as próprias experiências de vida, conhecimentos teóricos (como a produção e aplicação de cursos), a alimentação, as moradias, os espaço, as ideias, até mesmo os sofrimentos, as necessidades, as dores. **Organizar** pessoas, finanças, viagens, contatos, estrutura e burocracia das instituições, eleições. **Discursar** para uma sala de aula, para um plenário, em uma reunião, em uma manifestação, em auditórios, em audiências, em ocupações, em megafones, em microfones, em jograis, em vídeos para a internet, em textos nas redes sociais, em debates com a extrema direita, ou com a extrema esquerda, em sindicatos, escolas, em locais de trabalho, em congressos, para pessoas do seu coletivo, da sua cidade ou de pessoas de toda parte do país. **Impor-se** quando não te ouvem ou quando negligenciam sua presença, ou ignoram sua capacidade. **Recusar** mais uma reunião, mais uma tarefa, uma atividade no horário da aula, ou a se relacionar com abusadores e com os amigos deles. **Ignorar** o cansaço, a vontade de desistir, as vontades próprias, a autopreservação, o medo, o desconhecimento, às vezes, até mesmo os mal pressentimentos e a ansiedade. **Reconhecer** o seu valor próprio, o valor das outras, os sinais de ameaça nas manifestações, os retrocessos, os erros, os acertos e as parcerias.

Convém salientar, também, que Carmen Cavaco (2008) evidencia que são pormenorizados os conhecimentos adquiridos na prática, já que os saberes e a localidade

deles direcionaram os sujeitos para uma posição social específica desde muito cedo. Por mais que um vendedor, por exemplo, possa, em sua prática, aprender sobre a lógica matemática e, até mesmo, produzir estratégias para utilizá-la, essas estratégias, muitas vezes, não são reconhecidas socialmente. Desse modo, pode o mesmo sujeito não reconhecer em si o valor de seu saber, pois acredita como Vera Barreto e José Barreto (2005) afirmam que o conhecimento “real”, que pode levá-lo a uma outra condição social, está muito distante de si mesmo. Isso é evidente na trajetória dessas mulheres, pois fica claro que muitos dos saberes compartilhados por elas não são valorizados ou reconhecidos socialmente.

Poderíamos seguir levantando uma sequência de aprendizados e de conhecimentos partilhados e visíveis nas Escrivivências, tal como fizemos agora, com os verbos no modo infinitivo, demonstrando ação, movimento, sequência, uma vez que, como demonstrado nos relatos, a aprendizagem e os saberes se configuram em atos, que transformam, modificam e são modificados pelas trajetórias dessas mulheres. Assim, quando retomamos a nossa pergunta de pesquisa: **como ocorre o processo de formação por meio das experiências de mulheres em partidos políticos?** fica claro que a formação ocorre, principalmente, porque tanto a teoria partilhada quanto as experiências vividas se concretizam em saberes quando passam a fazer parte das ações concretas das mulheres, dos discursos que elas proferem e das formas como veem a si e o mundo.

Para Thompson (2002), a partir do estabelecimento de um tipo de educação após a Revolução Francesa, deu-se início a um conflito entre educação e experiência, no qual a primeira foi privilegiada em relação à segunda. No livro, *Os românticos: a Inglaterra na era revolucionária* (2002), ele afirma que

é sempre difícil conseguir o equilíbrio entre o rigor intelectual e o respeito pela experiência, mas hoje em dia este equilíbrio está seriamente prejudicado. Se eu tiver corrigido esse desequilíbrio um pouco, fazendo-nos lembrar que as universidades se engajam na educação de adultos não apenas para ensinar, mas também para aprender, terei então conseguido meu objetivo. (THOMPSON, 2002, p. 46).

É importante ressaltar que o relato e a forma como as militantes se descrevem demonstram o quanto os processos de socialização vivenciados nos partidos influenciou em suas individualizações. Tal questão contrapõe posições como a de Slavoj Žižek, filósofo eslovênia, em *Primeiro como tragédia, depois como farsa* (2011), em que defende que a “verdade” se encontra no exterior dos indivíduos e aquilo que pensamos, ou mesmo sentimos, seria uma farsa. Nessa premissa, o autor afirma que a existência de uma ideologia, mesmo

ante a defesa de um mundo pós-ideológico ou pós-moderno, representaria exatamente aquilo que hoje no capitalismo é utilizado como forma de dominação. Nesse sentido, a perspectiva de existir uma “vida interior” serviria para disfarçar a questão ética das nossas ações. Dessa forma, para o autor,

nossa experiência mais elementar de subjetividade é a “riqueza da minha vida interior”: é isso que “realmente sou”, em contraste com as determinações e responsabilidades simbólicas que assumo na vida pública (pai, professor etc.). Aqui, a primeira lição da psicanálise é que essa “riqueza da vida interior” é fundamentalmente falsa: é um biombo, uma distância falsa, cuja função, por assim dizer, é salvar as aparências, tornar palpável (acessível a meu narcisismo imaginário) minha verdadeira identidade simbólico-social. Assim, um dos modos de praticar a crítica à ideologia é inventar estratégias para desmascarar a hipocrisia da “vida interior” e suas emoções “sinceras”. A experiência que temos de nossa vida por dentro, a história sobre nós que contamos a nós mesmos para explicar o que fazemos é mentira, a verdade está, antes de tudo, do lado de fora, naquilo que fazemos. (ŽIŽEK, 2011, p. 44).

Em razão disso, não é possível reconhecer essa relação de que “as histórias que contamos sobre nós” interferem no modo como agimos, e, por assim dizer, no modo como vemos nós mesmos e como vemos os outros e, também, nas concepções que possuímos, que refletem nas possibilidades ou não de ação. Por isso, realizar uma avaliação ética apenas dos atos “concretos” em si, tal como Žižek (2011) propõe, não poderia eliminar a necessidade de verificarmos as narrativas que se constroem por ou a partir dessas experiências. Essa concepção não se mostra verdadeira nos resultados desta pesquisa, mas é importante pontuar essa discordância pelo fato de que, muitas vezes nos círculos dos partidos de esquerda, supervaloriza-se o material e o concreto em oposição ao ideário e ao subjetivo. Tal elemento dificulta o reconhecimento desse movimento dialético, sobretudo na trajetória dessas mulheres e na produção dos saberes que advém desse processo.

Ainda, Paulo Freire (1987) defendia a impossibilidade de se separar objetividade de subjetividade, pois compreendia que ambos os conceitos dialogam dialeticamente. Levando em consideração o que foi retratado, fica evidente que não se trata, portanto, de buscar separar o material do abstrato, a subjetividade da objetividade, ou mesmo, teoria e práxis; mas, sim, de compreender as influências, mesmo que estejam mergulhadas em contradições e contrapontos e atravessadas pela ideologia, como produto de uma nova forma de produção capitalista, ou como possibilidade de emancipação, por meio de uma consciência social.

Paulo Freire (1987, p. 29), no subtítulo *Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão*, do livro *Pedagogia do Oprimido*, discorre

sobre a intrínseca relação entre ação e reflexão. Nesse contexto, “ação libertadora” deve ser entendida como aquela que parte da autonomia dos oprimidos, quando a reflexão sobre suas realidades e consciência de si mesmos e de suas potencialidades geram ação e, de forma dialética, os saberes que dela são adquiridos possibilitam uma reflexão crítica. O sujeito ao “saber a realidade”, por meio da ação e da reflexão, verifica que também pode modificá-la, tornando-se, portanto, um agente ativo da sociedade. Tal exercício só é possível mediante uma “nova consciência”, não apenas uma simples crença, mas um diálogo de si, com o mundo e com os oprimidos.

Por isso, de acordo com Geovania Santos (2019), a ideia do adulto como um ser acabado, concluso, que se encontra pronto e que nada tem a ser mudado, deve ser questionada. Isso é válido, pois essa visão sobre o adulto é uma ferramenta de opressão que condiciona os sujeitos a um lugar que não permite novas aprendizagens e experiências que possam o levar além do que se já está estabelecido. Nessa perspectiva, Freire (1996) reconhece que parte da “natureza humana” consiste em seu inacabamento e sua inconclusão, haja vista que ela se constrói através de sua experiência com o mundo. Nesse sentido, é importante que reconheçamos que da experiência de produção, elaboração e investigação deste trabalho também se produzem saberes, aprendizagens e possibilidades de ação que não envolvem somente o ambiente acadêmico, mas especialmente a trajetória das Participantes.

4.4 Escrevivências

Carmen Cavaco (2009) afirma que a “formação experiencial”, como objeto de estudo, possui múltiplas especificidades, por ser de difícil análise e refletir a relação dos sujeitos com o meio social e contextual em que se inserem. Assim, para o campo de análise, é necessário, como ela mesma afirma, um método de pesquisa inovador que possa verificar a história de vida desses sujeitos, o contexto de experiência e as aprendizagens adquiridas por eles. Desse modo, é tão valioso quando ocorre uma reflexão real do sujeito com o seu aprendizado, no sentido que esclarece Nietzsche (2014), um “ver” demorado, que resiste ao impulso de apenas agir, mas que permite uma pausa. É justamente essa pausa que realiza a produção de novos conhecimentos, assim, a experiência pode proporcionar aprendizagem aliada à reflexão crítica. Sendo assim, utilizar as Escrevivências neste trabalho permitiu que a pesquisa fosse feita de maneira mais ampla e investigasse os interpassos da formação de mulheres no ambiente de organizações partidárias, mediante os discursos e os relatos de suas trajetórias de vida.

Tal questão é fundamental para uma atuação emancipatória, pois o modelo de racionalidade desenvolvido, por meio da ciência moderna, é justamente o que embasa a dominação da humanidade sobre a natureza (SANTOS, 2008), mas também dela contra si mesma. Esse domínio, então, se materializa na relação entre aqueles que se consideram detentores da razão e que agem “em nome dela”, e daqueles que por “não terem conhecimento” precisam dessa “intervenção”. Dessa forma, o discurso acaba por ser utilizado como justificativa para o subjugo de povos e de nações inteiras, mas também para o aprofundamento das desigualdades sociais. Portanto, possibilitar que os saberes sejam validados socialmente, também, é validar os sujeitos que os produzem, como atores sociais capazes de transformar não apenas a própria história, mas também de gerar mudanças sociais. Nesta pesquisa, as transformações podem ser vistas nas narrativas das mulheres, as quais geraram mudanças, por exemplo, a partir da construção de um novo partido, pela elaboração de políticas ou mesmo nas decisões individuais e em seus projetos de vida.

Rubem Alves (1981) também corrobora a perspectiva de que a ciência é um conhecimento desenvolvido, o qual todos (as) possuem capacidade de desempenhar. Para ele, “a ciência é uma especialização, um refinamento de potenciais comuns a todos” (ALVES, 1981, p.9). Isso se deve, principalmente, porque a ciência é uma extensão dos saberes do senso comum. Assim, se desconsiderarmos tal aspecto, pode se tornar perigoso que os cientistas sejam vistos como superiores. Além disso, caso a experiência do senso comum seja deslegitimada e negligenciada, o olhar daqueles que se propõem a compreender o mundo pode ser turvado. De acordo com o que foi apontado pelo teórico, tanto o senso comum quanto o fazer científico partem da mesma necessidade de entender a vida e melhorar as condições de existência. Por isso, reconhecemos a importância deste trabalho ser lido na integralidade dos saberes relatados pelas participantes e na intrínseca relação com as produções teóricas e acúmulos históricos que se têm feito não apenas na academia, mas também nos movimentos sociais, nos partidos políticos e no movimento feminista que, em parte, expressa-se na trajetória das sujeitas integrantes do estudo e também da pesquisadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Afirmamos que, infelizmente, não conseguimos que todos os partidos políticos propostos aqui fossem contemplados proporcionalmente, bem como não coletamos nenhum caderno da *Unidade Popular* e de alguma militante atual do PSTU. No entanto, por meio do levantamento das informações nas redes sociais, dos materiais e dos *sites* dos partidos, é possível evidenciar uma política voltada à questão da mulher nessas organizações. Contudo, não foi possível estabelecer em relação ao *Unidade Popular* como de fato se concretiza essa política.

As categorias propostas, a partir da revisão de literatura, possibilitaram que, pelas Escrevivências, fosse atingido o objetivo geral desta pesquisa que tange à **compreensão de como ocorre os processos formativos e educacionais entre mulheres militantes dos partidos políticos de esquerda, Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Unidade Popular.** É preciso deixar claro, portanto, que eles ocorrem principalmente pela rede de mulheres e a política de gênero que empenham, em espaços diversos que possibilitam sociabilidades com diferentes organizações, concepções e pessoas que produzem/compartilham saberes expressos nas práticas vivenciadas pelas militantes. Essas experiências compartilhadas entre mulheres ocorrem por meio da solidariedade, do compartilhamento de saberes e do reconhecimento de questões em comum que as aproximam e as fortalecem coletivamente.

Ainda, em relação às memórias relatadas das participantes, foi possível alcançar os objetivos específicos que delimitamos. Primeiramente, **averiguar quais conhecimentos e saberes são compartilhados e adquiridos por mulheres em partidos políticos** que diz respeito a organizar marchas, a disputar debates, a construir organizações, saberes que em grande parte contribuem para a perspectiva de emancipação das sujeitas, fato que, em alguns casos, pode resultar inclusive na saída dos partidos. Pois, as aprendizagens fruto das experiências em que se empenham podem, até mesmo, mudar a forma como veem as entidades ou como se veem nessas organizações.

Também, pudemos **investigar como os saberes e os conhecimentos, fruto da socialização de mulheres militantes nos diversos espaços compartilhados, por meio dos partidos que fazem parte, influi em suas individuações.** A partir disso, observamos que, de forma dialética, não somente ocorrem processos de subjetivação e individuação, mas que, ao se modificarem nas experiências dentro das organizações, essas militantes também objetivam

e transformam a experiência vivida. Elas trazem para essas organizações suas demandas e expectativas, alterando sobretudo o modo de fazer política.

Além disso, foi possível **analisar quais os impactos dos processos formativos na trajetória de vida das mulheres ativas e atuantes em tais espaços**. Tais impactos são múltiplos, vão desde a mudança na carreira, nas relações familiares, no local de moradia, modificando não apenas o percurso daquelas que vivenciam as experiências, mas também de outras pessoas. Esta questão fica bastante evidente quando as mulheres participantes discorreram sobre a influência de suas atuações políticas em suas escolhas, já que, inclusive, consideravam nessas decisões os projetos iniciados ou desenvolvidos nas organizações. Como a proletarização, a construção de alguns setores ou mesmo o tempo e o envolvimento nas atividades.

É crucial pontuar, também, que os materiais coletados, assim como o levantamento das atividades realizadas pelos partidos no ato do 8 de março, e, ainda, os textos dos programas e políticas nos *sites* possibilitaram que, ao longo desta pesquisa, fossem delimitadas características importantes das organizações. Assim sendo, foi visto que o uso de diferentes ferramentas de pesquisa podem ser enriquecedoras, porque contribuem para um panorama mais amplo do que significa ser uma mulher militante em um partido de esquerda, mesmo que definir com exatidão o que pode representar tais experiências seja impossível, já que, apesar dos elementos em comum, cada mulher realiza uma trajetória única. A riqueza das informações levantadas pelas redes sociais e sites demonstram a potencialidade dos recursos digitais para o engajamento e divulgação de informações, mesmo reconhecendo que o acesso à internet ocorre de forma desigual em nosso país. De modo que, embora com dificuldades, as mulheres têm ocupado os espaços virtuais e disputado os discursos que circulam por meio dessas tecnologias.

Por consequência, esta pesquisa se mostrou ser muito mais do que uma pesquisa autobiográfica, no sentido que o envolvimento da pesquisadora, da orientadora e das participantes só foi possível mediante as ações desempenhadas. De tal forma que, é possível indicar uma perspectiva da pesquisa-ação e da pesquisa participante, já que o ida ao ato do 8 de março, a divulgação da investigação e até mesmo as conversas realizadas, os cadernos escritos permitem uma processo de reflexão coletiva sobre a temática proposta.

Assim como, a Escrivivência demonstrou ser uma potente metodologia que possibilita ressignificar experiências, traçar trajetórias e impactar inclusive projetos de futuro. De maneira que, a escrita destas mulheres nesta pesquisa tem um caráter formativo, onde se produzem saberes e experiências por meio da escrita, de modo tal que as narrativas

apresentam-se como o fio condutor que estrutura a própria escrita da dissertação. Por isso, todas as envolvidas na investigação teorizaram e formularam sobre a temática. Pelo exposto, esta pesquisa pôde inovar ao relacionar e aplicar o conceito de formação experiencial, o saber da experiência feito e a Escrivivência. Já que a metodologia privilegiou a escrita das experiências vividas, permitindo a quem escreve o tempo necessário para que se escolha como e o quê escrever. Esse tempo se mostrou fundamental para respeitar as decisões das participantes, inclusive daquelas que não entregaram o caderno. De modo que, a Escrivivência se apresenta como diferente de outras ferramentas de pesquisa, tais como a narrativa, a autobiográfica, mesmo que se aproximem em alguns aspectos. Assim, foi indispensável a perspectiva do fortalecimento em todas as etapas da investigação, a partir do cuidado para não constranger, não limitar e/ou não forçar nenhuma situação com as mulheres. Tal orientação evidenciou que é possível desenvolver pesquisas reconhecendo as participantes enquanto sujeitas produtoras de saberes e de conhecimentos válidos e importantes para a produção acadêmica, sob a ótica do fazer político e enquanto potencial de construção e elaboração social e coletiva.

A extensão dos relatos proporcionou visualizar que, apesar da participação nos partidos políticos ser muito relevante na trajetória destas mulheres, a questão de gênero acaba por atravessar todas as relações que estabelecem, os vínculos e até mesmo as escolhas de vida. Essas condições do que significa ser mulher, inclusive, foram fundamentais para a entrada delas nos partidos, visto que foram nessas organizações que se identificaram por meio das pautas, das lutas e das resistências. Por isso, compreendemos que, mesmo sendo os partidos políticos o nosso ponto de partida, as escritas possibilitaram reflexões que extrapolam a participação nessas organizações. Elas falam de sua infância, da adolescência, da maternidade, da escola, da faculdade, e acabam por vivenciar todos os espaços e relações enquanto mulheres. E, mesmo que os partidos tenham contribuído para uma visão mais crítica em relação às suas vidas, é importante sinalizar que outras experiências também contribuem para que pensem, reflitam e formulem sobre os processos que vivenciam, tal como o próprio feminismo, os movimentos sociais, a escola, a terapia, dentre outros. Quando Ketellen afirma que “É essa consciência que me traz aqui e que possibilita a vivência de dores para além do ambiente privado.”, explicita que é justamente a consciência de sua trajetória e de seu lugar no mundo enquanto mulher negra que a conduz à possibilidade de escrever sobre essas dores, enfrentamentos, mas também sobre as resistências e as vitórias. Por esse motivo, é que esse “descobrir” as questões de gênero e como elas impactam em seus percursos contribuiu para

que as militantes pudessem perceber os marcadores de gênero em todas as situações que vivenciam e experimentam.

Faz-se mister sinalizar, por fim, que as(os) teóricas(os) referenciadas(os) ao longo da pesquisa, assim como as pesquisadoras(es) indicadas(os) na revisão de literatura apontam para mudanças nos modos do fazer científico, que contribuem para romper com antigos paradigmas que tratam da ciência como algo imparcial e desprovida de intencionalidades. Pesquisar também pode ser uma forma de lutar, de visibilizar debates ou perspectivas contra hegemônicas, de reconhecer sujeitas(os) não somente como objetos de investigação, mas como produtoras(es) de saberes válidos e significativos.

Alguns elementos ainda carecem de investigação e aprofundamento e foram percebidos ao longo do desenvolvimento deste trabalho. Como aparece em outros partidos a questão de gênero, de que forma são abordadas as relações e os marcadores de gênero. Além disso, os processos formativos que ocorrem em outros partidos, inclusive de posição política diferente da investigada nesta pesquisa, têm colaborado para uma perspectiva de manutenção da opressão ou de ruptura com o machismo? Ainda, quais impactos a Escrivência teve na vida das participantes e os desdobramentos individuais na participação da pesquisa.

É importante reconhecer, portanto, que esse debate não se encerra neste trabalho, pois ele segue e não apenas no âmbito acadêmico, mas também pelas organizações e movimentos da esquerda e especialmente dentro deles. Assim sendo, principalmente no recente período, essas discussões se mostram fundamentais e encontram coro nas reflexões sobre violência política de gênero, principalmente a partir dos mandatos de mulheres feministas, e pelo avanço coletivo que o feminismo tem feito internacionalmente frente ao considerável avanço do conservadorismo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Rubem. **Filosofia da ciência**: introdução ao jogo e suas regras. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda J. A “revisão da bibliografia” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis – o retorno. In: BIANCHETTI, Lucídio & MACHADO, Ana Maria N. **A bússola do escrever**: desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações. São Paulo: Cortez, 2012, p. 41 - 59.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 1. ed. São Paulo : Boitempo, 2018.
- AQUINO, Evely Cristine Pereira de; BRITO, José Eustáquio de; COSTA, Vânia Aparecida. Trajetórias de mulheres da educação de jovens e adultos em um assentamento de reforma agrária: entre a luta pela terra e pela leitura da palavra. In: 37ª Reunião Nacional da ANPEd – 2015, UFSC – Florianópolis. Disponível em: <https://www.anped.org.br/biblioteca/item/trajetorias-de-mulheres-da-educacao-de-jovens-e-adultos-em-um-assentamento-de>. Acesso em: 13 de set. 2021.
- ARCARY, Valerio. **Ninguém disse que seria fácil**. São Paulo: Boitempo, 2022.
- ARPINO, Danielli Marafigo. **Desentendimentos nas práticas discursivas do feminismo radical diante da transgeneridade**. 2015. Trabalho de conclusão de curso, Licenciatura em Letras, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, 2015. 62 p. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/141847>. Acesso em: 05 de ago. 2022.
- ARROYO, Miguel G. **Passageiros da noite: do trabalho para a EJA**: itinerários pelo direito a uma vida justa. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.
- BARRETO, José Carlos; BARRETO, Vera. **Um sonho que não serve ao sonhador**. In: Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=655-vol3const-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso em 10 de jan. 2023.
- BERTUCCI, Liane Maria; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; OLIVEIRA, Marcus Aurelio Tabora de. **Edward P. Thompson: história e formação**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010. 121 p.
- BIROLI, Flávia. Autonomia, dominação e opressão. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**: uma introdução. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. 2ª ed. Trad. Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.
- BOITEMPO. Apresentação. In: KOLLONTAI, Aleksandra; et al. **Introdução ao**

pensamento feminista negro [recurso eletrônico]: por um feminismo para os 99%. São Paulo: Boitempo, 2021.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação** (1981). 49ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

BRENNER, Ana Karina. **Militância de jovens em partidos políticos: um estudo de caso com universitários**. 2011. 306f. Tese (Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-10082011-144625/publico/ANA_KARINA_BRENNER.pdf. Acesso em: 13 de set. 2021.

BRITO, Maria da Conceição Evaristo de. **Becos da memória** [livro eletrônico]. 3 ed. Rio de Janeiro: Pallas. 2018. ePUB.

CARVALHO, Marília Pinto de. Mau aluno, boa aluna?: como as professoras avaliam meninos e meninas. 2001, v. 9, n. 2, p. 554-574, **Revista Estudos Feministas** [online]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200013>. Acesso em: 12 de jan. 2023.

CASTRO, Amanda Motta; MACHADO, Rita de Cassia Fraga. Movimento Feminista no Brasil e América Latina: Reflexões Sobre Educação e Mulheres. **Revista Contrapontos**, Itajaí, v. 16, n. 1, p. 22-39, jan./abr. 2016.

CAVACO, Carmen. Adultos pouco escolarizados: diversidade e interdependência de lógicas de formação. 2008. **Tese** (Doutorado em Ciências da Educação) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008.

CAVACO, Carmen. Experiência e formação experiencial: a especificidade dos adquiridos experienciais. **Revista Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 13, n. 3, p. 220- 227, set./dez. 2009.

COCCO, Giuseppe. Introdução. In: LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio (orgs.). **Trabalho Imaterial: formas de vida e produção de subjetividade**. Rio de Janeiro, DP&A., 2001.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**. 1º ed. Excerto traduzido de: *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment*, © 2000, 2009, Routledge, All Rights Reserved. Trad. Jamille Pinheiro Dias. Boitempo. 2019. Disponível em: https://boitempoeditorial.files.wordpress.com/2019/12/minilivroboitempo_patricia-hill-collins.pdf. Acesso em: 10 de jun. 2022.

CORONEL, Márcia Cristiane Völz Klumb. Pesquisas sobre gênero e sindicalismo docente: o que dizem a respeito da participação sindical das mulheres? In: 37ª Reunião Nacional da ANPEd – 2015, UFSC – Florianópolis. Disponível em: <https://www.anped.org.br/biblioteca/item/pesquisas-sobre-genero-e-sindicalismo-docente-o-que-dizem-respeito-da-participacao>. Acesso em: 13 de set. 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da

discriminação racial relativos ao gênero. In.: **Estudos Feministas**. Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas, v.7, n.12, 2002. P.171-188.

DAVIS, Angela . **Mulher, raça e classe, trad. Plataforma Gueto**. Trad. livre. Portugal: Plataforma Gueto. 2013. Disponível em: <https://plataformagueto.files.wordpress.com/2013/06/mulheres-rac3a7a-e-classe.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2021.

DAYRELL, Juarez; REIS, Juliana Batista dos. Transversalidade nos modos de socialização e individuação: uma jovem negra em movimento. In: 37ª Reunião Nacional da ANPEd – 2015, UFSC – Florianópolis. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT03-3841.pdf>. Acesso em: 13 de set. 2021.

DOMINICÉ, Pierre. O que a vida lhes ensinou (1985). In: NÓVOA, António; FINGER, Mathias. (Org.). **O método (auto) biográfico e a formação**. Lisboa: MS/DRHS/CFAP, 1988, p. 107-130.

FARINA, Cynthia. As sensibilidades dos saberes. ou, as condições do sensível na formulação e expressão de nossos saberes. In: 37ª Reunião Nacional da ANPEd – 2015, UFSC – Florianópolis. Disponível em: <https://www.anped.org.br/biblioteca/item/sensibilidades-dos-saberes-ou-condicoes-do-sensivel-na-formulacao-e-expressao-de>. Acesso em: 13 de set. 2021.

FLICK, Uwe. **Métodos de Pesquisa**. Introdução à pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLORESTA, Nísia. Direitos das mulheres e injustiças dos homens. In: Constância Lima Duarte. **Nísia Floresta**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 27 ed. São Paulo: Graal, 2013.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Política e educação** (1987). 5ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Educação Não-Formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas na escola. **Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas Educacionais**. Rio de Janeiro, v.14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006. p. 28. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/s5xg9Zy7sWHxV5H54GYydfQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 de ago. 2021.

GOHN, Maria da Glória, 2006. Educação Não-Formal na pedagogia social. In: **I Congresso Internacional de Pedagogia Social**, 1., 2006. Anais eletrônicos. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br>. Acesso em: 16 nov. 2021.

GOHN, M. Da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação** v. 16 n. 47 maio-ago. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 de ago. 2021.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos. In: **Investigar em Educação**, IIª Série, Número 1, pág.35-50, 2014. Disponível em: <http://pages.ie.uminho.pt/inved/index.php/ie/article/view/4>. Acesso em: 02 de jul. 2021.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Participação e democracia no Brasil**: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013. Petrópolis: Vozes, 2019.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: RJ, Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Trad. Barbara Cruz, Carlos Alberto Medeiros, Catalina G. Zambrano e Tunã Nascimento. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 2020.

GROPPO, Luís Antonio. **Juventudes**: Sociologia, Cultura e Movimentos. Universidade Federal de Alfenas: Alfenas (MG), 2016.

GROPPO, Luís Antonio. Ação coletiva e formação política: os coletivos juvenis e a ocupação de uma universidade no sul de minas gerais. In: **38ª Reunião Nacional da ANPEd – 2017**, UFMA – São Luís. Disponível: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT03_77.pdf. Acesso em: 13 de set. 2021.

HABERMAS, Jürgen. Três modelos normativos de democracia. n. 36, p. 39-53, 1995. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política [online]**. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451995000200003>. Acesso em: 12 de jun. 2022.

HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro - estudos de teoria política**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

HELLER, Eva. **A psicologia das cores**: como as cores afetam a emoção e a razão. Trad. Maria Lúcia Lopes da Silva. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

HOBSBAWM, Eric. **Mundos do trabalho**. 4 ed. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HOFBAUER, Andreas. Branqueamento e democracia racial: sobre as entranhas do racismo no Brasil. In: Zanini, Maria Catarina Chitolina. (Org.). **Por que "raça"?** Breves reflexões sobre a questão racial no cinema e na antropologia. Santa Maria: EDUFMS, 2007. Disponível em: https://andreashofbauer.files.wordpress.com/2011/08/branqueamento-e-democracia-racial_finalc3adssima_2011.pdf. Acesso em 05 de ago. 2022.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. 2 ed. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**, 2018. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/24267-mulheres-dedicam-quase-o-dobro-do-tempo-dos-homens-em-tarefas-domesticas>. Acesso em: 24 de Agos. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Contínua: Educação 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em: 26 Agos. 2020.

ILLICH, Ivan. **Sociedade sem escolas**. Petrópolis, Vozes, 8º edição, 1988.

IPU PARLINE. **Women in national parliaments**. 1 de Jan. de 2015. Disponível em: <http://archive.ipu.org/wmn-e/arc/classif010115.htm>. Acesso em: 24 de Agos. 2020.

IPU PARLINE. **Women in national parliaments**. 1 de Fev. de 2019. Disponível em: <http://archive.ipu.org/wmn-f/classif.htm>. Acesso em: 24 de Agos. 2020.

KAMLER, Barbara; THOMSON, Pat. Trabalhando com literaturas. In: SOMEKH, Bridget & LEWIN, Cathy (Orgs.). **Teoria e métodos de 7 pesquisa social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho Imaterial: formas de vida e produção de subjetividade**. Introdução de Giuseppe Cocco e Tradução de Mônica de Jesus. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. Trad. Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista** (1997). 6ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del. (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

LUNA, Sérgio. **Planejamento de pesquisa: uma introdução – elementos para uma análise metodológica**. São Paulo: EDUC, 2011.

MARANDINO, Martha. Faz sentido ainda propor a separação entre os termos educação formal, não formal e informal? **Ciência & Educação** (Bauru), São Paulo, v. 23, n. 4, p. 811-816, out./dez. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1516-731320170030001>. Acesso em: 16 nov. 2021

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte**. 2ª ed. Trad. Renata Santini. São Paulo: n-1 Edições, 2018. 80 p.

- MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Lua Nova** [online], n.76, 2009. p.11-48. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452009000100002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 28 de Agos. 2020.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino; DOMINGUES, Leticia Birchal. Protestos contemporâneos e a crise da democracia. N. 37, **Revista Brasileira de Ciência Política** [online]. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2022.37.246424>. Acesso em: 31 de mai. 2022.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Teoria Crítica e democracia deliberativa: diálogos instáveis. v. 19, n. 1. **Opinião Pública** [online]. 2013, p. 49-64. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762013000100003>. Acesso em: 31 de jun. 2022.
- MIGUEL, Luis Felipe. O feminismo e a política. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MIGUEL, Luis Felipe. Consenso e conflito na teoria democrática: para além do "agonismo". n. 92, **Lua Nova: Revista de Cultura e Política** [online]. 2014, p. 13-43. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452014000200002>. Acesso em: 31 de jun. 2022.
- MIRANDA, Shirley Aparecida Miranda. **Articulações do feminino em narrativas de mulheres dirigentes sindicais: saber-poder e gênero**. 2008. 229f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2008.
- MORESCO, Marcielly Cristina. O corpo “fala” politicamente: as performatividades das/nas ocupações secundaristas do paraná. In: **38ª Reunião Nacional da ANPED – 2017**, UFMA – São Luís. Disponível: http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT23_940.pdf. Acesso em: 13 de set. 2021.
- NASCIMENTO, Telma Regina Batista. Trabalhadoras rurais e empoderamento: relações conjugais e convívio familiar – mulheres líderes de sindicato. In: Mary Garcia Castro (org.). **Mulheres rurais**. (Eletrônico). Brasília: Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais, 2020. Série Cadernos FLACSO, n. 17. Disponível em: <http://flacso.org.br/?publication=mulheres-rurais>. Acesso em: 13 de set. 2021.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Crepúsculo dos ídolos ou como se filosofa com o martelo**. [Ebook] Vozes, 1ª edição, 2014, ISBN: 9788532648334.
- NÓVOA, António. A formação tem de passar por aqui: as histórias de vida no Projeto Prosalus. In: NÓVOA, António; FINGER, Mathias. (Org.). **O método (auto) biográfico e a formação**. Lisboa: MS/DRHS/CFAP, 1988, p. 107-130.
- OLIVEIRA, Luiz Henrique Silva de. "Escrevivência" em Becos da memória, de Conceição Evaristo. **Revista Estudos Feministas** [online]. 2009, v. 17, n. 2, pp. 621-623. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2009000200019>. Acesso em: 16 de ago. 2021.

PAIS, José Machado. Buscas de si: expressividade e identidades juvenis. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de e EUGENIO, Fernanda (orgs.). **Culturas Jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

PALUDO, Conceição. Educação popular como resistência e emancipação humana. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 35, n. 96, p. 219-238, maio-ago., 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/CK6NyrM6BhKXbMmhjrmB3jP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 de set. 2021.

PEREIRA, Thiago Ingrassia. Recontextualizando a educação popular: possibilidades teórico-conceituais para uma pedagogia situada. In: **39ª Reunião Nacional da ANPEd – 2019**, UFF – Niterói. Disponível em: http://39.reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/sites/3/trabalhos/5481-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf. Acesso em: 13 de set. 2021.

PERONDI, Maurício. Topias, utopias e projeções de futuro de jovens participantes de coletivos sociais. In: **38ª Reunião Nacional da ANPEd – 2017**, UFMA – São Luís. Disponível em: http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT03_939.pdf. Acesso em: 13 de set. 2021.

PERONDI, Maurício. Experiências de participação social de jovens e sentidos atribuídos às suas vidas. **37ª Reunião Nacional da ANPEd – 2015**, UFSC – Florianópolis. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT03-4589.pdf>. Acesso em: 13 de set. 2021.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Trad. Angela M. S. Corrêa. São Paulo. Contexto. 2007.

PINEAU, Gaston. A autoformação no decurso da vida: entre a hetero e a ecoformação. In: NÓVOA, António; FINGER, Mathias. (Org.). **O método (auto) biográfico e a formação**. Lisboa: MS/DRHS/CFAP, 1988, p. 107-130.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloísa Buarque de, SZWAKO, José. **Diferenças, igualdades**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia ed., 2009. p. 116-149.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Escassez, economia e meio ambiente: o desserviço de Paulo Guedes. v.18, 14 abril 2020, **Espaço e Economia** [Online]. 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/11669>. Acesso em: 05 de ago. 2022.

RAUBER, Beatriz Vieira; et al. Feminismo liberal. In: IARAS: Núcleo de Estudos de Gênero. **Dicionário de Gênero e Segurança**. Gedes - Unesp, 25 de novembro de 2021. Disponível em: <https://gedes-unesp.org/feminismo-liberal/>. Acesso em: 05 de agosto de 2022.

REMENCHE, Maria de Lourdes Rossi; SIPPEL, Juliano. A escrevivência de conceição evaristo como reconstrução do tecido da memória brasileira. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 36–51, 2019. DOI: 10.26512/les.v20i2.23381. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/23381>. Acesso em: 16 ago. 2021.

ROCHA, Fernanda de Brito Mota. **A quarta onda do movimento feminista: o fenômeno do ativismo digital**. 2017. 136f. Dissertação (Mestrado Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.

RODRIGUES, Neidson. Educação: da formação humana à construção do sujeito ético. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 76, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302001000300013>. Acesso em 29 de jun. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. Violência de Gênero lugar da práxis na construção da subjetividade. **Lutas Sociais**, n. 2, PUC/SP, 1997, pp.59-79. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18789/13973>. Acesso em: 21 de jan. 2022.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classe: Mito e Realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre a ciência**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Boaventura de Souza. As ecologias dos saberes. In: De Sousa Santos, Boaventura; Meneses (org.). et al. **Construindo as Epistemologias do Sul: Antologia Essencial**. Volume I: Para um pensamento alternativo de alternativas. 1 ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018. Disponível em: https://www.clacso.org.ar/antologias/detalle.php?id_libro=1491. Acesso em: 22 de set. 2021

SANTOS, Boaventura de Souza; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Geovania Lúcia dos. **Educação superior ainda que tardia: sentidos da formação e significados do diploma entre adultos com antecedente escolar na EJA**. 2019. 337f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

SANTOS, Milton. **Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99. Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/SCOTTJoanGenero.pdf>. Acesso em: 22 de jul. 2022.

SILVA, Fernanda Felisberto da. Escrivência como rota de escrita acadêmica. In: Constância Lima Duarte, Isabella Rosado Nunes (org.). **Escrivência : a escrita de nós : reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro : Mina Comunicação e Arte, 2020.

SILVEIRA, Isabella Batista. **“Lute como uma menina”**: gênero e processos de formação na experiência das ocupações secundaristas. 2019. 105 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2019. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNIFAL_1960c08a1f8ffc73c2c5497c71463026. Acesso em: 13 de set. 2021

SPOSITO, Marília Pontes; TARÁBOLA, Felipe De Souza; GINZEL, Flávia. Jovens, participação política e engajamentos: experiências e significados. **Linhas Críticas**, 27, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/36719>. Acesso em: 13 de set. 2021.

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Revista de Sociologia e Política** [online]. 2013, v. 21, n. 45, p. 149-165. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000100011>. Acesso em: 15 de novembro de 2021.

THOMPSON, Edward Palmer. **Os românticos: a Inglaterra na era revolucionária**. Trad. Sérgio Moraes Rêgo Reis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 3, jan./jul, 2010. p. 133-160. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/94145/mod_resource/content/1/Mov.%20Sociais%20como%20pol%C3%ADtica%20-%20Tilly.pdf. Acesso em: 28 de Agos. 2020.

VASQUEZ, A. Sánchez. **Filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão Popular/Clacso, 2007.

VOGEL, Lise. Marxismo y feminismo. Vol. 31, N.º 2. **Monthly Review**, Tradução Mireia Bofill. 1979.

ZETKIN, Clara. Apenas juntos com as mulheres proletárias o socialismo será vitorioso. In: Escritos Seleccionados. Tradução: M. Silva, **Editora Foner**, 1896. S.p. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/zetkin/1896/10/16.htm>. Acesso em: 05 de junho de 2022.

ZIZEK, Slavoj. **Primeiro como tragédia, depois como farsa**. Trad. Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo. 2011.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. 2 ed. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

WOOLF, Virginia. **Três guinéus**. Trad. Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA DE MESTRADO

Este é um convite à participação na pesquisa para fins de desenvolvimento de dissertação, da discente Rayane Silva Guedes, vinculada ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* Mestrado em Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais. Essa pesquisa objetiva investigar questões de gênero e a formação de participantes mulheres (*cis* e *trans*, dentre outras identidades) de partidos políticos.

Os dados aqui informados são sigilosos, assim a sua identidade será mantida em segredo. As informações do estudo sempre serão apresentadas a partir do grupo de participantes e não de uma pessoa. Por isso, um nome fictício será utilizado no estudo para que você não possa ser identificada. O envio do arquivo configura consentimento com o uso dos dados informados na pesquisa, em consonância com a não identificação. O preenchimento do questionário não configura participação permanente na pesquisa, entraremos em contato para verificar o interesse em permanecer com sua participação. Você concorda com as condições de envio dos dados?

- Sim
- Não

1- Nome

2- Idade

3- Raça ou etnia autodeclarada

5- Gênero ao qual se identifica

6- Qual a sua formação escolar?

7- Qual é o partido que você participa?

8- Qual o tempo de militância?

9- Por qual motivo começou a militar no partido?

10- Você participa das atividades, cursos ou encontros do partido com qual frequência?

- a) Toda semana
- b) Todo mês
- c) Às vezes
- d) Nunca

11- Telefone

12- Email

* Agradecemos a sua participação e colaboração com a pesquisa, informamos que os dados aqui informados são sigilosos, assim a sua identidade será mantida em segredo. As informações do estudo sempre serão apresentadas a partir do grupo de participantes e não de uma pessoa. Por isso, um nome fictício será utilizado no estudo para que você não possa ser identificada. O envio do arquivo configura consentimento com o uso dos dados informados na pesquisa, em consonância com a não identificação. O preenchimento do questionário não configura participação permanente na pesquisa, entraremos em contato para verificar o interesse em permanecer com sua participação.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Eu, Rayane Silva Guedes, aluna do Programa Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado em Educação da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais, portador(a) do _____, residente a _____ - Belo Horizonte, MG, sendo meu telefone de contato _____, vou desenvolver uma pesquisa cujo título é Educação e os Processos Formativos De Mulheres Em Partidos Políticos, orientada pela professora Daniela Oliveira Ramos dos Passos, cujo objetivo deste estudo é de compreender como ocorre os processos formativos e educacionais entre mulheres militantes dos partidos políticos de esquerda, Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Unidade Popular. Para a realização deste estudo adotaremos os seguintes procedimentos: *questionário através do aplicativo Google Forms. E, posteriormente, serão selecionadas participantes para a coleta de dados, por meio da escrevivência. Escrevivência é uma ferramenta de pesquisa que se inspira na ideia e na palavra elaborada pela escritora Conceição Evaristo, que diz respeito à forma como o ato de escrever se torna um modo de resistir e de contar as sobrevivências das mulheres. Assim, essa ferramenta possibilita que quem participa possa escrever sobre a sua trajetória, a partir do envio de um caderno de registro para as participantes se dará o desenvolvimento da pesquisa. De modo que, ao receber o caderno enviado, a participante irá utilizá-lo para escrever de forma pessoal sobre as experiências de vida e poderá ser necessário no decorrer desse processo trocas com a pesquisadora.* A pesquisa respeitará todas as exigências da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Gostaria de convidá-lo(a) a colaborar de forma **VOLUNTÁRIA** com esta pesquisa. Para participar deste estudo o(a) Sr(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira; *Os riscos à saúde psíquica, emocional, física ou riscos de ordem moral, social, econômica às participantes são mínimos, não sendo possível grandes danos pela participação. Caso sinta desconforto, cansaço, desmotivação ou incômodo de qualquer tipo durante a realização da pesquisa poderá interromper sua participação ou mesmo adiar a escrita ou o preenchimento do questionário. Os benefícios dessa pesquisa consistem em conhecer o processo da escrevivência, a qual não apenas é uma ferramenta metodológica, mas também uma forma de reconhecimento e valorização das trajetórias de vida das participantes.*

O(A) será esclarecido(a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador. Não existe outra forma de obter dados com relação ao procedimento em questão e que possa ser mais vantajoso do que o usado nesta pesquisa. Eu, Rayane Silva Guedes, como responsável pela condução desta pesquisa, tratarei os seus dados com o devido profissionalismo e sigilo, garantindo a segurança da sua privacidade.

O(A) Sr(a) tem o direito de ser mantido atualizado sobre os resultados parciais da pesquisa, e caso seja solicitado, darei todas as informações que o(a) Sr(a) quiser saber. O(A) Sr(a) também poderá consultar a qualquer momento o Comitê de Ética em Pesquisa da

Universidade do Estado de Minas Gerais, responsável pela a autorização para a realização deste estudo, sediado no endereço Rua Gonçalves Dias, 1434, sala 41, 4o andar, Bairro Lourdes- Belo Horizonte/Minas Gerais, CEP 31.630-900, telefone: (31)3916-8747, email: cep.reitoria@uemg.br. Não existirão despesas ou compensações pessoais para nenhum participante em qualquer fase do estudo, incluindo exames e consultas, se necessário. Se existir qualquer despesa adicional, ela será absorvida pelo orçamento da pesquisa.

Eu me comprometo a utilizar os dados coletados somente para pesquisa e os resultados deverão ser veiculados por meio de artigos científicos em revistas especializadas e/ou em encontros científicos e congressos, sem nunca tornar possível sua identificação. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Em anexo está o consentimento livre e esclarecido para ser assinado caso não tenha ficado qualquer dúvida, esse termo de consentimento será impresso em duas vias originais: sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao(à) Sr(a). Acredito ter sido suficientemente informado(a) a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo **EDUCAÇÃO E OS PROCESSOS FORMATIVOS DE MULHERES EM PARTIDOS POLÍTICOS**, com o objetivo de *compreender como ocorre os processos formativos e educacionais entre mulheres militantes dos partidos políticos de esquerda, Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Unidade Popular.*

Eu tirei todas as minhas dúvidas sobre o estudo e minha forma de participação com a pesquisadora Rayane Silva Guedes, responsável pelo mesmo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, as garantias de confidencialidade, os riscos e benefícios e a garantia de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também, que minha participação é isenta de despesas ou gratificações e que tenho garantia do acesso aos resultados, onde os meus dados apenas serão divulgados com a minha autorização. Concordo voluntariamente em participar deste estudo sabendo que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidade, prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido anteriormente ao estudo.

DADOS DO VOLUNTÁRIO DA PESQUISA:

Nome Completo: *nome completo do sujeito de pesquisa*

Endereço: *endereço completo institucional*

RG: *XXXXXXXX*

Fone: (*XX*) *XXXX-XXXX*

Email: *xxxxx@xxxxxx*

Assinatura do voluntário

Cidade, data.

DADOS DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL:

Nome Completo: *Rayane Silva Guedes*

Endereço: *Av. Prudente de Moraes, 444, Cidade Jardim, Belo Horizonte- MG 30380-002*

RG:

Fone:

Email:

Assinatura do pesquisador

Cidade, data.